ODILON LUIZ POLI

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Odilon Luiz Poli aprovada pela Comissão Julgadora em: 07.03.95

Data: 07.03.95

Assinatura: Zilda de B. S. Beraite

APRENDENDO A ANDAR COM AS PRÓPRIAS PERNAS:

o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1995

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CS04083

Dissertação apresentada como exigência percial para a obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇAO, na área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da porfessora Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini.

COMISSÃO JULGADORA

Zilda de B. P. Bernardi

I. Scheuer-Warren

AGRADECIMENTOS

No momento em que entrego esta dissertação para análise pública, relembro com carinho das pessoas que, no curso de sua elaboração, de uma ou de outra forma colaboraram para que a mesma se tornasse realidade.

De modo especial agradeço:

A profª Zeila de Brito Fabri Demartini, orientadora deste trabalho, que com dedicação e amizade abriu-me caminhos para a pesquisa, com a paciência própria dos que tem sabedoria.

Ao prof. Salvador Sandoval que com extrema dedicação tornou-se um interlocutor permanente, ao longo de todo o processo de pesquisa, apresentando sempre valiosas críticas e sugestões.

A profª Ilse Scherer-Warren, pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação.

As professoras do programa de Mestrado da Faculdade de Educação da UINCAMP - Márcia Leite, Lúcia Avelar, Liliana Segnini, Olga Von Simson - que ao longo do curso prestaram importantes contribuições para a realização desta pesquisa.

A profª Maria Aparecida de Moraes Silva do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara, com a qual tive o prazer de cursar uma disciplina e cujo estímulo e sujestões foram muito valiosas.

A todos os colegas e amigos do curso de pós-graduação da UNICAMP, com os quais pude partilhar muitos momentos importantes, de alegrias e angústias, de conquistas e de incertezas, nessa trajetória de pesquisa. Em especial a Maria Antônia, Maria Antonieta, Cidinha, Márcia Regina, Anamaria, Néri,

Rosângela, Dirce e Cristiane.

A Solange, esposa e companheira, pelas críticas e sugestões e também pelo apoio operacional na transcrição de entrevistas, digitação e revisão do texto.

A Tânia Maria, Fabiana, Keti, Leila, Andréa e Iris, pelo auxílio na transcrição de entrevistas.

As funcionárias da Faculdade de Educação da UNICAMP, pelo atendimento eficiente e amigo.

Aos colegas e amigos do Colégio Bom Pastor, pela compreensão e apoio durante o meu afastamento.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e à Universidade do Oeste de Santa Catarina, cuja liberação e apoios financeiro viabilizaram esse projeto.

As agências financiadoras, Conselho Nacional de Pesquisa e Desesnvolvimento Científico - CNPq e Fundação de Apoio ao ensino e à pesquisa - FAEP, pelo apoio financeiro.

Aos amigos e companeiros do Serviço de Assessoria e Informação (SAI), da Camissão Pastoral de Terra e do Secretariado Diocesano de Pastoral, pela possibilidade de acesso a informações e arquivos.

De modo muito especial às lideranças dos movimentos sociais do Oeste Catarinense e agentes de pastoral, meus entrevistados, que com sua pronta colaboração e com suas histórias de vida viabilizaram a construção desse estudo,

meus agradecimentos.

Aos meus pais, José e Verônica, pelo apoio incondicional desde a minha infância até o presente. Da sua capacidade de sonhar é que tudo começou.

Aos meus filhos, Gianfranco e Moisés Angel, pelo carinho, pela amizade e pela compreensão nas minhas ausências.

A Solange, minha mulher e companheira, sempre solidária, pelo carinho e incentivo, pelas alegrias e angústias partilhadas,

dedico.

Em especial,

aos camponeses do Oeste Catarinense que, com coragem e ousadia, souberam tomar nas próprias mãos os rumos de sua história.

Ao Olívio Albani, mártir da luta pela terra.

Ao Justino Drachéski, falecido dias após a entrevista, em memória.

RESUMO

Na segunda metade da década de 70, o Oeste Catarinense passou a sentir de forma mais aguda os efeitos da modernização da agricultura, que desestruturou a produção agrícola familiar tradicional. O agravamento das condições de vida levou ao surgimento de um processo de mobilização que culminou na organização de de quatro movimentos sociais camponeses caracterizados pela combatividade, nível de organização e capacidade de extrapolar os limites locais: O movimento dos Sem Terra, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Uruguai e o Movimento de Oposições sindicais.

O surgimento desses movimentos, no entanto, só foi possível devido a existência de uma instituição estruturada junto à população, à qual as famílias camponesas encontravam-se ligadas e que viabilizou a estruturação e/ou redimensionamento de diversos espaços comunicativos/interativos que restabeleceram o proceso de comunicação, passando a veicular um discurso crítico a respeito das condições histórico-sociais vividas pela população. Possibilitou-lhes, assim, um avanço no seu nível de entendimento e a transformação das suas estruturas normativas. Estas, por sua vez, funcionaram como abridoras de caminhos para o surgimento de novas soluções e novas formas de reagir aos desafios colocados pelas condições histórico-sociais.

O desencadeamento desse processo pedagógico-elucidativo, no entanto, nas condições dadas, foi favorecido por algumas características sócio-culturais da população em questão. A compreensão do surgimento desses movimentos implica, pois, em se considerar tando as causas estruturais e as características sócio-culturais da população, quanto as ações comunicativas desenvolvidas no momento histórico em que se desencadeou o processo de mobilização e organização.

O presente estudo procura levantar e analisar os fatores que contribuiram para o surgimento do processo de mobilização e organização, trabalhando com relatos orais de lideranças e agentes de pastoral.

SUMMARY

At the second half of the 70's the West Region of Santa Catarina started to feel the affects of agricultural modernization in a very sharp way, which unbalanced the traditional family agri cultural production. The aggravation of life conditions led to the arising of a mobilization process which culminated with the organization of four farmer's social movements, characterized by strugglig, level of organization and capacity of overcoming the local limits: the Landless Movement, the Agricultural Women Movement, the Movement of People Who Lost their Land Because of Dam Constructions and the Union Oposition Movement.

Nevertheless, the arising of such movements hawe only beem possible due to the existence of a strutural institution based on the population, to which the farmer's families were connected and that made possible the structuralization and/or reprograming of several communicative interative spaces which reestablished the communication process, a new critical discourse arouse concerning de social historical conditions lived by the population. Thus, this led them to an advance and deeper unders tanding and the transformation of their normative structures. These ones, hawe worked as path openers for the arising of new solutions and new forms of reacting to the challenges established by social historical conditions.

Concerning the given conditions, the triggering of such elucidating pedagogical process has beem favoured by some socio cultural characteristics of the population. Therefore, the un- derstanding of the arising of such movementslead us consider the structural causes as well as the communicative actions developed at the historical movement in which it has been triggered the mobilization and organization process.

This dissertation focuses on collecting data and analysing the factors which have contributed to the arising of the organizations and mobilization process. We will work based on spoken reports given by the leardrs of the movement and religious people.

S U M A R I O

INTRODUÇAO..... 1

1.DE QUE MOVIMENTOS SOCIAIS SE ESTA FALANDO..... 12
1.1. MOVIMENTOS CAMPONESES NA HISTORIA BRASILEIRA..... 12
1.2. OESTE CATARINENSE: modernização, êxodo e movimentos sociais..... 20
1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS NO OESTE CATARINENSE..... 29
1.3.1. O Movimento de Oposições Sindicais..... 30
1.3.2. O Movimento dos Sem Terra 42
1.3.3. O Movimento de Mulheres Agricultoras..... 64
1.3.4. O Movimento de Atingidos pelas Barragens do Uruguai... 83
1.4. Movimentos de novo tipo..... 94
NOTAS..... 107

2. CAMPONESES DO OESTE CATARINENSE: algumas especificidades 109
2.1. QUESTOES TEORICAS..... 109
2.2. SOBRE O CONCEITO DE CAMPONES..... 117
2.3. CAMPESINATO E CAPITALISMO..... 125
2.4. CAMPONESES NO BRASIL..... 130
2.5. CAMPONESES NO SUL DO BRASIL..... 135
2.6. CAMPONESES NO OESTE CATARINENSE: considerações sobre o histórico de sua constituição e as influências na sua cultura e no seu modo de vida..... 139
NOTAS:..... 160

3. CULTURA E MODO DE VIDA: as bases para a organização e reação frente a crise dos anos 70..... 162
3.1. ELEMENTOS DA PRODUÇAO CAMPONESA: crise e mobilização... 162
3.1.1. A força de trabalho familiar..... 163
3.1.2. As práticas de ajuda mútua..... 170
3.1.3. O trabalho assessório do camponês..... 174
3.1.4. A propriedade da terra..... 178
3.1.5. A propriedade dos meios de produção..... 183

3.2. ELEMENTOS DO IMAGINARIO E DA CULTURA CAMPONESA..... 188
3.2.1. A ética no Trabalho..... 188
3.2.2. A Concepção de Família..... 193
3.2.3. A Questão Religiosa..... 196
NOTAS:..... 211

4. AGIR COMUNICATIVO, ESTRUTURAS NORMATIVAS E MOBILIZAÇAO..... 214
4.1. ESTRUTURAS NORMATIVAS E MOBILIZAÇAO..... 218
4.2. FALSA CONSCIENCIA, ESTRUTURAS NORMATIVAS E COMUNICAÇAO..... 224
4.3. O PROCESSO DE MOBILIZAÇAO..... 243
4.3.1. Sobre a Origem Social dos Líderes..... 243
4.3.2. Religiosidade, Participaçâo e Engajamento..... 246
4.3.4. Espaços Comunicativos, Estruturas Normativas e Mobilizaçâo..... 279
4.3.5. Mística e Participaçâo..... 313
4.3.6. Açâo dos Mediadores e Mobilizaçâo..... 318
4.3.6.1. A atuaçâo da igreja como mediadora..... 319
4.3.6.2. Sindicatos, partidos e outros mediadores..... 323
NOTAS..... 330

CONSIDERAÇOES FINAIS..... 334

BIBLIOGRAFIA..... 363

ABREVIATURAS

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FAPES - Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior

FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras

MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai

MST - Movimento dos Sem Terra

PT - Partido dos Trabalhadores

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SAI - Serviço de Assessoria e Informação (Diocese de Chapecó)

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

INTRODUÇÃO

No início da década de 80, o Oeste Catarinense foi agitado pelo surgimento quase simultâneo de quatro movimentos sociais, envolvendo diferentes estratos da população rural da região, a saber: o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimentos dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai (MAB), o Movimento de Oposições Sindicais.

Desde os últimos anos da década de 70, passaram-se a registrar na região mobilizações envolvendo camponeses, que se levantaram para protestar contra os efeitos do processo de modernização da agricultura, identificado com a política agrícola do governo militar, favorecedora do grande empreendimento de caráter empresarial, e que colocava crescentes dificuldades de adaptação aos pequenos produtores, quer pelo rebaixamento do preço dos produtos agrícolas, sobretudo dos suínos, quer pelo alto preço dos insumos recentemente incorporados à produção e, principalmente, pela elevação dos juros dos financiamentos obtidos junto ao setor bancário, a partir da aceleração do processo inflacionário e da retirada dos subsídios por parte do governo federal.

A primeira grande manifestação pública de protesto ocorreu no ano de 1979, na cidade de Chapecó, quando cerca de 20 mil suinocultores da região, pequenos e médios produtores rurais, fizeram um grande ato público seguido de passeata, protestando contra o que chamaram de "farsa da peste suína africana", que estava provocando uma queda ainda maior nos, já defasados, preços dos suínos e até mesmo a interrupção da sua comercialização.

A partir desse fato inúmeras outras manifestações e protestos, como o fechamento de agências bancárias, o trancamen-

to de estradas, grandes concentrações, etc foram registrados nos anos que se seguiram.

Nesse contexto é que surgiram, entre 1980 e 1985, quatro movimentos sociais distintos envolvendo esses camponeses, aglutinados em torno de identidade sociais específicas que, no entanto, não raro, podiam cruzar-se nas mesmas pessoas. Esses movimentos são o objeto do presente estudo.

Algumas características chamam a atenção, de modo especial, no processo de surgimento e estruturação desses movimentos. Em primeiro lugar chama a atenção o próprio fato de surgirem quase que simultaneamente, num espaço muito curto de tempo, envolvendo a mesma base social: pequenos produtores rurais, cujo modo de vida e de produção guardava muitas características (recriadas) do modelo original camponês. Além disso, chama a atenção a sua grande capacidade de organização interna e de articulação com outros segmentos da sociedade abrangente, bem como a capacidade de extrapolar os limites de realidade local, difundindo-se e/ou estendendo sua influência por outras regiões e estados, enquanto movimento em si ou através de lideranças saídas do seu meio e projetadas para outros setores da sociedade.

A simples observação desses fatos é, em si mesma, intrigante e levanta interrogações sobre os fatores que estiveram na origem de tais mobilizações e que possibilitaram o desenvolvimento de tal capacidade de organização, nesse tempo e espaço determinado. Permite, assim, supor que esses movimentos, em sua diversidade, na verdade, podem ser tomados como um fenômeno único, ou melhor como desdobramentos diferentes de um mesmo arranjo de fatores que se combinaram num dado momento da história.

A maioria dos estudos dedicados a compreensão de tais movimentos, reconhece existir correlações entre a sua origem e a crise provocada na produção agrícola tradicional da região, pelo processo de modernização da agricultura, bem como com o trabalho desenvolvido por setores igreja (sobretudo da igreja católica e principalmente pela diocese de Chapecó), a partir do movimento de renovação de sua concepção e prática, desencadeado a partir do Concilio Vaticano II e pelos Encontros Episcopais de Medellín e

Puebla. Parece ser mesmo inegável a presença desses fatores na origem dos movimentos em questão. Por um lado, as drásticas conseqüências sociais do processo de modernização da agricultura desencadeado no Brasil que, estando voltado ao desenvolvimento do grande empreendimento agrícola, baseado no modelo de empresa rural, dificultou a adaptação das pequenas unidades de produção agrícola, de caráter familiar, da região às novas condições de produção. Gerou, com isso, um clima de instabilidade e insegurança em relação ao futuro e quanto às possibilidades de permanência e reprodução dessas famílias no campo. Assim ao mesmo tempo em que provocou a reação de êxodo, levando muitas famílias a deslocar-se para o espaço urbano, ou para outras fronteiras agrícolas, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, desencadeou também reações políticas na forma de movimentos sociais.

Por outro lado, a partir do processo de renovação de sua concepção e de sua prática, iniciado com o Concílio Vaticano II e aprofundado nos encontros Episcopais de Medellín e Puebla, setores da igreja da América Latina fizeram sua "opção preferencial pelos pobres" e passaram a priorizar a criação de novos espaços que estimularam a participação ativa do leigo, ao mesmo tempo em que se tornaram mais sensíveis aos problemas sociais. Nessa perspectiva é que as CEBs se tornaram importantes espaços interativos, no interior dos quais muitos movimentos sociais foram gestados .

Com o reconhecimento da presença desses fatores na origem desses movimentos sociais não se pode dar por concluída a explicação sociológica sobre os mesmos, pois várias perguntas ainda podem ser colocadas.

Em primeiro lugar, se é certo que a modernização da agricultura agravou as condições de vida da maior parte da população rural da região e provocou o deslocamento de grandes contingentes dessa população para os centros urbanos e para outras regiões, parece correto afirmar, também, que este foi um fenômeno mais ou menos geral em nível de país, e que seus efeitos, em maior ou menor grau, mesmo que de formas diferentes para cada realidade, se fizeram sentir em quase todos as regiões. O empobrecimento de grande parte da população rural, o deslocamento de

grandes massas dessa população para as cidades, o rebaixamento do preço real dos produtos agrícolas, etc, são efeitos que parecem ter sido comuns em quase todas as áreas.

O que se observa, porém, é que a reação da população frente a ela foi muito diferente, indo desde a simples reação de êxodo, à tentativa de resistência no campo, através de uma redução drástica do consumo de produtos adquiridos no mercado, até a reação política, sob a forma de grandes mobilizações e organização de movimentos sociais, que articularam os diversos estratos da população rural (meeiros, posseiros, pequenos proprietários, etc), de regiões amplas.

Diante desse fato é que se define o problema central do presente estudo: Que fatores possibilitaram o surgimento de movimentos sociais no campo, no Oeste Catarinense, no final dos anos setenta e início da década de oitenta? Ou, de uma forma mais concreta e detalhada: por que uma determinada parcela considerável dos camponeses do Oeste Catarinense, se mostrou disposta e capaz de reagir politicamente, através da mobilização e da criação de movimentos sociais organizados, capazes de superar os limites da realidade local, fazendo emergir diversos sujeitos coletivos, a partir da construção de novas identidades sociais próprias, o que parece não ter ocorrido em várias outras regiões em que a população também foi atingida pelos mesmos efeitos da modernização da agricultura?

Para responder a essa pergunta, que é a questão central do presente estudo, parece oportuno subdividi-la em duas outras que dela decorrem. Em primeiro lugar, se é certo que setores da igreja atuaram decisivamente na mobilização e organização desses camponeses, não se pode tomar este fato simplesmente como algo dado ou natural. Quais os fatores que habilitaram a igreja a tornar-se interlocutora dessa população, de forma tão abrangente, e por que razão os camponeses em questão revelaram-se dispostos a seguir os apelos de suas pregações? Em segundo lugar, por que é que, a partir desse trabalho da igreja, esses camponeses conseguiram passar de trabalhadores anônimos, marginalizados e incapazes de se auto-representar no campo político para defesa dos seus interesses, a sujeitos políticos autônomos, capazes de

marginalizados e incapazes de se auto representar no campo político, em sujeitos políticos autônomos, capazes de se auto representar e de assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino. Neste capítulo também se fez uma análise da construção dos movimentos sociais, como resultado da articulação/interação de condições materiais, históricas e culturais da população que se mobilizou, das novas condições histórico-materiais geradas pelo processo de modernização da agricultura e do processo comunicativo/interativo e de crítica dessa realidade desencadeado por algumas práticas (sobretudo práticas pastorais) promovidas pela igreja e, posteriormente, também por alguns sindicatos de trabalhadores rurais. Essa reconstituição, à luz de elementos teóricos a respeito da interferência dos fatores histórico-materiais, dos fatores subjetivos e do processo de comunicação nos processos sociais, tomou por base as informações obtidas através da revisão da literatura, da análise documental e principalmente, dos depoimentos de lideranças que vivenciaram esse processo e participaram diretamente da criação dos movimentos sociais em questão, e de depoimentos de agentes religiosos que participaram diretamente da condução dos trabalhos desenvolvidos pela igreja, junto aos camponeses, nessa época, e que contribuíram direta ou indiretamente na organização de tais movimentos.

Por fim, nas considerações finais, procurou-se traçar de forma mais nítida (e sucinta) os contornos desse conjunto de fatores (histórico-materiais, culturais, afetivos e pedagógico/comunicativos) que se combinaram num arranjo específico para dar origem aos movimentos sociais. Também são feitas outras observações a respeito do desenvolvimento do presente estudo e levantado algumas lacuna que deixa em aberto.

A compreensão sobre os fatores que possibilitaram o surgimento desses movimentos sociais se dá pelo encontro de duas grandes contribuições teóricas e empíricas. De um lado, a análise do processo histórico de inserção desses camponeses na sociedade brasileira e no Oeste Catarinense, no interior do qual foi sendo construida e reconstruida a sua cultura e a sua consciência afetiva e moral, com as quais interpretaram e reagiram aos novos desafios impostos pelas condições histórico-sociais do final da

essumir a responsabilidade sobre o seu próprio destino?

Para responder a essas indagações, buscou-se subsídios teóricos que permitem perceber novos elementos presentes tanto no processo de desenvolvimento histórico dessa população que se mobilizou, quanto no processo pedagógico no interior do qual essa população modificou a sua compreensão e suas atitudes frente a realidade que vivida e aos novos desafios por ela colocados. A partir disso, desenvolveu-se um estudo abordando os quatro movimentos sociais, acima citados, em conjunto, tomando-os como desdobramentos de um mesmo processo.

O capítulo 1 foi dedicado a um relato sucinto dos principais fatos e processos ligados ao surgimento de cada um dos quatro movimentos. Além disso, procurou-se situá-los no contexto mais geral das lutas camponesas no Brasil ao longo da história, demonstrando o salto qualitativo que eles representam.

Nos capítulos 2 e 3, a partir de uma reflexão teórica sobre alguns conceitos desenvolvidos por E.P.THOMPSON, que permitem compreender a interação entre a cultura e os desafios postos pelas condições histórico-materiais, na determinação do agir humano, buscou-se reunir elementos para responder a primeira das duas questões em que o problema posto para o presente estudo foi dividido. Ou seja, sobre as razões que possibilitaram a igreja a tornar-se uma interlocutora privilegiada da população que se mobilizou. Além disso, buscou-se levantar, entre as caracte rísticas da cultura e do modo de vida dos camponeses do Oeste Catarinense, alguns elementos que, ao que tudo indica, favore ceram o processo de mobilização. No capítulo 2 procurou-se destacar algumas especificidades da população camponesa em ques tão a partir da qual se constituiu o núcleo desencadeador da mobilização, em relação aos camponeses de outras regiões do país e mesmo em relação a outros grupos de camponeses da própria região. No capítulo 3 buscou-se descrever os elementos da cultura e do modo de vida dos camponeses do Oeste Catarinense que, ao que parece, se constituíram em base importantes para o processo de mobilização e organização.

O quarto capítulo foi dedicado a reconstituição do processo de transformação dos camponeses de sujeitos anônimos,

década de 70 e início dos anos 80. De outro lado, a análise das transformações provocadas no processo de comunicação em que esses camponeses se encontravam inseridos a partir do desencadeamento de algumas práticas pastorais e políticas que, construindo e/ou redimensionando diversos espaços comunicativos/interativos, possibilitaram a veiculação de um discurso crítico, portador de novas interpretações sobre a realidade histórico-material e com isso a tematização de problemas cotidianos, avanços a nível do entendimento e a passagem a novos níveis de consciência. Além disso, possibilitaram a retomada do exercício da palavra, da discussão, da argumentação em torno de idéias e interesses, o que foi fundamental para a requalificação para a prática política.

A presente pesquisa define-se, então, como um estudo comparativo desses quatro movimentos sociais, a partir da constatação da existência de fatores comuns no seu processo de surgimento e de elementos comuns no que se refere à base social sobre a qual se organizam (o processo histórico de sua constituição, o patrimônio cultural, etc.) e aos objetivos últimos do próprio processo de sua mobilização.

Assim, o objetivo do presente estudo é fornecer uma visão de conjunto sobre os fatores que possibilitaram surgimento dos diversos movimentos sociais, envolvendo populações camponesas do Oeste Catarinense, no final da década de setenta e início dos anos oitenta, tomando tais movimentos como diferentes manifestações ou diferentes desdobramentos de um mesmo processo.

Este estudo se justifica tanto pelo fato de inexistir, até o presente momento, um estudo que aborde tais movimentos em seu conjunto, percebendo-lhes os elementos comuns e suas diferenças, quanto por se constituir, numa oportunidade privilegiada de se observar, dentro de uma situação concreta, a combinação de condições materiais históricas, culturais, afetivas e morais, que se coalizam para dar origem a emergência de um processo de mobilização, além de possibilitar a percepção de alguns fatores centrais a esse processo de mobilização.

Em termos metodológicos optou-se pelo desenvolvimento de um processo de reflexão, que combina os elementos teóricos com as informações obtidas sobre o desenrolar do processo, dentro de uma

concepção que entende que a teoria possui uma importância fundamental no processo de elucidação da realidade estudada e na compreensão das informações obtidas no processo de investigação.

A utilização de depoimentos orais, baseados na experiência pessoal de cada ator, dentro do processo histórico em questão, não impediu que, no processo de entrevista, fossem levantadas pelo pesquisador, questões e temas considerados, por este, pertinentes e importantes para a compreensão do tema em estudo, embora se tenha procurado adotar uma postura de não impedir, mas, ao contrário, de estimular o relato, pelo entrevistado, daquelas experiências que ele mesmo considerasse mais relevantes, numa combinação que DEMARTINI (1992), seguindo a definição de BERTAUX (1980), chamou de "histórias de vida sumárias". Isto é, depoimentos baseados na história pessoal do entrevistado, mas que se concentra principalmente em torno do tema em estudo.

Essa forma de atuação é condizente com a concepção de ciência que entende ser a abordagem qualitativa, a metodologia por excelência das ciências sociais, embora não se negue a possibilidade de se lançar mão, complementarmente, de técnicas de cunho quantitativo. (FERRAROTI, 1981)

Optou-se por não estabelecer a elaboração de um capítulo teórico separado dos dados empíricos, mas sim de ir "chamando" os elementos teóricos a partir das necessidades colocadas para a interpretação das informações frente às perguntas formuladas.

O desenvolvimento do trabalho deu-se através de alguns momentos, cuja explicitação pode auxiliar na compreensão da dinâmica empreendida.

O primeiro momento desenvolvido entre o final do segundo semestre de 1992 e durante o primeiro semestre de 1993, constituiu-se de uma aproximação em relação ao objeto a ser pesquisado, através de contatos e entrevistas informais com lideranças que participaram da criação dos movimentos (e mesmo outras lideranças que atualmente estão à sua frente), com agentes religiosos que estiveram à frente do trabalho desenvolvido pela igreja, e revisão da literatura produzida até então sobre tais movimentos. Também procedeu-se análise documental junto aos arquivos do SAI (Serviço de Assessoria e Informação) e junto à secretaria de cada

movimento, ou mais especificamente, junto ao MST, MMA e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapecó. Esse momento foi de grande importância no sentido de checagem e organização de informações já conhecidas, devido aos contatos relativamente estreitos mantidos com esses movimentos, durante anos de convivência na região, através da participação em acontecimentos de caráter político e/ou religioso, do apoio aos movimentos aqui estudados, em momentos críticos de sua história, da militância política na área sindical e partidária e da assessoria a esses movimentos, em diversas ocasiões, devido, tanto à militância política, quanto à atuação profissional. Esse foi o período em que o projeto de pesquisa foi tomando forma, se modificando, até chegar à forma atual.

O segundo momento, desenvolvido no segundo semestre de 1993, constituiu-se da organização sistemática das informações sobre os movimentos sociais em questão através da redação de uma primeira versão do capítulo 1 dessa dissertação, entitulado "DE QUE MOVIMENTOS SOCIAIS SE ESTA FALANDO", que significou um esforço de traçar contornos mais nítidos ao objeto de pesquisa, cuja construção ficava um pouco dificultada pelo fato de se estar trabalhando não com um, mas com quatro movimentos diferentes.

O 3º momento, refere-se à coleta dos depoimentos das lideranças e agentes religiosos que, além da riqueza das informações inerentes aos depoimentos em si, possibilitaram a localização de novas fontes documentais, de fotografias, símbolos, etc, que possibilitaram uma maior riqueza na análise dos fatores ligados ao surgimento dos movimentos sociais em questão.

A escolha da amostra para a realização da coleta dos depoimentos não foi aleatória. Recaiu, por um lado, sobre as lideranças que participaram efetivamente do processo inicial de organização dos movimentos sociais em questão, com o cuidado de garantir que todos eles fossem representados de forma mais ou menos equilibrada, com pelo menos dois representantes de cada movimento. Além disso, foram identificadas algumas lideranças que tiveram participação ativa em mais de um movimento. Outro aspecto observado foi o de garantir a representação significativa de homens e mulheres, muito embora, ainda assim, o número de

homens entrevistados tenha sido maior do que o de mulheres. Ao todo foram entrevistados onze lideranças, sendo sete homens e quatro mulheres.

Quanto aos agentes religiosos, a escolha recaiu sobre aqueles que atuaram diretamente na região, no período imediatamente anterior e no período de surgimento dos movimentos sociais aqui estudados e que, direta ou indiretamente contribuíram na organização dos referidos movimentos. Também cuidou-se de garantir a presença de agentes masculinos e femininos, bem como leigos e religiosos. Ao todo foram entrevistados cinco agentes religiosos (duas freiras, um leigo, um padre e um bispo diocesano).

É importante registrar que, tanto os agentes de pastoral, quanto os líderes camponeses entrevistados, são pessoas que possuem uma linguagem bastante articulada e facilidade em expressar seu raciocínio em torno das questões propostas. O resultado disso foram entrevistas longas e ricas em detalhes e explicações a respeito dos fatos e temas abordados.

O quarto momento refere-se à reflexão (através dos depoimentos, análise documental e literatura) a partir do confronto do conjunto das informações obtidas, tanto em relação ao processo histórico vivenciado por essa população em que se constituiu/reelaborou o seu patrimônio cultural e a sua consciência afetiva e moral, quanto sobre o momento em que, a partir do envolvimento de algumas práticas pastorais e políticas, esses camponeses reelaboraram sua experiência histórica ante as novas condições colocadas pelo processo de modernização da agricultura e ambos com os elementos teóricos utilizados para a sua análise. Na verdade esse momento se fez presente em todo o processo da pesquisa, embora tenha ganho mais intensidade nos últimos momentos, especialmente dedicados à análise e interpretação e redação da dissertação. No entanto, a partir da qualificação, a redação da dissertação pode ser colocada como um 5º momento, embora esteja totalmente colado no processo de reflexão a que se refere o 4º momento.

Pretende-se ainda viabilizar a existência de um outro momento, após a defesa da dissertação, que se constituirá no retorno do trabalho elaborado aos agentes de sua construção, não

para ser uma devolução do conhecimento pronto e acabado, mas para possibilitar uma avaliação crítica tanto do trabalho escrito, quanto da experiência histórica por eles vivenciada, a partir de reflexões aqui levantadas.

CAPITULO 1

DE QUE MOVIMENTOS SOCIAIS SE ESTA FALANDO

A abrangência do objeto do presente estudo coloca uma dificuldade no momento de precisar sua definição. O fato de não se tratar de um movimento social específico, mas de vários movimentos, envolvendo uma diversidade relativamente grande de situações e de atores sociais, requer um esforço especial para captar-lhe a unidade. Trata-se de um objeto cujos contornos precisam ser explicitados, a partir dos seus elementos unificadores, para que nele se possa ver um todo claramente definido. é o que se pretende fazer no presente capitulo. é também um esforço para situar os movimentos aqui estudados, no contexto mais geral das lutas camponesas no Brasil.

1.1. MOVIMENTOS CAMPONESES NA HISTORIA BRASILEIRA

A história brasileira, principalmente a partir da proclamação da república, está pontuada por conflitos e revoltas camponesas em praticamente todas as regiões do país. Ao longo do tempo, os camponeses esboçaram formas de reação, mesmo que as vezes muito elementares, à discriminação a que estavam submetidos pela lógica social instituída (MEDEIROS, 1989).

O banditismo talvez tenha sido a mais elementar delas, existindo desde os tempos da colônia, mas principalmente a partir do coronelismo da República.

No banditismo não é tão clara a existência de uma concepção de mundo e de organização que se contraponha a dos coronéis.

Demonstra isso o fato de que ele foi a base dos exércitos privados dos coronéis e fazendeiros, sustentando o seu poder e alimentando as lutas de famílias. O jagunço se caracterizava justamente por trabalhar sempre para um patrão. Normalmente era um morador, agregado ou trabalhador da fazenda, em cujas atribuições constava a defesa do patrão.

O cangaceiro, por sua vez, caracterizava-se por ser o bandido rebelde que, mesmo quando alugava seus serviços, mantinha a sua autonomia.Normalmente era o camponês, sitiante ou posseiro que, lesado em seus direitos, submetido a expropriações, expulsões e violências por parte dos jagunços de um coronel ou mesmo pela polícia, buscavam, através do cangaço, a sua vingança, uma vingança de classe (CARVALHO FRANCO,1794; MARTINS 1981).

Os movimentos messiânicos, por sua vez, situados principalmente no período que vai da proclamação da República até 1930, quando se inicia a concentração do poder, tem um cunho menos pessoal e mais coletivo. Nessas lutas os camponeses desenvolveram uma concepção de mundo e uma organização que os contrapunha objetivamente à república dos coronéis e à transação do poder entre o estado e a ordem privada (MARTINS,1981).

Segundo o mesmo autor, tanto em Canudos como no Contestado, se o motivo alegado para o ataque foi a defesa da república contra a restauração da monarquia, o motivo real parece ter sido o senso diferente de justiça que desenvolveram, contrapondo-se à justiça parcial dos coronéis. *"Não era a monarquia que os militares combatiam, como disso se deram conta muitos e muito depressa. Era a insurreição e a subversão dos pobres do campo"(idem, ibidem, p.62).*

Esses movimentos já parecem representar o desenvolvimento pelos camponeses, da consciência da existência de uma oposição em relação à sociedade externa, o que implica na construção de uma identidade, mesmo que elementar e permeada de misticismo.

O misticismo foi,aliás, um traço marcante nesses movimentos, juntamente com sua atitude de isolamento e segregação em relação ao mundo urbano, através da criação dos seus redutos, suas cidades santas e seu território sagrado. É devido à existência desses traços que, não obstante apresentarem um projeto

alternativo de organização da vida social,assentado principalmente na comunhão de bens, esses movimentos são classificados como pré-políticos. São pré-políticos por fazerem uma leitura marcadamente mágica da realidade e por buscarem soluções calcadas no isolamento em relação à sociedade instituída e ao mundo urbano.

O que precisa ser destacado é que a causa primeira, tanto do banditismo, quanto dos movimentos messiânicos, parecem ter sido as injustiças, a violência, a expropriação e a exclusão dos camponeses, pela ordem instituída em favor da grande propriedade, em especial no que tange à propriedade e ao uso da terra. WAGNER(1989, p.50) afirma: *"Uma coisa é certa - ao longo da história, a questão da terra tem sido sempre o estopim para a revolta."* MARTINS(1981, p.63) também afirma: *"É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto, camponeses e fazendeiros."* Em outra obra, o mesmo autor afirma que, diferentemente do que ocorre no espaço urbano, onde a exploração é o grande problema, no campo é a expropriação a grande causa das lutas (MARTINS,1982).

No período que vai de 1940 até 1964, as lutas camponesas entraram num outro momento.O messianismo e o cangaço deram lugar a outras formas de luta, dentre as quais se destacam as Ligas Camponesas, os Sindicatos e várias revoltas camponesas calcadas explicitamente sobre a questão da terra,bem como inúmeras greves envolvendo sobretudo assalariados do campo.Segundo MEDEIROS (1989),os inúmeros conflitos e as diversas lutas colocaram os camponeses no cenário político e impuseram o seu reconhecimento à sociedade. *"Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de dicussão política"* (idem,ibidem,p.13). Vários movimentos camponeses surgiram em todas as regiões do país. E novamente a questão da terra foi a base ou a razão principal dos conflitos.

Ocorre que, nesse período, um amplo processo de expropriações e expulsões passou a ocorrer em muitas regiões, devido às transformações e reordenamentos provocados pelo crescimento do mercado interno, fruto da industrialização crescente do

país, bem como pelas novas condições do mercado externo. A natureza do trabalho agrícola também sofreu transformações, levando ao surgimento dos bóias-frias e de novas formas de extração de renda da terra de agregados e posseiros (MARTINS,1981 e 1982; MEDEIROS(1989).

As Ligas Camponesas representaram um amplo processo de mobilização dos camponeses, constituindo-se numa forma de resistência organizada, tanto ao processo de expulsão e expropriação, quanto às tentativas de extração de uma dupla ou até tripla renda da terra dos posseiros pelos proprietários de terras (MARTINS,1981).

Um dos seus principais efeitos foi talvez o desencadeamento da discussão da questão da terra e da reforma agrária em todo o país.

Elas só retrocederam a partir do momento em que o governo, preocupado com o crescimento da organização no campo, passou a facilitar e estimular a criação de sindicatos de trabalhadores rurais atrelados ao ministério do trabalho. A maioria das ligas passou a ser convertidas em sindicatos, não sem uma mudança nas suas propostas frente a questão agrária.

No Rio Grande do Sul, entre 1960 e 1964, também ocorreu um importante movimento de luta pela terra: o MASTER (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Surgiu pela iniciativa de um grupo de lideranças, sobretudo ligadas ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), envolvidas na luta pela reforma agrária.Novamente era a situação precária dos camponeses e a grande concentração de terras, que estava na base das inquietações, tendo provocado inúmeros conflitos de terra no Estado. O MASTER foi uma forma, idealizada por essas lideranças, para dar representatividade aos camponeses envolvidos na luta pela terra, unificando suas ações. Inicialmente o MASTER careceu de representatividade popular, devido, justamente, a forma como foi criado. Mas com o tempo, através do ingresso de algumas lideranças de base, o movimento ganhou mais penetração junto aos camponeses, unificando as suas lutas (WAGNER,1989).

O ponto culminante do MASTER, segundo WAGNER(1989),ocorreu entre os anos de 1962 e 1963, quando foram montados diversos

acampamentos de sem terras (35 ao todo) e realizadas várias mobilizações e manifestações públicas pela reforma agrária, movimentando mais de cem mil camponeses. Os acampamentos eram montados a partir de anúncios feitos pelas rádios, convidando para um grande churrasco. No segundo dia o governador do estado (Leonel Brizola), ia ao acampamento e prometia desapropriar aquela terra. Os acampados eram cadastrados e voltavam para casa para esperar a desapropriação da área.Poucos desses acampamentos resultaram em reassentamentos produtivos(idem, ibidem).

O acampamento que talvez mereça mais atenção, no âmbito deste trabalho e que, mesmo no contexto do movimento foi dos que mais se destacou, foi o acampamento de Passo Feio, em Nonoai, município situado na divisa com o Oeste Catarinense. Neste local, em 1963, cerca de 5 mil camponeses, organizados por Jair Calixto, ex-prefeito de Nonoai, resolveram, a exemplo de alguns outros lugares, não seguir a orientação dos organizadores e permaneceram acampados como forma de pressão, para agilizar o processo de desapropriação. Porém, nesse tempo, Ildo Meneghetti(PSD), assumiu o governo do Rio Grande do Sul e se contrapôs frontalmente à proposta de reforma agrária do PTB de Leonel Brizola. Decidiu então acabar com os acampamentos ainda existentes (seis ao todo). Os acampados de Passo Feio resistiram, por mais de um ano,ao cerco da Brigada Militar. No final,muitos foram dispersados pela ação da polícia e os que ainda resistiam foram orientados pelo próprio comandante da polícia a entrar na reserva dos índios Caingangues de Nonoai. A sua intenção, ao que parece, era de criar problemas ao então Presidente da República, João Goulart, adversário político de Meneghetti,uma vez que a reserva indígena era de responsabilidade do Governo Federal.

A importância desse fato está em que, 15 anos mais tarde, os camponeses que se instalaram na reserva indígena, juntamente com outros que entraram na área nos anos seguintes, foram expulsos pelos índios. Depois de permanecer algum tempo vagando pela região, após vários conflitos, ocupações e despejos, muitos deles participaram do acampamento de Encruzilhada Natalino,em Ronda Alta, que foi uma das primeiras ocupações que deram origem ao Movimento dos Sem Terra (WAGNER ,1989; MEDEIROS,1989).

Em relação ao MASTER cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, foi um movimento conduzido principalmente por lideranças políticas, ligadas ao PTB. Talvez por essa razão, tenha se concentrado mais em torno da ação dessas lideranças do que propriamente em torno da organização coletiva dos camponeses. Mesmo no caso de Passo Feio, há indícios de que a organização se assentava muito sobre a ação de algumas lideranças de destaque. Em segundo lugar,entre as lideranças de base, é preciso destacar uma certa ingenuidade política, que pode até ser identificada com um certo voluntarismo ou espontaneísmo. Por não perceberem a evolução do quadro político a cada momento, comprometeram o sucesso das ações. Em terceiro lugar, O MASTER possuía uma proposta de reforma agrária diferente das ligas camponesas, embora, em seu surgimento, possa ter sido influenciado por elas. A diferença básica era de que as ligas propunham a reforma agrária através da luta revolucionária, enquanto o MASTER queria fazê-la de forma pacífica através de formas legais de luta e organização (WAGNER,1989;MEDEIROS,1989). Em quarto lugar, segundo LISBOA(1988), o objetivo do MASTER, com seus acampamentos e mobilizações, limitava-se a conquista da terra, não tendo se colocado uma perspectiva mais ampla de transformação da estrutura fundiária e social ou da lógica de desenvolvimento agrário.

Foi nesse período (1940-1964) que surgiram os primeiros encontros de trabalhadores do campo em nível estadual e nacional, com a criação de entidades representativas nesses mesmos níveis, estratégias que parecem ter sido fundamentais para o início de uma articulação das diversas lutas e para a construção de bandeiras comuns. Parece importante observar, porém, que a presença majoritária de lideranças urbanas (intelectuais, profissionais liberais, políticos, ligados sobretudo ao PCB e, a partir do final da década de 50, também à igreja e ao PTB),na cúpula e nos centros de decisão desses movimentos, se por um lado,revela um esforço de articulação com o urbano, por outro lado, parece denunciar também, a sobrevivência da idéia da necessidade de representação dos camponeses no cenário político, ao invés de se admitir a sua participação direta. Essa concepção, se embasava na crença da incapacidade política dos camponeses que, por muito

tempo, justificou sua exclusão do pacto político. Porém, parece revelar também os limites da organização e do desenvolvimento político dos próprios camponeses no sentido de garantir a auto-direção e a autonomia dos seus movimentos.

No período pós-64, o governo militar, ao pôr fim ao MASTER, às Ligas Camponesas e aos outros movimentos camponeses existentes no Brasil, através da perseguição, morte e exílio de suas lideranças, provocou um período de silêncio forçado dos camponeses, mas não eliminou as contradições da realidade que lhe serviram de base e que foram a causa de tantos conflitos. Pelo contrário, a decisão de modernizar a agricultura, integrando-a sob diversas formas, ao circuito da produção industrial, sob o controle direto ou indireto da indústria, provocou novas e profundas transformações no campo. Transformações que se referem à forma de produzir, à natureza do trabalho e suas relações, à qualidade e diversidade dos produtos e, sobretudo, quanto à produtividade (MEDEIROS,1989).

Sob muitos aspectos, agravam-se as contradições presentes no campo. Milhares de camponeses se viram impossibilitados de continuar na agricultura, devido, por um lado, ao ingresso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, e por outro, devido à mudança nos padrões de produtividade, provocada pela tecnificação da produção que, reduzindo as condições sociais médias de produção, provocaram o rebaixamento dos preços reais dos produtos.(GRAZIANO DA SILVA,1981 e 1982;LACERDA,1985).

Nessa situação,os pequenos produtores rurais passaram por um processo de empobrecimento gradativo e as condições sociais de vida no campo se agravaram. As pequenas unidades produtivas mais descapitalizadas que não conseguiram se modernizar, passaram a ter grandes dificuldades para sobreviver. Muitas famílias abandonaram o campo e outras se viram impossibilitadas de se reproduzir enquanto camponeses, o que provocou a saída forçada dos filhos para buscar emprego nas cidades.

No mesmo sentido, CASAGRANDE(1991), destaca que,a partir da década de 80, na região sul, um novo ingrediente contribuiu para agravar a situação no campo. Foi o fim da fronteira agrícola, tanto interna (dentro da propriedade), quanto externa (de

outras terras na região). Como as propriedades eram pequenas e as famílias, geralmente, numerosas, contando com até 8 a 10 filhos, alguns deles se viram obrigados a migrar para a cidade ou sujeitarem-se ao assalariamento em propriedades maiores. O fim da fronteira, segundo o autor, é um elemento de muito peso na quebra da normalidade da reprodução da vida familiar camponesa e na ameaça a condição de camponês.

Em Santa Catarina, pelos dados do IBGE(1), de 1970 a 1980, a população do Estado sofreu uma reversão profunda, sendo que 1.088.091 pessoas migraram do campo para a cidade. Em termos proporcionais, a população rural passou de 57% em 1970, para 40,62% em 1980.

A agudização dessas contradições provocou, no final dos anos 70, uma verdadeira explosão no campo. Os conflitos reprimidos pelo governo militar, nos primeiros anos do golpe, reapareceram com maior intensidade (MEDEIROS,1989). MARTINS(1984,p.75 coloca:

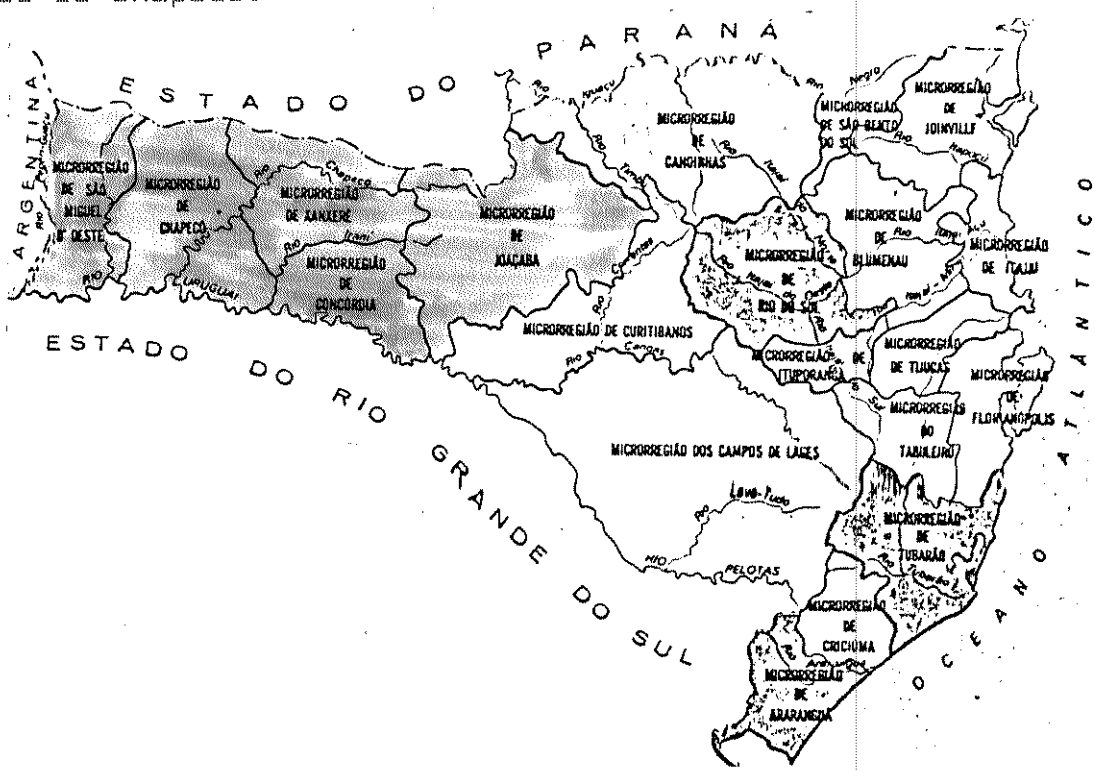
> *"Foi o próprio capital incentivado pelo Estado Militar, que sem desejar,liberou o demônio político das lutas camponesas em todas as regiões do país. Paralelamente à expansão do capitalismo no campo houve expansão das lutas dos trabalhadores, a disseminação da luta pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas do direito vigente e dominante."*

Cabe observar, porém, que, como será abordado no capítulos subseqüentes, apenas as questões de ordem econômica não teriam sido suficientes para desencadear tais conflitos. Outros fatores parecem também estarem presentes.

O certo é que uma diversidade muito grande de conflitos e de mobilizações foram registrados nesse momento, espelhando a grande diversidade de personagens existentes no mundo rural brasileiro, cujas especificidades retratam formas específicas de contradições dos camponeses frente ao capital.

1.2.OESTE CATARINENSE: MODERNIZAÇAO, EXODO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Em primeiro lugar, é preciso definir o que será considerado como sendo Oeste Catarinense, no âmbito do presente trabalho, uma vez que existem vários critérios diferentes para a sua delimitação, com diferentes resultados. No presente estudo, por se tratar de um estudo de caráter sociológico, será utilizada a delimitação feita por ROSSETTO(1987),que considera que, do ponto de vista sociológico, é possível incluir como sendo Oeste Catarinense, os municípios que, segundo a divisão técnico adminidtrativa do Estado, compõe cinco microrregiões a saber: Extremo-Oeste(São Miguel do Oeste), Oeste(Chapecó), Alto Irani(Xanxerê), Meio-Oeste(Joaçaba), Alto Rio do Peixe(Caçador) e Alto Uruguai Catarinense(Concórdia). O mapa a seguir situa dentro do Estado de Santa Catarina as diversas microrregiões citadas, identificadas pelo seu município pólo. Apenas a microrregião do Alto Rio do Peixe aparece incluida na microrregião de Joaçaba. É necessário esclarecer, no entanto, que o presente estudo foi realizado nos limites da região composta pelas microrregiões Oeste, Extremo-Oeste e Alto Irani, que correspondem à área de abrangência da Diocese de Chapecó.



FONTE: ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA, p.57.

Em 1970,momento em que passou por um processo de modernização e industrialização,o Oeste Catarinense encontrava-se habitado predominantemente por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, oriundos do estado do Rio Grande do Sul.Praticavam uma agricultura de base familiar,voltada à produção de gêneros para o mercado nacional.Este era o tipo de atividade econômica dominante na região. Voltava-se principalmente à produção e comercialização de produtos como feijão, arroz, trigo e mesmo galinhas, todas em caráter complementar em relação à produção de suínos, que foi, sem dúvida, o grande fator de desenvolvimento da região a partir de 1940. Paralelo a isso destaca-se a existência de uma considerável produção de milho, o qual, no entanto, era transformado em milho no interior das próprias unidades camponesas.

Nas décadas de 70 e 80,no entanto, o Oeste Catarinense conheceu profundas transformações econômicas,sociais e políticas.O avanço do processo de industrialização,baseada na agroindústria,e a crescente submissão da pequena produção à sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola,determinaram uma profunda crise na produção camponesa tradicional, que caracterizava predominantemente a região.

A chegada da modernização agrícola e o início da crise da economia camponesa tradicional na região foram sentidos por dois fatores principais. O endividamento junto ao setor bancário e a crise da suinocultura.

A abertura de linhas de cédito bancário acessíveis aos pequenos produtores rurais coincidiu com o surgimento de uma série de estímulos à melhoria dos equipamentos e instalações das propriedades e à modernização das técnicas de produção, como o emprego mais intensivo de sementes selecionadas, a utilização de insumos de origem industrial e a mecanização agrícola.

O setor mais sensível, nesse sentido, foi sem dúvida a suinocultura, o ramo mais importante da produção agrícola tradicional da região. Nesse caso, houve grande incentivo à melhoria das raças, das instalações e das técnicas de manejo e alimentação.

A forma de acesso a tais melhorias foi a contração de

financiamentos junto ao setor bancário. Nos primeiros anos, os juros baixos e pré-fixados foram um estímulo à realização de melhorias. Todos os camponeses entrevistados durante a presente pesquisa, ao abordarem a questão da modernização da agricultura, referiram-se a esse momento inicial em que os financiamentos eram um fator positivo de melhoria da produção nas propriedades.

> *"Essa era uma coisa interessante...é que, nessa época, os financiamentos que foram feitos eram com juro fixo (...) Todas as coisas que eu comprei foi financiado. Tanto a trilhadeira, o motor, a luz elétrica que eu coloquei na propriedade, foi tudo financiado... com juro fixo. Era uma época boa de financiamento"* (Camponês. Um dos organizadores da 1ª oposição sindical da região, participou também ativamente na organização dos outros movimentos).

A esses estímulos correspondeu um aumento nas exigências de qualidade dos produtos e das expectativas de produtividade, inviabilizando a continuidade das formas tradicionais de produção. Além disso, a utilização de insumos industrializados, não produzidos na própria propriedade aumentou os custos de produção ao mesmo tempo que os preços experimentaram uma tendência de queda. Essa foi precisamente a lógica da modernização agrícola em todo o país. A entrada das máquinas e insumos industrializados na produção agrícola diminuiu os ganhos unitários sobre cada produto, o que deveria ser compensado pelos ganhos de produtividade. Ou seja, o mercado dos produtos agrícolas passou a trabalhar com expectativas de produtividade maiores, superiores aos que grande parte dos camponeses da região conseguiam atingir em média. O resultado disso foi que grande parte das unidades camponesas de produção passaram a ter dificuldades de competir nesse mercado. Mesmo tendo feito alguns investimentos para modernizar sua produção, muitos camponeses não conseguiam atingir níveis competitivos de produção e produtividade. O depoimento a seguir é ilustrativo dos problemas enfrentados pelos camponeses.

> *"Enquanto nóis criava o porco comum, nóis cozinhava lavage, plantava bastante abóbora, ponhava bastante soja dentro, né, mandioca, batata doce... engordava o porco com custos baixíssimos,né. Aí quando começô a classificação do suíno tipo carne, o tipo exportação, o tipo misto e o tipo comum - a diferença de preço começô a ficá muito grande, né. Então, aí a gente teve que começá a melhorá a raça. Aí eu tinha investido, tinha comprado um motor diesel, um quebrador, trilhadeira... tinha construído mais um chiqueiro. Tudo preparado prá criá porco*

mesmo. (...) E aí de fato começô a produzi muito mais rápido, né. Em seis meses, sete, a gente chegava a um porco de 90, 95 quilos. Só que o custo desse porco começô a ficá muito alto. (...) Porque aí não dava mais prá cozinha a mandioca, a abóbora, batata prá tratá o porco, porque criava muito toicinho e daí não passava mais por carne e aí ele me dava mais prejuízo ainda. Daí eu tinha que comprá só a ração. Daí eu vendia o porco prá pagá a ração e meu trabalho ficava sempre em nada. Eu vendia um lote e sempre ficava devendo ração, que eu não conseguia sustentá os outros..."(Camponês.Um dos organizadores da lª oposição sindical da região. Participou ativamente também da organização de outros movimentos).

Neste contexto a situação foi agravada por dois outros fatores que, na região, foram decisivos para a agudização dos efeitos da crise. De um lado uma oscilação muito grande no preço dos suínos com altas e baixas muito acentuadas, e de outro o processo inflacionário que, devido ao início da correção monetária, elevou muito o custo do dinheiro para os camponeses. A combinação desses dois fatores - longos períodos de preços em queda e financiamento a custos muito altos - levou a suinocultura e, conseqüentemente a produção agrícola em geral, a uma situação de extrema dificuldade. Muitos camponeses que necessitaram contrair empréstimos bancários para produzir, passaram a ter grandes dificuldades para saldar suas dívidas e, em muitos casos, foram obrigados, para isto, a se desfazer de muitos bens quando não, da própria terra. Para se ter uma idéia, dos nove camponeses entrevistados durante a pesquisa, seis deles relataram esse tipo de dificuldade em sua própria família, como mostram os exemplos a seguir:

A.) "Só prá tê uma idéia, quando ele (o pai) financiô, o dólar valia CR$ 90,00 (noventa cruzeiros) e no outro ano quando foi pagá o dólar valia 500. Daí não conseguimo mais vencê o financiamento. então começô a aumentá o juro, começô estorá e daí não conseguimo mais pagá. (...) Tivemo que vendê a trilhadera, tivemo que vendê a maioria das criadera, os porco vendemo tudo, até dois lote grande de leitão e daí não tinha mais porco prá engordá... daí começô o fracasso." (Camponês.Líder da ocupação da fazenda Burro Branco e líder sindical).

B.) "Aí deu um ano de crise, que quase todo o ano o preço do porco tava baixo, né... E aí era um ano que nóis tava com bastante prestações prá pagá no banco e acabamo encerrando com os suínos. Vendemos todas as criadeiras, saldamos as dívidas no banco e paramo de criá suíno. Vendemo tudo prá pagá as contas no banco. E, inclusive, só o suíno não deu. Só as criadeiras não foram suficientes. Vendemo mais alguma cabeça de gado. Aí deu prá

resolvê o probelma no banco e mantê a propriedde. Mas na verdade tava correndo o risco de perdê."(Camponês.Líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e Oeste Catarinense).

Embora não haja um levantamento preciso sobre a questão, é certo que muitos foram os camponeses que tiveram suas propriedades leiloadas, devido ao fato de não conseguirem pagar os seus financiamentos. Diversos desses casos foram relatados nas entrevistas.

O auge da crise ocorreu com a chamada Peste Suína Africana, um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja exeistência nunca foi realmente comprovada.

Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos do Aeroporto do Galeão do Rio de Janeiro, começou a ser divulgada, nos noticiários, uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da região sul, inclusive no Oeste Catarinense.

Diante da suspeita da existência da peste, a propriedade era interditada e os suínos eram exterminados a tiros de fuzil por pelotões do exército e depois queimados em valas abertas por retro-escavadeira. Também eram exterminados os suínos das propriedades mais próximas.

O primeiro caso de extermínio de suínos ocorreu em 19 de setembro de 1978, em linha São João, no município de Xanxerê (SC). Não foi possível levantar o número exato de casos, mas, segundo os agentes de pastoral que acompanharam o processo, ao todo foram em torno de dez casos em que consumou-se a matança de suínos na região, atingindo diversos municípios.

"Na verdade os agricultores não enchergavam nenhum suíno doente e derepente vinha uma determinação e, da noite para o dia, aparecia uma tropa militarmente aparelhada prá fazer a matança. Vinham inclusive com retro-escavadeira, abriam uma vala enorme, carregavam os suínos dos chiqueirões e derrubavam nas valas e os soldados com fuzis, iam matando. No interior de Saudades, por exemplo, foram disparados mais de mil tiros de fuzil naquele dia, onde foram fuzilados em torno de mil suínos."(Padre, agente de pastoral)

Assim que surgiu o problema, a diocese de Chapecó desta-

cou dois agentes de pastoral, um ligado à CPT e outro ao CIMI, com carro à disposição para acompanhar todos os casos de focos identificados e de extermínio de suínos. Logo que surgia o foco, os mesmos se dirigiam ao local para fazer levantamento de dados, entrevistar os envolvidos e levantar todo tipo de informações possíveis sobre o caso. Além disso, os mesmos prestavam assessoria aos camponeses proprietários dos suínos e junto com a paróquia do município organizavam os camponeses para protestar e resistir à consumação da matança dos suínos.

Segundo esses agentes, há indícios bastante evidentes de que, ao invés de uma doença de suínos, a suposta peste foi uma estratégia para a eliminação definitiva da produção autonôma de suínos na região. Citam, por exemplo, o fato de que, em vários casos,os camponeses, ao saber do extermínio, separaram os leitões e suínos menores e os ocultaram em local seguro ou em outras propriedades distantes e depois prosseguiram sua criação, o que atesta que não havia contaminação. Em alguns casos entre a constatação da suposta doença e a eliminação dos suínos, passaram-se mais de dois meses e nenhum suíno morreu ou adoeceu nesse tempo. Outro fato citado é que algumas matanças ocorreram bem próximas a riachos e o sangue dos suínos e mesmo a gordura derretida pelo fogo escorriam pela água e eram levados, passando por muitas outras propriedades onde nenhuma delas desenvolvia a doença.

> *"Se tivesse havido Peste Suína Africana, a suinucultura brasileira teria sido dizimada. E não só a do Brasil, a da Argentina também, né. (...) a peste suína não existiu, a não ser a política de eliminação de uma forma de produção dem suínos prá implantá o sistema integrado."* (Agente de pastoral).

Com o tempo, assim que se divulgava a localização de mais um foco ou uma determinação de extermínio de suínos, logo se formava um movimento de protesto, procurando levantar evidências da existência da doença e impedir a consumação do fato. Aos poucos, as ações do exército foram praticamente inviabilizadas devido à onda de protestos que desencadearam.

Desde a primeira ação do exército houve protestos dos camponeses, inclusive com prisões e apreensão de máquinas fotográficas.

Paralelamente, a igreja procurou fazer um trabalho de

informação e conscientização dos camponeses da região, orientando-os a protestar e resistir.

Por fim, em outubro de 1979, aconteceu em Chapecó uma grande manifestação de protesto contra o que ficou conhecida como a "Farsa da Peste Suína Africana" e contra os baixos preços pagos aos produtores. Essa manifestação, coordenada pela FETAESC e por alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região, com o apoio da igreja, reuniu mais de vinte mil camponeses num estádio de futebol, seguida de uma grande passeata pelas ruas da cidade. Foi a primeira grande manifestação de protesto ocorrida na região no final da década de 70, ainda na vigência do regime militar.

> *"Foi um momento em que o Oeste Catarinense todo e os agricultores se reuniram para protestar contra a Peste Suína Africana e também contra o problma dos preços. As catracas (do estádio) funcionaram até 23 mil pessoas, depois abriram os portões para o resto entrar. Deve ter chegado a mais de 25 mil pessoas aqui em Chapecó. Num protesto solene. Foi uma manifestação fantástica, porque 25 mil pessoas, aqui em Chapecó naquela época, ninguém podia imaginar..."*(Bispo diocesano)

Após essa manifestação cessaram as ações e nenhum foco novo foi identificado, o que reforçou a suspeita de que a peste nunca tenha existido. As manifestações por ela suscitadas, no entanto, foram importantes para o desencadeamento de um processo de mobilização que culminou com a organizaçào de 4 importantes movimentos sociais na região logo nos primeiros anos da década de 80.

> *A.)"Eu acho que foi decisivo na luta aqui, né. Que o processo de mobilização de 78 e 79 é que deu fôlego para que as outras organizações avançassem, deslanchassem... fortaleceu o trabalho que a igreja tava fazendo, fortaleceu o trabalho de oposições sindicais, de renovação dos sindicatos que estava surgindo. Começou a fortalecer a questão da luta pela terra... começou a haver uma consciência maior da luta pela terra, a questão das próprias romarias da terra que começou a surgir e a própria questão das barragens... Então, esse conjunto de mobilizações é que permitiu que os casos delanchassem em várias frentes de mobilização e organização."* (Agente de pastoral).
>
> *B.)"Foi a arrancada dos movimentos em toda a região. O povo sentiu, mesmo sem ter muitos ganhos econômicos, porque ainda demorou um certo tempo e tal- o preço continuou baixo, o porco continuou gordo no chiqueiro, o pessoal não conseguia entregá o porco... tava 30, 40 dia esperando antes deles vim buscá. Mas mesmo assim serviu como animação. E, inclusive, quando depois a peste desapareceu de uma hora para a outra e foi dito que em Santa Catarina não existia mais*

> *Peste Suína Africana, então a gente percebeu a força que pode ter a organização e tivemos a confirmação de que a peste suína tinha sido uma farsa."* (Camponês.Um dos organizadores da 1ª oposição sindical. Participou ativamente também da organização dos outros movimentos).

Para a produção camponesa regional, no entanto, mesmo tendo cessado, o episódio da Peste Suína Africana teve conseqüências profundas no contexto da crise da economia camponesa tradicional. O fechamento das exportações durante um longo período e a diminuição do consumo de carne suína no mercado nacional reduziu drasticamente o mercado desse produto e os preços despecaram. Muitos criadores tiveram que permanecer com os suínos prontos para a entrega dentro de suas propriedades, em muitos casos por mais de um mês. Os prejuízos foram muito grandes e grande parte dos camponeses abandonou a produção de suínos. Estimativas divulgadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região dão conta de que dos mais de 80 mil criadores independentes qua havia na região, restaram menos de 20 mil.

Outra conseqüência disso foi o crescimento da produção integrada de suínos, controlada, nesse caso, diretamente pela indústria. Essa forma de produção, em poucos anos, tornou-se hegemônica na região, o que tornou praticamente inviável a produção independente.

É preciso destacar no entanto que a crise da suinocultura já existia mesmo antes do episódio da Peste Suína Africana. Este foi apenas a sua culminância. Considerando-se a imoprtância central da suinocultura para a produção camponesa tradicional, é possível compreesnder as possíveis conseqüências desse fato para a sua desestruturação.

Em termos sociais as conseqüências da modernização da agricultura e da crise da economia camponesa tradicional se manifestaram de formas diversas, indo desde a busca de novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste(Mato Grosso),Nordeste(Maranhão)e Norte(Rondônia), a integração das unidades camponesas de produção às agroindústrias, até o deslocamento de grandes contingentes populacionais para as cidades pólo da região.

O êxodo rural que se seguiu foi muito intenso.Enquanto a

população urbana bateu recordes de crescimento a cada censo, a população rural diminuiu, não apenas em termos relativos, mas até em termos absolutos.Nos municípios pólo, como é o caso de Chapecó, o fenômeno se manifestou de modo mais intenso.O QUADRO 01,que demonstra a evolução da distribuição populacional rural e urbana do município de Chapecó nos últimos três censos demográficos, ilustra este fenômeno.

QUADRO 01- EVOL. DA POPULAÇAO RURAL E URBANA DE CHAPECO, REVELADA NOS CENSOS DE 1970 -1980 -1991

Ano / População	1970	1980	1991
Rural	29.508(60%)	28.499(34%)	21.551(18,7%)
Urbana	20.185(40%)	55.269(66)	93.740(81,3%)
Total	49.693	83.768	115.291

FONTE: IBGE

A análise desses dados revela que a população rural de Chapecó decresceu em termos percentuais, 3,4% entre 1970 e 1980 e 24,4% de 1980 a 1990. Enquanto isso, no mesmo período, a população urbana cresceu 173,8% e 69,6% respectivamente. Esses números revelam uma sensível retração da população rural que decresceu não apenas em termos percentuais, mas até em termos absolutos.

Foi então nesse contexto de crise da produção camponesa tradicional e de esgotamento da fronteira agrícola que, no início dos anos 80, surgiram na região intensos movimentos sociais no campo. Alguns deles atingiram repercussão estadual e até nacional, como é o caso do Movimento dos Sem terra, do Movimento de Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Agricultoras e o Movimento de Oposições Sindicais nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, para constituir os "sindicatos combativos" ou "sindicatos autênticos", como se auto-denominam.

Além dessas causas que se poderia chamar de estruturais, na origem desses movimentos é preciso perceber a presença do trabalho pastoral, desenvolvido especialmente por setores da igreja católica, que privilegiou a criação e/ou redimencionamento de espaços comunicativos permeados por um discurso crítico, portador de novas interpretações a respeito da situação vivida

pelos camponeses e que estimulou sua mobilização e organização.

Nessa época (década de 70), a partir do Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de Medelin e Puebla, a Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para a sua atuação, na qual assumiu explicitamente uma opção preferencial pelos pobres. Desde então a sua inserção junto às classes populares passou a estimular a organização e também a difundir uma visão de mundo calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase à participação popular. Sua estratégia baseava-se sobretudo na criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)(2), Grupos de Reflexão 3) e criação de serviços de assessoria e apoio às lutas populares como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Serviço de Assessoria e Informação (SAI) e outros (MEDEIROS,1989). Os fundamentos para essa nova forma de atuação foram buscados numa nova forma de reflexão teológica, desenvolvida sobretudo na América Latina conhecida como Teologia da Libertação.

A influência da igreja junto aos camponeses nessa época foi favorecida tanto pelo fechamento dos outros canais de participação pelo regime militar, como por sua própria experiência de inserção junto às camadas populares. A análise da influência do trabalho da igreja no surgimento desses movimentos sociais será feita nos capítulos subseqüentes e se constitui numa das questões centrais da presente pesquisa.

1.3. MOVIMENTOS SOCIAIS NO OESTE CATARINENSE

A seguir será apresentada uma descrição sucinta de cada um dos quatro movimentos que constituem o objeto do presente estudo, bem como do contexto e dos principais fatos ligados ao seu surgimento. O fato do interesse estar voltado ao estudo dos fatores que levaram os camponeses a se mobilizar e a organizar movimentos sociais, delimitou-se o período estudado aos anos que vão de 1978 a 1987. O ano de 1978 se justifica por ser o ano do surgimento das primeiras mobilizações de camponeses na região, em torno da questão da suinocultura. O ano de 1987 se justifica por ser o ano da última oposição sindical estudada e mesmo uma das

últimas a ocorrer na região. Nesse momento os diversos movimentos já se encontravam estruturados. Acredita-se que, no período delimitado, pode-se observar a presença dos principais fatores que favoreceram a mobilização dos camponeses no espaço social configurado como Oeste Catarinense e o surgimento dos movimentos sociais em questão.

1.3.1. O MOVIMENTO DE OPOSIÇÕES SINDICAIS

A repressão promovida pelo golpe militar de 1964 a toda e qualquer mobilização popular, pôs fim a quase todos os movimentos sociais existentes, através da prisão, perseguição e morte de lideranças, instaurando entre a população um clima de medo e insegurança. Os sindicatos mais combativos e comprometidos com as lutas populares, urbanos e rurais, sofreram intervenção e suas lideranças foram presas e perseguidas. Paralelamente a isto o governo militar, principalmente através da Lei de Valorização da Ação Sindical de 1970 e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, criado em 1971, estimulou o desenvolvimento de um sindicalismo assistencialista, ligado sobretudo a prestação de assistência médico-hospitalar e odontológica, ao cadastramento de terras e até à cobrança do imposto territorial rural. Nesse período o governo se reservava o direito de intervir nos sindicatos, destituindo as suas diretorias, caso estas trabalhassem num sentido diverso às suas orientações.

Em 1967, ocorreu a renovação da direção da CONTAG, pela vitória da chapa de oposição nas eleições para a direção. A nova direção procurou reorganizar os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil.

Devido às dificuldades impostas pela repressão, pela desmobilização da população e pelo clima generalizado de medo que havia no período, a CONTAG centrou sua ação na luta pelos direitos, dentro dos parâmetros legais vigentes. O eixo básico de sua atuação era a necessidade dos trabalhadores rurais conhecerem seus direitos e se organizarem para obter seu cumprimento. A estratégia básica era a formação de lideranças através da qual buscava promover a divulgação dos direitos garantidos por lei e

encaminhar sua conquista pela via da justiça, de acordo com os canais legalmente instituídos. Portanto, aqueles sindicatos que de alguma forma ainda tentavam colocar-se ao lado dos trabalhadores, limitavam-se a encaminhar a reivindicação dos seus direitos pela única via aberta: a justiça. Isso, segundo MEDEIROS(1989), criou um certo padrão de ação, uma certa cultura sindical onde o recurso a justiça era dominante.

Segundo SCHERER-WARREM (1987), a nível urbano, já por volta de 1968, um sindicalismo de oposição começou a tomar novamente terreno político, cuja expressão máxima foram as greves de Osasco e Contagem. Essa tendência, no entanto, só se consolidou na década de 70, a partir da organização dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, dando origem a uma proposta sindical nova. Suas orientações principais são a autonomia frente ao estado,independência em relação aos partidos políticos, liberdade de escolha partidária entre seus participantes, negociações diretas entre empregados e patrões, sem intervenção governamental, mobilização pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento,e uma nova forma de organização, trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho, através da criação de comissões de fábrica.

Quanto ao sindicalismo no campo, o mesmo teve uma trajetória bastante semelhante àquela do urbano, quanto às formas de organização interna e sua relação com o Estado, a igreja e os partidos. Até 1964, predominou a luta entre o populismo(PTB), o PCB, e a Igreja pela tutela política do ainda insipiente sindicalismo camponês. Especialmente no período de 1962 e 1963, após a regulamentação e o estímulo do governo federal a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais, houve uma verdadeira corrida das instituições para a criação formal dos sindicatos, independente da existência de organização ou mobilização. A partir de 64 os sindicatos se institucionalizaram e passaram a atuar nos moldes do sindicalismo urbano, atrelados ao estado e assistencialistas. A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, iniciou-se, no campo, a formação de um movimento sindical paralelo àquele do sindicalismo oficial. Suas orientações eram semelhantes àquelas do "novo sindicalismo" urbano, ou

seja,autonomia frente ao estado, organização pelas bases, segundo os princípios de uma sociedade mais democrática e socializada (SCHERER-WARREM,1987).

Segundo COLARES(1989), o novo sindicalismo não é com patível com uma definição estanque. é algo processual. Identifica-se com a organização de grupos e/ou chapas de oposicão sindical, despertadas ou assessoradas por organismos da igreja ou laicos. Segundo o autor, no entanto, é preciso observar que o "novo" e o tradicional amálgamam-se a todo momento nessas iniciativas. O "novo" buscado pelos sindicatos de trabalhadores rurais é tornar-se um meio de encontro e atuação do trabalhador, não ficando limitado às iniciativas e tarefas da diretoria sindical. Compreende principalmente a mobilização dos trabalhadores que vivenciam no seu cotidiano relações de trabalho injustas as quais pretende questionar.O "novo" apresenta contornos de renovação política. Os atores sentem-se e agem como agentes e sujeitos de ação. Revela-se aí o ideal de sociedade mobilizada, compartilhado pelos novos movimentos sociais.

Segundo o mesmo autor, o novo sindicalismo procurou romper com a postura assistencial e de apoio às iniciativas estatais do sindicalismo tradicional. Enquanto este prioriza as audiências com autoridades e as decisões a nível de dirtoria, o novo sindicalismo prefere a mobilização popular e os atos públicos como instrumentos de pressão.

Segundo MEDEIROS(1989), a eclosão de inúmeros conflitos no campo,no final dos anos 70, envolvendo os diversos segmentos do campesinato e o surgimento dos Movimentos Sociais no campo, em suas várias frentes, contribuiu para ressaltar as divergências entre o modelo de sindicalismo saído do regime militar, que priorizava a ação pela via legal, e as necessidades da população do campo, envolvida nos conflitos. Isso contribuiu para provocar a renovação sindical e para o surgimento de chapas de oposição.

No momento em que se buscava essa renovação da prática sindical do campo, foi realizado o III congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, que representou, a partir dos seus encontros preparatórios nos estados, um ponto alto no processo de

redefinição de bandeiras comuns de luta.

Dois temas mereceram destaque especial: a luta pela terra e a luta salarial. Do ponto de vista dos assalariados, a ação principal no encaminhamento dos lutas foi a greve, destacando-se aí as greves dos trabalhadores das regiões canavieiras. Nessas greves, o movimento dos trabalhadores, de um modo geral ultrapassou os limites legais e, em muitos casos, adiantou-se aos sindicatos, provocando tensões internas e precipitando o seu processo de renovação.(Idem, ibidem)

Nas lutas por terra, essa distância entre a prática sindical e os movimentos dos trabalhadores ficou ainda mais evidente. Preso aos limites legais de ação, os sindicatos tradicionais só secundariamente prestaram algum apoio às lutas dos trabalhadores (SANTOS,1982;MEDEIROS,1989).

No sul do país, além dessas duas frentes de luta já mensionadas, ganharam importância também os movimentos por produtos, que reivindicavam melhores condições de comercialização dos produtos agrícolas e mudanças na política agrícola do país. Nesses movimentos, a ação dos sindicatos foi mais visível, desde o seu surgimento e não apenas no seu encaminhamento. Mas também nessa frente de lutas ganharam evidência as diferenças existentes na concepção da prática sindical. A inoperância de muitas direções tornou-se incompatível com as novas necessidades dos trabalhadores que se mobilizavam (SANTOS,1982).

Na verdade o que ocorreu, segundo SCHERER-WARREM (1993), é que sindicato e movimentos têm se influenciado reciprocamente. Os movimentos têm recebido apoio da corrente sindical do campo denominada "novo sindicalismo" ou "sindicalismo combativo", ao mesmo tempo em que estimularam a renovação sindical.

Em Santa Catarina o sindicalismo rural foi todo implantado segundo a orientação oficial, vigente durante o governo militar. Os primeiros sindicatos foram criados a partir de 1967, já durante o governo militar e sob orientação do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola). O principal impulso para a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram os cursos para formação de lideranças, promovidos conjuntamente pelo INDA, pela CONTAG e pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura), a

partir de 1966. Desde a sua criação até o final dos anos 70, sua atuação limitou-se a prestação de assistência aos agricultores, nos moldes da orientação oficial, já descrita acima.

A partir do final da década de 70 e durante a década de 80, com o surgimento dos movimentos de luta pela terra (Movimento dos Sem Terra e Movimento dos Atingidos Pelas Barragens do Uruguai) e das mobilizações em torno da questão dos preços dos produtos e da política agrícola, iniciou-se em Santa Catarina, mas especialmente no Oeste Catarinense, o movimento de renovação do sindicalismo rural, na linha do "novo sindicalismo" já comentada anteriormente. Suas principais bandeiras de luta foram a reforma agrária, melhores preços dos produtos agrícolas, a mudança da política agrícola, a democratização na distribuição do crédito para a agricultura.

O movimento destacou-se pela sua intensidade e combatividade e também pelas lideranças que conseguiu projetar dentro do contexto geral dos movimentos camponeses do estado e do país, tendo servido de referência também a outras regiões de Santa Catarina e de outros estados.

A primeira oposição sindical vitoriosa no oeste catarinense ocorreu no município de Caxambú do Sul, no ano de 1980. A partir de então, os sindicatos de trabalhadores rurais passaram, grosso modo, a dividir-se,segundo a denominação corrente no meio sindical camponês, entre os "pelegos" e os "autênticos" ou "combativos". As manifestações públicas, celebrações e romarias promovidas pelos movimentos e pela igreja foram momentos privilegiados de crítica e denúncia das diretorias inoperantes e pouco comprometidas com as causas dos trabalhadores no campo.

Foi, principalmente, no interior dos grupos de reflexão e nos encontros da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que os camponeses começaram a tomar contato com interpretações críticas a respeito da ação dos sindicatos e a capacitar-se a superá-las. O relato de um dos organizadores da 1ê oposição sindical vitoriosa na região, traz elementos sobre como se deu o surgimento e o desenrolar do processo de oposição na região:

> *"Começamos a falá do sindicato nos grupos. Não no primeiro encontro, mas já no segundo, terceiro livrinho que nóis recebemo. Então começô a apertá*

mais essa questão do sindicato. Começô a dizê assim que o sindicato não era uma organização prá dá assistência médica e dentista. Porque nóis, tudo mundo, eu também me associei no sindicato pensando que era prá dá assistência médica e odontológica. Daí, comecemo vê que o sindicato não era prá isso. Se fazia isso, não tava fazendo pecado. Mas se fazia só isso e não levava as outras coisa, então tava fazendo uma coisa que não era só papel do sindicato. Daí eu me perguntava: qual é outras coisa mesmo que tem que fazê? Daí comecemo, né, mesmo no grupo de reflexão vê que o sindicato tinha que lutá pela terra, pelo agricultor, tinha que lutá pela saúde também, tinha que lutá pela organização dos agricultores prá exigi o preço do milho, do feijão, do suino, né. As injustiça que tava acontecendo, aquela coisa toda. Então começô a dá um balanço assim um pouco na cabeça. (...) Em 78 comecemo, então, entrá na CPT, na Comissão Pastoral da Terra, da diocese de Chapecó, com dois representantes lá do nosso municipio. Viemo prum primeiro encontro, uma primeira reunião da CPT... discutindo um pouco aí os problemas(...) A gente começô vê as injustiça que tinha no Brasil intero, todas essas injustiças, coisa assim e que, uma das grandes ferramentas prá gente avançá nessa coisa era o sindicato. Aí então foi tratado mais especificamente essa coisa, né, da organização dos agricultores. Bom, aí começamo pensá, fizemo alguns planos... Mas o sindicato não tão fazendo isso, não tão fazendo o papel que tinha que fazê. Aí então, a primeira coisa, voltamos pro nosso municipio, eu e o outro companheiro... foi pensá lá junto com mais alguns agricultores. E esses, principalmente os dirigentes dos grupos e tal, como é que nóis ia fazê? O que que nóis queria mesmo do nosso sindicato. Nóis chegumo lá assim: 'olha, o sindicato que nóis temo não é aquele sindicato que devia sê. Tinha que se mais atuante e tal. Esse tá muito parado. E é um compromisso nosso e tal.' E os grupo já tinha circulado um pouco aquelas idéia e tal, então a igreja ajudô muito nesse sentido, né. Daí, comecemo a fazê... a trabalhá. Fumo lá com o presidente do sindicato, quisemo fazê uma união com ele. Tentá reativá o sindicato, mudá o sindicato por dentro, vamo dizê assim. Aí o cara foi fazê umas trêis reunião com nóis nas comunidade, mas ele já pensô assim: 'bom, agora eu vô pegá uma lista de pessoal atrasdo e vô cobrá a mensalidade de todo mundo, né.' E inverteu a... a reunião que nóis queria fazê. Fizemo trêis reunião com ele e não conseguimo mais fazê, porque daí nóis não conseguimo mais se acertá no método de fazê a reunião. Ele queria cobrá a conta dos atrasado, né. Não era aquilo que nóis queria discuti. Nóis queria discuti o papel do sindicato.Aí nóis continuemo, um grupo de agricultores, fazendo reunião, né, lá. Aí e ele se sentiu meio ofendido com isso e a gente montô então, uma oposição sindical. Foi a... em novembro de 1980 que nóis ganhamos o sindicato. Em dezembro de 1980, dia 20 de dezembro nóis assumimos a diretoria. Eu fui o secretário do sindicato de Caxambú. (...) Então, através dos grupos de reflexão, todos os municipios começaram a descobri o que nóis tinha descoberto em Caxambú. Então, o que nóis descobrimo em Caxambú, o novo sindicalismo, não foi uma descoberta nossa. Todo mundo descobriu, né. Só que lá tinha eleição mais próxima e nóis conseguimo já na primeira ganhá o sindicato lá. Mas aí, começô surgi, pipocá oposição em toda a parte." (Camponês. Um dos organizadores da 1ª oposição sindi-

cal. Participou ativamente também na organização de outros movimentos.)

Como se pode perceber, também no campo das oposições sindicais, descata-se a influência do trabalho de pastoral desenvolvido pela diocese de Chapecó para o desencadeamento do processo de mobilização. Vale destacar também que logo nos primeiros anos da década de 80, a CPT promoveu diversos cursos de formação tratando especificamente da questão sindical, voltados a lideranças camponesas, no intuito de preparar lideranças para atuar nesse campo. Por outro lado é preciso considerar a influência das condições de vida dos camponeses que, ano a ano se agravavam devido ao processo de modernização agrícola e de desestruturação da agricultura familiar tradicional, como foi visto no início do capítulo.

Ao que tudo indica, isso não foi diferente nos demais municípios da região, onde os mesmos fatores estiveram na origem das oposições sindicais.

No caso de Chapecó, a decisão de se organizar uma chapa de oposição sindical, ocorreu durante as comemorações do dia do colono, em 25 de julho de 1981, no então distrito de Itaberaba, município de Chapecó, promovidos pela CPT e pela equipe de base.(4)

> *"Que foi feito tipo de um ato público, assim com falações, depoimentos, cantos, essas coisas. E veio a proposta: 'e agora vamo deixá assim? Como vamo fazê daqui prá frente? Vamo abraçá a oposição sindical?' Eu me lembro que foi feito uma votação. Lembro que não ficô ninguém com o braço abaixado. Todo mundo levantô o braço. 'Vamo fazê oposição sindical.' Então, foi aquela guerra, assim que nem fulia de criança ajuntá bala no chão. Que todo mundo já tava um poco com aquela idéia, porque a tempo os padres vinham fazendo um trabalho nas comunidades e falava sobre a história do sindicato pelêgo e do sindicato de oposição. (...) Nos livros dos grupos de reflexão que a gente estudava e depois, quando eles vinham visitá a comunidade, eles sempre tocavam em cima disso na homilia. Assim é a oposição e esse é o outro trabalho. Presidente ao lado dos agricultores tem que ser assim..."* (Líder sindical e uma das fundadoras do MMA).

Como se pode ver, o processo de questionamento do sindicato tradicional e assistencialista e o surgimento da idéia de oposição, a exemplo do que se viu para o município de Caxambú do Sul (SC), se deu no interior do trabalho de pastoral, especi

almente dos grupos de reflexão, dos encontros da CPT e mesmo nas próprias celebrações. Aí a idéia foi encampada e coordenada pela Equipe de Base. A própria criação da equipe de base foi uma forma de evitar que o trbalho fosse visto e interpretado como uma interferência direta da igreja nas entidades e organizações populares, como se pode ver pelo relato a seguir:

> *"Nos anos 80, 81 eu ajudei a organizar a oposição em Chapecó, contatando pessoas aí que a gente conhecia, que tinham uma certa visão... amigos da gente... organizamos um grupo que, na época, prá não levar o nome de pastoral, de ser a pastoral que tava interferindo na organização do povo, que tem que ser autônoma, no caso do sindicato. Nós organizamos um grupo chamado: Equipe de Base. Essa equipe de base foi levando adiante a proposta de organizar uma chapa de oposição, com uma prática sindical diferente e que depois assumisse o sindicato."* (Padre, agente de pastoral)

Na verdade este fato parece ter sido importante para a construção gradativa da autonomia do movimento em relação a igreja, uma vez que forçou as próprias lideranças camponesas a irem assumindo sempre mais a coordenação e a liderança do processo, tanto que após a vitória da chapa de oposição, os agente religiosos foram, pouco a pouco, se afastando da questão e os camponeses assumiram por si próprios a condução dos trabalhos.

> *"... aí teve então a vitória desse grupo em Chapecó e a partir do momento em que o pessoal foi tendo condições de levar adiante o trabalho a gente foi mais ou menos se afastando, não por não querer se comprometer, mas eu diria mais por duas idéias que eram muito fortes na época: uma era que tinha que respeitar a autonomia de cada movimento popular ou movimento sindical. Por outro lado acontecia que, de nossa parte a partir do momento que os outros tinham autonomia e condições de tocar, nós agentes de pastoral, não conseguiamos, de forma clara, encontrar ou assumir uma nova identidade em relação ao nosso papel com esses movimentos. (...) Depois que eles tinham autonomia, o que cabia pro padre fazer?"* (Padre, agente de pastoral)

É preciso registrar que, em praticamente todos os lugares, houve inicialmente uma tentativa de atração da diretoria existente para a nova perspectiva de ação sindical. Como de um modo geral essas tentativas foram frustradas,então, o processo de construção de oposições sindicais desencadeou-se.

> *"Tinha duas formas. Uma era a tentativa de trazer setores ou até o conjunto da diretoria para a*

> *luta que estava se encaminhando. Por exemplo, tinha o problema do financiamento do banco, ou até das barragens, etc. Aí o pessoal se organizava e ia prá lá com a CPT, lideranças e tal, e iam prá cima do sindicato e diziam. 'Vamos prá luta? Nóis queremo sabê: vai ajudá ou não vai?' Obrigava o cara a se definir. Então o cara que mandava todo mundo às favas, já podia contar que o movimento de oposição já estava criado, né. Mas houve casos em que o processo foi de assumir... o próprio Edu, por exemplo, lá de São Lourenço do Oeste, foi um dirigente sindical ligado à federação por muitos anos, que fazia a política da federação sem questionar. Mas com o processo de mobilização e organização dos agricultores lá, através da CPT, o Edu passou a atuar no movimento sindical autêntico, se filhou na CUT e tal."* (Agente de pastoral)

Houve ainda, em alguns casos, uma outra estratégia de renovação sindical, onde os camponeses mobilizados "infiltravam" algumas pessoas na chapa para eleger a nova diretoria e a partir da eleição passavam a travar um processo de disputa interna até conseguir modificar os rumos da atuação do sindicato. Esse processo, no entanto, podia demorar vários anos.

Esse foi o caso, por exemplo, do município de Itá (SC) em que os camponeses ligados ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), ligados à CPT e que possuiam uma concepção sindical na linha do novo sindicalismo, avaliando que num confronto direto poderiam perder a eleição, optaram por incluir representantes seus nas duas chapas inscritas.

> *"Se reunimo um dia todas as oito comunidades atingida e aí achamo que a única saída era por intermédio do sindicato prá nóis começá se organizá. Formemo uma comissão e fomo conversá com o presidente do sindicato. Mas na época eles diziam que não iam se preocupá com isso. Que já tinha uma comissão e tal e eles iam resolvê. E naquele ano (83) tinha eleição do sindicato. E aí nóis, se nóis ia formá uma chapa de oposição dentro dessas 7, 8 comunidade, nóis não ia conseguí ganhá a eleição. Aí nóis provoquemo eles prá nóis fazê uma fusão, ali, de nóis colocá alguns líder nosso junto, prá nóis pôde entrá em contato com otros sindicatos. Prá começá a sentá junto e se organizá da maneira que nós achava que tinha direito. E aí, conseguimo colocá quatro pessoa junto... quatro atingido. (...) Só que assim mesmo saiu uma outra chapa... e nessa também nóis coloquemo dois atingido."* (Líder do MAB e líder sindical).

No caso citado, ainda durante aquele mandato o entrevistado assumiu a presidência do sindicato, devido a um impedimento do presidente eleito. A partir de então a relação sindicato/movimento se alterou radicalmente. Antes disso, segundo relato, vários avanços foram conseguidos a partir da entrada de

representantes do movimento na direção, mas muitos limites ainda permaneciam.

> *"— Que diferença teve pros atingidos em ter representantes no sindicato?*
> *— Uma diferença muito grande. Porque tendo um representante no sindicato, qualquer coisa que tenha ali, informações... a gente participava de reuniões e a gente tava por dentro das coisas ali e quando precisava a gente fazia reuniões nas comunides prá repassá informação, divulgá as coisa, esclarecê sobre os direitos. Então, foi uma diferença muito grande... como o dia e a noite. (...) Claro que, como o presidente não apoiava esse tipo de movimento, então o sindicato não liberava dinhero prás despesa, prá participá de reuniões... Então isso a gente tinha que conseguí dentro das próprias comunidades... (...)*
> *— E quando você assumiu a presidência?*
> *— Facilitô mais, porque como presidente tinha mais liberdade... e quando precisava participá de reuniões em Erechim, Chapecó, Concórdia... até Florianópolis, onde for... o dinheiro do sindicato é prá essas coisa, né. Não adianta o sindicato tê dinheiro e não tê um povo organizado."* (Líder do MAB e líder sindical).

O processo de renovação do STR no município de Saudades (SC), foi um caso típico em que as mobilizações promovidas pelos movimento sociais revelaram e acirraram as contradições entre sindicalismo atrelado e assintencialista e as reivindicações dos camponeses organizados.

> *"— Em 86, fechamo o banco, foi uma luta aqui na região.*
> *— E o sindicato participou?*
> *— Não. Foi nóis que fechamo o banco. O movimento popular, né. A patoral. E aí nóis já tinha toda essa discussão com as mulheres e nóis já tinha ido várias vezes ao sindicato prá negociá a associação das mulheres. Só que o sindicato dizia: 'Não precisa, é dinheiro botado fora. Só se é viúva. Se não, não tem esse negócio. E ainda se não tem filho prá responde por ela.' E aí nóis já tinha toda uma outra discussão. (...) Aí começemo a construí a oposição.*
> *— De onde surgiu a idéia?*
> *— A idéia de oposição surgiu da CPT. Desde 84 nóis já tinha um processo de fazê oposição, mas achamo que não era hora. Aí em 87 nóis ganhamo a eleição."* (Líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Nesse caso, também houve a participação deliberada de um membro da futura oposição numa diretoria anterior (no conselho fiscal), para adquirir experiência e obter informações úteis sobre a ação do sindicato. Além da CPT, os movimentos organizados no município (MST e MMA) tiveram uma participação importante no

processo de oposição sindical.

Após a vitória das oposições os sindicatos mudaram radicalmente sua forma de atuar, privilegiando a organização de base e a luta em torno dos problemas e interesses dos agricultores, ao invés de se concentrar nas ações assistenciais. As primeiras preocupações foram em geral, a sindicalização da mulher agricultora, a criação de delegacias sindicais nas comunidades, o estímulo à organização e o investimento na formação de lideranças e no processo de informação dos associados. Mudou toda a forma de compreender a relação do sindicato com a sua base.

> *"... Antes o agricultor só vinha lá quando tava com alguém da família doente ou com dor de dente. (...) E depois não. A gente fez com que o agricultor, quando ele tava ali na cidade, se sobrava um tempinho, eles vinham ali no sindicato prá conversá. (...) Aí o sindicato mudô de cara. Ficô um lugar pro pessoal chegá e se organizá. Desde fazê um negócio. Se entre dois agricultores tinha um negócio prá fazê, tava na cidade e queriam se encontrá, se reúne no sindicato. (...) Então, é um lugar onde o pessoal chega e se sente em casa. Na realidade a casa é deles mesmo, né."* (Líder do MAB e líder sindical).

Com a vitória das oposições sindicais também ocorreu uma mudança significativa na relação entre os sindicatos e outros movimentos sociais da região (MST, MMA e MAB). O sindicato passou a ser um ponto de referência, apoio e até um agente de organização de tais movimentos. De um modo geral, o sindicato passou a organizar internamente e nas comunidades comissões específicas com representantes de cada movimento, responsáveis por dinamizar a organização do movimento e promover o intercâmbio entre sindicato e movimento. Além disso, o sindicato passou a proporcionar aos mesmos apoio financeiro e infra-estrutura de funcionamento.

Os sindicatos também passaram a promover diversas mobilizações e manifestações públicas em torno da questão dos preços dos financiamentos para a pequena produção agrícola, da política agrícola em geral. Nesse sentido se destacaram as comemorações do dia do colono, quando normalmente eram promovidas grandes concentrações para protestar contra a situação enfrentada pelos camponeses e para reivindicar uma política agrícola mais voltada à pequena produção. Além disso, tiveram grande repercussão as mobilizações que promoveram a interdição de rodovias e o fechamento de agências bancárias. A interdição de rodovias nor-

malmente nunca ultrapassava o período de um dia e foram marcadas pelo caráter tenso e pelos conflitos com a polícia (inclusive a polícia federal). Já o fechamento de agências bancárias podia durar vários dias e nesse caso os camponeses permaneciam concentrados em frente às agências do Banco do Brasil, inclusive durante a noite, discutido, discursando, cantando ou gritando palavras de ordem. Essas ações eram sempre acompanhadas de ações junto à órgãos governamentais ligados ao setor para apresentar e negociar suas reivindicações.

É importante registrar ainda que, nessas ações mais amplas, os sindicatos da região atuaram de forma conjunta, articulados inicialmente por uma coordenação dos sindicatos combativos, criada para promover a articulação das ações e a troca de experiências e, posteriormente, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), através de sua sede regional. Nesse sentido é preciso registrar a referência, feita por praticamente todos os entrevistados, ao trabalho do Serviço de Assessoria e Informação (SAI) da diocese de Chapecó, encarregado de prestar assessoria e subsídiar como dados e informações, tanto os sindicatos, quanto os outros movimentos sociais da região. Ao que tudo indica, se constituiu num importante ponto de apoio para a afirmação da nova concepção de prática sindical. Nesse sentido de intercâmbio e assessoria é preciso registrar que, além do que já foi citado, os sindicatos da região buscaram estabelecer contato com alguns sindicatos do Sudoeste do Paraná e da região do Alto Uruguai no RS, que experimentaram um processo semelhante de renovação. Além disso, esporadicamente, buscavam assessoria de outros centros, ligados a movimentos populares do Rio Grande do Sul, do Paraná e mesmo de outras regiões de Santa Catarina.

Poderia causar dúvida o fato das oposições sindicais serem tratadas aqui como um movimento, já que, como cada sindicato é uma entidade autônoma, com um estatuto próprio e cuja base social é claramente definida e circunscrita aos limites de um município, o processo de escolha de suas diretorias também poderia ser visto como um processo localizado e independente dos demais.

Há que se considerar, no entanto, que o surgimento dessas

oposições tomou a forma de um processo que se desencadeou na região num dado momento, atingindo um a um os sindicatos, no momento da renovação de sua diretoria. Por outro lado, há que se considerar que as chapas de oposição partilhavam entre si um ideário determinado, identificado com o ideário do novo sindicalismo, construído e discutido, a nível local, por processos e em espaços comuns (reuniões da CPT, grupos de reflexão, etc). Portanto, não foi um processo que ocorreu de forma isolada em cada município, mas sim, que foi motivado e direcionado por uma orientação comum.

Por fim, há que se considerar ainda que, mesmo em termos estratégicos, o processo de construção de cada oposição não foi isolado. Havia um programa (mesmo que informal)de apoio e assessoria à construção de oposições pelos agricultores, tanto por parte da CPT, quanto pela "Equipe de Base", criada, em Chapecó, logo nos primeiros momentos e, posteriormente, pela criação de uma coordenação dos sindicatos "combativos" ou "autênticos", como se auto-intitulavam, que se voltava tanto a discussão e a troca de experiências sobre "como fazer" a renovação da prática sindical, quanto a apoiar as oposições que surgiam em cada local.

Portanto, se é certo que o surgimento da oposição a um sindicato dependia da iniciativa dos agricultores do município em que o mesmo estava situado, não se pode dizer que se tratava de um processo isolado. Ao contrário, cada oposição fazia parte de um processo discutido e definido em termos regionais e que possuia uma articulação e uma organização à qual todos estavam ligados, o que permite que se tome o conjunto dessas oposiões como um movimento.

1.3.2. O MOVIMENTO DOS SEM TERRA - MST

O Movimento dos Sem Terra(MST), é um movimento de trabalhadores do campo, que lutam para conquistar a posse da terra, a qual nunca tiveram acesso ou foram expropriados no processo de penetração das relações capitalistas de produção na agricultura. Envolve ainda muitos proprietários de áreas reduzidas, insufici-

entes para o trabalho de uma família e filhos de pequenos proprietários que não conseguiram obter uma área de terra para montar a sua própria unidade produtiva.

Pode-se dizer que o MST é fruto da unificação de diversas lutas e conflitos em torno da questão da posse da terra, ocorridas sobretudo na região sul do país, entre o final dos anos 70 e início da década de 80, agravadas principalmente pelos efeitos do processo de modernização da agricultura, pelo esgotamento da fronteira agrícola na região e pelo processo de reconcentração fundiária descrito, entre outros, por SILVA (1982). Logo, uma das primeiras questões a ser observadas é que o MST não surgiu num único local, nem é fruto de uma experiência específica, mas sim o resultado de múltiplas lutas, conflitos e experiências, ocorridos em diferentes espaços,e que nem sempre mantinham contatos diretos entre si. Cabe destacar aqui a presença da igreja, especialmente através da CPT, como elemento estimulador e aglutinador da organização em diferentes locais, o que, sem dúvida, forneceu e mesmo viabilizou a organização do movimento de forma unificada. A partir do momento em que começou a ser estruturado, o MST passou a estimular e a organizar novas lutas e ações de ocupação seguindo determinados princípios e critérios comuns, definidos no âmbito do próprio movimento.

O Oeste Catarinense foi um dos "locus" importantes de gestação e de surgimento do MST. Pode-se identificar três momentos principais nesse pocesso de surgimento e estruturação do movimento na região:

a)A ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, em junho de 1980.
b)O trabalho de levantamento, identificação e organização dos sem terras nos diferentes municípios, através sobretudo da CPT e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, nos anos que se seguiram à primeira ocupação. Este momento também foi marcado pelo amadurecimento, dentro da CPT, da idéia de criar-se um movimento autônomo e específico de sem terras. Durante esse período que se estende até 1985, houve também algumas tentativas frustradas de ocupação de algumas áreas na região.

c) A grande ocupação de maio de 1985, entitulada de "Operações Integradas de Ocupações Simultâneas", quando mais de 2 mil famílias de sem terras ocuparam, na mesma noite, 13 áreas diferentes. Este foi o momento de afirmação e consolidação do MST na região.

A ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 foi a primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra. Na verdade, a ocupação em si foi de natureza espontânea e desprovida de um caráter político-organizativo voltado à construção de um movimento de luta pela terra. A participação da igreja e outros mediadores no gerenciamento do conflito, assumindo a defesa dos acampados é que possibilitou a politização do conflito e sua articulação com a problemática da concentração da terra e com luta pela reforma agrária.

A iniciativa da ocupação partiu de um camponês de origem alemã residente no município de Mondai, (Oeste Catarinense). Casado, trabalhando em apenas 2 ha de terra na propriedade de seu pai, tinha na questão da aquisição de uma área de terra para a construção de sua própria unidade produtiva a sua principal preocupação. Durante um certo tempo limitou-se à tentativa de aquisição de uma área dentro dos padrões tradicionais de apropriação, mediante pagamento de uma certa quantia em dinheiro. Nessa época recusou a um convite de ocupar uma área improdutiva, prestes a ser desapropriada para fins de regularização fundiária (5). Posteriormente, no entanto, tendo sido convidado a auxiliar na solução de alguns conflitos em relação a divisas de terras, passou a manter contato com técnicos do INCRA, através dos quais teve a oportunidade de conhecer as leis que regulamentavam a questão da regularização fundiária. A partir de então, passou a trabalhar a possibilidade de conseguir, através do INCRA, alguma área que restasse em alguns dos muitos processos de regularização fundiária em andamento e nos quais ele próprio auxiliava os técnicos do INCRA. Em 1980, porém, informado de que haveria uma desapropriação para fins de reforma agrária, de uma área situada entre os municípios de Palma Sola (SC) e Dionísio Cerqueira (SC), tomou a decisão de deslocar-se até a mesma e comprar um direito de posse de algum morador. Isto para que, no momento em que a

desapropriação se concretizasse, tivesse o direito ao título legal da área.

Pela orientação que obtivera, deveria deslocar-se sozinho, em sigilo e antes que a desapropriação fosse divulgada, o que iria ocorrer dentro em breve no programa "A Voz do Brasil". Mesmo assim considerou mais adequado levar um parente que se encontrava em situação semelhante. Juntos, resolveram ampliar o grupo incluindo outras três pessoas do grupo familiar, totalizando cinco pessoas (só homens). A necessidade de colher a safra de soja, que havia plantado em terra arrendada, determinou a decisão de retardar a viagem em uma semana, período em que foram surpreendidos pela divulgação da referida desapropriação. Diante disso, abandonaram a colheita e seguiram para o local onde possivelmente a desapropriação havia ocorrido. Chegando ao local encontraram uma grande área praticamente desabitada e improdutiva, havendo apenas alguns moradores responsáveis pela vigilância, controlados por um capataz.

Montaram acampamento e cuidaram de manter contato com os moradores, informando da desapropriação da área. Em seguida começaram a roçar e preparar a terra para o plantio.

Apenas depois de passados cerca de quinze dias, através dos contatos mantidos com os vizinhos e observando mapas sobre a região, deram-se conta de que estavam no município de Campo Erê, fora, portanto, da área desapropriada.

> *"— Vocês estavam fora da área desapropriada?*
> *— Exato, fora da área desapropriada, daí começô um problema. Daí nóis pensemo que agora nóis ir prá área desapropriada, nóis não vamo achá prá compra nunhum direito. E se consegui compra, vamo pagá caro e ali essa terra abundante. Daí, sabendo, com a conversa que a gente teve com o pessoal do INCRA que a terra devoluta, ela deve ser desapropriada prá assentamento e tal, a gente resolveu: 'Não. Vamo ficá aqui mesmo e agora vamo vê o que vai dá'"* (Líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980 e líder sindical)

A partir daí seguiram-se uma série de confrontos, tanto com o capataz da fazenda e seus pistoleiros, quanto com a polícia e o exército. A tática utilizada pelo grupo, a partir daí, foi de continuar afirmando que a terra havia sido desapropriada e buscar apoio junto aos próprios moradores da fazenda.

> *"... iclusive aí nóis conseguimo a maioria do pessoal que tava em cima nê, nóis conseguimo cum nóis... que nóis sempre dizia prá eles que era desapropriada, que a área era do INCRA e, quem ficava cum nóis ia conseguí terra e quem não ficava cum nóis o INCRA ia tirá... A gente até tentô enrolá o pessoal lá."*(Líder da ocupação da fazenda Burro Branco e líder sindical)

Isto fez com que a notícia da desapropriação se espalhasse rapidamente e, em pouco tempo já havia em torno de 60 famílias.

A vinda das famílias e da mudança dos cinco primeiros ocupantes estimulou ainda mais a vinda de outras famílias sem terras dos arredores.

> *"... daí dentro duns quinze dia nóis sofremo um sufoco muito grande lá, que se tivesse lá terra prá deiz mil família, tinha entrado. Porque veio gente do Rio Grande, veio de Frederico, veio de... lá vinham de ônibus, de caminhonadas de gente lá de Palmitos, de Mondaí, de toda a região lá. (...) Não tinha quem controlasse, né, todo mundo queria terra."*(Líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980 e líder sindical).

Quando a notícia de que mais de 300 famílias estavam acampadas na fazenda chegou aos noticiários, provocou grande repercussão a nível de opinião pública e suscitou muitas reações, sobretudo, por parte dos grandes proprietários locais e autoridades (a maior parte do município de Campo Erê é ocupada por grandes proprietários). Iniciou-se também um processo de repressão e tentativas de intimidação aos acampados, com sucessivas prisões de lideranças, invasões de domicílio (violação dos barracos), tentativas de despejo, etc. Paralelamente travou-se uma batalha juducial entre os proprietários que queriam a reintegração de posse e os acampados, estes assessorados por algumas entidades articuladas pela CPT, que trabalharam no sentido do adiamento da ação de despejo e pressão junto ao governo federal pela desapropriação da área.

Foi o momento em que a igreja entrou em ação, através do pároco do município e da CPT, trabalhando no sentido da organização dos acampados enquanto um coletivo com objetivos e estratégias de ação definidas. Ao mesmo tempo buscou articular apoios junto a sociedade civil, órgãos públicos e autoridades (especialmente deputados), assumiu a sua defesa a nível juducial e atuou como mediadora na negociação dos acampados com o estado.

"... Eles queriam despejá e... eles disseram que era prá nóis desocupá. Disseram que era prá nóis desocupá na marra. Vivo ou morto nóis tinha que sai. Mas daí, enquanto isso, o padre Afonso, que era vigário aqui, descobriu que nóis tava lá e que tinha entrado todas aquelas famílias. Não sei como ele descobriu, porque nóis não falamo com ele. Nóis nem sabia que a igreja daqui dava apoio ou não dava. Nóis pensamo em mexê com o INCRA, né. Não procurei apoio nenhum... Então um dia desceu um carro lá, dizendo que era do INCRA e não se identificô... Queria vê quantas famílias tinha, de onde veio, o que que nóis vinha fazê, qual era o interesse, se tinha família, se não tinha, aonde é que trabalhava... assim né.. Veio lá interrogá nóis. Ficô meio dia lá interrogando, dizendo que era do INCRA. Daí dois dia depois ele voltô. Daí veio o Fristch, o padre Afonso, veio duas irmã junto. Daí o padre disse:'Eu menti prá vocêis esses dias. Eu sô o vigário. Só queria sabê qual era realmente a intenção de vocêis. Queria sabê se vocêis eram mesmo fugitivo, se vocêis eram bandidos...Mas agora tamos aqui...(...) Daí ele começo a colocá... pediram prá nóis reuni lá o pessoal. O Fritsch pediu prá gente fazê uma reunião prá vê o que nóis queria. Daí foi chamado uma tarde, reuniu mais de 100 pessoas né. Daí marcamo também uma outra reunião prá daí a treis dias..." (Líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980 e líder sindical).

Observa-se aí uma falta de contato prévio dos acampados com a igreja, o que não ocorreu nas outras ocupações. Por outro lado. percebe-se também que a igreja já demonstrava ter, a essa altura, alguma discussão acumulada a respeito da questão, que a levou a assumir imediatamente o apoio dos acampados, como se percebe, por exemplo, no depoimento a seguir:

"... eu estava numa assembléia do CIMI, em 80, em Cuiabá e, derepente, eu recebo um telefonema, de manhã, do Pe. Ivo, assim, meio assustado, né. 'Olha houve uma ocupação de terras aí... e a polícia tá querendo despejar. O que é que a gente vai fazer?' Eu, naquela hora disse assim: 'pega um advogado e tenta defender'" (Bispo Diocesano).

Observa-se que a diocese de Chapecó (SC), na época, não hesitou em assumir a defesa dos acampados. A partir dos primeiros contatos, o pessoal da CPT e outros setores da igreja passaram a manter um contato permanente com os acampados e outros envolvidos no processo, mediando as negociações, organizando campanhas de pressão junto ao governo do estado e presidência da República, no sentido de evitar o despejo e agilizar o processo de desapropiação. Nesse sentido, também uma comissão de dez acampados articulados pela igreja e acompanhados de um agente de pastoral, mativeram uma audiência como o governador do estado em Florianópolis. Também foram promovidos campanhas de arrecadação

de alimentos, agasalhos, sementes e ferramentas para os acampados. Note-se que essas campanhas, além de serem um importante apoio para os acampados no sentido de viabilizar sua resistência na área, também tinha como objetivo divulgar a questão junto à população e sensibilizá-la para a existência do problema da falta de terra para muitas famílias. Do mesmo modo, as campanhas de apoio realizadas junto às entidades (telegramas para autoridades, visitas aos acampados, etc.), também tinham o papel de provocar uma tomada de posição a respeito da questão. Parece óbvio que a própria possibilidade de desencadeamento de tais campanhas revela a existência de um debate prévio sobre a questão, envolvendo a igreja e a população. O mesmo pode-se dizer da concentração religiosa com o ato público, realizado no dia 8 de novembro de 1980 que, apesar da chuva e de uma ampla campanha de contra informação, reuniu cerca de 3.000 pessoas.

Foi no interior desse processo de luta e discussão polarizada surgido em torno da ocupação, que esta foi assumindo um caráter político, extrapolando a questão do interesse individual de cada um conseguir um pedaço de terra. Isto vale tanto para os acampados quanto para a sociedade como um todo.

Finalmente no dia 12 de novembro de 1980 a área foi desapropriada significando uma vitória não apenas para os acampados em si, mas para todo o processo de organização que começara a surgir em torno da questão.

Quanto ao processo organizativo iniciado a partir do contato da igreja com os acampados, o mesmo prosseguiu após a desapropriação através de um contato permanente do pessoal da CPT e outros assessores por ela articulados, no sentido de promover a discussão coletiva do processo de ocupação da área e organização da produção. Foi a partir daí que foram introduzidos entre os assentados, temas como: cooperação, grupos de produção coletiva, etc.

Mesmo tratando-se de uma ocupação espontânea e não tendo ocorrido dentro dos moldes utilizados pelo movimento nas ocupações posteriores, a ocupação da fazenda Burro Branco possui um significado muito importante no processo de construção do Movimento dos Sem Terra.

Em primeiro lugar essa ocupação serviu para colocar de forma mais explícita e concreta para a sociedade e para a própria igreja, a problemática dos sem terra. A ampla repercussão atingida pelo fato e toda a polêmica criada em torno do mesmo, colocou, de forma inapelável, a questão da existência de um grande contingente de famílias sem terra no estado, ao lado da existência de grandes áreas improdutivas cuja aquisição nem sempre tinha se dado pelo processo de compra (concessões, etc.). Motivada por esse episódio a diocese de Chapecó realizou um levantamento sobre a realidade fundiária da região que ajudou a embasar a organização posterior dos sem terra. Ou seja, a ocupação da fazenda Burro Branco foi um grande impulso para as discussões sobre a questão da terra e sobre a reforma agrária que estavam em curso desde 1978, a partir da criação da CPT na diocese.

Em segundo lugar chamou a atenção para a possibilidade da ocupação vir a ser uma estratégia de luta para a reforma agrária, o que, até naquele momento não estava colocado, como se vê pelo depoimento:

> *"... nós, naquela época, quando o fato aconteceu na Burro Branco, nós não imaginávamos a questão da ocupação de terras."* (Bispo diocesano).

Por outro lado, a vitória conseguida num curto espaço de tempo, serviu de estímulo a novas iniciativas nesse sentido. Segundo os entrevistados, nos encontros posteriores promovidos pela CPT e mesmo outras pastorais, a questão da Burro Branco era um exemplo sempre citado como uma possibilidade de luta e conquista da terra. A partir desse fato é que, concretamente, começaram a ser desenvolvidas ações no sentido da organização de um movimento de luta pela terra. O próprio líder da ocupação visitou inúmeros municípios a convite da CPT e mesmo de sindicatos "combativos", no processo de organização do MST na região.

Um outro aspecto do significado da ocupação da Burro Branco é que a mesma serviu como um primeiro laboratório de elaboração de experiências organizativas, desenvolvidas pelo MST, que foi importante para ocupações posteriores.

> *"É, o começo do movimento de resistência e conquista da terra, surge exatamente sobre a fazenda Burro Branco. Começaram a surgir algumas outras ocupações (...) e em torno dessa experiência, a gente começou a realizar encontros de agricultores sem terra.(...) 'Como é que era?' Vinha o alemão da fazenda Burro Branco e contava como é que foi a ocupação deles, né. A organização deles prá sai de Mondai, prá vim ocupá ali em Campo Erê, né. Então o movimento surge exatamente de alguns encontros que começaram a se realizar, e a partir da realização desses encontros, nós começamo a tirar gente que começô a participar de encontros fora daqui..."* (Agente de pastoral)

Por fim, essa experiência também serviu para revelar que, se é certo que houve posteriormente um grande trabalho voltado à mobilização e organização, sem o qual os movimentos provavelmente não teriam se organizado, também é certo que os conflitos existentes de modo latente a qualquer momento poderiam eclodir, independente de uma organização prévia.

Imediatamente após a desapropriação da fazenda Burro Branco e paralelamente ao processo de organização que daí se seguiu, ocorreu uma outra experiência que foi muito importante para a organização de um movimento de luta pela terra. Em dezembro de 1980, em Ronda Alta, distante 70Km de Chapecó, mas já no estado do Rio Grande do Sul, começou a ser organizado o acampamento de Encruzilhada Natalino, que foi um dos principais laboratórios de construção da experiência organizativa do acampamento, enquanto forma de luta pela terra. A decisão de acampar à beira da estrada ocorreu de forma independente em relação à experiência da Burro Branco. A forma de organização da ocupação também ocorreu de modo bem distinto. Em comum apenas a mesma realidade da falta de terra, a disposição em ir para a luta e a presença da igreja no processo da organização.

Estando situada em outra diocese, os agentes religiosos também eram distintos, embora partilhassem dos mesmos princípios definidos no interior da CPT. Esse fato demonstra também que o MST surgiu a partir de diferentes experiências ligadas à luta pela terra, as quais foram, aos poucos, sendo unificadas num único movimento. Nesse sentido é preciso reforçar a importância do trabalho da CPT nesse processo de unificação das diferentes lutas.

O acampamento da Encruzilhada Natalino resultou no desdo-

bramento das lutas, cujas origens remontam à década de 60, quando o MASTER (extinto em 1964), organizou alguns acampamentos de sem terras, já referidos anteriormente. Pressionados pela polícia, os acampados de Passo do Feio, em 1963, entraram na reserva indígena dos Caingangues. Posteriormente outros sem terra entraram na reserva, totalizando em torno de mil famílias. Estas famílias organizaram na área toda uma estrutura de produção e de organização comunitária. Em 1978, eram responsáveis por 50% da produção agrícola do município de Nonoai. Nesse ano, os índios que, já há algum tempo, vinham reivindicando à FUNAI a retomada das terras, resolveram expulsar as 1000 famílias de colonos da reserva (WAGNER, 1989; SANTOS, 1982)

Após vagar algum tempo pela região, muitas destas famílias se dispersaram, tornando-se favelados ou meeiros. Algumas aceitaram o deslocamento para outras regiões em projetos de colonização. Outras, no entanto, cerca de 300 famílias, resolveram ocupar áreas improdutivas existentes na região. Ocuparam, então, em junho de 1978, as fazendas CEMAPA e Brilhante. Pressionados pela brigada militar, resistiram na área por dois meses, mas depois cederam a pressão do governo e desfizeram o acampamento. (idem, ibidem)

Em 1979, articulados principalmente pelo Pe. Arnildo Fritzem, de Ronda Alta, após tentar encaminhar uma solução pela via política, retomaram as ocupações em dua áreas, nas fazendas Macali e Brilhante. Conseguiram o reconhecimento do Estado, com o qual estabeleceram negociações, sem, no entanto, conseguir uma solução que abrangesse a todas as famílias.

Diante da falta de perspectivas, resolveram então montar, em dezembro de 1980, o acampamento de Encruzilhada Natalino, à beira da estrada Passo Fundo - Ronda Alta. Seu objetivo era denunciar a situação e pressionar para que o governo encontrasse uma solução mais abrangente para a questão das numerosas famílias de sem terras existentes na região. A bandeira de Reforma Agrária foi a aglutinadora das forças que se mobilizaram em torno dessa iniciativa. (idem, ibidem).

A diferença mais significativa entre os acampamentos da Encruzilhada Natalino e os que o precederam, foi a sua cuidadosa

preparação anterior, bem como a sua organização interna. Para evitar uma reação imediata da polícia, permitir a estruturação interna e a articulação de apoios a nível da sociedade civil, o acampamento foi montado aos poucos, um barraco de cada vez, no período entre dezembro de 1980 e julho de 1981, quando 600 famílias já estavam instaladas no local, totalizando mais de 3 mil pessoas (SANTOS, 1982).

Do ponto de vista da estruturação interna, a experiência da Encruzilhada Natalino foi muito importante para a gestação do modelo de organização a ser adotado pelo MST em todos os seus acampamentos posteriores. Baseou-se na formação de comissões específicas para cada questão a ser trabalhada (higiene, água, animação, distribuição de doações, etc.), Coordenadas por uma comissão central, composta por 12 membros (homens e mulheres), eleitos pelos acampados e que funcionou como uma liderança coletiva, executando as decisões da assembléia e indicando os problemas a serem discutidos por todos. A assembléia reunia-se com uma freqüência quase diária, para discutir os problemas, os encaminhamentos, tomar decisões e fazer um balanço da situação. Formaram-se também grupos de cinco famílias para discutir temas bíblicos, estudar o Estatuto da Terra e debater as questões do acampamento. Cada grupo tinha o seu representante eleito, o qual era responsável para estabelecer contatos com a comissão central (SANTOS, 1982; LISBOA, 1988; WAGNER, 1989).

Cabe ressaltar aqui o princípio da participação ampla e direta das bases na decisão dos encaminhamentos da luta e preocupação com o processo de informação e reflexão por parte de todos os acampados, bem como a constituição de uma estrutura organizativa para o encaminhamento e execução das decisões.

O segundo momento se inicia com a realização de um levantamento da realidade fundiária da região, pela diocese de Chapecó que revelou a existência de mais de 30 mil famílias entre sem terras ou área inferior a 30 hectares, somente na área de abrangência da diocese de Chapecó. A constatação dessa realidade impulsionou a idéia que começava a surgir dentro da CPT, da criação de um movimento específico e autônomo de sem terras, a partir das ocupações da fazenda Burro Branco e da Encruzilhada

Natalino . Essa intenção ficou mais explícita no primeiro encontro nacional da CPT, realizado em Goiânia em junho de 1982, onde as ocupações realizadas no sul estimularam as discussões. Nesse sentido, se a experiência da Encruzilhada Natalino contribuiu significativamente no que se refere à dinâmica de organização interna dos acampamentos, experiência da fazenda Burro Branco foi um dos fatores importantes de motivação pelo fato de ter sido vitoriosa num espaço relativamente curto de tempo.

Nesse encontro de Goiânia tornou-se consensual a necessidade de criar um movimento específico de sem terras autonômo em relação a CPT que, sendo ligada à igreja, encontrava dificuldades de coordenar ações estratégicas, como organização de ocupações, por exemplo, devido às resitências que isso provocava a nível interno, por parte de outros setores da igreja. Tomada a decisão, passou-se então a providenciar a criação de uma coordenação dos sem terras nos diversos níveis (nacional, estadual e regional).

> *"Bom, inclusive, naquele encontro da CPT lá em Goiânia a gente aprofundô essa discussão da necessidade de se criá um grupo, um setor ou uma organização específica, pelo fato de que a CPT, como era ligada à igreja, quer dizer, a igreja não era homogênea no sentido... Não era, não é e ainda eu acho que jamais vai ser, no sentido de tocá a organização, né. Que daí tinha muita divergência entre os setores da igreja, né. Uns achavam que tinha que fazê... tinha que ocupá... tinha que organizá e outros não. Que tinha que resolvê o problema de outra forma. Então foi que se chegou a um consenso de separar, né. Separar, criar um setor específico, uma organização específica. Daí a igreja ficaria mais no sentido de apoio. A CPT também como base de apoio, e o movimento sindical também... e foi inclusive naquele encontro lá que começô a se criar um grupo de coordenação."* (Camponês. Coordenador regional do MST e um de seus fundadores)

Após esse primeiro encontro nacional da CPT, no próprio ano de 1982, ocorreram algumas ocupações no Oeste Catarinense. Porém, estando precariamente preparados, acabaram fracassando, mas serviram de base para reflexão e para orientar a preparação das ocupações futuras.

> *"Depois do encontro, eu, voltei, né, e logo nóis agitemo uma ocupação... (risos)... ainda no ano de 82. Nóis ocupemo as fazenda que hoje são desapropriadas, né, que é o assentamento 25 de maio, lá em São Miguel do Oeste, o 8 de março, né, e o assentamento 26 de outubro, também em São*

Miguel do Oeste. São três áreas que nóis tinha ocupado naquela veis. Aí nóis fomo despejado. Quer dizer, não foi lá um despejo. Nóis não tinha conhecimento, né... Nóis até tinha um grupo razoável de lideranças. Agora, não tinha visão clara do processo. Alguns tinham uma pequena experiência lá de... tinha pessoas que frequentaram lá a Burro Branco, né. Mas sem uma direção, né. (...) Aí a polícia veio, chamô nóis pruma entrevista. E aí, nóis, a maioria, fomo lá conversá com a polícia. Aí eles pegaram um caminhão, botaram nóis em cima e levaro... (risos). Aí fomo até a delegacia, passamo a noite lá... no outro dia de manhã nóis viemo embora. Aí voltemo prá cima da área de novo. Só que aí o pessoal começô a criá medo e começaro a disisti... saí. No fim acabemo saindo todos, né. Mas lá ,tinha umas 300 família, era gente prá caramba.
– Como que o grupo se constituiu?
– Quem iniciô a coisa foi um grupo lá de Naravilha... nóis morava em Descanso, mas era na divisa. Daí, através da CPT eles se reuniram... e aí eles vieram lá. E daí nóis se encontramo numa reunião da CPT, né, com o pessoal de lá. E aí combinamo e entramo. Numa passada lá, só em duas comunidade onde eu morava nóis reunimo mais de cem família, assim numa passada.
– Tinha muitos sem terras?
– Tinha. 80% era filho de pequenos proprietário. Quer dizer, gente que tinha terra mas não tinha como dar terra pros filho. Que nem meu pai, por exemplo, que tinha uma colônia de terra, né, e nóis era em 8 homem, né. Então era impossível distribuí." (Camponês. Coordenador regional do MST e um de seus fundadores)

Através desse depoimento pode-se perceber vários elementos do processo de amadurecimento da idéia e da construção da experiência organizativa do movimento. Em primeiro lugar, nos momentos iniciais os camponeses e a própria igreja tinham claro a necessidade de luta pela terra, mas não tinham muita clareza sobre a forma como deveria se dar o processo. Mesmo as experiências acumuladas na Burro Branco e na Encruzilhada Natalino, nesse ano de 82, ainda era precariamente conhecida pela maioria dos sem terras. Essa realidade só se modificou a partir do momento em que começaram a ocorrer encontros regionais e estaduais de sem terras e que foram criados fóruns específicos para troca de experiência e planejamento mais objetivo das lutas, como o que ocorreu para a grande ocupação de 1985.

"Bom, era assim. Nóis sabia que nóis precisava de terra, né. O pessoal também tinha visão e nóis também tinha visão de que aquelas terras, o proprietário não precisava delas, né... porque tavam lá... abandonada... eles não tavam produzindo, né, e nóis... comprá nóis não tinha dinheiro prá comprá. Então, nóis sabia que, entrando prá cima... uma das forma era... era a pressão que nóis ia fazê. Agora, nóis não tinha um conhecimento de como é que elas iam ser desapropriadas. Qué dizê, a discussão foi meio que

assim... 'nóis vamo prá cima... vamo... Inclusive já medimo as propriedade... (risos)... foi aberto as picada, né, no mato. Cada um já se separô a parte dele.' Qué dizê, pensando que já ia ficá por lá... (risos)."(Camponês. Coordenador regional do MST e um de seus fundadores)

Em segundo lugar pode-se perceber que, além das discussões ocorridas nos grupos de reflexão e algumas reuniões promovidas pela CPT, não houve um processo maior de preparação, como passou a ocorrer em outros momentos.

Por fim, pode-se ter uma noção da origem social dos sem terras, muitos dos quais eram oriundos de famílias proprietárias, mas que no curso do processo de modernização da agricultura e de desestruturação da produção agrícola familiar tradicional, não mais conseguiam reproduzir-se enquanto tal. Embora o dado apresentado (80% de filhos de pequenos proprietários) não seja válido para todas as outras experiências, é interessante perceber a existência dessa categoria. No caso de 85, por exemplo, dos 18 municípios que participaram da ocupação, em três casos em que se conseguiu obter informação sobre a origem dos sem terras, o número de famílias historicamente não proprietárias superava a de filhos de proprietários. Vale ressaltar também que, a maioria dessas famílias, segundo informações obtidas, eram remanescentes de caboclos que continuaram habitando a região, mas que possuiam pouco ou nenhuma terra.(6)

Um outro aspecto percebido nos depoimentos e que cabe ressaltar é que os camponeses que se mobilizaram e que se dispuseram a ir para a ocupação eram os que, mesmo percebendo as grandes dificuldades enfrentadas no campo, recusavam a alternativa do êxodo em direção à cidade, sendo a mobilização e a luta uma atitude de resistência e de luta em defesa da condição camponesa.

Paralelamente a essas experiências, sob a coordenação da CPT, desencadeia-se um trabalho de estruturação do movimento através da preparação de lideranças, constituição de grupos de discussão e estudo da realidade da terra no Brasil e de amadurecimento de formas de luta para enfrentar o problema. Em 1983, o grupo que coordenou a criação do MST já estava praticamente constituido e estruturado, tanto em nivel nacional e estadual, quanto a nível de Oeste de Santa Catarina, especificamente.

Em janeiro de 1983 aconteceu o Primeiro Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul, onde foram definidas as diretrizes básicas do movimento e se decidiu que a ocupação de terras seria uma das principais formas de fazer pressão pela reforma agrária.

Em junho do mesmo ano aconteceu a primeira Assembléia dos Sem Terras do Oeste Catarinense, quando foi eleita a primeira comissão regional do movimento. A partir desse fato, começaram a ser promovidas reuniões em diversos municípios, visando identificar e organizar as famílias sem terras. Nesse processo foi fundamental a participação da igreja, através da CPT, que já estava organizada na maioria dos municípios, e dos sindicatos chamados "combativos", ou seja, que já haviam passado por um processo de renovação, na perspectiva do novo sindicalismo, a partir da organização de chapas de oposição. O apoio das paróquias onde os padres e/ou agentes de pastoral que eram simpáticos e/ou comprometidos com essa causa, também foi importante. É preciso considerar que a própria existência da CPT organizada, normalmente, dependia da disposição da paróquia, ou pelo menos de algum agente de pastoral em dar apoio a sua organização (7). A organização dos sem terras iniciu-se exatamente pelos municípios em que havia alguma base de apoio já estruturada (sindicato, CPT ou paróquia).

> *"A organização dos sem terra aqui começô depois que a gente entrô na diretoria do sindicato e começamo a organizá. (...) Quando nóis entramo, nóis junto com o pessoal da CPT mapeamo os município aqui do Oeste prá organizá o movimento em toda a região aqui. Então nóis mapeamo, se não me engano, 17 município, na época, em 83 ainda, e conseguimo, me parece, naquele ano organizá o movimento em 14 município."* (Camponês.Líder da oposição sindical em Chapecó e um dos organizadores do MST na região).

A sistemática empregada nesse processo basicamente consistiu em organizar em cada município uma comissão responsável pela identificação e organização das famílias de sem terras.

A estruturação dessa comissão se deu, via de regra, em encontros realizados em nível municipal, reunindo lideranças de diversas comunidades, podendo estes ser sem terras já de alguma forma entrosados no trabalho da CPT ou no trabalho sindical, ou

mesmo lideranças da CPT ou sindicato, proprietários de terra, mas comprometidos com a idéia de um movimento de luta em torno da questão da terra. O depoimento a seguir ajuda a esclarecer essa situação.

> *" - Com quem vocês se reuniam em cada município? - Bom, a CPT convidava as liderança - que a CPT já tava criada... já tinha nos município - Então, eles convidavam as liderança (...) A maioria era gente da CPT, né, liderança das comunidade, com terra, sem terra, né, e a própria igreja em todos os município, os padre (...) E aí criava comissões... Em cada município era criada uma comissão dos sem terra, né. Então era essa comissão que depois, já com material preparado prá fazê a discussão, fazia o trabalho com mais lideranças das comunidades. E po aí começô o movimento..."* (Camponês.Líder da ocupação da fazenda Burro Branco e líder sindical).

Uma vez estruturada a comissão municipal dos sem terras, desencadeava-se um processo de organização no interior de cada município. Os depoimento a seguir dão idéia de como se desencadeava esse processo.

> A.)*" A primeira coisa que nóis fazia era convidá um sem terra prá uma reunião, né. Convidava e aí com representação de todas as comunidades, nóis fazia reunião e aí essa pessoa levava material prá i prás comunidade, chamá mais gente e fazê uma discussão com o pessoal sem terra lá. Nóis também fazia visita, né, nóis também ia lá ajudá a discuti a questão..."*(Camponês. Líder da opsição sindical de Cahpecó e um dos organizadores do MST na Região).

> B.)*"Também começamo a organizá o MST como a CPT. Fizemos reuniões nas comunidades com algumas lideranças, só que daí elas eram mais escolhidas. Na CPT participava quem queria. Era com terra, sem terra, homens, mulheres... quem queria participava. Aí os sem terra era mais específico. Ou jovem que já tinha alguma participação, ou arrendatário mesmo, sem terra mesmo."* (Camponês. Líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades (SC) e no Oeste Catarinense).

> C.)*"Nóis tinha um esquema assim: as liderança que nóis tinha em cada comunidade, o líder fazia um levantamento das família sem terra. O líder da luta pela terra ele ia e fazia o levantamento. Depois vinha pro sindicato aquele número e inclusive cadastrava, né, fazia um cadastro dessa famílias. É claro que teve muita gente que não foi cadastrado... mas foi bem mais de 100 famílias... dentro do município, que não tinha terra... sem contá os jovens que o pai tinha poquinha terra. Que era uma família grande, que precisava mais... o dobro de terra, muito mais prá podê assentá... Sem contá as família já formada né, que não tinham terra. Eram bem mais de 100 famílias cadastrada, com nome... Nóis tinha um arquivo, tudo direitinho, feito pelas liderança. Aí, quando começô se pensá em ocupá essas terra, daí em oitenta e quatro nóis começemo a discuti. No início de 85, houve o primeiro congresso nacional dos sem terra, no mês de*

janeiro em 85, em Curitiba, aí se pensô em... em ocupá mesmo, saiu como resolução do congresso, vamo tê que ocupá as fazenda, ocupá as fazenda dos fazendero e o governo que se dane. Ou desapropria aquela fazenda, ou desapropira outra prá nóis colocá essa gente, né. Aí começamos então a reuni por comunidade. Nóis ia na comunidade, o líder reunia as família, fazia uma discussão com o pessoal conscientizando os companheiro de que se não tinham terra, não era porque eles não queriam tê terra, é porque tinha uma estrutura fundiária injusta, que a terra tava concentrada e tal. Discutindo, e colocando a possibilidade, de que a única forma de consegui um pedaço de terra, não era esperá que o governo ia dá, porque ele não ia dá. Nóis tinha que pressioná. É uma forma de fazê pressão era de fato ocupá a terra duma grande fazenda, prá fazê o geverno tomá conhecimento e tomá providência nesse negócio de luta pela terra. (...) Aí o pessoal começo a discuti em grupo, nas comunidade. Depois dessas rodada de reunião nas comunidades discutindo com o pessoal, aí se escolheu mais liderança nas comunidade. Nóis chegamo a fazê reunião com 30, 40 líderes dos sem terra das comunidade num lugar só. Nóis tinha reunião ordinária com os companheiro, né, e aí ia sempre evoluindo assim... E aí então, em maio de 85, foi feito aquela grande ocupação em Abelardo Luz" (Líder da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também da organização de outros movimentos).

Na verdade, além de encontros regionais (específicos ou junto com outras lideranças da CPT), havia em cada município dois níveis de dicussão e encaminhamento da organização. Em primeiro lugar, encontros em nível municipal com os líderes dos sem terras de cada comunidade, realizados periodicamente durante um ou dois dias. A partir desses encontros, essas lideranças reuniam e trabalhavam com os sem terra de sua comunidade. Os encontros por comunidade podiam ser realizados à noite ou mesmo nos domingos após o culto ou após as missas quando da visita do padre às comunidades, os quais, normalmente, eram acompanhados por um agente da CPT. A participação de lideranças ou agentes de fora da comunidade podiam ocorrer sempre que o líder local sentisse necessidade de auxílio para conduzir as reuniões. O depoimento a seguir ajuda a compreender essa sistemática.

"- Essas reuniões eram mensais, bimestrais... como é que eram?
- Dependia um pouco da situação que tava o agricultor. Na época da safra você reunia menos, na época de plantio também. Nas outras épocas, as vezes era mensal.
- Faziam as reuniões à noite?
- Não. Nós sempre gastava dois dias, normalmente, com uma discussão. Era curso. Era formá as pessoas. Não era só reuni, era prá estudá.
- E isso era feito em nível municipal?

— Muncipal com as lideranças. Nas comunidades as lideranças reuniam os sem terras. Daí, se eles não conseguiam tocá, eles pediam auxílio dos companheiros vizinhos, da comunidade vizinha, ou nóis da CPT, ou alguém da igreja...
— E Essas reuniões nas comunidades também eram de um ou dois dias?
— Não, não. Nas comunidades normalmente era à noite. (...) As veis, a igreja, assim, marcava o seu roteiro de missa e tal, em determidados momentos você reunia depois da missa os sem terra ou mesmo a CPT ou coisa assim." (Líder da oposição sindical e um dos organizadoresda CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Quanto aos temas tratados nos diversos encontros, estes se voltavam, de modo geral, à compreensão da situação vivida pelos camponeses: o porquê da falta de terra, o processo de concentração de terra no país, etc., bem como da importância da organização e da luta para a superação de tal situação, como se pode ver pelos depoimentos a seguir:

A.) *"Quando a gente reunia eles a gente sempre trabalhava o problema da distribuição da terra. A história do Brasil... como é que se deu... porque é que poucos tem muita terra e muitos não tem... criava aquele negócio que era injusto e que a gente deveria fazê alguma coisa."* (Líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

B.) *"— Vocês reuniam e aí...?*
— Aí a gente colocava assim um planejamento sobre a vida dos sem terra, quem que é sem terra, qual é o futuro do Brasil, onde nóis vamo chegá se nóis não se organizá. Então era mais a nível de organizá, né. (Líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

Esse processo de estruturação de uma organização dos Sem Terra em cada município da região, que aqui se convencionou chamar de um segundo momento do processo de construção do movimento, foi sem dúvida um passo decisivo para a viabilização das ações posteriores e para a estruturação do movimento em si.

Em dezembro de 1984 aconteceu em Chapecó (SC) o I Congresso dos Sem Terras de Santa Catarina, em prepraração ao I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba (PR), em janeiro de 85, quando o movimento foi oficialmente criado. Esse congresso ocorreu no momento em que o governo federal divulgava o Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse plano, cuja versão original havia sido elaborada a partir das sugestões dos trabalhadores rurais sem terra, no início do gover-

no da Nova República, sofreu significativos retrocessos devido a pressões dos representantes da grande propriedade. A versão final, divulgada no início de 1985, significou, portanto, uma frustração das expectativas dos sem terras, em relação à possibilidade de uma reforma agrária negociada a partir da via política (8). Diante desse quadro o congresso definiu pela necessidade de realização de mobilizações e ocupações de terra para forçar o governo a realizar as desapropriações de terras para a reforma agrária.

A partir disso, no dia 25 de maio do mesmo ano, o MST promoveu no Oeste Catarinense, uma das maiores ocupações de terra realizadas até então. Essa ação, que ficou conhecida como "Operações Integradas de Ocupações Simultâneas", envolveu mais de duas mil famílias de sem terras, oriundas de 18 municípios da região e foi preparada durante mais de dois anos em grupos de reflexão. Numa noite, ocuparam 13 áreas diferentes em sete municípios. Aproveitando a realização de uma romaria tradicional de Nossa Senhora do Caravágio, que acontece todos os anos no município de Guaraciaba (SC), os sem terras, disfarçados de romeiros, conseguiram ocupar as áreas sem chamar a atenção da polícia. Esse fato consolidou o movimento na região e se constituiu num fato político de grande importância para a discussão da questão da reforma agrária. Este fato foi também estudado por LISBOA (1988).

A ocupação contou com o apoio de lideranças sindicais, agentes de pastoral e lideranças da CPT, tanto no contato, mobilização e organização dos sem terras, como já se viu acima, quanto na organização da ocupação em si, incluindo aí a definição e vistoria das áreas a serem ocupadas, no deslocamento do pessoal para as áreas, na organização interna dos acampamentos e até mesmo, na mediação e negociação junto aos governos municipal, estadual e federal. Para se ter uma idéia, a comissão que foi a Florianópolis, para manter a primeira audiência com o governo do estado, INCRA e representantes do governo federal, era composta por um sem terra, um líder sindical (proprietário) e um padre. Já em Florianópolis, durante o processo de negociação em que se firmou um acordo entre o governo (federal e estadual) e os sem terras, no qual o governo se comprometia em prestar assistência

aos acampados e, num prazo de 90 dias, desapropriar as áreas para assentamento das famílias acampadas, a mesma comissão contou com a particiapção do presidente estadual da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Essa ocupação em 85 foi um marco decisivo na organização do movimento não só a nível de Oeste Catarinense, mas a nível do estado e mesmo do país. Foi a partir deste fato que o movimento ganhou uma repercussão nacional e mesmo passou a contruir uma infra-estrutura que lhe permitiu agir com mais autonomia em relação à igreja, sindicatos e outras instituições.

> *"A organização como tal do movimento, começa a surgir sobre a ocupação de 85... como movimento próprio, né. Até ali foi uma mistura de agentes de pastoral, de padre, de sindicato e CPT, de liderança da igreja evangélica... Então, como movimento, se estrutura e começa a funcionar como movimento mesmo, é quando surge a ocupação de 85."* (Agente de pastoral).

Nos anos seguintes o MST trabalhou efetivamente no sentido de se constituir num movimento autônomo, passando a decidir autonomamente sobre as suas ações. Mesmo que a autonomia tivesse sido sempre colocada (especialmente por setores da igreja) como meta, ou como um ideal a ser atingido, essa questão, em certos momentos, foi um foco de tensões na relação do movimento com outras instituições especialmente setores da igreja e sindicatos de trabalhadores rurais. No momento em que passou a tomar decisões sobre suas ações e estratégias, sem efetuar uma discussão prévia com esses agentes que participaram de sua construção, passou a haver um certo estremecimento nas relações com os mesmos. Essa situação é semelhante a que ocorreu com outros movimentos e será analisada com mais profundidade no capítulo IV.

A ocupação de 1985 contribuiu também para consolidar a influência do Oeste de Santa Catarina no processo de estruturação do MST como um todo. Até a realização do I Congresso em Curitiba (PR, em 85, as três experiências de referência do movimento dos sem terra eram a ocupação da fazenda Burro Branco, o acampamento da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta (RS) e uma experiência no Paraná em que particiapram, além de sem terras, camponeses desalojados pela barragem de Itaipu.

> *"Essas três experiências foram as mais significativas para a própria preparação do I Congresso. A densidade maior de lideranças era desses três locais, desses três estados. Agora, Santa Catarina teve um papel fundamental posterior ao congresso. Que foi o primeiro estado que organizou uma grande ocupação. A grande ocupação de maio de 85 aqui e que colocou o movimento como uma força política grande na luta pela terra. Então foi aquele negócio, virou manchete a nível nacional. Uma ocupação em Santa Catarina... duas mil e tantas famílias ocuparam 13 ou 14 áreas aí espalhadas em vários lugares... Quer dizer, houve um tipo de um levante dos sem terras no estado. Então, esse resultado de Santa Catarina é que consolida também uma nova dinâmica também na direção nacional do movimento que até agora, até aquela altura tava muito ligado às pessoas de apoio, ou até à pessoas indiretamente ligadas e que passou, a partir de 85, a ser constiutída, aí sim, como movimento autonômo."* (Agente de pastoral)

Ou seja, a partir de então o MST foi se estruturando em todo o sul do país, especialmente, além do Oeste Catarinense, também do Sudoeste do Paraná e algumas regiões do Rio Grande do Sul. A partir do sul, o movimento se expandiu a outros estados do Brasil, estando hoje organizado em 19 estados. Esse crescimento levou à construção de uma estrutura organizativa compatível com a articulação a nível nacional. Paralelamente, o movimento de senvolveu um processo de elaboração teórica, fruto das discussões organizadas junto às bases e a contribuição de intelectuais orgânicos envolvidos com suas lutas. Destaca-se aí a presença de múltiplos agentes, muitos dos quais oriundos da igreja que passaram a se dedicar exclusivamente ao movimento.

Concordamos com ABRAMOVAY (1985), quando afirma que o MST representa um grande salto de qualidade na luta pela reforma agrária no Brasil. Destaque-se a sua maturidade política, no sentido de decidir de forma serena e planejada as táticas adequadas a cada momento. O acampamento representa também uma postura ativa diante do problema, pois acampar é partir para a ofensiva de forma não violenta.

> *" Acampar nesse sentido, consiste em tomar a ofensiva da luta, e demonstrar que os agricultores são capazes de se transformar nos agentes de construção de sua própria identidade política. Os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de ser apenas objetos do processo de reforma agrária e tornam-se o seu sujeito, eles passam do plano receptivo paro o ativo. ... Trata-se de um espaço em que a luta não é conduzida por representantes, mas sim pela*

presença de cada um dos interessados com suas próprias famílias." (idem, ibidem. p.57)

Esse parece ser mesmo, dentro da história da participação política do campesinato brasileiro, o grande salto de qualidade que o MST representa. Os próprios camponeses se capacitando a assumir diretamente a condução de sua organização e de suas lutas, e fazendo isso, não de uma forma espontaneísta ou calcada em reações de caráter emocional ou de fanatismo religioso. Ao contrário, o fazem de forma refletida, serena e planejada, a partir de uma certa compreensão da realidade social, econômica e política e, sobretudo, fundiária brasileira.

A presença da religiosidade é sem dúvida marcante, o que representa a articulação do movimento com os traços culturais fundamentais da população. Porém, a partir dessa religiosidade, o MST construiu uma nova utopia social, que aponta para a transformação concreta das relações sociais existentes e a construção de novas relações sociais.

Ocupar e resistir passa a ser, então, o fruto de uma decisão política, calcada num novo entendimento da realidade vivida, numa nova forma de consciência, numa nova forma de conceber a participação política e uma qualidade nova de fazê-lo.

Segundo GRZYBOWSKI (1987), o sentido político da luta dos sem terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas do fato de porem a nu sua situação comum de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários.

WAGNER (1989), também destaca a diferença ou o salto político e organizativo do MST em relação aos movimentos de épocas anteriores, como é o caso do MASTER no Rio Grande do Sul. Ele coloca: *"Diferentemente do que nos tempos do MASTER, onde os destaques eram os heróis da luta pela terra, os chamados tempos heróicos, agora o que vale é a organização do grupo como forma de organização política."* (idem, ibidem p.85). Passa-se, portanto, de uma lógica de representação dos camponeses, para uma lógica que prima pela participação direta. O autor destaca que a diferença marcante que existe entre o MST e o MASTER é que aquele

privilegia a organização coletiva e não a liderança isolada. Destaca ainda a atenção dada à organização e estruturação interna dos grupos, o planejamento cuidadoso das táticas e sua adequação a cada situação, bem como a preocupação em relação à opinião pública e a articulação dos apoios.

O relacionamento do MST com o Estado tem sido marcado pelo confronto e até pelo antagonismo. Durante o regime militar as lutas dos sem terras foram quase sempre consideradas e tratadas como casos de polícia. A ação da polícia militar se deu, normalmente, no sentido de intimidar, reprimir e dispersar os acampados. A resposta dos sem terra orientou-se, de modo geral, pela via da não violência. As crianças e mulheres colocadas à frente para receber a polícia, procurava demonstrar a disposição para a negociação e a intenção de não partir para o confronto violento. Houve casos em que mulheres e crianças entregraram flores para os soldados que ameçavam despejá-los. Mesmo assim, em muitos casos, a repressão e o cumprimento da ordem de despejo resultaram em enfrentamentos violentos que resultaram em ferimentos e até mortes (LISBOA, 1988; WAGNER,1989).

Em relação aos órgãos político-administrativos do Estado, ligados à questão da terra, o confronto se deu entre duas lógicas diversas e até antagônicas sobre o modo de tratar a questão da terra. Enquanto o movimento tratava da questão da terra a partir de uma lógica política, os órgãos estatais tendiam a reduzi-la a uma questão técnica e administrativa, conduzida a partir de procedimentos burocráticos.

1.3.3. O MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS - MMA

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) é um movimento que reúne sujeitos políticos aglutinados em torno da identidade de ser mulher e de ser agricultora, voltando-se à discussão de tal condição, à identificação e à conquista de muitos direitos historicamente a elas negados.

A questão de fundo do MMA é a luta contra a dominação, enquanto membros de classes subalternas e enquanto mulher, sub-

missa no interior da unidade familiar de produção. A mulher agricultora além de pertencer a uma classe social historicamente excluída, teve na própria unidade familiar de produção e na divisão sexual do trabalho um obstáculo à participação social e política na sociedade. Mesmo em termos econômicos, muito embora tenha sempre participado ativamente do trabalho no campo, seu trabalho sempre foi considerado secundário e de menor importância, um complemento ao trabalho principal do homem. Além disso, pela divisão sexual do trabalho, esteve normalmente sujeita a uma dupla jornada: na lavoura, no cuidado com a casa e com os filhos. A responsabilidade quase que exclusiva da mulher em relação a vida doméstica dificultava muito a sua participação em qualquer atividade pública que exigisse deslocamento.

Assim, a identidade do MMA foi construída a partir da realidade de dominação vivida pelas mulheres, tanto na unidade familiar como na sociedade. Como coloca CASAGRANDE (1991,p.30)" *é esse contexto de exploração e dominação, enquanto 'agricultora' e enquanto mulher, que forja a emergência deste coletivo com identidade própria.*"

O primeiro passo para o surgimento do MMA em Santa Catarina foi dado no dia 25 de julho de 1981 durante as comemorações do dia do colono, no então distrito de Itaberaba, no município de Chapecó. Essas comemorações foram organizadas e coordenadas por setores da igreja ligados à CPT e pelo movimento popular que começava a surgir a partir de atividades pastorais desenvolvidas no interior da própria igreja. Uma das questões levantadas foi a necessidade de se organizar uma chapa de oposição sindical, uma vez que a forma de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó não correspondia as necessidades e anseios dos agricultores reunidos. A partir de tal decisão, foi organizada uma comissão reunindo membros do clero, lideranças dos trabalhadores rurais e do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de organizar os agricultores para a conquista da direção do sindicato. Algumas mulheres que integraram a equipe levantaram a questão da impossibilidade de sindicalização da mulher agricultora (9), propondo que a questão fosse assumida pela chapa de oposição. A questão da sindicalização da mulher agricultora acabou se trans-

formando numa das bandeiras importantes da chapa. No desenvolvimento da campanha, nas visitas às comunidades a discussão ganhou força e ajudou a despertar o interesse das mulheres para a sua situação de submissão. A conquista do direito de sindicalização, após a vitória da chapa de oposição sindical, foi umas das primeiras vitórias das mulheres que começaram a se mobilizar e serviu de estímulo à construção do movimento. Os dados levantados durante a pesquisa dão conta de que também em outros municípios , a questão da participação sindical foi um ponto de partida importante para a organização das mulheres agricultoras.

As primeiras ações no sentido da estruturação do movimento ocorreram a partir do primeiro semestre de 1983, a partir da iniciativa da Equipe de Base que, após a vitória e posse da chapa de oposição sindical, passou a buscar novas frentes de ação no sentido de fazer avançar a organização popular.

> *"... no começo do no de 83, fez um encontro e entre as questões que se levantava era o que é que poderia fazer agora pra ajudar a avançar a luta, já que a questão sindical tinha passado, tinha uma diretoria tocando, e o que que essa Equipe de Base poderia fazer. Nesse encontro se decidiu de organizar, de começar a reunir as mulheres agricultoras... para que essas mulheres também participassem mais da luta e tivesse uma valorização maior enquanto mulher e enquanto trabalhadora. Foi aí que se decidiu fazer um encontro em Itaberaba no dia 19 de maio de 1983, como se vê aí no relatório diz aí o porque do encontro, por representantes da Equipe de Base, quer dizer os... os membros da Equipe de Base é que iam explicar porque que esse pessoal foi convidado, foi reunido. Então foi feito contato em todas as comunidades do setor Itaberaba (10) que eram 9 comunidades, e diversas outras comunidades..."* (Padre, agente de pastoral).

Nesse encontro se fizeram presentes 28 mulheres representantes de seis comunidades, além de vários representantes da equipe de base. Os dados apresentados pelo relatório do encontro dão uma idéia de como surgiu o movimento de mulheres e da problemática que o motivou . O encontro se desenvolveu em 4 momentos: 1.) apresentação do porquê do encontro; 2.) apresentação dos presentes; 3.) estudo em grupo sobre a problemática da mulher; 4.) discussão sobre como continuar o trabalho e tomada de decisões nesse sentido

A apresentação do porquê do encontro foi feita por representantes da Equipe de Base, responsável pela realização do

encontro, segundo o relatório, no seguintes termos:

> *"Necessidade da mulher entrar na luta. Igualdade entre homem e mulher. As agricultoras precisam se unir e organizar para ter seus direitos e dignidade respeitada."* (Relatório do encontro de mulheres em 1º de maio de 1983)

O fato do encontro ter sido promovido pela Equipe de Base, na qual as mulheres agricultoras eram, até então, precariamente representadas e cuja liderança era exercida principalmente por homens (líderes camponeses e agentes de pastoral), revela que a iniciativa de estruturação do MMA, nos momentos iniciais, deveu-se mais ao processo de mobilização e organização que começava a ocorrer na região a partir do trabalho de pastoral desenvolvido pela diocese de Chapecó, do que propriamente de uma iniciativa das mulheres em si mesmas. Para se ter uma idéia do grupo que coordenou o encontro (representantes da Equipe de Base), faziam parte pelo menos, três líderes sindicais (todos homens) e mais quatro líderes camponeses ligados à Equipe de Base (todos homens), três agentes de pastoral (dois homens e uma mulher). Não se quer com isso minimizar a importância da participação da mulher, que já se fazia sentir prinicpalmente no espaço da igreja, pelo exercício de liderança no campo religioso, participação essa que acabou por levantar o problema da discriminação nos diversos níveis da vida social, inclusive dentro da própria igreja. É necessário, no entanto, reconhecer a influência decisiva desse processo de mobilização e organização mais abrangente que estava surgindo e dos seus agentes, especialmente do movimento sindical e de setores da igreja. Ou seja, o surgimento de um processo de mobilização e organização de movimentos sociais dos anos 70 e início dos anos 80, onde os camponeses passaram a avançar o seu entendimento sobre as causas de sua miséria e de sua exclusão, onde as formas de dominação e exploração começaram a ser desvendadas e discutidas parece ter sido de grande importância para o surgimento da identidade de "mulher agricultora" e para a sua organização num movimento próprio. O desencadeamento das primeiras ações que culminaram com a estruturação do MMA por iniciativa de agentes externos ao grupo, explica-se, assim, pela própria tradição cultural que restringia as possibilidades de

participação ativa da mulher no espaço público, tendo sua participação sempre um caráter auxiliar e secundário em relação à participação masculina, a quem cabia o papel de liderança.

É preciso registrar, porém, que a estruturação do MMA significou exatamente uma importante ruptura com tal situação. Uma de suas principais conquistas, para além daquelas obtidas a nível de sociedade em geral e no confronto com o estado (direitos previdenciários, reconhecimento da profissão, etc.), a própria percepção de tal situação por homens e mulheres e a conquista de um espaço de participação mais igualitário da mulher dentro das organizações populares e das próprias unidades de produção agrícola familiar.

O resultado do estudo de grupo sobre os problemas da mulher realizado nesse primeiro encontro de mulheres, em 1º de maio de 83, revela já um avanço na percepção da questão e dimenciona bem a problemática que motivou o engajamento das mulheres à idéia de construção de uma organização própria. A questão lançada para a discussão foi: quais os problemas que as mulheres estão sofrendo? (na comunidade, na agricultura, no direitos...). O resultado das discussões foi o seguinte:

> *" - A mulher é pouco lembrada na comunidade. As idéias dela não são bem aceitas. Não recebe oportunidade na diretoria. Falta lazer e lugar para lazer na comunidade. Não é valorizada na comunidade: só faz as coisas mais fáceis e simples. Em algumas comunidades não exeistem Clubes de Mães...*
> *- Na família: é marginalizada as vezes pelo próprio marido. A tradição: ficar em casa com os filhos, trabalhando. É reprimida. Não é reconhecida nas coisas miúdas que faz e vende - e o dinheiro as vezes fica com o marido. Não recebe herança como o homem (quando casa). Algumas são escravas do marido.*
> *- Na sociedade: não tem aposentadoria. Nem auxílio em acidente de trabalho. A idade para aposentadoria. O atendimento médico: a mulher sofre mais com os casos de doença na família. A agricultora não recebe auxílio natalidade. Só tem direito de trabalhar e lutar pra sobrevivência. Na política só aparece pra votar: fora disso quase não é lembrada. Não sabe os direitos que tem, em relação ao sindicato, e outras coisas. Não participa do sindicato, nem se associa, por isso se vai não tem direito a voto. É usada como objeto de propaganda.*
> *- A mulher não confia em si mesma."* (Relatório do encontro de mulheres em 1º de maio de 1983)

Ou seja, nesse momento em que começaram a discutir sua realidade específica de mulheres agricultoras, as participantes

do encontro revelaram-se capazes de perceber em grande medida a realidade de sua marginalização, tanto a nível familiar, quanto em nível social, isto é, da sociedade abrangente como um todo e mesmo a nível das organizações populares. Essa percepção, ao que tudo indica, foi favorecida pela sua participação em atividades pastorais desenvolvidas pela diocese de Chapecó e em atividades organizativas como foi o caso da organização da chapa de oposição sindical, originada, como se viu, dentro do mesmo processo.

Ou seja, o primeiro passo para a constituição das mulheres camponesas enquanto sujeito político e social se deu num espaço em que elas tradicionalmente tiveram uma participação mais ativa: a igreja. Foi no espaço da igreja que elas começaram a pensar mais em si e a descobrir sua realidade de mulher. E foram setores da igreja, principalmente as CEBs, CPT e os grupos de reflexão, que iniciaram o questionamento da submissão da mulher e a levantar a necessidade de transformação da relação homem/mulher, no sentido de torná-la mais igualitária.

A partir da percepção da realidade da marginalização e submissão em que se encontravam, as mulheres agricultoras mostraram-se dispostas a se mobilizar, se organizar e lutar pela transformação de sua realidade. No final do encontro de 1º de maio de 83 discutiram como continuar o trabalho de organização. As conclusões foram:

> *" - Reunir as mães na comunidade. Depois duas ou três ir ao encontro do setor.*
> *- Reuniões dos Clubes de Mães (uma por mês) e cada dois meses aqui.*
> *- Fazer uma folha para discutir na comunidade.*
> *- Mais encontros com as comunidades que não vieram, e depois escolher uma comissão.*
> *- Conversar esse assunto na comunidade com as dirigentes de grupos e do Clube de Mães.*
> *- Depois seguir a caminhada da equipe de base."*
> (Relatório do encontro de mulheres em 1º de maio de 1983)

O segundo encontro ocorreu efetivamente do dia 2 de junho do mesmo ano e contou com a participação de 42 mulheres representantes de 10 comunidades. O encontro iniciou com um relato sobre o encontro anterior e suas conclusões, em seguida realizou-se um trabalho de grupo sobre as causas da situação da mulher (levantada no 1º encontro). O resultado do trabalho foi o seguinte:

" - As próprias mulheres: vivem caladas, não se valorizam, aceitam todas as ordens do marido, não tem confiança em si mesmas. Tem medo. Hoje a mulher se sente tão escravizada que não consegue acreditar e ter confiança em si própria, na família, na comunidade e na sociedade. Precisam participar mais de reuniões e encontros e se associar ao sindicato.
- A família e a comunidade: As dificuldades e tarefas da família impedem de participar mais. A mulher na família é educada para a família e não para as lutas sociais. Não tem liberdade. Falta apoio do marido e da comunidade. A comunidade dá menos chance à mulher do que ao homem. Os Clubes de Mães funcionam mal, só ensinam fazer coisinhas e festinhas, tem mensalidades caras e as vezes umas querem ser mais do que as outras. Precisa lutar pela igualdade. 'Convidar mais mulheres para debater juntas e lutar para conseguir os nossos direitos'.
- A tradição e a educação: Há uma tradição de que a mulher é para a cozinha e pra cuidar das crianças. O machismo é um costume antigo. Falta orientação e instrução para enfrentar os problemas. As mulheres não são ouvidas. As mulheres desconhecem os direitos.
- O sistema da nossa sociedade: A nossa sociedade valoriza pouco a mulher. Para os grandes, não convém que elas se organizem. 'E para sair desta situação a mulher deve participar de grupos, de reuniões, trabalhos de sindicato, cooperativa, problemas de bancos, ficar ao lado do homem e dar força e apoio.'"(Relatório do 2º encontro de mulheres agricultoras realizado em 02/06/83)

Após a plenária onde cada grupo expôs e discutiu suas conclusões, foi realizado um estudo sobre a estrutura da sociedade e o sistema capitalista. Tal estudo abordou a existência de diferentes classes sociais, com interesses antagônicos e procurou identificar as diferentes categorias e segmentos sociais pertencentes a cada uma das classes, bem como os mecanismos utilizados por cada uma das classes para realização dos seus objetivos. Também procurou estabelecer uma relação entre a estrutura social e a situação da mulher agricultora nos seguintes termos:

" O que isso tem a ver com a mulher?
- Se a mulher não entende a situação não consegue se organizar.
- As mulheres organizadas devem caminhar ao lado dos agricultores e de todos os trabalhadores, os pobres.
- As mulheres deste grupo fazem parte dos 80% mais pobres e precisam participar para reforçar a sua luta."(Relatório do 2º encontro de mulheres agricultoras realizado em 02/06/83

O referido estudo foi conduzido por um agente de pastoral.

A realização deste estudo revela tanto uma preocupação

dos organizadores do encontro com o avanço das mulheres no entendimento das suas condições histórico-sociais, quanto uma tentativa de articulação da problemática específica da mulher agricultora com as questões de classe. O registro deste aspecto é importante para a compreensão da forte veinculação do MMA às lutas mais gerais dos agricultores e mesmo das lutas da classe trabalhadora como um todo. Esta característica manifestada desde os primeiros momentos. é necessário, porém, questionar uma afirmação feita por CASAGRANDE (1991, p.26) de que o MMA teria surgido a partir das dificuldades específicas de classe e que as questões propriamente de gênero teriam sido objeto de discussão e de lutas apenas num segundo momento. Nas suas palavras.

> *" é no contexto do movimento camponês e das lutas do campo que deve ser entendida a organização e a participação da mulher camponesa. É o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina não é diferente. (...) "e a partir das dificuldades específicas de classe que surge o movimento. As questões específicas as quais chamaremos de lutas de gênero, começaram a ser colocadas e discutidas num segundo momento. Nesse sentido o Movimento de Mulheres Agricultoras se projeta nessas duas perspectivas que não são excludentes mas complementares: gênero e classe. De um lado se lança na somatória de forças com os outros movimentos sociais do campo contra o Estado... Por outro lado, no segundo momento se lança contra uma situação que lhe é específica, de subordinação e submissão na unidade familiar numa divisão sexual de trabalho desfavorável."*

Não se está negando que o surgimento do MMA tenha ocorrido no contexto do movimento camponês e nem que as duas perspectivas (classe e gênero) sejam complementares no seu interior. O que se está questionando é que as questões de gênero tenham sido colocadas e discutidas no movimento apenas num segundo momento. Fundamenta-se o questionamento na observação das discussões que estiveram na origem da organização do movimento e que, ao que tudo indica, serviram de motivação para as mulheres que se mobilizaram e se engajaram na sua construção. Observando-se, por exemplo, as conclusões do primeiro encontro, sobre os problemas enfrentados pelas mulheres agricultoras, dos 4 itens levantados apenas um (o 3º) não se refere propriamente às questões de gênero. Da mesma forma, uma parte do 2º encontro foi dedicada à compreensão dos "porquês" da situação vivida pelas

mulheres agricultoras. As discussões novamente priviligiaram as questões ditas de gênero. Pelo menos é o que se pode observar no relatório do 2º encontro, onde três dos quatro itens levantados se referem às questões de gênero e indicam a preocupação das mulheres na modificação qualitativa das relações das mulheres enquanto mulheres com seu meio, dentro da família, da comunidade e da sociedade como um todo. Veja-se, por exemplo, o depoimento a seguir feito sobre os primeiros momentos da organização:

> *"Daí na comunidade se nóis achávamos que participar era só no dia da festa, só prá limpá buxo, prá fazê coisas mais de limpeza ou se nóis podia ser uma mulher, podia tar lá, ser coordenadora de uma festa, trabalhar no bar, na bodega, como os homens faziam, né. Ser caixa geral de uma festa... Se essas qualidades nóis tinha, ou nóis não podia ter. E a gente sempre se colocava em primeiro lugar: olha, se nós somos capazes de fazer isto lá dentro de casa, nóis vamo ter que dizer que somos capazes de fazer do outro lado, lá fora de casa."* (Camponesa, líder sindical e uma das fundadoras do MMA).

Não se está afirmando aqui a primazia das questões de gênero nos momentos iniciais do movimento. Mas não há, ao que parece, como sustentar a tese de que tais questões tenham sido discutidas apenas num segundo momento.

O que pode provocar essa confusão é o fato de que as ações de maior impacto realizadas pelo movimento (grandes manifestações públicas, pressão junto ao governo federal etc.) tenham se voltado às questões de classe. Mas não se pode ignorar, por outro lado, a realização de estudos e discussões sobre as relações homem/mulher dentro da família, da comunidade e da sociedade como um todo, desde os primeiros momentos. Os depoimentos revelam inclusive a preocupação das mulheres com a necessária participação dos homens em tais discussões para facilitar a transformação de tais relações.

A exemplo do primeiro encontro e, provavelmente, dos inúmeros que o sucederam durante o processo de organização do movimento e no desenvolvimento de suas ações, o 2º encontro de mulheres agricultoras, realizado em 02/06/83, culminou com uma discussão sobre o que fazer, que chegou às seguintes conclusões: foi formada uma "Comissão de Mulheres do Setor" composta de oito mulheres representantes de várias comunidades, encarregada da

coordenação dos próximos passos. As participantes se comprometaram em fazer uma reunião com as outras mulheres da sua comunidade, utilizando o relatório do primeiro encontro. Definiu-se a data para um novo encontro do grupo em 31/07/83. Definiu-se também a data para o primeiro encontro da "Comissão de Mulheres do Setor" para planejar a continuidade do trabalho e programar a reunião de todo o grupo prevista para 31/07/83.

Destaque-se aqui, em primeiro lugar, o início da estruturação do MMA com a formação da primeira coordenação, ainda restrita a um setor. Também é preciso destacar a perspectiva de continuidade da organização com a previsão de novos encontros. Por fim, merece destaque o fato de que as próprias participantes passaram a assumir as atividades e responsabilidades, inclusive de coordenação, desde o início do movimento. Esse fato parece ter sido importante para a construção de uma crescente autonomia do movimento em relação ao movimento sindical e à igreja. Como já se colocou anteriormente, essa questão da construção da autonomia parece ter sido uma orientação dos setores da igreja envolvidos, para todos os movimentos que ajudou a organizar. Observe-se, por exemplo, o depoimento que segue que revela a postura dos agentes de patoral nesse sentido.

> *"... Eu me lembro de uma coisa que me chamô a atenção do padre Ivo, quando ele, na segunda reunião que ele veio fazê em Itaberaba. Ele era aquele que escrevia, né, anotava as coisas, porque nóis anotava, mas cada um pra si e como a gente entendia. E ele fazia o processo mais seqüente. Aí ele vinha com as propostas da reunião anterior, vinha ler e discutia com nós. E eu me lembro que uma vez ele veio na reunião e de começo, assim disse, com a calma do padre Ivo: 'agora é a última reunião que eu vou vir aqui com vocês, porque daqui prá frente é a mulher que vai caminhá com as próprias pernas e com a sua capacidade'. E daí uma olhô prá otra e nóis se achamo um pouco perdida naquele momento. '— 'E agora, como é que nóis vamo fazê? Nóis não sabemo nem lê e escrevê, quase?' Mas daí ele colocô antes de terminá a reunião, mais um injeção de ânimo. 'Vocêis são capazes, vocês conhecem a história melhor do que eu'. E ele disse prá nóis: 'Só precisa um pouquinho de vontade de cada uma.' Aí nóis colocamo o obstáculo da questão financeira. Então aí o padre Ivo abriu um elo lá nas comunidades prá elas dexá nóis fazê promoção, arrecadá coisa prá questão financeira..."*(Camponesa, líder sindical e uma das fundadoras do MMA)

Ou seja, houve, desde o princípio, um estímulo para que os próprios sujeitos assumissem os rumos da sua organização,

embora, como já se comentou anteriormente e será aprofundado no capítulo IV, esse processo não tenha ocorrido isento de contradições.

A partir desses encontros o trabalho prosseguiu com características semelhantes até atingir todo o município de Chapecó. Praticamente todas as comunidades foram atingidas de uma ou de outra forma, respeitando a sua vinculação a um setor. Duas representantes de cada setor passaram a compor a coordenação principal do MMA.

No final do ano de 83 iniciu-se a expansão do movimento para os demais municípios da região. Representantes da coordenação do MMA visitaram a grande maioria dos municípios da região e, posteriormente, várias outras regiões do estado, para desencadear a organização do movimento. Essas visitas ocorreram em épocas diferentes dependendo da iniciativa de cada município ou região. A visita das representantes do movimento normalmente era precedida de alguma articulação a nível local de modo que nesse primeiro encontro já estivessem presentes representantes de várias comunidades do município. A principal articuladora dessa expansão do movimento em nível de região Oeste de Santa Catarina e mesmo em nível de estado, foi sem dúvia a igreja, embora o MMA tenha contado também com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais em diversos municípios, onde o sindicato já havia passado por um processo de renovação na linha do novo sindicalismo. Mas em muitos casos onde isso não ocorrera, setores da igreja tomaram a iniciativa dessa organização. A iniciativa então partia da própria paróquia ou mesmo de algum agente de pastoral mais sensível a essas questões e mais afinado com a orientação da diocese. Nesse caso, muitas vezes o MMA se constituiu num dos fatores importantes para o desencadeamento do processo de renovação do STR do município e da organização da oposição sindical. É o caso, por exemplo, do município de Saudades (SC), cuja organização do MMA e a oposição sindical puderam ser observadas durante a presente pesquisa. Nesse caso o MMA foi estruturado, via CPT desde 1984, e a oposição sindical só ocorreu em 1987, para a qual o MMA, juntamente com a CPT, tiveram uma participação importante. É importante destacar que a iniciativa da igreja de organizar o

MMA ocorria, normalmente, naqueles municípios onde a CPT já estava estruturada e a esta é que cabia a articulação das diversas comunidades.

Atualmente o MMA está organizado em todos os municípios do Oeste Catarinense e na maioria dos municípios do estado. Além disso, o MMA está estruturado também em outros quatro estados, justamente aqueles localizados mais ao sul do país, ou seja, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Isso, ao que tudo indica, se explica por dois fatores principais. Em primeiro lugar, há entre esses estados (ou pelo menos entre muitas de suas regiões) uma maior semelhança em termos de realidade de produção agrícola familiar, facilitando a adequação e a repercussão das bandeiras e propostas do movimento. Em segundo lugar, um fator que também parece ter contribuido para isto é a proximidade desses estados com a região de origem do movimento, facilitando o trabalho de assessoria e troca de experiências. Em pelo menos três desses estados, representantes do MMA do Oeste Catarinense estiveram diretamente presentes para assessorar a organização do movimento. é o caso do Rio Grande do Sul (algumas regiões), Paraná e Mato Grosso do Sul.

Paralelamente ao crescimento do movimento foi se constituindo sua estrutura organizativa. A CPT, as CEBs, os grupos de reflexão e os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram uma participação importante nessa estruturação do movimento. Além disso, o SAI (Serviço de Assessoria e Informação) da diocese de Chapecó, foi decisivo, sobretudo nos primeiros momentos, fornecendo material para estudo e reflexão nos grupos e mesmo servindo de secretaria do movimento. Com o tempo o movimento foi se tornando mais autônomo, construindo sua própria estrutura organizativa, introduzindo novas questões em suas discussões, buscando novas assessorias e/ou produzindo seu próprio material.

Atualmente a estrutura organizativa do movimento (11) em nível de estado consta de:

1 - ASSEMBLÉIA ESTADUAL composta por delegadas escolhidas e assembléias regionais.

2 - COORDENAÇÃO ESTADUAL composta por duas representantes de cada regional, além das cinco componentes da EXECUTIVA, escolhidas na

assembléia estadual.
3 - EXECUTIVA composta por cinco membros escolhidos pela assembléia estadual e assim distribuídos: coordenação geral, secretaria de finanças, secretaria de formação e secretaria de comunicação.
4 - ASSEMBLÉIAS REGIONAIS (ao todo são nove regionais) compostas por mulheres escolhidas na assembléias municipais onde há movimento organizado.
5 - COORDENAÇÕES REGIONAIS, composta por duas ou mais mulheres de cada município.
6 - ASSEMBLÉIAS MUNICIPAIS abertas a todas as participantes do MMA.
7 - COORDENAÇÕES MUNICIAPIS composta por mulheres escolhidas pela assembléia municipal.
8 - Comissão Municipal de Mulheres, compostas por duas ou mais representantes de cada comunidade em que há grupo de mulheres organizado. Sua função é dar encaminhamento ao trabalho do MMA a nível de comunidade.

Além dessa estrutura organizativa a nível de estado, é importante registrar a existência de uma coordenação interestadual do MMA com representantes dos cinco estados em que o movimento encontra-se estruturado (RS, SC, PR, SP, MS).

Em 8 de março de 1984 ocorreu a primeira manifestação pública do movimento. Foi a comemoração do dia internacional da mulher que reuniu cerca de 500 mulheres agricultoras de Chapecó e dos municípios da região, no então distrito de Itaberaba (município de Chapecó), sede do primeiro núcleo do MMA e seu principal berço.

A programação do dia também é demonstrativa das características do movimento. A primeira e uma das mais importantes atividades foi a celebração de uma missa, toda ela preparada em torno da temática do movimento e que foi presidida pelo padre coordenador da CPT da diocese. Segundo o relatório do encontro:

> *" Toda a missa foi preparada pela comissão central das mulheres. Durante a celebração (presidida pelo padre Ivo da paróquia e da CPT/SC) foram muitas as reflexões e orações espontâneas das mulheres, apresentando a Deus o seu louvor e as suas súplicas e seu compromisso de lutar pelo*

Reino. Foi comovente o ofertório vivo das agricultoras, levando ao altar panelas, verduras, enxada, frutas, arroz cozido, pão, uma cruz e uma criança, vida de sua vida e sinal de esperança no amanhã." (Relatório das comemorações do dia internacional da mulher de 1984)

Esse fato revela a forte vinculação do movimento com a questão religiosa, sobretudo no seu surgimento. é significativo observar também que as duas lideranças do MMA entrevistadas, ao falarem da 1ª comemoração do 8 de março pelo movimento, detiveram-se, a maior parte do tempo em comentar sobre a celebração religiosa. Por outro lado a preocupação com o andamento da celebração revelada por uma das fundadoras e coordenadoras do movimento naquele momento, também parece revelar o espaço ocupado pela celebração religiosa na programação do dia:

"... aí prá começá, aquele dia também foi um suor danado. A gente se sentiu assim, porque quem tinha que se comentarista da celebração, tinha sido otra mulher, que tinha ficado com a incumbência, e a gente não se preparô nesse ponto. Quando chegumo lá naquele dia aquela mulher não se encorajô de fazê aquele papel de comentarista da celebração, porque prá nóis era um obstáculo muito grande estar na frente de 500 pessoas. Foi um Deus nos acuda. Aí eu... 'agora eu não me preparei.' Má nóis vamo tê ajudá, é assim, assim, assim vamo lá.' Tá bem, daí eu corria: 'Padre Ivo, me ajude, você é meu cartucho agora, me ajude porque a Neli não quis mais ser e eu vou ter que enfrentá ou não tem mais ninguém.' Então ele disse: 'Não. Fica fria. Pode deixá que nóis dois vamo se certá lá frente do altar.' Aí fomo. E deu tudo certo. A partir daí não segurô mais, né.A gente viu que uma coisa que a gente planeja, pode ser com medo ou sem medo, que pode dá certo, e aí ninguém mais segura." (Camponesa, líder sindical e fundadora do MMA)

Outros momentos importantes do encontro foram a tribuna livre, coordenada pelas mulheres e a realização de duas encenações preparadas pelas delegações de duas comunidades, entituladas respectivamente: "A Morte de Margarida" (sobre a morte da líder sindical Margarida Alves) e "A Luta da Mulher Trabalhadora". Após as encenações as mulheres fizeram grupos para discutir as lições que as encenações traziam para suas vidas e também como continuar e aumentar sua organização.*"Diversos cantos e poesias também abordaram a vida e o sofrimento da mulher e do homem que trabalham na roça."*(Relatório das comemorações do dia internacional da mulher de 1984)

A ênfase desses fatos é importante, para se ter uma

noção das características do movimento e da metodologia utilizada na sua organização. A forte ligação com a questão religiosa, o cultivo da mística principalmente através de poesias, cantos, símbolos, etc. Também a utilização de estratégias diversas de estímulo à participação, à expressão de idéias e ao uso da palavra como encenações, tribunas livres e principalmente trabalhos de grupo. Essas iniciativas foram muito importantes devido ao fato de, historicamente, a mulher ter tido poucas oportunidade para o exercício da palavra no espaço público, sobretudo para o debate, a argumentação, a defesa de idéias. Outra preocupação muito presente foi a tematização da vida cotidiana promovida através de estratégias diversas.

Nos anos subseqüentes, as comemorações do dia internacional da mulher (8 de março) se constituiu numa das principais atividades do movimento, contando com um número crescente de participantes, chegando a reunir 25 mil mulheres em Chapecó no ano de 1986. Essas concentrações tinham como objetivo principal sensibilizar a opinião pública sobre suas reivindicações e bandeiras de luta e ao mesmo tempo pressionar os órgãos públicos, especialmente o governo federal, para o atendimento de suas reivindicações, além de se constituir num momento privilegiado de discussão da situação da mulher agricultora na família e na sociedade.

Com objetivos semelhantes, mas mais direcionados a questões específicas (uma reivindicação específica como a aposentadoria e outros direitos previdenciários, por exemplo). O movimento realizou outras concentrações e atos públicos. Destaque-se nesse sentido a concentração que reuniu 30 mil mulheres no município de Xanxerê (SC) em agosto de 1986 com o objetivo de pressionar o governo federal a atender às reividicações apresentadas em abril do mesmo ano por uma delegação de mulheres que se dirigiu a Brasília e obteve audiência com diversos ministros de estado. Dentre essas reivindicações destacam-se a aposentadoria e os direitos previdenciários.

Como se pode ver, as caravanas e delegações para manter audiências e pressionar autoridades governamentais foi uma outra estratégia utilizada pelo movimento. A mais lembrada e comentada

pelas líderes entrevistadas foi a primeira viagem a Brasília, onde uma delegação manteve contato direto com diversas autoridades do governo federal. A simples realização da viagem, a possibilidade de estar frente a frente com os ministros de estado, de apresentar suas reivindicações, de discutir com eles essas pautas foi considerado uma vitória para o movimento. O que as lideranças mais destacam é a experiência adquirida nessa atividade. Tanto que no retorno foi elaborado um livreto relatando todos os principais passos da viagem, o depoimento dos ministros, os compromissos assumidos, etc., o qual foi distribuido e estudado nos núcleos do MMA em cada comunidade.

Paralelamente a essas ações e manifestações públicas, o movimento preocupou-se em realizar toda uma dinâmica de formação, através de encontros de estudo e discussão de questões relativas a realidade e as relações da mulher na família, na comunidade, nas organizações populares e na sociedade como um todo. Tais atividades tiveram o objetivo de revolucionar as relações da mulher nas várias instâncias de que participa. Para tanto o movimento dispunha de materiais específicos, produzidos inicialmente por agentes de pastoral (principalmente ligados ao SAI - Serviço de Assessoria e Informação) e posteriormente pelo próprio movimento e por outras assessorias. Também houve o aproveitamento de alguns materiais produzidos em outros estados, bem como foi promovida a vinda de assessorias para a discussão de temas específicos junto às lideranças do movimento. Menos visíveis, a nível público, foram atividades tão importantes para o movimento quanto as grandes manifestações e atos públicos, uma vez que atingiram as questões mais específicas de gênero que, como se viu anteriormente, também eram motivo de grande preocupação por parte das mulheres. Os depoimentos colhidos atestam que significativas transformações foram produzidas no cotidiano da mulher, tanto a nível familiar quanto social, a partir desse trabalho. Quando as mulheres começaram a perceber de forma mais clara sua marginalização e sua exclusão a nível do espaço público nos vários níveis da vida social e a compreender suas causas, passaram a mudar de atitude e a forjar novas relações em seu cotidiano. Um depoimento sobre os primeiros passos do movimento de mulheres no município

de Saudades (SC) parece ser ilustrativo dessa mudança de postura da mulher frente as suas relações:

> *"Então elas começaram a se soltá mais, assim a participá, né. Mais aí, a partir daí, nóis começemo junto com tudo isso, entrá na questão sindical que era um problema que, a mulher não podia se associá no sindicato. E por que é que a mulher não pode se associá no sindicato? Porque é que as mulheres não foram incluídas desde a época de Getúlio Vargas em que foram legalizados os sindicatos? Aí elas começaram a senti exclusão e que a exclusão delas não era uma coisa do marido delas. É uma coisa da história. Aí elas começaram a recuperá uma série de coisas... falá dos pais delas... como é que era o relacionamento com a mãe, né... aí começaram a questioná a igreja, né. Essa foi a coisa mais interessante. O padre vinha e elas diziam assim: '- Nóis estudamo porque a mulher não pode ser padre, né... como é que pode esse negócio?' Falava assim e pegava no pé deles. Aí, começaram algumas mulheres a ser ministras da eucaristia... - Olha aí ó, já tamo ocupando espaço...'"*(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense)

É preciso considerar também o envolvimento do MMA nas lutas e mobilizações promovidas por outros movimentos, especialmente o sindicalismo rural e mesmo de outras categorias articuladas em torno de Central Única dos Trabalhadores - CUT. Nesse sentido podem ser destacadas, por exemplo, o fechamento de agências bancárias e a interdição de rodovias, promovidas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, mas que contaram com a participação bastante ativa do MMA tanto na sua programação quanto na sua execussão. Também podem ser citadas as manifestações de 1º de maio coordenadas pela Central Única dos Trabalhadores e as comemorações do dia do colono, nas quais o MMA normalmente participava de forma ativa.

No mesmo sentido o MMA mantém um intercâmbio bastante forte com outros movimentos como o MST, MAB e outros, apoiando nas suas ações e recebendo apoio dos mesmos.

> *"A gente trabalha muito, em nível de estado, por exemplo, aqui e até em nível nacional, se trabalha muito com outros movimento populares também. É um trabalho até em conjunto, né, que além das reinvidicações da previdência, a gente trabalha a questão da reforma agrária, a gente luta pela política agrícola, né. Então há um relacionamento assim de realmente... porque é os mesmos objetivos e o mesmo público que você atinge, né. Então, ou nós realmente trabalhamos no conjunto, né, da entidades, e dos movimentos, ou as coisas não avançam muito."* (Camponesa, líder do MMA e líder

sindical)

Quanto às bandeiras de luta do MMA, além das transformações das relações homem/mulher nos vários níveis da vida social e da produção sob o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades, bem como de outras relações vividas pela mulher na sociedade (em relação ao próprio corpo, por exemplo), destacam-se ainda outras bandeiras. O direito a sindicalização (uma das suas primeiras conquistas), o reconhecimento da profissão de agricultora e a conquista dos direitos previdenciários como aposentadoria aos 55 anos, auxílio natalidade, auxílio quando da ocorrência de acidentes de trabalho, assistência à saúde, etc. Destas, várias já foram conquistadas como, por exemplo, a aposentadoria aos 55 anos, o auxílio por acidente de trabalho e recentemente (1994) o direito ao auxílio natalidade equivalente às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento da categoria de agricultora, em substituição a antiga denominação "do lar". Um dos principais avanços obtidos pelo MMA, segundo suas próprias lideranças, foi a conquista de maiores espaços para a mulher agricultora nos diversos níveis da vida social, desde a família, a comunidade, as organizações populares, até a política institucional. Muitas são as mulheres que hoje participam como dirigentes em sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades, movimentos e outras organizações. Até mesmo a nível de política institucional (legislativo) o movimento já conseguiu eleger representantes. Além disso, a partir das atividades do movimento, desenvolveu-se entre as mulheres uma nova cultura política. Passaram a acreditar nas possibilidades de modificação das relações sociais e a sentir-se mais responsável pelo próprio destino, pela solução dos próprios problemas e pela condução de suas lutas. Além disso passaram a perceber-se pertencentes a uma organização social mais ampla e que precisa ser transformada no seu conjunto e não apenas nos aspectos que lhe dizem respeito diretamente.

> *"Bem, o nosso objetivo, o nosso sonho como movimento, é que se construa realmente uma sociedade nova, né. Uma sociedade igualitária, com distribuição de renda, onde que os trabalhadores, realmente, possam ter uma vida digna, dentro do que eles merecem e onde haja igualdade entre homens e mulheres. Não só nós como agricultores,*

como eu me refiro a classe trabalhadora, né. Porque se vai vê hoje a dificuldade que tanto o trabalhador rural, quanto o trabalhador urbano sofre, né, desanima qualquer pessoa, né. Então o nosso objetivo, o nosso sonho é que realmente a gente faça acontecê essa sociedade. E isso vai dependê de nós, né. Que isso, acho que não adianta nós esperá que do outro lado vá fazê isso, isso vai dependê da nossa força e coragem de fazê acontecê." (Camponesa, líder do MMA e líder sindical)

Outro aspecto importante foi o fato da mulher passar a acreditar mais em si própria. Uma das constatações feitas no 2º encontro de mulheres realizado em 02/06/83 foi de que uma das causas da situação da mulher era o próprio fato da mulher não acreditar em si mesma. A partir do movimento essa situação se modificou. Comentando sobre o resultado da eleição de uma representante do movimento para a assembléia legislativa, uma das fundadoras do movimento comentou:

"Acho que foi ali que o movimento registrou uma história muito importante: de que as mulheres são capazes de ser... se capacitar igual ao homem, né. Que até então a gente via a imagem separatista, né; o homem tem capacidade e a mulher só pode exercer trabalhos. Acho que foi aí que as mulheres despertaram mesmo. (...) Do mesmo jeito que a mulher levanta da cama e faz a tarefa - até meio dia ela tem que dar conta do almoço, tudo, a limpeza da casa e... - assim a gente fazia acontecê na luta. Vamo fazê a manifestação. Pois vamos. O que nóis vamos fazê? Daí nóis planejava assim, assim. Daí cada município pegava uma parte e ia e chegava no município e deslanchava.
- E o pessoal vinha?
- Vinha. E vamo que vamo. E tudo bem preparado assim: A coordenação ia nos municípios e cada uma pegava uma tarefa pra desenvolvê e desenvolvia. Depois na metade do tempo, daí a gente se reunia de novo. Fazia uma avaliação prá ver qual era o município que tinha deslanchado. Se não tinha o município nóis ia lá e nóis não deixava a barra esmorecê. O importante é isso. É você, do começo ao fim, í fazê acontecê, entende? E as mulheres, eu acho que não quero discriminá o homem, eu acho no meu ponto de vista particular eu considero o homem uma peça fundamental, que ele exerce junto, mas a coragem maior é das mulheres... de enfrentá. Porque a gente vê assim, ó a gente enfrenta a casa e a gente enfrenta a luta na mesma semelhança. Então do mesmo jeito que tá dá conta de um tanque cheio de roupa, você dá conta daquela reunião e das propostas daquela reunião. É esse espírito que a gente sentiu muito em todo o estado nos momentos em que a gente acompanhou." (Camponesa, líder sindical e uma das fundadoras do MMA).

Além dessas bandeiras específicas acima citadas, o movimento toma como suas as bandeiras de luta dos trabalhadores rurais e do próprio conjunto dos trabalhadores, junto aos quais,

como já foi acima colocado, participa em suas lutas.

Um outro aspecto a ser destacado é que , muito embora seja um movimento específico de mulheres, o MMA nunca assumiu a caraterização como movimento feminista e nem foi por ele influenciado diretamente.

Quanto à composição do movimento, segundo a sua secretaria, o mesmo é composto principalmente por mulheres ligadas a pequenas propriedades agrícolas, sendo menos significativa a presença de outras categorias de camponesas. Também, segundo a mesma fonte, há uma predominância de descendentes de imigrantes de origem européia (italianas, alemães e polonesas), sendo menos significativa a presença de mulheres de origem indígena ou cabocla (12). Para se ter uma idéia, observando-se a lista de presenças do 2º encontro de mulheres agricultoras realizado em Itaberaba em 02/06/83, das 42 mulheres presentes, apenas uma possuia sobrenome característico da origem cabocla. Um levantamento mais preciso sobre a questão ainda está por ser feito, mas foge aos objetivos do presente estudo.

Para efeitos do presente estudo, tomou-se como base, a organização do MMA no município de Chapecó, berço do movimento, além de outros dois municípios da região oeste de Santa Catarina, os quais também contribuiram no sentido de se observar, além do surgimento e estruturação do movimento em si, o seu relacionamento com outros movimentos, entidades e instituições.

1.3.4. O MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELAS BARRAGENS DO URUGUAI - MAB

O Movimento dos Atingidos Barragens, como o próprio nome diz, é um movimento dos camponeses cujas terras seriam invadidas pelas águas represadas pela construção de barragens para a produção de energia elétrica. Movimentos dessa natureza foram registrados em diversas regiões do país. O que será considerado no presente estudo é o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai (MAB), surgido como reação ao Projeto Uruguai que previa a construção de 25 barragens na bacia do Rio Uruguai, pela ELE-

TROSUL, subsidiária de ELETROBRAS. Essas barragens inundariam aproximadamente 75 mil hectares de terra e atingiriam, diretamente, em torno de 40 mil famílias, camponeses em sua maioria, das regiões do Oeste Catarinense e Alto Uruguai Gaúcho. O projeto teve início em meados da década de 70 e, no final dessa mesma década, teve início a mobilização popular em torno da questão.(13)

As primeiras notícias a respeito da possibilidade de construção de barragens na região foram veiculadas pela imprensa, provocando diferentes reações, inclusive de empolgação.

> *"A notícia apareceu pela imprensa e depois, aqui na cidade começô a chegá o pessoal da ELETROSUL ali e dizê que eles tavam fazendo estudo prá se fazê uma barragem. (...) Foi uma notícia que, prá muitos, foi uma festa, uma alegria: 'nóis vamo tê uma barragem aqui.' "*(Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Os primeiros questionamentos sobre a natureza e as conseqüências do projeto surgiram no interior da Equipe de Base regional que, numa de suas reuniões periódicas, discutiu o assunto e decidiu pela busca de maiores informações.

> *"Surge aí a necessidade de buscá maiores informações. Aí se articula com o pessoal de Florianópolis lá, o pessoal antigo da comissão de justiça e paz que tavam dentro da universidade e daí já tinham informação... Aí o pessoal do CINI que também, a nível nacional, descobriram que tinha um projeto da ELETROBRAS, o projeto energético brasileiro... aí juntô tudo..."* (Agente de pastoral).

Entre os camponeses, as primeiras preocupações surgiram a partir do momento que passaram a obter informações sobre as dimensões do lago e a quantidade de terra a ser inundada.

> *"Mas daí quando nóis cemecemo a analisá, a pensá... que eles deram a notícia da altura que ela ia tê, sei que eu e o meu irmão, o Miguel, nóis peguemo até o nível, uma soga e umas varas e saimo medindo dali da nossa casa até o rio, prá nóis tê uma base até onde ia. Quando nóis vimo que ela chegava até perto de casa, nóis comecemo a se apavorá. E aí comecemo a contá pros otros. Daí foi mais gente que pegô o nível e saiu fazendo medida. E aí vimo que a realidade era isso mesmo."*(Camponês, líder do MAB e líder da oposição sinidcal).

Começou a se gerar entre muitos camponeses um clima de insegurança e preocupação. Somaram-se a isso os trabalhos da CPT que passou a alertar a população sobre as possíveis conseqüênci

as do projeto.

> *"Na época já tinha a CPT organizada, o bispo também... eles tavam preocupados e transmitiam informação e pedia até pro pessoal se organizá... Aí nóis comecemo. (...) Mas quem trazia informação ali nessa época, era o bispo e a CPT e era também o pessoal da universidade de Erechim."*(Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Logo a questão passou a ser discutida também a nível da CPT nacional, de quem partiu a iniciativa do 1º encontro na região para tratar da questão.

> *A.)"O primeiro encontro surgiu de uma reunião nossa da CPT nacional, em Goiânia, onde vinha gente de todos os estados. Aí se decidiu convocar gente dos três estados do sul para um encontro em Chapecó. Aí vieram alguns sindicalistas que a gente tinha alguma confiança, evangélicos, padres, agentes de pastoral... e tinha também da FAPES, a faculdade de Erechim."*(Padre, agente de pastoral).

> *B.)"Daí desse encontro já saiu uma comissão provisória... a 'Coordenação das Barragens'. Não era nem dos atingidos. Era uma comissão prá tratá do negócio das barragens."* (Agente de pastoral).

Na verdade essa primeira coordenação provisória praticamente não contava com a participação da população atingida. Foi a partir do trabalho dessa comissão que a população passou a se mobilizar e a participar efetivamente do processo organizativo.

> *"Nessa comissão, tinha pastor, tinha sindicalista, o Fritsch representando a CPT... E essa comissão passou a ter assessoria do pessoal de Erechim, da FAPES. (...) No começo se dizia comissão das barragens, mas era uma comissão mais de lideranças de igreja e sindicatos e outras pessoas aí mais de apoio. Bom, essa comissão foi organizando reuniões em diversos municípios com lideranças e alguns encontros de massa. (...) Aos poucos, com essas reuniões, diversos dos possíveis atingidos passaram também a integrar a comissão que depois passou a ter a sigla de CRAB."* (Padre, agente de pastoral).

Ou seja, a partir dessa primeira iniciativa, começou a se desenvolver um trabalho de conscientização das comunidades na tentativa de mobilizar a população e organizar um movimento que reivindicasse a justa indenização das terras e benfeitorias. Após sucessivas reuniões com as lideranças ligadas às igrejas católica e luterana e sindicatos de trabalhadores rurais do Oeste Catarinense e Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai), em 24 de

abril de 1979, em Concórdia (SC), foi criada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que passou a mobilizar os camponeses atingidos e coordenar suas ações. O encontro reuniu em torno de 350 agricultores. (SCHERER-WARREN & REIS, 1986).

A partir da criação da CRAB, a iniciativa e a coordenação das ações do movimento e passaram cada vez mais para a responsabilidade e controle dos próprios camponeses e a igreja e outras entidades passaram a atuar mais efetivamente como apoio e assessoria.

> *"As decisões passaram a ser tomadas sempre pela CRAB, sobre o que fazer, dos encaminhamentos a serem dados. Mas claro que, prá acontecer algumas coisas nos municípios, sempre se entrava em contato com o padre...(...) Eu também estive em algumas comunidades, fazendo uma visita, colocando, alertando o pessoal sobre esse projeto das barragens, passando alguns dados e informações e motivando o pessoal a participar dos encontros e reuniões, prá ficá por dentro e entrá na luta. Então a igreja passou a ser alguém que fazia um pouco mais a base lá nos municípios, mais a nível de conscientização e algumas reuniões iniciais. Mas quanto a articulação geral do movimento, ficou a cargo deles mesmos, já que eles tinham uma comissão autônoma que dava a direção. E essa comissão era mais de atingidos mesmo."* (Padre, agente de pastoral).

A estratégia parece ser bem semelhante a dos outros movimentos anteriormente descritos. Após um trabalho inicial de estímulo e desencadeamento de um processo de mobilização, desenvolvido por setores da igreja, intelectuais e alguns líderes sindicais, passou-se a coordenação do processo aos próprios camponeses, através da formação de uma equipe de coordenação própria. Isso, no entanto, não significou o afastamento definitivo desses agentes (especialmente aqueles ligados à igreja) nem a perda total do controle do processo pelos mesmos. Durante um certo período, a participação dos agentes de pastoral e outros agentes era bastante freqüente, inclusive no processo de tomada de decisões. Mas não parece restar dúvida de que a criação de uma coordenação própria de camponeses estimulou e facilitou a construção de uma autonomia crescente. A construção de uma autonomia efetiva do movimento foi, de uma certa forma, facilitada pelo fato de ter existido, desde o início, mais entidades e instituições apoiando e participando das ações do movimento, destacando-se aí as universidades.

A estratégia da CRAB consistiu principalmente no estímulo à formação de comissões locais nas comunidades e nos municípios, a fim de promover a divulgação do projeto e a conscientização da população. Desde o início prevaleceu a lógica do fortalecimento do movimento a partir das bases. Em 1985, devido a extensão da área a ser atingida, a CRAB se reestruturou, criando quatro comissões regionais, ampliando esse número para cinco, em 1987 (SCHERER-WARREN & REIS, 1986).

Uma das novidades do Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai em relação a outros movimentos similares no Brasil foi a antecipação em relação ao processo de construção da barragem. Antes mesmo da obra ser iniciada já houve um movimento organizado e que garantiu muitas conquistas para a população atingida. Um aspecto que favoreceu essa organização antecipada foi exatamente o conhecimento da realidade dos atingidos por outras barragens. Nesse sentido merece destaque a iniciativa da CPT de formar uma comissão de 16 pessoas entre padres, freiras, pastores, agentes de pastoral, sindicalistas e outras lideranças camponesas para, dividida em grupos menores, visitar projetos de reassentamento de atingidos por barragens (inclusive de Itaipu) que haviam sido deslocados para as regiões norte e centro-oeste. No retorno a comissão divulgou tanto a nível de imprensa, quanto através da visita direta às comunidades a serem atingidas - especialmente pelas duas primeiras barragens a serem construídas (Itá e Machadinho) - a realidade desesperadora dos colonos levados a esses projetos de reassentamento. As informações causaram um grande impacto e provocaram fortes reações, facilitando o trabalho de mobilização e organização. Outra estratégia utilizada foi a vinda de camponeses atingidos pela barragem de Itaipu para falar de sua realidade em encontros e assembléias do movimento.

Apesar desses fatores favoráveis à mobilização e organização, o movimento nos seus primeiros anos, enfrentou grandes dificuldades. Esse é pelo menos o caso de Itá (SC), que serviu de base para o presente estudo. Em primeiro lugar devido as reações contrárias ao movimento (a favor da barragem) dentro da própria população, especialmente a população urbana do município. Isso

deveu-se, por um lado, à ação das autoridades locais (prefeitos, políticos, empresários, etc., interessados no projeto. Os mesmos passaram a difundir uma visão positiva sobre a construção da barragem no local, identificando-a com a vinda do progresso para o município. Do mesmo modo, os que reagiam contra a construção da barragem, passaram a ser identificados como os defensores do atraso e que não desejavam o desenvolvimento do município. Por iniciativa da prefeitura municipal foi formada, inclusive, uma comissão para tratar da questão das barragens e informar a população sobre o assunto, mas sem nenhum representante dos camponeses atingidos.

> *"Era uma comissão formada dentro da prefeitura... e as informações que eles passavam prá nóis era de que nóis ficasse tranqüilo, que não precisava se preocupá, que eles iam primero fazê a cidade... eles chegavam, faziam reunião nas comunidade e mostravam tudo como ia sê a cidade, o que ia tê dentro da cidade. (...) E que era prá nóis ficá tranqüilo que depois que eles terminassem a cidade eles iam resolvê os problema dos agricultor."* (Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Essa perspectiva de construção de uma cidade nova com instalações e equipamentos melhores que os da cidade original, fez com que a população urbana, em sua grande maioria, se manifestasse favoravelmente à construção da barragem. Por outro lado, a própria ELETROSUL se utilizou de estratégias para provocar divisões entre os camponeses das próprias comunidades atingidas. Dentre essas estratégias estão as visitas freqüentes e o estabelecimento de laços de amizade com algumas famílias de cada comunidade as quais acabaram se transformando em defensoras do projeto. Outra estratégia foi a manutenção, na região, de funcionários que, nos finais de semana, freqüentavam as comunidades e animavam o tradicional encontro de domingo com música (sanfona), patrocínio de bebidas, etc., no intuito de criar uma imagem positiva da empresa e quebrar as resistências.

> *"...Porque a ELETROSUL teve aquela procupação, por exemplo, de mandá um gaitero na frente, fazê festa nas comunidade, né... eles pagavam cerveja prá todo mundo, né. Qué dizê, com o nosso dinheiro, eles tinham aquelas cobaias que vinham criá simpatia..."*(Camponês, líder do MAB)

Uma segunda dificuldade sentida foi a falta de apoio do

sindicato dos trabalhadores rurais do município, uma vez que o presidente e toda a diretoria era favorável à contrução da barragem. Uma das primeiras iniciativas dos atingidos no momento em que perceberam a necessidade de se organizar foi ir procurar apoio no sindicato, mas não o obtiveram. Isso levou os atingidos a tomarem a iniciativa de incluir representantes seus na diretoria do sindicato a partir de 83. Essa falta de apoio do sindicato criou muitas dificuldades para organização do movimento, principalmente no que se refere à questão financeira e de infra-estrutura. A situação só se modificou a partir do início de 1985, quando um dos atingidos assumiu a direção do sindicato, como se viu no item 3.1. É preciso esclarecer, porém, que essa falta de apoio do STR, percebida no caso de Itá (SC), não foi geral para todos os municípios. Até pelo contrário. Em muitos casos foi um importante estimulador da organização.

Por fim, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo movimento até 1985 foi a falta de reconhecimento do estado, que não o reconhecia como representante legítimo dos atingidos. Além da comissão organizada pela prefeitura de Itá (SC), uma outra, articulada pela COTREL (Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda) que contava com a participação de alguns atingidos e era favorável à contrução da barragem, também reivindicava a representação dos atingidos e era reconhecida pelo estado enquanto tal. Isso provocava sérias dificuldades para a própria credibilidade do movimento junto à população.

Toda a situação se modificou a partir da realização da Romaria da Terra na cidade de Itá, em março de 1985.

A partir do momento em que o STR de Itá passou a ser presidido por um líder do MAB, uma das primeiras iniciativas foi estabelecer um contato com a CPT e a diocese de Chapecó, no sentido de concretizar a realização de uma Romaria da Terra em Itá, reivindicada já há algum tempo dentro do movimento. A idéia enfrentava resistência de praticamente todas as autoridades locais, uma vez que a romaria seria uma manifestação de apoio ao movimento e contra a barragem.

Sem contar com o apoio de outras instituições do município, além da própria igreja, o STR e o MAB assumiram a realização

da romaria num clima de muita tensão e ameaças.

> *"... colocaro placa, cartaiz ali, pelas ruas na estrada ali, nos acessos, contra essa romaria. E ali eles tentaram... a intenção deles era destruí, não deixá nóis fazê a festa, não dexá nóis se manifestá. (...) Eles saiam fazendo campanha até mesmo dentro da própria área atingida, pro pessoal não vim ali, porque ia dá briga, ia dá morte... que eles não iam deixá nóis fazê a festa, que isso aí não devia ser feito... então assustando o pessoal. Até mesmo os próprios atingidos, metade não veio de medo... que foi aconselhado não vim."*(Camponês, líder do MAB e líder sindical).

> *b.)"Eles prepararam a cidade que nóis ia lá prá quebrá tudo, né. (...) Eles ameaçaram inclusive de botá as patrola nas estrada, né, prá fechá, deixá bloqueada pro pessoal não vim. Só que chegô domingo e o pessoal veio vindo, veio vindo... e no fim saiu uma romaria de alto nível, né. Então as casa que eram prá se que quebradas não saiu quebrada... os vidros ficaram inteiro. Qué dizê, provamo o contrário pro pessoal de Itá, né."*(Camponês, líder do MAB).

A romaria reuniu em torno de 5 mil pessoas, grande parte de fora do município e causou um grande impacto na cidade. A partir de então, praticamente cessaram as resistências locais e o estado passou a reconhecer a CRAB como representante legítimo dos atingidos.

> *"Até ali o movimento existia só que eles não aceitavam negociá. E a partir dali foi que começô a dar respeito... que eles viram que o pessoal, querendo se organizá e pode reuni mais gente e fazê acontecê alguma coisa. Daí, a partir daquele momento ele* (o governo) *se dobrô. Começaram a aceitá e conversá com o movimento, a sentá junto, a negociá algumas coisas. E aí prá nóis foi o suficiente. (...) O que nóis queria era isso... era nóis mesmo decidí o rumo da nossa vida. O que tá em jogo não é só a nossa propriedade, é a nossa própria vida, as nossas comunidades..."* (Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Mesmo entre os atingidos cresceu a credibilidade do movimento e a participação.

> *"... esse foi o reflexo que teve prá nóis a romaria da terra de 1985. E aí, cada colono lá sentiu: - 'Pô, se nóis não tivé coragem de enfrentá as coisas, tendo tanta gente que vem de fora já dizendo não às barragens...' Esse foi o alento que deu. E a partir daí sabe, realmente deslanchô, né."*(Camponês, líder do MAB).

A partir desse fato o movimento conseguiu diversas con-

quistas, até então inéditas para esse tipo de movimento. Durante a década de 80 outras romarias da terra também foram realizadas em cidades estratégicas para a luta do movimento.

Dentre as principais conquistas obtidas pelo movimento destacam-se em primeiro lugar a nomeação de quatro representantes seus (dois proprietários e dois sem terras) junto ao Ministério das Minas e Energia para representar e negociar os interesses dos atigidos. A partir disso e mediante a sensibilização da opinião pública, o movimento conseguiu fechar um acordo, assinado pelo presidente da ELETROSUL e pelo ministro das minas e energia, segundo o qual as obras da barragem não poderiam ser iniciadas antes que a questão dos atingidos estivesse toda ela resolvida. Outra conquista importante foi o compromisso de assentar todos os sem terras existentes na área a ser alagada, inclusive os filhos dos pequenos proprietários com terra insuficiente para todos os filhos adultos. Para os proprietários o movimento conquistou o direito a três opções: indenização da terra e benfeitorias (em dinheiro), terra por terra na região e assentamento em área adquirida pela ELETROSUL (as mesmas áreas destinas ao assentamento dos sem terras). Vale destacar inclusive, que o movimento conseguiu o direito de vistoriar (através de comissão) as áreas a serem utilizadas para o reassentamento das famílias, antes das mesmas serem adquiridas pela empresa. Houve, inclusive, o caso de duas áreas que haviam sido adquiridas previamente pela empresa, sem vistoria, e que foram rejeitadas pela comissão e estão até o momento abandonadas.

Uma vez assinado o acordo, todas as negociações passaram a ser feitas sobre os seus termos. Obviamente a assinatura do acordo não significou a garantia de todas as conquistas. Ao contrário, a concretização de todos os pontos acordados teve que ser conseguida através de mobilizações e pressões sobre a ELETROSUL e o Ministério das Minas e Energia.

> *"A maneira de fazê cumpri com os acordo feito, nóis tinha que fazê uma concentração, um acampamento... Nóis fiquemo até nove dia acampado dentro do escritório prá fazê eles cumpri com os acordo. E se não fosse assim eles não cumpriam. Então teve diversos momento ali que nóis tivemo que mostrá força, tivemo que sai com foice, facão, enxada... ferramentas na mão e enfrentá até a própria polícia prá fazê com que eles*

cumprissem com aquilo que tava acordado, se não, não adiantava tê um documento."(Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Manifestações de rua e ocupação dos escritórios da ELETROSUL foram as ações mais freqüentes do movimento. Para se ter uma idéia melhor da forma como isso ocorria, expõe-se a seguir o relato de uma das ocupações do escritório da ELETROSUL em Itá (SC), relatada por um dos líderes do movimento.

" A terceira vez foi prá garantir o assentamento de Magueirinha. Nóis chegumo alí e liberemo até o guarda. 'Aqui pode dexá que nóis cuidemo.' Um dos guardas pegô o telefone e quis ligá prá não sei quem lá. Um dos nosso foi lá e arrancô da tomada. Aí ficô sem... sem telefone. (...) E ficamo ali. Até que não saia o resultado nóis não abandonava. E cada dia aumentava mais. Esse, por exemplo, foi começado com 15 pessoa o dia que comecemo, de manhã, abaixo de chuva. De tarde chegô mais gente... De noite nóis já tava nuns 50... No outro dia tinha 200. No 4º dia tinha 1500 pessoas. Então, eles pensaram de ir cansando nóis, mas cada dia chegava mais gente. No último dia até o diretor do colégio desistiu de dá aula: 'hoje em vez de aula, vamo lá acompanhá os atingido.' (...) E enquanto que nóis tinha um grupo aqui acampado, tinha uma comissão em Florianópolis lá prá negociá com o presidente da ELETROSUL, e mais uma comissão em Brasília prá garanti uma audiência com o ministro. Prá garanti que quando saisse o acordo, tivesse a assinatura também do ministro. (...) E aí, quando foi no último dia, apareceu um carro de perna prá cima, lá no pátio deles. Quando foi 7 horas da manhã eles já tavam sabendo e as 8 hora ele recebeu o pessoal (...) E aí ele assinô lá... quando foi de tarde foi liberado o pessoal com assentamento garantido." (Camponês líder do MAB e líder sindical).

Do depoimento pode-se destacar, além da relação conflituosa e tensa com o estado, já referido anteriormente, o nível de organização do movimento que atuava ao mesmo tempo no local da obra, em Florianópolis e em Brasília, lançando mão, se necessário, de ações mais extremas para garantir suas conquistas. Além disso, ao que tudo indica, tais mobilizações provocaram o envolvimento de grande parte da população, tendo, portanto, grande repercussão a nível de opinião pública.

Um outro tipo de ação do movimento que atingiu grande repercussão, foi a arrancada, pelos colonos, dos marcos de levantamento topográfico, feitos pelos técnicos da ELETROSUL. Para impedir o início das obras os atingidos passaram a arrancar os marcos colocados pelos técnicos em diversos pontos. Nos momentos de maior tensão, os atingidos chegaram ao ponto de proibir a

circulação dos técnicos da empresa na área. Nesse caso os atingidos vigiavam as estradas e as obras, chegando inclusive a apreender carros e impedir a saída de alguns técnicos e responsáveis por obras que insistiam em trabalhar na área.

Pelo que se observou, pode-se distinguir dois momentos ou fases principais do movimento, demarcados pela realização da Romaria da Terra em Itá em 1985. O primeiro momento, anterior a romaria iniciado nos dois últimos anos da década de 70 e que se estendou até os primeiros meses de 1985. Foi marcado pelo trabalho de divulgação e discussão junto às comunidades, realização de algumas manifestações públicas, (sobretudo nas cidades de Erechim, Concórdia e Machadinho) e pelo processo de organização e estruturação da CRAB e das Comissões Municipais dos Atingidos por Barragens. Esse período também foi marcado pela oposição de alguns setores da sociedade em relação ao movimento e recusa da ELETROSUL e do poder público em reconhecer a CRAB como interlocutor e representante legítimo dos atingidos.

O segundo momento, posterior à realização da romaria, marcado pela diminuição das reações contrárias ao movimento, pela conquista do reconhecimento e pelo início de um processo efetivo de negociações que rendeu aos atingidos diversas conquistas. Este foi também o período de maiores enfrentamentos e ações mais ousadas do movimento em vista de garantir a realização dos acordos feitos.

SCHERER-WARREN & REIS (1986) utilizam outro critério para distinguir três fases principais do movimento, definidas de acordo com a evolução de suas reivindicações. Inicialmente o movimento reivindicava indenizações justas. Depois passou a exigir terra por terra na região, chegando por fim à posição radical contra a construção das barragens.

1.4. MOVIMENTOS DE NOVO TIPO

Há que se destacar que os movimentos de que se está tratando são movimentos de novo tipo, isto entendido sob dois diferentes aspectos. Por um lado, como sendo representantes de um novo momento dentro da história política do campesinato brasileiro, o qual passa a romper com alguns dos seus principais limites no que diz respeito à sua participação política. Por outro, como pertencentes a um movimento cultural mais amplo, presente na sociedade brasileira e mundial e que provocou o surgimento do que se convencionou chamar de **novos movimentos sociais.**

Representam um salto qualitativo na história da participação política do campesinato brasileiro, que pela primeira vez conseguiu construir movimentos politicamente autônomos, capacitados a intervir no jogo político da sociedade abrangente, negociando diretamente os seus interesses, sem necessidade de representantes externos ao grupo. Nesse sentido representam um passo a frente mesmo em relação às ligas camponesas, uma vez que os seus centros de decisão são controlados por lideranças e intelectuais construídas no interior do próprio movimento, sem a tutela de nenhum partido ou organização política tradicional. Nesse sentido cabem duas considerações. Em primeiro lugar, a participação decisiva de setores da igreja e de outras instituições no desencadeamento do processo de mobilização e no início da organização dos movimentos, não impediu que, passados os primeiros momentos, os camponeses assumissem o controle sobre os seus rumos, mesmo mantendo com a igreja e outras instituições, relações de intercâmbio e assessoria. A multiplicidade de assessores, ao que tudo indica, favoreceu a construção dessa autonomia.(14)

Em segundo lugar cabe uma observação sobre a relação desses movimentos com o Partido dos Trabalhadores (PT). Observações feitas durante a presente pesquisa e também outros estudos (15) indicam que a grande maioria das lideranças desses movimentos são organicamente ligadas ao PT. Poder-se-ia assim questionar se os movimentos aqui estudados não estariam agindo sob tutela desse partido, como ocorreu, em outros momentos da história da participação política dos camponeses, em relação ao PCB e ao PTB.

Os elementos aqui levantados, no entanto, indicam o contrário, uma vez que a própria estruturação do PT na região se deu no âmbito das lutas dos movimentos, a partir das lideranças destes. Não houve, portanto, a ingerência ou a "infiltração" de intelectuais do partido nos movimentos. Parece, inclusive, mais correto falar em controle do partido pelas lideranças dos movimentos do que o contrário. Tanto que, dos 5 candidatos do Oeste Catarinense eleitos pelo partido dos trabalhadores durante a década de 80, para a assembléia legislativa e Câmara dos Deputados, apenas um não era camponês ligado a estes movimentos.

Por outro lado, os movimentos de que se está tratando no presente estudo partilham muitas de suas características com os chamados novos movimentos sociais que, a partir da década de 70, provocaram a irrupção de novos sujeitos no cenário político brasileiro. Esses novos personagens são portadores de uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida. Não possuem um projeto claro e acabado de futuro. O novo projeto social vai sendo construído a partir do presente, do redimencionamento das experiências cotidianas e da crítica às práticas organizativas centralizadas e burocráticas. Apontam, portanto, para um projeto alternativo em construção, que resulta das rupturas que estes grupos tentam estabelecer, diante das múltiplas crises da sociedade contemporânea (DE LA CRUZ,1987; SCHERER-WARREN, 1993; LISBOA,1988).

Por outro lado, esses movimentos não podem ser compreendidos apenas a partir dos paradigmas clássicos de análise, uma vez que estes se revelam incapazes de abarcar a multiplicidade dos novos atores que compõem esses movimentos,pois fogem à clássica determinação de classe operária. Tomando os sindicatos e os partidos como os lugares exclusivos da ação operária, não conseguem comportar sujeitos que se colocam no cenário político a partir de outros espaços que não o espaço da fábrica.Sujeitos que demonstram capacidade de auto-organização e auto-determinação, que criam novos espaços políticos de participação, para além daqueles espaços tradicionais e que têm na sociedade civil, o espaço privilegiado de ação política (TELLES,1987). Rompem com o imaginário político totalizante que só concebe a transformação

em termos globais. O marxismo, a dialética e a concepção materialista da história, ainda lhes trazem contribuições como, por exemplo, a inspiração de valores igualitários, porém perdem a sua exclusividade (LISBOA,1988; SCHERER-WARREN, 1987 e 1993).

Segundo SCHERER-WARREN(1987), a identidade desses novos movimentos sociais se constrói a partir de dois fatos. O primeiro, denominado de **fato estrutural**, diz respeito ao reconhecimento do povo (num sentido mais abrangente do que classe operária), das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas múltiplas e sobrepostas formas de opressão,que extrapolam os antagonismos que ocorrem no mundo da produção. O segundo, denominado de **fato cultural**, diz respeito à internacionalização de uma cultura crítica, que vem penetrando os novos movimentos sociais populares, construída a partir de uma insatisfação contra as formas de opressão e autoritarismo, presentes tanto no capitalismo, quanto nas alternativas de sua superação, como o socialismo real.Para esta crítica, as idéias anarquistas como a livre organização, a auto-gestão, a democracia de base, o direito à diversidade e o respeito à individualidade, à identidade local e regional, a noção de liberdade individual, associada à liberdade coletiva, tem sido importantes.

O fato estrutural estimula os objetivos, os projetos ou a meras reivindicações dos movimentos sociais. Porém, é o fato cultural que dá a forma da organização e da práxis dos movimentos e este é, justamente, o ponto em que reside a maior identidade entre os novos movimentos sociais e o que lhes dá um caráter "novo". Na América Latina, no entanto, o fato das necessidades vitais básicas da população ainda não estarem plenamente atendidas como no primeiro mundo, faz com que os movimentos ainda apresentem um acentuado apego à problemática estrutural e às reivindicações de caráter econômico. Este é, inclusive,um dos fatores de diferenciação entre estes novos movimentos sociais e seus equivalentes da Europa Ocidental que lhes servem de inspiração (idem, ibidem).

Com esses novos movimentos sociais emerge uma nova cultura política de base, que procura romper com a histórica "cultura do silêncio", marcada por relações sociais autoritárias e conser-

vadoras, de tutela e de favor e pela impossibilidade de participação direta das classes trabalhadoras nos canais institucionalizados de participação. Em contraposição essa nova cultura política valoriza a democracia, a participação ampla e direta das bases, a tomada coletiva de decisões, os laços interpessoais, a solidariedade e a cooperação. Nas palavras de SCHERER-WARREN (1987,p.50):

> *"Esta cultura está se construindo a partir de uma identidade em torno dos seguintes aspectos principais:*
> *1)Reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo uma democracia direta sempre que possível e de base ou representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição do poder.*
> *2)Reação às formas centralizadoras do poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão.*
> *3) Reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária."*

Algumas características no NMS destacadas por SCHERER-WARREM(1987), se aplicam aos movimentos sociais aqui estudados. Em primeiro lugar, os NMS se caracterizam pela luta por romper com os esquemas populistas do passado, pela criação de formas comunitárias de participação direta das bases, tanto a nível da reflexão e da decisão, quanto da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Por outro lado, defendem sua autonomia frente ao estado e aos partidos. Podem recorrer a estes, mas sem atrelar-se. Procuram impor, dessa forma, aos partidos, a necessidade de respeito à sua autonomia.

Segundo a mesma autora, os NMS ainda se caracterizam por lutar pela redefinição da cidadania num sentido mais pleno (econômico, político e social). Ainda pela deslegitimação das decisões tomadas arbitrariamente pelo estado e pelas formas de agir baseadas no princípio da resistência ativa não violenta. Também buscam concretizar o novo projeto social (utopia) a partir das pequenas transformações que vão ocorrendo no cotidiano (revoluções moleculares), que antecipam as relações da sociedade futura, sem adiar sua realização para um futuro muito distante e sem submeter essa concretização à necessidade de transformação global da sociedade.

Uma síntese relativamente abrangente da literatura sobre

as caracteristicas dos NMS, TELLES(1987) indica entre outras características já destacados no presente trabalho, que nos NMS há um deslocamento do eixo central da mobilização, rompendo-se com a clássica centralização na fábrica e nas relações de produção. Incorpora-se então à noção de povo, uma noção mais abrangente do que o conceito clássico de classe, estreito demais para abarcar a diversidade dos novos atores que passam a se movimentar. Determinam o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixam na figuração paradigmática de classe operária.Rompem também com a imagem tradicional de atraso e imaturidade política, de falta de consciência e de incapacidade de expressão própria que historicamente predominaram na análise e interpretação da presença dos trabalhadores na sociedade brasileira. Por sua vez, a sociedade deixa de aparecer como algo dado, passando a ser vista, nas representações construídas no interior dos NMS, como algo questionável e modificável, fruto de um empreendimento comum dos sujeitos sociais e políticos.

Algumas outras caracteristicas são ainda apresentadas pela literatura. Ausência de ação diretiva e homogenizadora de grupos organizados de esquerda. Os NMS se caracterizam por surgirem fora do espaço dos canais políticos tradicionais e por contar com uma

multiplicidade de assessorias externas (KARNER, 1987).

Outro aspecto é que os NMS apresentam uma nova compreensão a respeito da questão do poder. Não anseiam pela conquista ou destruição do poder estabelecido, mas pela proliferação de espaços políticos em torno de uma pluralidade de exigências concretas (LISBOA,1988).

Ou seja, não mais esperam uma solução global dos conflitos pela conquista e destruição do poder estabelecido. Ao contrário, entendem que o poder não está centrado apenas no estado, mas está presente em todo o tecido social, em todas as relações que as pessoas estabelecem entre si.*"O novo dos movimentos sociais consiste exatamente na análise de pequenos espaços da prática social, nos quais o poder em seu sentido estatal tradicional não é fundamental"*(idem,ibidem,p.21)

Segundo KARNER(1987), a novidade desses movimentos soci-

ais reside na superacão cotidiana da alienação, através da organização coletiva e da elaboração de uma forma própria de pensar e de viver.

Em contraste com o padrão de liderança autoritária manifesta no populismo, no autoritarismo de direita e no vanguardismo de esquerda, os NMS valorizam a relação de igualdade social. Tentam desenvolver lideranças caracterizadas como animadores e superar a liderança de dirigentes.

É necessário ter presente que o surgimento e as características desses NMS precisam ser compreendidos dentro de um movimento cultural presente não apenas na América Latina, mas com dimensões mundiais e com presença marcante especialmente na Europa Ocidental. Na América Latina, como foi colocado anteriormente, adquirem algumas características próprias, fruto da realidade específica deste continente, bem como das próprias forças sociais que se movimentam. O desenvolvimento de características novas pelos movimentos camponeses do Oeste Catarinense, precisa ser compreedida dentro desse movimento cultural mais amplo em que surgem os NMS no Brasil.

Num estudo sobre as novidades presentes nos movimentos sociais do campo SCHERER-WARREN(1993), destaca que quanto à organização, os NMS no campo valorizam a participação ampliada e direta das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos a nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física. Quanto ao conteúdo das lutas, as inovações se referem à ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificação das relações sociais cotidianas. Muitos grupos buscam ainda modificar o sistema de relações de poder e procuram desenvolver uma relação de autonomia em relação ao estado, aos partidos e outras instituições com as quais interagem.

Em relação aos movimentos, objeto do presente estudo, a observação de suas características demonstra que as características até aqui apontadas presentes, de forma até bastante evidente. Parece importante destacar que, quanto ao novo sindicalismo, características como democracia de base, ampliação do espaço da cidadania, autonomia em relação ao estado e outras instituições,

são mesmo alguns dos seus pontos de diferenciação e de auto-afirmação no confronto com o modelo de sindicato oficial, atrelado às orientações do estado. Tomam o sentido de antídoto ao modelo que precisa ser suplantado. São, portanto, armas utilizadas no jogo ideológico de disputa da hegemonia sobre a natureza e a forma da prática sindical.

Esse mesmo sentido de auto-afirmação, essas características têm para o movimento de mulheres, no sentido de ser uma contra-posição, uma negação de sua história de submissão ao homem,à sua impossibilidade de falar por si própria e de participar diretamente. Assim, a participação direta, a igualdade, a negação do autoritarismo, a democratização das relações cotidianas, são elementos essenciais do projeto proposto pelas mulheres em contraposição ao modelo vigente, em que se sentem discriminadas e oprimidas. Mesmo em relação ao MST e a CRAB, embora sem esses elementos agravantes, essas características têm um sentido de contraposição ao modelo vigente, que os exclui do direito de participar das decisões que interferem no seu destino (como por exemplo, participar da condução do processo de reforma agrária e das decisões sobre o projeto de construção das barragens).

A ênfase na autonomia e na auto-representação provocou nos movimentos uma nova postura frente à questão do conhecimento. A necessidade de capacitar-se a se confrontar, a intervir e a interagir com o estado e com outros segmentos da sociedade, sem a presença do representante externo, determinou a necessidade de priorizar o processo de busca e elaboração de conhecimentos e informações, o que levou os movimentos a construirem uma concepção mais clara de sua situação histórica que os movimentos de outras épocas (SCHERER-WARREN,1993). Essa parece ser uma das características marcantes dos NMS camponeses de que se está tratando.O MST, além de preparar as ocupações através de grupos de estudo e reflexão, cuidou de organizar entre os acampados grupos de 4 ou 5 famílias que se reuniam para estudar o Estatuto da Terra e outros documentos, ler a Bíblia e refletir sobre a sua situação e sua luta. Na CRAB, SCHERER-WARREN & REIS (1989), destacam a freqü@ncia como eram realizadas reuniões e encontros para estudo e discussão da sua realidade. No mesmo sentido, os

outros movimentos também apresentam a mesma ênfase, adotando estratégias variadas.

Essa característica de priorizar o conhecimento e a compreensão do contexto social amplo e específico em que se encontram envolvidos, talvez seja um dos principais fatores que possibilitaram a emergência dos camponeses como novos sujeitos históricos, capazes de se auto-representar no campo político e dispostos a participar na construção de sua história. Como coloca SCHERER-WARREN (1993,p.71) *"Através dessa apreensão crítica é que vão se construindo esses novos atores políticos e construindo os seus projetos, diferentemente dos atores e projetos políticos tradicionais."*

Isto não significa, no entanto, a ausência de contradições internas - como atitudes de vanguardismo, por exemplo - ou então que esses movimentos tenham sido capazes de confrontar com sucesso os contramovimentos. Até pelo contrário. SCHERER-WARREN(1993) mesmo destaca as dificuldades desses movimentos em se contrapor às investidas do estado e dos contramovimentos que, por sinal, têm demonstrado grande poder de influência direta na política governamental, e uma grande capacidade de intervenção ideológica a nível da sociedade em geral e principalmente junto aos pequenos proprietários, em nome da defesa do direito de propriedade. O que se pretende destacar é a nova cultura política que emerge com esses movimentos, que rompe com a tradição de autoritarismo, de clientelismo, de paternalismo, de tutela e, principalmente, de hetero-representação em detrimento da participação direta, que sempre vigorou na cultura política brasileira, sobretudo em relação aos camponeses.

Por outro lado, diferentemente dos movimentos camponeses de outras épocas, os movimentos aqui estudados surgiram e se organizaram de modo não centralizado, independentes de instituições centralizadoras, concentrados nas dificuldades e nos desafios impostos pela luta cotidiana pela sobrevivência, a partir da sua realidade concreta específica. Por certo compartilham entre si a mesma exploração econômica e a mesma alienação crescente, que marcam a vida dos pequenos produtores do campo nas últimas décadas. Em todos os casos, é o mesmo capital e a mesma lógica

social que, sob formas diversas, os oprime. Mas foi a partir das tensões do seu dia-a-dia, da sua realidade especifica que se mobilizaram. Tem em vista uma melhoria das condições imediatas de vida, ou pelo menos impedir a sua crescente degradação, e a superação de formas de alienação presentes e reproduzidas no seu cotidiano, não estando apenas voltados para a conquista de melhoria num futuro distante. A luta se trava, em primeiro lugar, pela eliminação da alienação que ronda o seu cotidiano, seja na forma de desvalorização dos produtos do seu trabalho, seja pela impossibilidade de acesso à terra, elemento vital da produção de sua existência, seja pela discriminação social e política vivenciada tanto no interior do processo político institucional, nas suas próprias organizações representativas ou mesmo no interior da unidade familiar, como é o caso das mulheres agricultoras.

Particularmente válido para o Movimento de Mulheres Agricultoras parece ser o fato de que, como afirma SCHERER-WARREN (1993), cidadania, classe e gênero se fazem presentes no mesmo movimento simultâneamente, como se procurou enfatizar na caracterização do movimento feita no interior deste estudo.Quanto aos outros movimentos (MST, Barragens e Oposições Sindicais), se as múltiplas carências não possibilitaram de uma identidade única e totalizadora, permitiram ao menos que, sujeitos específicos de cada movimento, desenvolvessem uma noção de proximidade com os outros sujeitos, de outros movimentos. Assim, por exemplo, o pequeno proprietário vê nos sem terras uma das suas possibilidades de futuro e vice-versa. Ou então os atingidos por barragens e os sem terras tendem a identificar-se em torno da realidade comum da expropriação.Percebem-se colocados numa posição marginal, dentro da lógica de desenvolvimento que, ao priviligiar a grande propriedade e os grandes oligopólios comerciais e industriais, os exclui. Aos poucos, e de forma muitas vezes contraditória, vão se dando conta de que o seu confronto com o índio não é provocado por ele que o expulsa de suas (escassas) terras, mas pela grande propriedade que o priva de ter seu próprio espaço. Que a opressão que sofre, enquanto mulher, no interior da família ou do sindicato, é a reprodução cotidiana da lógica social que explora, oprime e aliena as grandes massas de trabalhadores urbanos e

rurais.Seus movimentos adquirem, então, uma dimensão política que extrapola a sua realidade imediata e passa a abarcar a totalidade do social. Compreendem que a desalienação completa do seu cotidiano implicará, em última análise, na destruição da lógica mais geral de desenvolvimento vigente e dominante na sociedade como um todo e a construção de uma alternativa a ela, onde estejam superadas todas as formas de miséria e escravidão, seja política ou econômica, material ou espiritual, objetiva ou subjetiva. Isso tem favorecido o intercâmbio, o apoio recíproco e o mútuo fortalecimento entre os movimentos sociais do campo do Oeste Catarinense.

É preciso não esquecer ainda o fato de que também, não raro, múltiplas identidades podem cruzar-se nas mesmas pessoas. Assim, o sem terra também pode estar envolvido na oposição sindical, ou então, a mulher agricultora pode também sem terra e assim por diante.

Nesse processo de politização sintonizam-se, também, com movimentos políticos culturais e ideológicos mais abrangentes presentes na sociedade e deles passam a participar. Como coloca SHERER-WARREM (1987,p.38) *"O problema social que o grupo enfrenta é o material concreto sobre o qual o movimento trabalha. Todavia, o caráter do movimento, a forma de sua atuação, poderá incorporar, em muito, os movimentos culturais mais abrangentes."* É nesse sentido que os movimentos sociais do campo de que aqui se está tratando, participam do movimento mais geral que a sociedade brasileira vive na sua tentativa de superação do autoritarismo e de construção de formas mais democráticas de relações sociais, de construção de uma nova cultura política de base, questionadora da centralização do poder e do caráter excludente do modelo econômico adotado no país.

Mediante a percepção dos limites e dos entraves impostos pela atual sociedade à realização plena da condição humana, do grupo como um todo e de seus membros em particular, passam a elaborar a utopia da construção de uma nova sociedade. Essa utopia percebida como um processo, uma caminhada, na qual as novas relações societárias vão sendo construídas gradualmente a partir do cotidiano do próprio grupo.

A novidade, no entanto, não está no fato desses movimentos constituírem um projeto novo de sociedade. Isso já foi feito por outros movimentos do passado (Canudos, por exemplo). A novidade parece residir, como coloca SCHERER-WARREN (1993), na centralidade da luta por uma cidadania *"plena e integral, expressa através de uma utopia de construção de uma sociedade...mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros(cidadania social),seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa)"* (idem,ibidem, p.72).

Há que se acrescentar que além da luta pela cidadania plena,novo é o fato de que esse projeto de sociedade nova, pode adequar-se as condições históricas do tempo presente, ou seja, é a sociedade concreta que existe atualmente que se pretende transformar, sem existir a necessidade de isolamento do grupo, ou separação em relação à sociedade global, como ocorreu em movimentos de outras épocas.Volta-se a citar aqui o exemplo de Canudos, e mesmo do Contestado, onde o grupo pretendia construir uma sociedade nova, porém isolando-se e protegendo-se da sociedade mais ampla. A atenção dada à conquista do apoio da opinião pública e de entidades representativas da sociedade civil, parece demonstrar o fato de que os participantes desses movimentos compreendem o jogo de forças presentes na sociedade e que é nesse jogo e não longe dele, que a transformação precisa ocorrer.

Um outro elemento novo, presente nos movimentos camponeses de que se está tratando, é a utilização de formas de lutas baseadas no princípio da resistência ativa não-violenta e no estímulo aos atos de desobediência civil. Como coloca ABRAMOVAY (1985), essas formas de luta não são apenas a expressão do desespero e da revolta de quem não tem mais nada a perder. Ao contrário, implicam em grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e, principalmente , muita fé e esperança. A desobediência civil, portanto, não parece ser fruto de um ato espontâneo e inesperado de revolta. Ao contrário, parece resultar

de uma avaliação baseada em critérios sociais e políticos construídos a partir do ponto de vista de uma maioria que se sente excluída, que revela a ilegitimidade dos projetos, leis e ações de um estado comprometido com os interesses privados em detrimento do bem comum.

Por fim, destaca-se dois outros elementos novos presentes nesse movimentos, apenas a título de citação, uma vez que já foram comentados na descrição dos próprios movimentos. O primeiro elemento é o da utilização da religiosidade para a construção de uma racionalidade política, como foi descrito por SCHERER-WARREN & REIS (1986). Essa característica parece ser geral aos quatro movimentos aqui referenciados. Parece claro, no entanto, que esse novo sentido da religiosidade entre os camponeses não se constrói de modo automático, tão logo os agentes religiosos passem a imprimir-lhes novas interpretações. Junto com esses novos elementos, continuam a interagir as práticas e as representações tradicionais, herdadas da própria igreja ou preservadas, desde longa data, pela cultura camponesa.

O segundo elemento é o da superação do patriarcalismo, mediante o questionamento da cultura machista presente no imaginário e nas práticas dos camponeses. Essa característica parece indicar bem a ligação dos movimentos sociais do campo com o movimento cultural mais amplo presente na sociedade. Novamente aqui, é preciso destacar o caráter tenso e contraditório dessa superação. Ao mesmo tempo em que buscam um novo modelo de relação entre os sexos, a prática cotidiana continua a comportar resquícios do machismo até mesmo entre as lideranças. Como todo o processo de mudança cultural, parece ser marcado pela lentidão e pelo conflito, uma vez que envolve a mudança de valores.

Um dos aspectos do caráter "novo" desses movimentos, parece residir precisamente, no não adiamento da concretização dessa utopia para um futuro muito distante, mas a sua concretização imediata, mesmo que parcial. Ocupar a terra ociosa e torná-la produtiva, sem esperar pela distribuição igualitária que virá na sociedade utópica do futuro. Conquistar uma maior valorização dos produtos do seu trabalho no momento presente, mesmo que ainda não seja possível eliminar todos os mecanismos discrimina-

tórios do mercado. Superar a discriminação e opressão que se faz presente no interior da família, do partido, do sindicato ou da sua própria forma de conceber mundo, onde o machismo lhe relega à condição de mera auxiliar do marido; em que sua dupla jornada de trabalho é vista como mero complemento (subordinado) do trabalho principal do homem; onde o pressuposto da incapacidade política lhe nega o direito de falar por si própria e pelo grupo. Assim, no interior dos seus movimentos e das suas organizações, constroem formas de pensar e de viver solidárias e, portanto, mais humanizadas. Revolucionando sua realidade próxima, seu cotidiano, já estão contribuindo para a superação da alienação da sociedade em geral.

Concluindo, então, como já foi dito anteriormente, os elementos comuns a esses movimentos, levantados ao longo desse capítulo, tanto no sentido da base social sobre a qual se constituiram, as suas características, quanto aos fatores que parecem estar ligados ao seu surgimento, levam a propor a hipótese de que tais movimentos fazem parte de um mesmo arranjo de fatores, que se combinam num dado momento da história. Estudar esses fatores é objetivo a que esse estudo se propõe, a fim de compreender o processo de transformação desses camponeses, de trabalhadores incapazes de auto-representar-se no campo político, em sujeitos políticos autônomos, capazes de assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino.

Partimos da hipótese de que o processo de desenvolvimento histórico da população que se mobilizou e os traços culturais, afetivos e morais desenvolvidos ao longo desse processo, a partir do patrimônio original trazido no momento da imigração, favoreceram o surgimento do processo de mobilização e a organização de movimentos sociais. Em vista disso, os dois próximos capítulos serão dedicados a apreender as especificidades da população camponesa do Oeste Catarinense e os fatores inerentes ao seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural que possivelmente influenciaram o surgimento da mobilização e a organização de movimentos sociais.

NOTAS

(1) SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Atlas Geográfico de Santa Catarina.** 1991.

(2) Comunidades Eclesiais de Base são pequenas comunidades organizadas a partir de um grupo de famílias com o objetivo de desenvolver um projeto de vida comunitária baseado, segundo os próprios agentes de pastoral entrevistados, em quatro pontos centrais: a palavra (leitura e interpretação da Bíblia), a partilha (prática da caridade e da ajuda mútua), a celebração e o compromisso social, sobretudo com os mais pobres).

(3) Grupos de Reflexão são encontros entre famílias, promovidos pela igreja católica, em certas épocas do ano para a oração e leitura e reflexão sobre textos bíblicos e sobre a realidade, a partir de um roteiro fornecido pela igreja. Uma descrição e análise mais detalhadas sobre os mesmos serão feitas no capítulo IV.

(4) A Equipe de Base era um grupo que se reunia periodicamente para planejar e encaminhar as ações tanto pastorais quanto político-organizativas junto aos camponeses. Reunia tanto agentes religiosos quanto as primeiras lideranças de Chapecó, preparadas dentro da nova perspectiva de atuação da igreja. Teve um papel importante no desencadeamento e condução das primeiras lutas dos camponeses que, posteriormente, culminaram na organização dos movimentos sociais. Havia também a Equipe de Base Regional, com os mesmos princípios e critérios de composição. É importante destacar o acentuado caráter pastoral e religioso preservado por esses grupos. A esse respeito é ilustrativo o depoimento de um agente de pastoral responsável pela criação dessas equipes de base e um de seus primeiros articuladores:

> *"Também na Equipe de Base, eu me lembro que a gente sempre começava com uma oração, uma reflexão bíblica, e... em todos os encontros a gente tem feito isso. Prá mim e pros outros agente de pastoral tava mais ou menos claro que isso não era apenas uma porta de entrada ou como uma tática, ne, mas por de fato acreditar que Deus tem a ver com a nossa vida e que uma transformação tem que incluir essa dimensão religiosa, de fé, que a fé tem algo de específico a construir na... na luta e na transformação social."* (Padre, agente de pastoral)

(5) O município de Mondaí(SC) apresentava nessa época muitos problemas em relação da divisas de terras e de áreas com dupla escritura.

(6) Essa questão da presença de caboclos na região será discutida no capítulo II.

(7) Foram registrados diversos casos em que mesmo o pároco não sendo simpático à organização da CPT, esta foi estruturada por iniciativa de um outro agente, religioso ou leigo.

(8) A esse respeito ver LISBOA(1988).

(9) As mulheres casadas não podiam ser sócias. Para poder ser sócia do sindicato a mulher deveria ser solteira ou autônoma.

(10) Os municípios maiores normalmente são subdivididos em setores para fins de trabalho pastoral. Um setor é então um conjunto de capelas próximas e que constituem, dentro do município, uma região de trabalho pastoral.

(11) Nesse sentido ver também CASAGRANDE (1991).

(12) Sobre a distinção entre camponeses de origem e caboclos, ver

capítulo II.

(13) Sobre este movimento existe uma considerável produção teórica devido, ao que tudo inidica, ao intercâmbio ocorrido entre as diversas universidades e o movimento.

(14) SANTOS(1982), por exemplo, registrou a presença de mais de uma centena de entidades em apoio às ocupações de terra. As manifestações públicas contra a construções das barragens e contra a política agrícola governamental também contaram sempre com a participação de um grande número de entidades. Também tem sido freqüente a presença de assessorias específicas, de acordo com as diferentes necessidades sentidas pelos movimentos, como por exemplo, tecnologias alternativas, medicina alternativa, educação, etc. Nesse sentido ver também SCHERER-WARREN & reis,1989).

(15) Nesse sentido ver, por exemplo, CASAGRANDE (1991).

CAPITULO 2

CAMPONESES DO OESTE CATARINENSE:
ALGUMAS ESPECIFICIDADES

2.1 - QUESTÕES TEORICAS.

Um dos aspectos evidentes na literatura sobre o campesinato no Brasil é a grande diversidade de situações e de personagens que o meio rural brasileiro comporta. As peculiaridades do seu processo de formação e a grande diversidade regional provocaram o surgimento de variadas formas de inserção e de relações sociais no campo.

A região sul do Brasil representa uma dessas especificidades. Ao estudar movimentos sociais envolvendo populações rurais, parece oportuno esclarecer as especificidades da população envolvida. De modo especial isso parece ser importante ao se estar tratando de uma região em que a constituição da população e da economia rural se deu de forma bastante diferenciada em relação às demais regiões do país.

A observação do surgimento de diversos movimentos sociais simultâneos, envolvendo populações rurais de uma mesma região, leva a supor que as características sócio-culturais dessa população possam, de alguma forma, ter favorecido o processo de mobilização.

Historicamente, com uma certa freqüência, predominou uma tentativa de análise da mobilização e da ação popular direta como uma simples resposta a estímulos econômicos. A observação (frequentemente correta) de que na origem das agitações sociais e das

mobilizações havia sempre uma razão de ordem econômica (agravamento das condições de vida, empobrecimento, perdas econômicas, instabilidade, mudanças desfavoráveis no contexto econômico, etc) parece ter favorecido uma simplificação excessiva da análise, considerando-se essas razões econômicas como uma explicação histórica suficiente para tais fenômenos, menosprezando-se a possibilidade da intervenção de outros fatores de ordem social, cultural e subjetiva (inerentes ao sujeito).

Por essa perspectiva de análise, grande parte das mobilizações surgidas eram explicadas por algo mais elementar que a política, ou seja, como simples reações à fome.

Na verdade, isso parece resultar de um certo modo de compreender a relação entre o modo de produção e os processos históricos. Na perspectiva de análise do materialismo histórico estrutural, as causas estruturais cumprem um papel fundamental, na determinação dos processos históricos, em detrimento da participação ativa dos sujeitos. A possibilidade de reação ativa do sujeito fica assim muito restrita senão mesmo anulada.

Segundo THOMPSOM (1981),na terminologia utilizada por essa perspectiva materialista, ou seja, nas suas categorias fundamentais de análise, há um espaço muito restrito para a cultura, para os sentimentos e para a moral. E o homem, na verdade, passa a ser tratado como um ser vazio, passivo e inerte (tábula rasa), que sofre passivamente as conseqüências das condições históricas em que vive. Um bom exemplo disso parece ser a abordagem de Althusser sobre a ideologia e os aparelhos ideológicos de estado. Nas palavras de THOMPSOM,1981,p.252)

> *"Además, la economia politica (...) carecia de los términos que resultam essenciales en cuanto nos proponemos compreender las sociedades y las histórias; (...) La economia politica tiene términos para designar el valor de uso, el valor de câmbio, el valor monetário y la plusvalia, pero no para designar el valor normativo. Carece también de terminos para otras áreas de la consciência."I*

Disso resulta, segundo THOMPSOM (1984), que, mesmo conseguindo demonstrar a existência de relação entre a estrutura e os processos históricos, a análise materialista demonstrou-se incapaz de explicar a gênese dessa relação.

Demonstrada a existência de causas econômicas na origem dos processos de mobilização, não se esgota aí o interesse sociológico pela questão. Ao contrário, é aí que ele começa efetivamente. Por que uma dada população, num tempo e em condições históricas determinadas, demonstra-se ou não disposta a reagir a elas? Ou então, no caso específico que se pretende abordar, por que, sob os efeitos da modernização agrícola, os camponeses do Oeste Catarinense reagiram através de Movimentos Sociais organizados e capazes de extrapolar os limites da realidade local?

Para compreender a importância de se conhecer a população que se mobilizou, sua trajetória histórica e seus traços culturais, recorreu-se a alguns conceitos centrais da abordagem thompsioniana, a saber: **a experiência humana, a cultura e a consciência afetiva e moral.**

Segundo THOMPSOM(1981), a **experiência humana** agrupa em si os densos, complexos e elaborados sistemas, mediante os quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (parentesco, constumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, modos, leis, instituições e ideologias) que em conjunto abarcam a **genética** do processo social como um todo. E, por outro lado, na forma de experiências diferenciadas de classe, exerce pressão sobre o todo (para a preservação ou para a mudança).

Dessa forma, THOMPSOM revela a existência de outros sistemas coexistentes, de igual status e coerência que o sistema da economia política (ou modo de produção) e que exercem pressões determinantes análogas (um "modo de parentesco", um "modo simbólico", um "modo ideológico", etc.).

Através do conceito de experiência humana os homens e as mulheres reaparecem como sujeitos. Não como sujeitos autônomos, ou indivíduos livres, isto é. independentes das condições históricas, mas sim, como pessoas que experimentam as situações produtivas e as relações dadas em que se encontram, com suas necessidades e interesses e também com seus antagonismos, **elabo-**

rando a consciência de suas experiências dentro das coordenadas de sua cultura e condições histórico-sociais, pelas vias mais complexas, atuando, por sua vez,sobre a sua própria situação, freqüentemente através de estruturas de classe,nas quais se encontram inseridos.

Por outro lado, porém, THOMPSOM (1981) constata que **a experiência é gerada, em última instância, na vida material e é estruturada de maneira classista, sendo, dessa forma, a consciência social, determinada pelo ser social. .**

> *"La structura todavía **domina** la experiência, pero a partir deste punto su influência determinante es débil. Las maneras em que uma generación vivente cualquiera, en um `presente` cualquiera, `elabora` la experiência, desafia toda predición y escapa a toda definicion estrecha de determinación"(idem, ibidem,p.262).*

Ou seja, a questão não é negar o papel determinante da estrutura na determinação dos processos históricos ou pretender a autonomia do ser humano ante as condições históricas em que se encontra inserido, mas sim de reconhecer que há outros fatores determinantes da vida social, para além do modo de produção. Tampouco significa que seja possível,através do conhecimento pleno (se isto fosse possível) dos elementos culturais e subjetivos de uma dada população, determinar com precisão suas reações. Apenas que a elaboração das experiências vividas por uma dada população é influenciada por seus elementos culturais e subjetivos.

Por outro lado, com os termos **experiência** e **cultura**,chega-se a um ponto de ligação de outro nível: as pessoas não só vivem sua própria experiência sob forma de idéias, no marco do pensamentos e dos procedimentos.

> *"Também vivem su própria experiência como **sentimiento** y elaboran sus sentimientos em las coordenadas de su cultura, em tanto que normas, obligaciones y reciprocidades familiares e de parentesco o - mediante formas más elaboradas - como experiências artísticas e religiosas. Esta mitad da la cultura (que constituye una buena mitad del conjunto cultural) pode denominar-se **consciência afetiva y moral**"(idem, ibidem, p. 263).(1)*

O materialismo histórico e cultural não pode explicar a moralidade, compreendendo-a como um interesse de classe coberta por um disfarce, pois a idéia de que todos os interesses podem subsumir-se em objetivos materiais cientificamente determinados, não é outra coisa senão uma má doutrina utilitarista.

> *"Los interesses son lo que interessa a la gente, incluyendo lo que interessa más cerca del corazón. Um examen materialista de los valores debe situarse no junto a proposiciones idealistas, sino frente a la morada material de la cultura: el modo de vida de los personas y, sobre todo, sus relaciones produtivas y familiares." (THOMPSON, 1981,p.269).*

Segundo THOMPSOM(1981), os valores são as necessárias regras, expectativas, etc, aprendidas (e aprendidas em nossos sentimentos), no marco do **"hábitus"** do viver. E aprendidas em primeiro lugar, no seio da família, no trabalho e no interior da comunidade imediata. *"Sin este aprendizaje la vida social no podria sostenerse y toda a produção cesaria"*(idem, ibidem,p.268). Ou seja, sem um conjunto de valores básicos, a sociedade não teria como funcionar. E THOMPSOM esclarece, **os valores não são pensados, nem pronunciados, são vividos,** e surgem nos mesmos nexos de vida material e ralações materiais que as nossas idéias.

Resgata-se, assim, no sujeito (humano) e na compreensão dos processos históricos, o espaço dos sentimentos, da afetividade, dos valores e da cultura (aspectos tão genuinamente humanos) e reconhece-se a existência e a força do não racional. A ciência não é a única forma de se ver o mundo, nem a única fonte de inspiração das decisões humanas. Razão e sentimento, ciência e moralidade, se cruzam e se equilibram no agir humano.

Não se pode, portanto, pretender dar uma explicação racionalista para um fenômeno não racional. O materialismo estruturalista interpretou a **consciência afetiva e moral**, de alguma maneira, como uma racionalidade deslocada (ideologia, falsa consciência, etc) e não como experiência humana vivida e elaborada de uma maneira específica, por uma dada geração, num tempo e espaço determinado, como propõe THOMPSOM.

Assim concebida,segundo THOMPSOM(1981), a moralidade deixa de ser vista como uma região autônoma de eleição de valo-

res e da vontade humana, independente do processo histórico e, portanto, reduzida a uma mera ficção de caráter idealista. Passa-se a reconhecê-la como uma importante força de inércia e que, em certas ocasiões, pode converter-se em força revolucionária. E passa-se a reconhecer também que cada contradição é tanto um conflito de valor, como um conflito de interesses e que, **no interior de cada necessidade há um afeto, uma carência, um desejo em vias de converter-se num dever e vice-versa.** Toda a luta de classes passa a ser compreendida como uma luta em torno de valores e que não tem um fim pré-determinado e garantido "a priori", mas se constrói mediante a razão e uma aberta eleição de valores.

A contribuição de THOMPSOM aponta para a necessidade de se superar a noção de homem como um ente passivo, inerte e vazio ("tábula rasa"), incapaz de reagir às determinações do meio. Se o modo de produção exerce uma pressão sobre o agir humano, se o estado procura inculcar a sua ideologia (através dos A.I.E., como descreveu Althusser) é preciso ter presente que essas pressões entrarão em interação com a cultura e a experiência de indivíduos e grupos. A adesão a uma ideologia qualquer vinda de fora, ou a resposta a uma alteração das condições sócio-econômicas de um dado contexto, sempre implicam num processo de reelaboração ativa por parte do sujeito. Nenhuma adesão parece ocorrer por simples incorporação e nenhuma resposta a uma pressão do meio parece ser automática, sob forma de reflexo. Ao contrário, passam sempre, ao que parece, pelo crivo dos valores e da cultura do sujeito em questão. Ou como coloca THOMPSOM(1987,p.278): *"Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento e os impulsos da experiência".*

Fica claro, assim, que não se trata de afirmar que os valores são independentes da ideologia e da ação ideológica. É preciso não perder de vista que a experiência se estrutura segundo pautas de classe. Porém, não se pode supor, a partir daí, que seja possível a imposição pura e simples de valores e ideologias. Para que qualquer adesão a uma idéia vinda do exterior do grupo seja possível, é fundamental haver uma congruência

entre as regras e a concepção de vida do ideário em questão, com a necessária tarefa de viver num modo de produção dado. Ou seja, é preciso que exista um certo **espaço valorativo comum** entre as duas realidades ou grupos, para que se efetive o processo de interação.

Ademais, os valores,em não menor medida que as necessidades materiais, serão sempre um âmbito de contradições e de luta entre valores e concepções de vida alternativos, que se confrontam no desenrolar das experiências e de sua elaboração.

Segundo THOMPSOM (1981), é preciso atentar para o fato de que, admitir que os valores são aprendidos no marco da experiência vivida e estão sujeitos as suas determinações, não significa que se deva cair num relativismo moral ou cultural, nem que haja uma barreira intransponível entre valor e razão. Os homens e as mulheres argumentam em torno dos valores, escolhem entre uns e outros valores e questionam seus valores em termos racionais. *"Esto significa que están* ***tanto****, pero no* ***más****, determinados em sus valores como em sus ideas e acciones; que son* ***tanto****, pero no* ***más****, 'sujetos' de su própria consciência afetiva y moral como de su história general" (THOMPSOM,1981,p. 260).*

A vida em sociedade é rica em situações que exigem escolhas entre valores. Participar de uma mobilização proposta pela igreja ou sindicato, ou deixar de participar, aderir a um movimento ou ficar fora dele, participar de uma chapa de oposição sindical ou combatê-la, são situações que implicam em uma necessária escolha entre valores, ainda que os termos dessa escolha e parte dos motivos da mesma, estejam socialmente e culturalmente determinados. No mesmo sentido, **a adesão ou não a um determinado ideário ou a eleição de um ou outro interlocutor, é algo que só pode ser compreendido a partir da consideração do patrimônio cultural e da consciência afetiva e moral do indivíduo ou grupo em questão.**

Desse modo, compreender o processo de mobilização e seus desdobramentos, em uma dada população, implica em ir mais além do que perceber-lhe as causas econômicas imediatas. é também estar atento ao seu processo histórico de constituição enquanto grupo, ao seu patrimônio cultural original e a interação deste com o

meio, no processo histórico de elaboração das experiências vividas.

Os homens e as mulheres que se mobilizam, agem acreditando que estão defendendo certos direitos que lhe são legítimos e o fazem, normalmente, apoiados por um consenso, presente pelo menos no interior de um certo grupo, possibilitado pela existência de uma consciência afetiva e moral ou "economia moral" própria do grupo. A mobilização é sempre uma reação provocada pela consciência de que certos interesses, direitos ou crenças estão sendo violados. Vistos desse modo, os movimentos sociais de camponeses do Oeste Catarinense, do final da década de 70 e início dos anos 80, foram uma reação frente à ruptura do modelo de produção agrícola, que presumia uma certa reciprocidade entre o trabalho árduo e ininterrupto na produção e o retorno de meios de vida satisfatórios para o camponês. Da mesma forma que os amotinados ingleses do século XVIII (estudados por Thompson, Rude, Hobsbawnn e outros) parecem ter agido legitimados pela tradição paternalista de mercado, seletivamente reelaborado, os camponeses do Oeste Catarinense parecem ter agido legitimados por uma certa economia moral, em que o princípio da reciprocidade entre unidades camponesas de produção e sociedade global era fundamental.

Deste modo, resulta importante, para a compreensão do processo de mobilização, a descrição, mesmo que em grandes linhas, das especificidades da população camponesa que se mobilizou no Oeste Catarinenese, no final da década de 70 e início dos anos 80.

O presente capítulo não pretende fazer uma discussão exaustiva da extensa literatura sobre os camponeses, nem entrar no mérito de suas polêmicas. Objetiva tão somente chamar atenção para as carcterísticas e as especificidades da população rural que se mobilizou, no Oeste Catarinense, em comparação com as populações rurais das outras regiões do país, desde o processo de constituição, a organização social e produtiva, até a questão étnico-cultural. Não se deve buscar, portanto, no presente capítulo, grandes contribuições a respeito de polêmicas sobre a existência ou não de camponeses no Brasil ou da sua sobrevivên-

cia ou desaparecimento no interior das relações capitalistas que se desenvolvem na agricultura. O objetivo é tão somente marcar algumas diferenciações que podem ser significativas no processo de mobilização.

2.2 - SOBRE O CONCEITO DE CAMPONÊS

Compreender a maneira como um estudioso conceitua o camponês e explica o seu comportamento, implica em conhecer o prisma ou o ponto de vista a partir do qual o observa e constrói sua conceituação. é nesse sentido que LANDIN & MONTEIRO(1987), afirmam que o conceito de camponês assume uma multiplicidade de formas de acordo com o ângulo de análise a ser feita pelo sociólogo, economista ou antropólogo.

Não é uma tarefa colocada para o presente trabalho discorrer ou entrar no mérito dos diversos prismas pelos quais a literatura constrói o conceito de camponês. Trabalhar-se-ão apenas alguns conceitos que ajudam na construção da definição dada ao termo no âmbito deste trabalho.(2)

Em primeiro lugar, faz-se referência à conceituação de CHAYANOV(1985), que procede sua análise a partir de um ponto de vista interno do campesinato e da unidade camponesa de produção, sua relação com a natureza e os critérios pelos quais toma suas decisões.

Segundo CHAYANOV(1985), o modelo de produção camponesa define-se a partir de alguns princípios a saber:

1) Há uma estreita ligação entre a organização da produção e as necessidades de consumo do grupo familiar. A relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário para que sejam atingidas é a base para o estabalecimento de um equilíbrio microeconômico, em torno do qual o campesinato se define. Ou seja, a lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão "balanço entre trabalho e consumo". A

realização do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades da família.

2) A família é a unidade de produção e de consumo e essa fusão entre a unidade de produção e de consumo é uma das características constitutivas do campesinato. O trabalho, portanto, é familiar. Esse trabalho não pode ser avaliado em termos de lucro , pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável. A renda familiar é um todo indivisível, cuja formação depende de um organismo econômico único. Ela não é determinada pelo interesse de cada um dos indivíduos, mas sim pelas necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar.

3) Os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca, uma vez que o camponês tem em vista a sua reprodução e não acumulação de capital.

O fato da determinação do comportamento do camponês ocorrer por uma dinâmica fundamentalmente interna à família, não significa que esta se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado. É essa necessidade do camponês manter relações comerciais é o caminho aberto para a penetração de relações capitalistas na produção agrícola.

Outros estudiosos procuram analisar o camponês tomando em conta o ambiente social onde ele vive e onde sua lógica de produção se reproduz. Ou seja, partem do ponto de vista de que o modo de vida do camponês não é independente do contexto social mais amplo em que se encontra inserido. Nesta perspectiva se situam as principais contribuições da literatura sociológica e antropológica.

REDFIELD(3) entende que o campesinato forma uma totalidade, provida de estrutura social e de uma cultura própria. O fato de aparecer sempre envolvido, de forma subordinada, por uma sociedade mais ampla, não elimina a natureza sistematicamente integrada de sua vida social, mas faz dela uma totalidade parcial. É a partir desta perspectiva que coloca o campesinato como uma **sociedade parcial**, provida de uma **cultura parcial** e afirma:

> *"Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro (...) vê-se um*

> *camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimentos."*(REDFIELD,apud ABRAMOVAY,1992,p.108)

MENDRAS(1978,p.14-5) define que o tipo ideal de sociedade camponesa se define pelos seguintes traços:

> *"1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.*
> *2.A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.*
> *3.Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.*
> *4.Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividade circunvizinhas.*
> *5.A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente."*(MENDRAS 1978,p.14-5).

Esses fatores, que formam um modelo geral, podem aparecer combinados de muitas formas, como pôde ser percebido na diversidade de formas de organização da produção camponesa. Para MENDRAS (1978), é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês e nada mais.

WOLF(1970) complementando a análise de MENDRAS, define a sociedade camponesa por um papel intermediário em relação à sociedade primitiva e industrial. Segundo ele,*"O camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa"* (WOLF,1970,p.14). Isso o diferencia fundamentalmente do empresário agrícola, típico da sociedade industrial.

ABRAMOVAY(1992) coloca que um traço importante do campesinato é a existência de códigos sociais específicos, determinantes da conduta. Porém constata que, diferentemente das sociedades tribais, estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive. A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta, uma vez que o seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não econômicos) sejam organizadores da vida. é nesse sentido, segundo ele, que é essencial a contribuição da antropologia clássica, que via nos camponeses, membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial e que,

mesmo não estando isolados do conjunto da sociedade, conseguem estruturar sua vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Ou seja, sob esse prisma, **mais que um tipo econômico, o camponês representa um modo de vida.** Isto parece ter conseqüências na definição de expectativas e mesmo das reivindicações dos movimentos sociais camponeses. Ao se mobilizarem, os camponeses parecem lutar mais pela reprodução do seu modo de vida, do que por qualquer possibilidade de acumulação de capital.

A noção de parcialidade (sociedade e culturas parciais) refere-se ao fato de que os camponeses se organizam por códigos próprios (não estritamente econômicos), mas que se relacionam com o mundo exterior através de vínculos econômicos (venda de mercadorias) (idem, ibidem)

Baseado em ELLIS(1988), ABRAMOVAY(1992) fala em integração parcial dos camponeses ao mercado, referindo-se tanto ao fato de que a sua subsistência depende em grande parte da auto-produção, quanto a existência de uma certa flexibilidade nestas relações com o mercado, do qual o camponês pode, freqüentemente retirar-se, sem com isso comprometer sua reprodução social(4).

Aqui cabem duas considerações de certo modo conflitantes. Em primeiro lugar, essa integração parcial ao mercado é responsável, em grande medida, pela autonomia dos camponeses, um dos elementos importantes no processo de mobilização e que diz respeito tanto ao controle sobre o seu processo de trabalho e administração do seu tempo, quanto à existência de estoques de alimentos, fundamentais à resistência nos acampamentos por longos períodos. Ocorre, no entanto, que, a partir do processo de modernização da agricultura e o desencadeamento da crise da economia camponesa tradicional,um dos fatos desencadeadores do processo de mobilização, essa autonomia se reduz sensivelmente, e o camponês passa a depender cada vez mais do contato com o mercado.

Numa perspectiva próxima de análise, QUEIROZ (1976), falando dos sitiantes brasileiros e do campesinato em nível geral, aponta algumas características que são definidoras do camponês:

-O cultivo de pequenas áreas,compatíveis com o trabalho famili-

ar;
- A utilização de técnicas rudimentares;
- A policultura. O camponês nunca se dedica a um só produto, mas a um cultivo diversificado, de acordo com as suas necessidades;
- A família como unidade de posse, de trabalho e consumo; a família camponesa constitui-se num trabalhador coletivo, onde as tarefas a serem executadas são divididas entre todos, trabalhando com um objetivo comum: a satisfação das necessidades do grupo.
- A posição subordinada, de inferioridade, em relação à sociedade urbana, tanto a nível social, político ou econômico.
- O contato com o mercado, onde comercializa os seus excedentes e adquire mercadorias não produzidas na sua unidade de produção.
- A unidade de produção camponesa e a aldeia ou grupo de vizinhança são suas unidades básicas de interação social. Quando a população rural se encontra dispersa, pode-se falar em bairro rural. Nesse caso, a igreja e uma pequena venda são o ponto de encontro do grupo.
- A aldeia e/ou grupo de vizinhança exercem controle sobre as unidades autônomas, em virtude da existência de serviços e direitos coletivos semelhantes para todos os membros da comunidade mais ampla.

Ainda na perspectiva de análise do campesinato, a partir do contexto social em que se insere, SHANIN (1983) afirma que os camponeses apresentam um padrão cultural(5) diferenciado, com algumas características que merecem ser destacadas.

Em primeiro lugar, na cultura camponesa, a racionalidade social prevalece sobre a racionalidade econômica. Os motivos do lucro e da acumulação raramente aparecem de forma pura, o que limita a aplicação dos modelos conceituais de maximização da renda, típicos das economias de mercado. O que muitas vezes aparece como uma irracionalidade ou um capricho do agir camponês, para os observadores externos, é simplesmente o predomínio de uma racionalidade diferente, perfeitamente adequada às suas necessidades concretas.

Em segundo lugar, é típico dos camponeses o conceito cíclico (não linear) de tempo, ligado a sua vida produtiva,

também cíclica. é grande, segundo o autor, a influência dos ciclos vitais da natureza sobre o tempo, o processo de trabalho e a interação social dos camponeses.

A quase inexistência da noção de indivíduo é outro traço marcante da cultura camponesa. O indivíduo em si, enquanto interesse, quase não tem espaço de manifestar-se. Prodomina a noção de pessoa, totalmente voltada à vida coletiva, submetida às normas e interesses do coletivo, família ou comunidade. O próprio prestígio e a posição de uma pessoa dentro da sociedade rural, estão basicamente determinados pelo status da família a que pertence e pela posição que ocupa dentro dela. A aldeia (grupo de vizinhança, bairro rural ou simplesmente, comunidade) é a fonte e *locus* principal de cooperação simples e de exercício de alguma forma de democracia.

> *"As características da aldeia rural (vivência das mesmas experiências e o envolvimento numa interação de caráter pessoal, etc) contribuem para caracterizar a cultura da comunidade rural como extremamente tradicional ou conformista.A expressão "MIR",significando "mundo" ou "paz", parece encaixar-se bem. A aldeia é o mundo camponês, o que leva a uma grande homogeneidade cultural e de valores."* (PITT-RIVERS, apud SHANIN,1990).

Comentando essa abordagem de SHANIN, ABRAMOVAY (1992) destaca que a existência de uma cultura tradicional e o modo de vida de pequenas comunidades rurais é o que há de especificamente camponês na descrição de SHANIN e são estas as características que marcarão a particularidade do ambiente social no qual a economia camponesa se insere. A aldeia é o espaço por excelência onde se dá a socialização dos camponeses. é ela que materializa o caráter comunitário da vida camponesa.

> *"O camponês vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local pouco numerosa, que é uma sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros."* (MENDRAS, apud ABRAMOVAY,1992 p.109).

Segundo ABRAMOVAY(1992), uma expressão típica do caráter personalizado das relações sociais entre os camponeses, são as práticas de ajuda mútua que lançam mão com freqüência. Essas

relações ocorrem num quadro de reciprocidade, muito diferente ou até incompatível com a troca mercantil.

Um outro aspecto apresentado por SHANIN(1990)é a relação entre a natureza e a dinâmica da unidade camponesa de produção e as características do camponês.

> *"O cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural como unidade básica de produção e meio de vida social."*(SHANIN, 1990, p. 51).

O camponês precisa, então, ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês.

Por outro lado afirma que entre a unidade camponesa de produção e a sociedade em que a mesma está inserida, ocorre uma interação ativa de mútua influência. A história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Uma formação social determinada que abrange camponeses, será diferente daquela que não os possui. Há, portanto, uma influência e uma autonomia recíprocas. De qualquer modo, a natureza e a dinâmica da unidade camponesa de produção é um elemento importante para a compreensão do camponês. é importante perceber,então, que o conhecimento da dinâmica interna da unidade camponesa de produção ajuda a compreender as características do camponês, porém ela não é a única determinante do seu comportamento, uma vez que ela própria pode sofrer a influência do contexto social em que está inserida.

SANTOS(1978) destaca que a unidade produtiva camponesa combina duas atividades econômicas: a produção de meios de vida e a produção de mercadorias. No estudo de SANTOS(1978) o processo de trabalho camponês é tomado como um processo de trabalho não especificamente capitalista, pois a relação social capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas de produção, o que implicaria na dissolução da relação com a terra e dissolução também das relações em que o homem aparece como proprietário dos seus instrumentos de produção, o que não ocorre com o camponês. Ele ainda mantém a posse da terra, o

controle sobre a sua produção, possui os próprios meios de produção (de mercadorias), bem como os meios necessários a sua manutenção e reprodução como reprodutor, combinando a produção da subsistência com a produção de mercadorias.

Sintetizando os elementos até aqui abordados, pode-se afirmar que o camponês é um trabalhador que cultiva uma pequena área de terra, utilizando-se de instrumentos simples, ou até pequenas máquinas de tecnologia rudimentar. Conta quase exclusivamente com a força de trabalho familiar, podendo empregar, esporadicamente, um ou mais trabalhadores assalariados. Combina a produção dos meios de vida com a produção de mercadorias, sem ter, no entanto, condições de acumular capital. é um personagem inserido e reproduzido no interior do modo capitalista de produção, sem ser, na sua essência, especificamente capitalista.

A família é a sua unidade básica de posse, produção e consumo, existindo, no camponês, uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e o grupo familiar. Organizada na forma de um trabalhador coletivo, a família camponesa cumpre, no interior da sociedade global, a função de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores que os das empresas capitalistas. Está sempre ligada a uma unidade maior, o bairro rural, o grupo de vizinhança, aldeia ou, simplesmente, "comunidade", sendo estas (família e aldeia) suas unidades básicas de socialização.

Mantém contato freqüente com a sociedade urbana, estando em relação a ela, numa posição subordinada, de inferioriade, tanto a nível social, político como econômico. Porém, ao mesmo tempo, possui um grau elevado de autonomia, vivendo num sistema de autarquia relativa. O contato com o mercado, então, é freqüente, mas este, nas sociedades camponesas, possui um caráter parcial e incompleto. Nele o camponês vende os seus excedentes para comprar mercadorias complementares (valores de uso), para satisfazer suas necessidades básicas.

Os objetivos de sua produção são, portanto, a produção de valores de uso e não valores de troca. Isso define, em grande medida, a sua racionalidade, em que os critérios sociais predominam sobre os econômicos. O camponês não realiza um empreendi-

mento no sentido puramente econômico. Sua agricultura está voltada à manutenção de um modo de vida e não de um negócio. Por isto, mais do que um tipo econômico, o camponês representa um modo de vida.

Alguns outros elementos definidores do camponês ainda podem ser destacados. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente, permitindo a existência de códigos sociais específicos, determinantes da conduta. Ou seja, mesmo não estando isolados, os camponeses conseguem estruturar sua vida em torno de normas próprias e específicas. Entre as unidades camponesas de produção e a sociedade em que se inserem ocorre uma interação ativa de mútua influência (influência e autonomia recíprocas). A natureza peculiar dessa relação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente, leva a defini-las como sociedades parciais com uma cultura parcial.

2.3 - CAMPESINATO E CAPITALISMO

Na perspectiva colocada para o presente capítulo, de chamar a atenção para as especificidades da população camponesa que se mobilizou no Oeste Catarinense, faz-se necessário ainda delinear,mesmo que de modo sumário, as discussões mais recentes em torno da questão do destino e do papel da produção agrícola familiar, no interior das economias capitalistas. Será o capitalismo avesso à produção camponesa? Como se comportam, tendencialmente, os camponeses frente ao contato com as relações capitalistas de produção e de mercado?

LANDIN & MONTEIRO(1987) apresentam duas direções básicas que pode assumir o campesinato no momento em que a indústria capitalista passa a controlar e coordenar a produção agrícola no interior de uma sociedade. Na primeira, o campesinato desaparece, dando lugar, pelo processo de concentração fundiária, à grande exploração capitalista, que utiliza basicamente força de trabalho assalariada. Na segunda, ocorre a manutenção de um setor camponês, não como um resíduo afuncional e anômalo, mas como parte da estratégia do próprio capital. Em geral, fica responsável por

uma parcela da produção, sobretudo de alimentos básicos. Ou seja, a permanência do campesinato representa uma forma recriada pelo capitalismo para manter-se e até mesmo expandir-se, sendo um equívoco analisá-lo como afuncional na dinâmica do sistema produtivo.

Nesse sentido Bruno JEAN, em conferência proferida no Seminário Internacional sobre Agricultura Familiar(Campinas,1993) colocou que o que ocorre é que o produtor familiar condensa em si, potencialmente, as condições de proprietário - o que implica na possibilidade de extração da renda da terra - de empreendedor - o que implica na possibilidade de extração do lucro - e a condição de trabalhador, cuja expectativa tende a ser o recebimento de um salário. No entanto, o que de fato acontece é que o produtor familiar, normalmente, abre mão, ou até nem se coloca a possibilidade de extração da renda da terra e do lucro e se limita a atribuir-se um salário que lhe permita a sobrevivência com sua família.

Essa parece ser, justamente, uma das razões para a vitalidade da produção familiar em certos ramos da agricultura modernizada, como é o caso da produção de frangos e suínos e da produção de cereais voltados à alimentação humana e animal como o arroz, o feijão, o milho, etc. A lógica econômica que persegue a redução constante dos custos de tais produtos, como forma de baratear os custos de reprodução da força de trabalho urbana, acaba por fortalecer a existência da agricultura familiar. Nestas condições, a produção familiar tem se revelado altamente competitiva, devido, justamente, ao seu grau extremamente baixo de expectativas de consumo. Essa parece ser a razão para o fato de estar sendo estimulada e recriada pelo capitalismo, dentro do contexto da modernização agrícola.

Há que se considerar, porém que, mesmo preservando a produção camponesa em determinados ramos da produção, a aproximação da indústria capitalista a qualquer ramo da produção camponesa, provoca, invariavelmente, uma redução significativa da população residente no campo, com a liberação de grandes contingentes para o mercado de trabalho urbano. Essa foi, como se viu anteriormente, a situação provocada pela modernização

agrícola no Oeste de Santa Catarina a partir, principalmente, da segunda metade dos anos 70.

O que cabe perguntar, então, é se, sob o capitalismo, o modelo camponês de produção preserva as suas características fundamentais, ou se, mesmo mantendo o seu caráter familiar, a produção agrícola desenvolve, no seu interior, as relações típicas da economia de mercado? Ou ainda como compreender, de uma forma abrangente e ao mesmo tempo precisa, a multiplicidade de situações das explorações familiares em relação à integração ao mercado, em relação às práticas comunitárias, em relação ao emprego de tecnologias, etc? A mercantilização será um processo natural e linear de evolução, pelo qual todas as explorações, mesmo as de caráter familiar, devem passar, forçosamente, numa lógica natural de desenvolvimento? Será que quanto maior for o grau de integração ao mercado,maior também será, inevitavelmente, a distância das explorações familiares em relação às práticas típicas do modelo camponês?

LAMARCHE(1993) procurou construir um modelo explicativo capaz de comportar e elucidar tais variações e combinações de elementos que,por vezes, aparentam ser confusas ou até caóticas. O que ocorre, segundo ele, é que, em muitas regiões, como na França, em boa parte da Europa e, em consequência, nos núcleos coloniais do Sul do Brasil, originados a partir da imigração européia, a absoluta maioria das explorações familiares advém do modelo camponês, cujas características já foram anteriormente descritas. Isto quer dizer que, nestes casos, a quase totalidade das unidades de exploração agrícola, tiveram um antepassado camponês que lhes transmitiu os traços socioculturais característicos do modelo camponês. A esse patrimônio cultural original, ao qual todas as explorações agrícolas familiares estão ligadas, em maior ou menos grau, ele chama de **Modelo Original**

A existência desse modelo original comum não significa, no entanto, que todas as explorações agrícolas sejam idênticas, possuindo um mesmo sistema de valores e mesmas ambições para o futuro. Ao contrário, *"...o estado de conservação deste patrimônio, pode variar consideravelmente de uma sociedade para outra e mesmo de um explorador para outro dentro da mesma sociedade"*

(idem,ibidem,p.17). O importante, segundo o autor, é perceber o papel fundamental, no modo de funcionamento da exploração familiar, de um modelo anterior ao qual todo explorador, com maior ou menos consciência, necessariamente se refere.

Um outro aspecto a considerar é que todo explorador agrícola projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração, um determinado ideal para o qual orienta a organização de suas estratégias e a sua tomada de decisões. A este modelo de referência para o futuro LAMARCHE(1993), chama de **Modelo ideal".** Ao propor elementos para uma grade de leitura da realidade das explorações familiares o autor coloca:

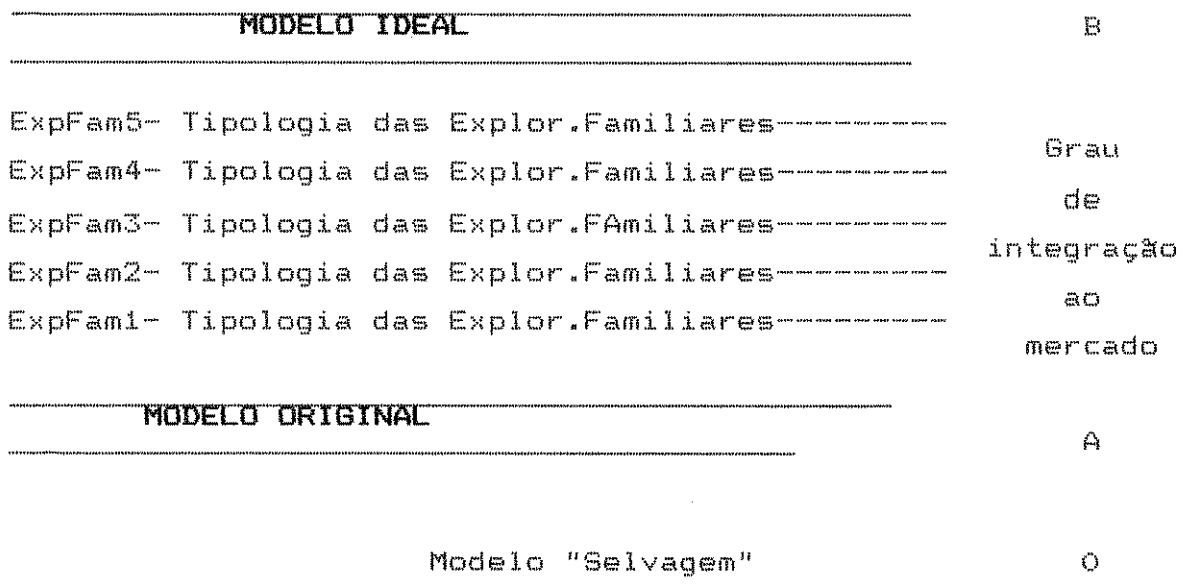
> *"... nossa reflexão a cerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado... em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração ao mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação.*
> *"Assim podemos imaginar um eixo escalonado segundo o grau de integração ao mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o '**Modelo Original**' e, de outro, o '**Modelo Ideal**'. As explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam, posicionar-se-iam em tal ou tal lugar da escala. Pode-se imaginar também um ponto O, situado sobre este eixo, pressupondo um modelo quase independente da Sociedade Global; esse poderia ser o modo de funcionamento das sociedades **Selvagens**, no sentido redfieldiano do termo, que chamaríamos de modelo **Tribal".***
> (LAMARCHE,1993,p.18-9)

Esse eixo corresponde também aos respectivos níveis de influência sobre o funcionamento das explorações, da polarização entre o patrimônio sociocultural que cada explorador dispõe de um lado e as escolhas políticas que lhes dizem respeito, da sociedade global, de outro. Cada decisão importante é resultante dessas duas forças que se confrontam, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado nos projetos contidos no modelo ideal.

> *"Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função desses dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro"*(LAMARCHE,1993, p.19).

A representação gráfica do seu modelo explicativo é assim

proposta: (6)



O eixo norteador definido por LAMARCHE (grau de integração ao mercado), não pode se visto, segundo ele, como um eixo orientado com um ponto de partida e um ponto de chegada, pressupondo a evolução obrigatória da exploração familiar. *"Não há qualquer determinismo em nosso propósito. Apesar da predominância evidente de determinadas tendências (...) as explorações familiares não se encontram sob a influência de um processo de evolução histórica que, inexoravelmente e onde quer que estejam, arrastariam-nas a um mesmo destino"* (idem,ibidem,p.20).(7)

Retoma-se aqui a idéia de SHANIN(1991) de que, entre a unidade camponesa de produção e a sociedade em que a mesma está inserida, ocorre uma interação ativa de mútua influência. Ou seja, a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Parece oportuno fazer referência aqui, ao conceito de experiência de THOMPSON(1981),explicitado no início do capítulo, segundo o qual, a determinação do processo de desenvolvimento social não se explica apenas em razão das condições ditas objetivas. Os homens e as mulheres, ao elaborar suas experiências e ao tomar suas decisões, o fazem também a partir da sua consciência afetiva e moral e dentro das coorde-

nadas de sua cultura. Ou seja, **a herança cultural do passado, as perspectivas e os anseios ligados ao futuro são fatores também determinantes do desenvolvimento social ao lado das condições objetivas.**

2.4 - CAMPONESES NO BRASIL.

BRUMER, et alii(1993) afirma que a agricultura camponesa no Brasil nasceu sob o signo da precariedade, manifestada pelo precário controle dos meios de trabalho (especialmente a terra) e pela pobreza da população rural, pela grande mobilidade espacial, pela acentuada dependência em relação à grande propriedade e pelo caráter de exclusão que marcou sua inserção social.

A história do campesinato brasileiro é uma história de exclusão.A forma como se constituiu e até como foi conceituado, demonstra o lugar que sempre ocupou na sociedade.

A formação dos diversos personagens que compõem o campesinato brasileiro se deu através de uma lógica que privilegiou a constituição e a preservação da grande propriedade e o controle do processo político pelos grandes proprietários rurais e a exclusão econômica, política e cultural dos homens livres e pobres que viviam no campo.

No período colonial, quem não tivesse sangue "limpo", quem fosse bastardo, filho de branco e índia ou negra, estava excluído do direito à herança. Esses mestiços, assim como os índios, excluídos do direito à propriedade, deram início a formação do campesinato brasileiro. Uma camada de homens livres e pobres, vivendo à margem da sociedade estruturada sobre o regime de trabalho escravo.(MARTINS,1981)

Segundo CARVALHO FRANCO (1974), o suprimento permanente do sistema produtivo com mão-de-obra externa (escravos), deu origem a uma situação *"sui generis"*. Homens livres expropriados e não integrados à produção.A apropriação privada de grandes áreas pelo regime de sesmarias provocou, ao mesmo tempo, a impossibilidade de acesso direto à terra por essa população livre e pobre, e a facilidade de concessão de terras, por parte

dos proprietários, para o trabalho de terceiros, devido às grandes áreas ociosas no interior das suas propriedades.Isso da origem aos agregados, aos moradores "de favor" e mesmo aos posseiros, com pouco ou nenhum contato com o mercado.Esses homens livres e pobres não conheceram o trabalho forçado nem a proletarização . Constituiam a "ralé", vageante e "dispensável", carregando um forte estigma desvalorizativo. *"A agricultura mercantil, baseada na escravidão, ao mesmo tempo possibilita a sua existência e os deixa sem razão de ser."*(idem ibidem, p.14). Isso determinou a origem dos caboclos, dos capiaus, dos caipiras ou tabaréus, que construíram um patrimônio cultural adequado à vida no limiar entre a selva e a civilização.

SOUZA(1982) utiliza o termo "desclassificados" para representar a situação dessa população livre e pobre que se constituiu durante o regime escravagista brasileiro. Os desclassificados são homens livres que não têm uma posição definida na estrutura social. Posseiros, moradores "de favor" ou agregados, detém os meios de produção da vida imediata, mas não participam do processo produtivo da sociedade instituída. Mais do que explorados, são excluídos do processo produtivo e da vida social como um todo. Nas palavras de MARTINS (1981,p.25):

> *"esta exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito , de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado a* ***sua participação nesse processo*** *- alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro - como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é:ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado"* (8)

Não obstante, a dominação pessoal, o compadrio e o apadrinhamento produziam uma falsa noção de igualdade e de proximidade entre as diferentes classes presentes na estrutura social e uma conseqüente dificuldade de construção de identidade dos grupos marginalizados. Com freqüência, os próprios homens livres e pobres assumiam a identidade e as causas dos grandes

proprietários, combatendo em seu nome outros grupos de camponeses. A indefinição de sua posição na estrutura social parece ter levado a uma indefinição de quem é o outro, ocorrendo, com uma certa freqüência, a mudança de papéis, sendo que os mesmos personagens que num momento viviam a condição de excluídos, de outro assumiam a defesa das causas da sociedade instituída (CARVALHO FRANCO,1974).

Vivendo historicamente no interior das grandes fazendas, ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas, a população rural brasileira desenvolveu uma vida social que esteve longe de corresponder à complexidade característica das aldeias camponesas da Europa. *"Na realidade, a população rural dos campos não se constitui verdadeiramente em comunidade rural, no sentido antropológico do termo" (BRUMER et alii,1993,p.181).*

A relativa facilidade de retirar da natureza as condições mínimas de subsistência, definida em termos de mínimos vitais, a fragilidade dos laços de coesão grupal e, sobretudo, a impossibilidade de participar, efetivamente, na produção agrícola mercantil, parecem ter dificultado o desenvolvimento de relações sociais mais complexas, a exemplo das comunidades camponesas tradicionais da Europa. No mesmo sentido, LANDIN & MONTEIRO (1987) colocam que, pela combinação de três elementos fundamentais e preponderantes na gênese da nossa estrutura fundiária (a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo) a agricultura camponesa no Brasil assumiu um caráter subalterno e, consequentemente, não se desenvolveu aqui uma **sociedade camponesa**, com identidade própria, política, econômica e culturalmente. Reduziu-se a um protocampesinato escravista,ao qual CARDOSO(1979) chamou de "brecha camponesa".

Um fato que merce ser destacado é que a lógica de desenvolvimento agrário, durante toda a história brasileira, privilegiou a constituição e a preservação da grande propriedade. Tanto no período colonial, com seus mecanismos de interdição da propriedade e de favorecimento da apropriação de grandes áreas (capitanias hereditárias e sesmarias), quanto após a independência, a Lei de Terras de 1850, a implantação dos núcleos de pequenos proprietários no sul, no início deste século, até o Estatuto

da Terra proposto pelo governo militar, ou mesmo o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, sempre obedeceram uma lógica bastante explicita de fortalecimento e preservação da grande propriedade. *"O sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitalistas e não os pequenos produtores"*. (SILVA, 1986,p.17). Segundo ele, as mudanças que têm sido promovidas ao longo da história, tiveram o objetivo de aumentar os lucros dos capitalistas e não promover a justiça social.

Do ponto de vista político, a exclusão do camponês se manifestou sob dois aspectos principais. Em primeiro lugar, *"Por serem pobres, esses camponeses estavam excluídos de toda e qual quer participação na estrutura de poder de então."* (MARTINS, 1981, P.40). Sua participação se dava sempre por via indireta, através dos coronéis ou dos padrinhos, figuras centrais na sustentação do poder instituído, aos quais serviam de massa de manobra. Essa falta de uma representatividade própria e autônoma,nos canais instituídos de representação política, é marcante na história política do campesinato brasileiro. A dependência em relação aos grandes proprietários, o desconhecimento e a falta de acesso aos canais legítimos de representação, a dificuldade de construção de uma identidade enquanto classe, constituíram as bases da dominação pessoal, enquanto mecanismo de subordinação política do camponês brasileiro (CARVALHO FRANCO,1986; DURHAM,1984;MARTINS,1981)

Há, no entanto, um segundo aspecto dessa exclusão política do camponês. é a falta de percepção e de reconhecimento de suas manifestações enquanto agente social e político, por parte da sociedade instituída. Uma espécie de cegueira que afeta tanto as elites econômicas e políticas, quanto os próprios intelectuais.

> *"... alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais.(...) A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana — uma história dos que mandam e,particularmente, uma história dos que participam do pacto político.(...) A história brasileira é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, e não uma história de trabalhadores e rebeldes."*(MARTINS, 1981, p.25-6)

É preciso não esquecer que os maiores movimentos e revoltas populares, que culminaram com o desencadeamento de luta armada são guerras produzidas por populações camponesas. A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra predominantemente camponesa. As proporções assumidas pela Guerra de Canudos também não são nada desprezíveis.

Não obstante suas proporções e sua importância, esses e outros tantos acontecimentos, envolvendo camponeses, permanecem como fatos isolados e esquecidos.

Segundo MARTINS (1986), mesmo quando estudados ou tomados em consideração, uma das principais características atribuídas aos movimentos camponeses, é a de girarem aparentemente fora do eixo da política e, portanto, de serem, na aparência, distitu ídos de caráter e alcance político. Os inúmeros e variados movimentos camponeses que, sobretudo a partir da proclamação da república, marcaram a história brasileira, são tidos como movi mentos localizados e sem dimensões políticas, de características anárquicas e comprometedores da unidade nacional.

Essa visão se acenta na idéia da incapacidade política do povo e principalmente dos camponeses que, desde o império, tem levado as elites a substituí-los e a representá-los no campo político-institucional. A pressuposição da incapacidade política tem levado as forças políticas sensíveis aos problemas das popu lações do campo, a atuar, basicamente, no sentido de fortalecer a sua representação política, em detrimento de sua participação política (idem,ibidem).

O certo, porém, é que os camponeses, historicamente, se mostraram incapazes de ampliar seu espaço de participação no campo político institucional, delegando, normalmente, sua re- presentação a outros grupos, advindo daí essa ótica de não per- cepção.

2.5 - CAMPONESES NO SUL DO BRASIL.

Ao contrário do que foi acima descrito, os núcleos camponeses do sul do Brasil, incluindo-se aí o Oeste Catarinense, tiveram uma origem bastante diferenciada, tanto no que se refere aos objetivos de sua implantação, à população envolvida, aos destinos da produção, bem como ao que se refere às expectativas da sociedade brasileira em relação aos mesmos.

Em primeiro lugar, sua implantação não se deu pelo processo de intrusamento (ocupação de terras devolutas, sem emissão de título de posse), ou pela concessão de terra ociosa dos latifúndios, mas sim pela apropriação privada da terra, mediante o pagamento de uma certa quantia em dinheiro, dentro dos moldes estabelecidos pela Lei de Terras de 1850 .

Em segundo lugar, no que se refere à população que os constituíram, a mesma não adveio dos excluídos da produção agrícola mercantil ("desclassificados"), existentes no Brasil. Ao contrário, assentou-se na importação de camponeses brancos, europeus (alemães e italianos principalmente), aqui chegados através do estabelecimento de correntes migratórias, promovidas pelo governo brasileiro, preocupado em atender a certas demandas existentes na produção agrícola do país. Vê-se, pois, que a sua origem não se dá por um processo de exclusão ou de desclassificação. Ao contrário, sua vinda é promovida e até aguardada com expectativa.

As razões que motivaram a implantação de tais núcleos de pequenos proprietários, dentro da lógica de privilegiamento e fortalecimento da grande propriedade que, como se viu, predominou em toda a história brasileira, são complexas. Apresentamos a seguir alguns elementos, apenas no intuito de facilitar a compreensão da gênese das características sócio-econômicas e culturais da população envolvida nos movimentos sociais que se está estudando, a partir do processo histórico de sua constituição.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que, do ponto de vista do Brasil, a imigração representava uma solução bastante

promissora a inúmeros problemas de difícil solução interna, dentro dos parâmetros da mentalidade vigente na época.

Durante o século XIX o Brasil vivia a crise do modelo de produção baseada na escravatura, uma vez que a estagnação do tráfico negreiro e a iminência da abolição colocavam para a grande propriedade a urgência da busca de solução para a falta de braços para o cultivo do café que se fazia pressentir. O mesmo ocorria com outros setores, como o serviço público em geral, onde a falta de trabalhadores era gritante (PEREIRA,1974).

Por outro lado, a alta rentabilidade da lavoura de café levou à concentração de todo o potencial produtivo da grande propriedade em torno daquele produto, deixando a descoberto a produção de alimentos para o consumo interno, o que poderia ser perfeitamente resgatada pelo estabelecimento de núcleos de pequenos proprietários.

Porém, as razões para o estabelecimento de uma política de migrações estrangeiras não se resumiram ao setor econômico. Houve também razões de ordem cultural e étnica. A preocupação das elites brasileiras com a proporção excessivamente grande de negros e "pessoas de cor" na composição da população brasileira, vistos como um obstáculo ao desenvolvimento do país, levou ao desenvolvimento da "ideologia do branqueamento", no interior da qual se defendia a importação de brancos, estes sim preparados para o trabalho sério e produtivo. O estabelecimento de uma política de imigração, foi vista, então, como única possibilidade de livrar o Brasil da degradação. Sob esse prisma, o imigrante representava, então, o ideal de trabalhador e de homem a ser buscado, por ser branco, europeu e mais afeito ao trabalho disciplinado, produtivo e empreendedor (SANTOS,1978; CARVALHO,1989; FRANCO, 1974, RENK, 1990).

Segundo MARTINS(1982),o objetivo principal da imigração era a substituição da mão-de-obra escrava nas grandes lavouras e a motivação básica para a vinda de imigrantes estava no forte preconceito das elites brasileiras em relação aos camponeses nacionais, considerados incapazes, indolentes, fracos, vagabundos e toda uma sorte de atributos negativos, como foi acima descrito.

A chegada do imigrante se deu, portanto, em oposição ao

camponês nacional. E desde a chegada confrontou-se com ele. Na disputa do espaço, apoiou as empresas colonizadoras no desalojamento e expulsão dos caboclos "intrusos"(9). Essa "limpeza da área" foi feita, freqüentemente, através de métodos violentos, como é o caso dos despejos, nos quais os caboclos que se negavam a sair "com as boas" eram jogados em cima de caminhões caçamba, junto com seus pertences e depois despejados na beira de estradas, longe do local de origem. Seus ranchos, geralmente, eram queimados para evitar o retorno.

Em termos culturais sua afirmação se deu justamente pela incorporação da ideologia e do preconceito das elites e, conseqüentemente, pela negação do modo de vida do caboclo, tanto na forma de produzir, quanto em relação aos valores. Nesse sentido identificaram-se com o projeto dos grandes fazendeiros e da sociedade instituída como um todo.

Não obstante,os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade. Nunca disputaram espaço com as grandes fazendas e estâncias. As terras que receberam estavam situadas nos estritos limites das que foram enjeitadas pelas grandes propriedades, por serem as mais montanhosas, isoladas e de difícil acesso, razões pelas quais não eram cobiçadas . Sua disputa de espaço se deu então em relação aos outros excluídos, no espaço dos excluídos e não em relação à grande propriedade.

Dessa forma, a instalação desses núcleos coloniais de pequenos proprietários no sul do Brasil não significou uma ameaça à essa lógica de privilegiamento da grande propriedade, uma vez que sua instalação se deu nos estritos limites das terras que, pelas características do relevo, não interessavam à grande pro priedade.

As sucessivas necessidades de migração parecem demonstrar isto. Ocorre que, utilizando estratégias diversas, comerciantes e industriais passaram a extrair sobre-trabalho dos camponeses, em tal nível que os mesmos apenas conseguiam, com muito esforço, praticando jornadas de trabalho de até 12 ou mais horas, reproduzir o mesmo ciclo de produção, ano após ano, sem conseguir qualquer melhoria nas condições de vida, e sem conseguir ampliar sua propriedade, em vista dos filhos que se tor-

navam adultos e precisavam constituir suas próprias unidades produtivas (SANTOS,1978;MARTINS, 1982).

Sem alternativas, com poucos recursos, os camponeses, sobretudo casais jovens, viam diante de si poucas alternativas que não migrar para uma região ainda inexplorada. afirma: *"Este deslocamento deve-se, antes de tudo, à impossibilidade do pequeno produtor de se reproduzir enquanto tal no local de origem"*.(UCZAI, 1992,p.24)

Acrescente-se a isso a observação feita por MARTINS(1978), segundo o qual, os núcleos camponeses pequenos proprietários no sul foram implantados principalmente para passar ao exterior a imagem de que a política migratória brasileira destinava-se a constituição de uma agricultura baseada em pequenos proprietários prósperos e não para servir de mão-de-obra à grande lavoura, como na verdade ocorreu. Vistos sob esse prisma, os novos camponeses, pequenos proprietários, faziam parte de uma estratégia de viabilização e fortalecimento da grande producão.

> *"Por isso mesmo, é que o estabelecimento de correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ainda que expressando a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital"* (MARTINS, 1982, p.97)

Ou seja, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio. Surgiu, isto sim, como um complemento deste, como uma nova condição de reprodução da grande lavoura.

Dessa forma, esses núcleos camponeses parecem reproduzir, de outra forma, a mesma dialética **inclusão/exclusão** que marcou a existência do campesinato brasileiro desde a origem.

2.6 - CAMPONESES NO OESTE CATARINENSE: considerações sobre o processo histórico de sua constituição e as influências na sua cultura e no seu modo de vida e de produção

A colonização do Oeste Catarinense por descendentes de imigrantes, em regime de apropriação privada da terra, deu-se então, dentro dessa mesma lógica, sem comprometer o espaço da grande propriedade.

O esgotamento da fronteira agrícola nas terras destinadas à colonização no estado do RS forçou a saída de muitos camponeses (sobretudo casais jovens) para outros estados, especialmente para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Montanhosas, de difícil acesso e enjeitadas pela grande propriedade, essas terras se assemelhavam muito às recebidas pelos primeiros colonizadores, quando da sua chegada ao Brasil. Alardeadas como fonte de fortuna e progresso, as novas terras foram, então, de novo, a "terra prometida", onde muitos camponeses, já sem espaço no seu lugar de origem, vieram semear suas esperanças de uma vida melhor (UCZAI, 1992).

A estratégia do governo catarinense para promover a colonização foi a concessão de grandes áreas a empresas colonizadoras que se encarregaram da retirada de madeira e subdivisão da área em pequenos lotes a serem vendidos para os descendentes de imigrantes, vindos do RS, e também pela "limpeza" da área, que consistia na retirada dos caboclos "intrusos" que habitavam a região.

O processo de colonização, embora tenha se iniciado em 1910, só ganhou impulso após a solução do conflito de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, em 1916. A partir de então o governo catarinense passou a dar um franco incentivo ao processo colonizador, em vista de consolidar sua presença na região. Porém, apesar do município de Chapecó ter sido desmembrado do município de Palmas já em 1917, parece mais correto afirmar que, em Chapecó e arredores, a colonização ganhou maior impulso a partir de 1930, aproximadamente, estendendo-se até a década de

60.(10)

A chegada dos imigrantes filhos de italianos e alemães ao Oeste Catarinense foi precedida por alguns fatos importantes como a abertura de ferrovias (no meio-oeste) e a instalação de grandes empresas madeireiras que promoveram a extração da madeira, em grande escala (Brazil Railwai, suas subsidiárias e outras madeireiras), (POLI,1991; RENK, 1988 E 1991).

Essas iniciativas, no entanto, se por um lado viabilizaram o início da ocupação da região por esses camponeses, vindos principalmente do RS, por outro não significaram a garantia de existência de vias de acesso às terras por eles adquiridas e nem a possibilidade de estabelecimento de um sistema de circulação de mercadorias. Todos os depoimentos, colhidos junto às lideranças camponesas no curso da presente pesquisa, dão conta das enormes dificuldades enfrentadas e do isolamento a que ficaram submetidas suas famílias nos primeiros anos de instalação na região. A quase absoluta falta de contato com o mercado forçou o desenvolvimento, nos primeiros anos de ocupação, de uma produção praticamente auto-suficiente em termos de subsistência. Segundo os relatos obtidos, os únicos contatos com o mercado eram feitos em cidades (ou vilas) do estado do RS, como Nonoai, Frederico Westphalen e Erechim, o que implicava em percorrer grandes distâncias, utilizando canoas para a travessia do Rio Uruguai e carros de bois ou cavalos para o transporte terreste. Os únicos produtos comercializados pelos camponeses (que foram citados pelos entrevistados) eram, praticamente o mel, a banha e/ou toucinho de porco e feijão. Os recursos obtidos destinavam-se a aquisição especialmente do açúcar, do sal, da querosene, roupas e alguns outros poucos produtos de primeira necessidade. O depoimento a seguir ilustra bem essa situação

> *"- Olha... o meu avô... ele contava prá nóis que, nos primeiros anos, quando eles entraram em Pratas, eles não tinham prá quem comercializá os produto. Então eles viviam da caça, da pesca... o produto prá consumo e levavam até Nonoai no RS. Levavam de canoa os produtos até Nonoai. E de lá eles traziam sal, traziam coisas que eles precisavam aí, porque não tinham aonde i buscá, né.*
> *- Levavam o que basicamente? Milho...*
> *- Levavam feijão, mel de abelha a... banha de porco, que eles engordavam, né, os porcos, tiravam a banha e levavam. Então basicamente era isso que eles levavam. E traziam o sal, traziam o... outras coisas... roupa... alguma coisa que eles*

precisavam, né. Mais tarde, ele conta que foi aberto, então, essa estrada geral aqui de Chapecó a São Carlos, Palmitos... Aí era uma fonte de recurso. Tinha duas fontes de recursos basicamente, prá eles na época. Uma era trabalhá na estrada, porque foi aberta na base da picareta, né. Então aí, ganhavam do estado... e uma outra fonte de renda era esperá... esperá que chovesse bastante, dá uma enxente bastante grande, prá eles corre balsa no Rio Uruguai... levá prá Argentina.
— Levá madeira?
— Levá madeira prá Argentina.(...) Diz que era o dinheiro mais rápido que acontecia. Era a safra melhor deles. E plantavam pro consumo, né, basicamente. Depois mais tarde, claro, começô o pequeno comércio em São Carlos... e... em Caxambú... Começô a desenvolvê..." (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical na região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos).

Sem entrar em maiores detalhes, esses relatos servem apenas para demonstrar que, os primeiros anos da ocupação das terras do Oeste Catarinense foram marcados por um desenvolvimento precário, aquém do potencial produtivo existente. Aos poucos, porém, após 1940, com a chegada de um número de maior de famílias e com a abertura de diversas estradas, estratégicas do ponto de vista do contato com o mercado (11), começou a estruturar-se, na região, um mercado regular para produtos agrícolas. A partir de então o Oeste Catarinense passou a caracterizar-se por uma agricultura voltada à produção regular de excedentes, inclusive com a produção de alguns itens exclusivamente destinados ao mercado, como é o caso dos suínos. Aliada à produção e comercialização do feijão, a produção de suínos foi, sem dúvida, o grande fator de afirmação e desenvolvimento da produção camponesa na região. Tanto que, como se viu no capítulo 1 a influência da modernização agrícola no desencadeamento da crise da economia camponesa tradicional na região se fez sentir principalmente através da crise da suinocultura, a partir da metade dos anos 70. Paralelo a essa produção voltada ao mercado, cultivava-se uma série de outros produtos como o arroz, o trigo, a mandoica, a batata etc, bem como galinhas, leite,ovos, etc, que eventualmente podiam ser comercializadas, porém sempre em caráter esporádico e complementar.

INDIO CAMPOS,apud UCZAI(1992)sintetiza o que ocorreu na região entre as décadas de 40 e 60 da seguinte forma:

> *"A multiplicação das unidades familiares e sua expansão geográfica, a mercantilização destas mesmas unidades familiares e a expansão dos grandes frigoríficos, deram a tônica do desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense na década de 40 até meados da década de 60. tivemos pois, um processo de* ***expansão horizontal*** *da pequena produção que por sua vez sustentava uma forte acumulação agroindustrial"* (INDIO CAMPOS,apud UCZAI,1992,p.26). (12)

Ao chegarem ao Oeste Catarinense, os imigrantes encontraram-no habitado por uma população rarefeita, miscigenada e andarilha, que vivia em quase total isolamento, praticando uma produção voltada à subsistência e que, pelo que mostra a literatura, foi comum à maior parte do território brasileiro. Como coloca RENK(1990) e CARVALHO FRANCO(1974),tratava-se de uma população que procurava não viver totalmente isolada, pela necessidade de conseguir alguns produtos no mercado, como por exemplo o sal e a querosene, mas que, afora isto,era praticamente auto-suficiente e mantinha um contato muito precário com a sociedade abrangente.

Contando, frente a esse episódio, com o apoio do estado, os imigrantes viram nos antigos moradores, seus inimigos e estabeleceram com eles uma relação de hostilidade e desprezo. Empurraram-nos para espaços acidentados, lugares ingremes nas margens dos rios, destruindo seu espaço social. Muitos se tornaram assalariados, bóias-frias e itinerantes (POLI, 1991; RENK,1990;UCZAI, 1992). Os Depoimentos colhidos também atestam essa situação. Veja-se por, exemplo:

> *"- E os caboclos, o que eles faziam?*
> *- É, os caboclos viviam... sabe. Quando começo entrá a migração européia, o branco, o italiano, alemão, polonês, na nossa região, a maioria vieram do RS... começo comprá das colonizadoras a área de terra, o caboclo ia indo... O caboclo, então ficô meio espremido nas costas dos rios. E ali eles faziam as rocinha prá... prá alimentação, alguma coisinha prá venda. Mas o recurso que eles conseguiam prá... vamo dizê assim, prá comprá ropa, prá comprá o calçado... era geralmente trabalho de diarista. Diarista ou em preitada e tal, que eles iam trabalhá pros italianos, pros alemães, enfim, pro pessoal que tava ali."* (Camponês, um dos organizadores da Oposição sindical na região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos).

A observação desse fato é muito importante para registrar a ambiguidade e o caráter contraditório da existência desses

camponeses que, mesmo fazendo parte da lógica de preservação e fortalecimento da grande propriedade, disputando o espaço dos excluídos (as terras enjeitadas pela grande propriedade) com outros camponeses também excluídos, por vezes sentiam-se aliados da grande propriedade e combatiam a seu lado contra populações também marginais.

Mais do que tudo, o que parece importante destacar é que, apesar de se dar dentro da mesma lógica de privilegiamento da grande propriedade,ocupando o lugar social dos excluidos, as diferenças no proceso de constituição desses núcleos, bem como as diferenças no patrimônio cultural trazido no momento da imigração (modelo original), herdado das comunidades camponesas tradicionais da Europa, provocaram o desenvolvimento de uma população e de comunidades camponesas com padrões culturais, organização produtiva e modo de vida significativamente diferente das populações rurais de outras regiões do país ou mesmo das populações rurais que os precederam na própria região. Ou seja, essa origem e gênese diferenciada, levou ao desenvolvimento de características, cultura e expectativas também diferenciadas.

O referencial teórico construído no início deste capítulo, a partir da contribuição de THOMPSON, nos permite supor que as características sociais, econômicas e culturais dessa população contribuiram para o surgimento do processo de mobilização e para a construção de movimentos sociais organizados e capazes de superar os limites da realidade local.

As páginas a seguir serão destinadas a estabelecer uma diferenciação entre a realidade desses camponeses descendentes de imigrantes europeus, que aqui serão denominados simplesmente de camponeses "de origem" e os "caboclos" como serão aqui denominados os camponeses descendentes daqueles que CARVALHO FRANCO(1974) chamou de homens livres e pobres, ou "desclassificados" (SOUZA,1982), que desde o período da escravatura viveram e se reproduziram à margem do processo produtivo da agricultura comercial, e que se fizeram presentes na maior parte do território brasileiro, inclusive no Oeste Catarinense.

A denominação "caboclo" carrega uma acentuada conotação pejorativa e é, em grande medida, fruto do preconceito e do

caráter etnocêntrico da representação dos camponeses "de origem" (e das elites) sobre essa população. Aqui será mantido o termo "caboclo" precisamente para demonstrar o caráter preconceituoso que marca a sua inserção na sociedade brasileira. (13)

Uma das principais diferenças refere-se aos objetivos da produção. Enquanto a maioria dos estudos destacam que os caboclos produziam quase que exclusivamente para o seu próprio consumo, mantendo um contato bastante precário e esporádico com o mercado, a produção dos camponeses "de origem" se organizou, em grande medida, em função do mercado. Ou seja,passados os primeiros anos da instalação na região, caracterizados pelo isolamento e pela dificuldade de contato com o mercado, na organização da produção destes, passou a existir um ou mais produtos cuja produção não se destinava a atender às necessidades internas de consumo da unidade produtiva, mas sim, estava voltada para as necessidades do mercado. (14)

Paralelo à produção desses produtos para o mercado, ocorria toda uma produção de subsistência cujos excedentes podiam, eventualmente ser comercializados, desde que atendidas as necessidades internas de consumo. Porém, parece importante esclarecer que na determinação do **o que** e do **como** produzir, e mesmo no tempo dedicado à produção, os produtos destinados ao mercado tinham tanto ou mais peso, do que a produção destinada à subsistência.

Por outro lado, como já se fez referência, a implantação dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se deu com base na apropriação privada da terra, mediante sua aquisição por um certo valor em dinheiro, o que representa uma situação incomum na formação do campesinato brasileiro.(15) Isto significa que, enquanto a chegada dos camponeses "de origem" foi promovida pelo sistema produtivo nacional, o surgimento dos caboclos se deu devido a sua exclusão do processo produtivo baseado na escravatura. Esse foi o caso mesmo dos caboclos que habitavam o Oeste Catarinense quando da chegada dos camponeses "de origem". Estes, por sua vez, promoveram a superação dessa modalidade de posse mediante deslocamento da população cabocla do seu espaço.**Essa diferente origem marcou significativamente tanto**

a organização do processo produtivo e o destino da produção, quanto o desenvolvimento social e cultural da população.

A impossibilidade de participar do processo produtivo como força de trabalho e a inexistência de mercados para os produtos agrícola, (os centros urbanos eram quase inexistentes e as grandes propriedades eram, em grande medida, auto-suficientes) forçava a população brasileira livre e pobre (caboclos) a viver à margem do processo produtivo e numa condição de quase total isolamento. DURHAM (1984,p.48).

Mesmo com a abolição da escravatura e a criação gradativa de um mercado interno para os produtos agrícolas, alguns fatores de ordem cultural impediram a integração efetiva dessas populações caboclas ao mercado nacional. Por um lado, o forte preconceito que recaía sobre a população negra e mestiça impedia sua inclusão como mão de obra livre. Por outro lado, a sua própria organização produtiva historicamente assentada sobre a produção para o consumo, parece ter dificultado a constituição de um excedente regular para ser vendido no mercado interno.

Para ilustrar o que caracterizava essa forma de produção, ou pelo menos como era vista pela sociedade brasileira organizada, é interessante o relato do Príncipe Maximiliano, que percorreu a região do Rio de Janeiro e Espírito Santo no século XIX e é citado por DURHAM(1984,p.49):

> *"Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres e esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros, mulatos e outras gentes de cor... Pobres demais para comprar escravos e demasiado indolentes para o trabalho, preferem morrer de fome".*

SPIX E MARTINS, também citados pela mesma autora, falando sobre o sertão da Bahia escrevem:

> *"uma palhoça imunda tendo em volta uns pés de banana maltratados, uma roça de feijão e mandioca, umas cabeças de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta inspiração desses mulatos. Alimentam-se com ervas, carne de vento, leite e requeijão e, durante o tempo dos frutos, sobretudo os do imbuzeiro..."(SPIX e MARTINS, apud DURHAM, 1984, p.50).*

Mesmo carregados de elementos ideológicos inerentes à

cultura das elites, esses textos, ao que parece, ajudam a elucidar traços do modo de vida e de produzir dos caboclos.

Bastante diferentes parecem ter sido as condições dos camponeses "de origem", uma vez que, pelo menos num certo sentido, dentro das razões para a instalação dos núcleos desses camponeses estava a produção de excedentes para o mercado de víveres que começava a se formar. Disso resulta que, passados os primeiros anos da instalação, os excedentes produzidos tinham uma destinação mais segura, o que justificou a existência de um trabalho mais sistemático e contínuo, voltado, deliberadamente, a produção desse excedente,que se tornou, então, significativo e regular. O mesmo fato também favoreceu, o desenvolvimento de uma ética do trabalho compatível com essa situação. Os camponeses "de origem" são, então, camponeses integrados, mesmo que de forma parcial e imperfeita, ao mercado capitalista, embora ainda mantenham em relação a ele uma considerável parcela de autonomia.

Esse contato com o mercado parece ter sido fator essencial para a própria preservação do patrimônio cultural trazido dos países de origem. Nas palavras de DURHAM (1984,p.54):

> *"Onde a população continua esparsa e se localiza longe dos centros urbanos, é impossível encontrar compradores para os produtos agrícolas que justifiquem a utilização de técnicas mais intensivas. Na ausência de mercado, a produção se atrofia. A permanência dessas condições leva a perda definitiva das técnicas mais produtivas que, não sendo praticadas, desapareceram do equipamento cultural das gerações seguintes".*

Mesmo que, inicialmente, a reconstrução do modelo cultural apresentou-se fortemente ligado à questão religiosa, é provável que a permanência por muito tempo, da falta de mercado para os excedentes, tivesse tornado sem sentido o uso de técnicas de trabalho mais intensivo, racional e produtivo.

A partir dessa constatação,parece possível compreender-se a agricultura itinerante e o nomadismo dos caboclos, bem como as condições de afirmação e desenvolvimento dos camponeses "de origem" que conheceram, inclusive, alguns períodos de prosperidade. Parece possível, enfim, compreender as significativas diferenças entre a agricultura dos camponeses "de origem" do sul

e a agricultura dos caboclos, presente em quase todo o país e mesmo no sul, de forma marginal.

A respeito do nomadismo que caracterizou a população cabocla em todas as regiões, vale ressaltar o seu caráter individual, devido, ao que parece, a ausência de elementos de coesão suficientemente fortes para manter o grupo unido, sendo visível a facilidade com que podia ocorrer a segmentação dos grupos familiares (QUEIROZ,1976). A partir dessa condições históricas, o nomadismo tornou-se um traço cultural, ou seja, a fazer parte de *hábitus* do caboclo.(16)

Entre os camponeses "de origem" esse nomadismo não se registrou, e mesmo quando ocorria o deslocamento espacial de alguma família conjugal, os vínculos desta com a família ampliada eram mantidos. As migrações que acompanham as sucessivas gerações desses camponeses, tinham o único objetivo de viabilizar a reprodução da unidade produtiva. No entanto, uma vez instalada, a família tendia a permanecer no mesmo espaço, por longos períodos, estabelecendo fortes laços de solidariedade e de convivência com o grupo de vizinhos, grupo este caracterizado por uma acentuada estabilidade. Além disso, normalmente, os laços com seu grupo de parentensco eram mantidos e realimentados com visitas periódicas, correspondências e mesmo entreajuda em eventuais dificuldades. O depoimento a seguir, feito por um dos camponeses entrevistados, caracteriza essa perspectiva de fixação a um lugar, e o sonho de uma vez adquirida uma terra, nela permanecer:

> *"...depois que eu casei, casei no ano de 70, daí nóis decidimo compra um pedaço de terra suficiente prá consegui sobrevivê ali, criá uma família... E foi aqui no Itá onde achamo um pedaço de terra boa e onde nóis pensemo em chegá ali, fazê a nossa vida, vim ali morá e ficá... passá até... Nunca pensamo em vendê, saí... Achamo esse lugar ali e pensamo em construí a nossa família e passá o resto da nossa vida na comunidade de Linha Alvorada, que fica na costa do Rio Jacutinga, uma pouco antes da barra onde que o Jacutinga chega no Uruguai"* (Camponês, líder do MAB e líder da oposição sindical).

Ou seja, observa-se, assim, que essas diferenças na forma de constituição e inserção na sociedade envolvente influencia decisivamente o surgimento de padrões culturais dis-

tintos.

Um elemento destacado no estudo de CARVALHO FRANCO (1974) é a presença acentuada da violência nas relações sociais (vizinhança, parentesco, lúdico) das populações caboclas. Os elementos de ruptura e tensão estavam fortemente presentes e eram até constitutivas das relações comunitárias. A violência aparecia incorporada numa moralidade que a considera legítima e mesmo um imperativo. (17)

Já entre os camponeses "de origem", esse traço de violência explícita, manifestada pela forma do confronto pessoal direto,era praticamente ausente das relações interpessoais e comunitárias. As razões para tal fato talvez sejam a forte estruturação e estabilidade dos grupos familiares e comunitários, organizados sobre as regras de convivência e cooperação claramente definidas e tacitamente aceitas por todos, sendo mesmo, essa aceitação, uma condição essencial para a participação em tais grupos. Ao que parece, o predomínio da propriedade privada da terra favorecia essa estruturação dos grupos, tanto pela baixa mobilidade espacial das famílias, quanto pela regulamentação das questões de herança, que evitava a dispersão das famílias.

Reforça-se assim a afirmação de que sua diferente posição em relação ao sistema sócio-econômico gerou uma realidade também diferenciada, onde se tornou possível uma maior coesão, estruturação e estabilidade dos grupos e o exercício de um poder político regulador das relações sociais.

Acredita-se que essa coesão grupal, aliada à existência de uma tradição de organização comunitária, tenha sido um dos fatores de facilitação da constituição de identidades e de estruturação do grupo em torno de idéias, sentimentos e objetivos comuns. Entende-se que um grupo estável, com experiência de organização comunitária, com um espaço valorativo comum, onde a convivência e a solidariedade grupal sejam valorizadas, parece mais propenso a unificar-se em torno de identidades e desenvolver relações solidárias em torno de objetivos comuns.

Um outro aspecto de diferenciação da realidade dos camponeses "de origem" em relação aos caboclos é a presença da dominação pessoal como mediação das relações dos grupos de

camponeses com a sociedade global. QUEIROZ(1976), DURHAM(1984), CARVALHO FRANCO(1974) e outros estudos destacam que, devido a sua condição marginal e sua exclusão em relação ao modelo sócio-econômico vigente, o contato dos caboclos com a sociedade global tendia a ser sempre mediatizado por um padrinho ou compadre, a quem recorriam em caso de qualquer necessidade. Em contra-partida o padrinho passava a exercer forte controle e dominação pessoal sobre os camponeses, sendo esse expediente, talvez, o principal recurso de controle e fonte de poder político local. Os autores destacam que o coronelismo e o compadrio foram, por longo perio do, a base do poder político do país.

Essa mediação, que marcou a relação dos caboclos com a sociedade global, não se registrou entre os camponeses "de ori gem" do sul do Brasil. Neste caso, os camponeses, mesmo partici pando de forma subordinada e parcial no mercado capitalista, sempre o fizeram de forma direta, sem a intermediação dos padri nhos ou compadres.(18) Haviam formas de compromissos pessoais mútuos entre os camponeses e os pequenos comerciantes, porém, limitaram-se ao campo social e econômico, sem envolver fidelidade política. Assim, ao participar do mercado capitalista, de forma subordinada, os camponeses de origem estavam sujeitos a diversos mecanismos de exploração econômica que, de diversas maneiras, possibilitavam a extração de sobre-trabalho camponês. E mesmo politicamente, há estudos que destacam a subordinação dos camponeses "de origem" ao poder político urbano.(19) Mas essa subordinação não se fazia pelo recurso à dominação pessoal e sim pela subordinação coletiva às regras do mercado capitalista e pela fragilidade da sua organização política em torno dos seus interesses comuns, no confronto com outros interesses presentes na sociedade.Ou seja, sua subordinação política estava ligada à inexistência de articulação entre grupos e regiões mais amplas e não à dominação pessoal. São, portanto, formas diferenciadas de controle político, que não podem ser abarcadas no mesmo conceito de dominação pessoal, que pode ser utilizado para os caboclos.

Essa forma de contato com a sociedade global, de forma direta e sem a intermediação de um padrinho, favoreceu o exercício da negociação e defesa dos próprios interesses frente

aos interesses de outros grupos. É mesmo, ao que parece, a inexistência da dominação pessoal como eixo articulador das relações com a sociedade global, favoreceu o reconhecimento da inexistência de interesses distintos e até opostos na sociedade. No contexto da dominação pessoal, isto ficava prejudicado pela aparente igualdade entre o padrinho e o apadrinhado.

A questão étnico-cultural é outro fator de diferenciação que pode ser destacado. Sendo excluídos do processo produtivo, a reprodução dos caboclos deu-se fora do controle e, principalmente, fora dos padrões e normas definidas pelo sistema sócio-econômico vigente, sobretudo pela igreja católica (DURHAM,1984; MELLO E SOUZA,1982). Ao contrário disso, entre os camponeses "de origem", percebe-se um rígido controle da reprodução exercido pela igreja católica.

A miscigenação racial parece ser mesmo a característica dominante da reprodução cabocla, sendo a mestiçagem uma das causas principais do preconceito que pesava sobre eles, por parte da ideologia racial das elites. Preconceito este que se constituiu na grande barreira a limitar o cruzamento entre os caboclos e os camponeses "de origem", já que estes, na maioria das vezes, mantinham uma relação de desprezo para com os caboclos. O casamento de um filho ou filha "de origem" com um caboclo era considerado quase uma desgraça, ligada, geralmente, a questão da inexistência da propriedade e das diferenças em relação a concepção de trabalho.

Como se pode observar pelos relatos transcritos a partir de DURHAM(1984), há uma forte tendência em conceituar a população cabocla como doente e desnutrida. Isso pode ser percebido também na literatura, através de personagens como o "Jeca Tatu". A preguiça era tida as vezes como causa, as vezes como decorrência. No entanto, de qualquer modo, essa caracterização profundamente negativa dessa população por parte das elites brasileiras parece estar na base de sua exclusão do processo produtivo, mesmo no momento de substituir o trabalho escravo. O caboclo representava para as elites a negação do conceito de trabalhador adequado ao desenvolvimento do país. Por outro lado, esse mesmo preconceito e essa mesma exclusão, se tornaram constitutivos dessa população

que, ao experienciar a exclusão, desenvolveram um modo de vida e uma cultura adequada à vida às margens da sociedade instituída.

RENK (1990), destaca a diferença existente entre a representação interna e externa do grupo. O que aparece como displicência e miséria na representação externa, na verdade faz parte de uma forma diferente de conceber o tempo, o trabalho e os frutos do trabalho, desenvolvida a partir de suas condições concretas de vida e que, incorporada como *hábitus*, acabou se tornando constitutiva do modo de vida dos caboclos.

> *"...O que se vislumbra é um grupo com `outro sistema'. Com outro mapa cognitivo, que não o do colonizador. As suas práticas costumeiras, as do cultivo, da finalidade da atividade laborativa, de tempo e de seus ritmos, com direito ao ócio e à `perda de tempo', nada mais são que internalizações das `estruturas mentais', sob a forma de hábitus(...) Estas estruturas mentais, diferenciam-se daquelas dos colonizadores. O `sistema de brasileiro', visto de fora como `natureza' é antes a `história feito natureza'"* (RENK, 1990 p.164).

Por seu turno, os camponeses "de origem" representavam, no pensamento das elites, o oposto do caboclo, ou seja, o modelo que precisava ser importado. Símbolo de virtude e de personalidade. Sua tez clara representava a possibilidade de salvação do país da degradação e do caos que a forte presença do negro e do mestiço na população poderia provocar (ideologia do branqueamento). E nesse caso também, **a forma de representação dos camponeses "de origem" no interior da ideologia ambiente, parece ter atuado como constitutivo do modo de vida e da evolução cultural destes.** Ou seja, assimilando os preconceitos e os valores da ideologia ambiente, os camponeses "de origem" buscaram reproduzi-la, afirmando-se, ante os outros grupos, através da realização das virtudes por ela definidas. A própria compulsão pelo trabalho, como garantia do progresso econômico e social, parece ter aí a sua base de afirmação.

Também a reprodução do preconceito sobre os caboclos é um exemplo disso. Em todos os depoimentos colhidos junto aos camponeses, explicita ou implicitamente, o preconceito aparece. Alguns entrevistados reconhecem ou registram a existência do preconceito , como o exemplo a seguir:

> *"- Tinha problemas de relacionamento com os caboclos?*

– Meu Deus!
– Preconceito?
– Era muito forte. Prá você ter uma idéia, vamo pegá essa questão das empleitadas, né. Então quando começo, já por causa do racismo, era muito forte isso. Então quando o serviço era muito pesado...'Ah! Vamo dá pros nego!'... Aí é que começo aquelas expressões: 'Serviço prá nego'... Aí quando alguém fazia um serviço mal feito...'Isso só pode ser coisa de nego'." (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Outros afirmam não haver discriminação ou preconceito, no entanto certas expressões utilizadas no decorrer da entrevista revelam que o preconceito está enraizado na sua forma de repre sentar o caboclo. O depoimento relatado a seguir é um exemplo bem característico dessa situação. Não obstante ter afirmado não existir preconceito em relação aos caboclos, o entrevistado, ao falar sobre a inexistência de terras disponíveis na região, fez o seguinte comentário:

"Bom, a gente tentô comprá terra lá, má nóis não tinha daí como comprá, porque daí já os que tinham, vamos supor, os que podiam saí, que era uns caboclo, já tinha, a maioria já tinha vendido.(15) Tinha uns dois, treis ainda morando lá, mais eram bem enraizado, né... agricultor até mais ou meno, que **pegô ritmo de alemão,** *né. Então tinha propriedade (...) tudo que um agricultor tem, né, que nem nóis aqui também né."* (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

O seja, na representação deste entrevistado, quando o caboclo pegava o ritmo do "de origem",negando portanto sua forma original de ser, até podia tornar-se um agricultor "mais ou menos". Portanto, embora não o perceba, pois nega a existência de preconceito, embasado nos valores e representações do seu grupo étnico, tende a caracterizar o caboclo em seu estado original como alguém inferior.

Enfim, como se pode observar, são realidades bastante diferenciadas, embora ambas possam ser contidas, com maior ou menor pertinência, dentro do conceito de "camponês". Como já se afirmou anteriormente, as peculiaridades das experiências viven ciadas pelos camponeses "de origem", a partir do modo como foram inseridos na sociedade brasileira, das expectativas desta em

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

torno da implantação desses núcleos de camponeses e das condições de vida e de produção criadas, em interação com o patrimônio cultural trazido no momento da imigração (modelo original), influenciaram significativamente tanto a organização do processo produtivo, quanto o desenvolvimento social e cultural dessa população.

Quanto às expectativas da sociedade brasileira, é preciso considerar o fato desses camponeses terem sido trazidos para o país, entre outras coisas, para iniciar a implantação de um modelo de produção agrícola e de trabalhador, em oposição à população nativa. A ideologia do branqueamento via na excessiva participação de "pessoas de cor" na composição da população brasileira, o principal entrave ao seu desenvolvimento. O imigrante representava assim, num sexto sentido, o modelo de homem e de trabalhador que precisava ser importado para livrar o Brasil do caos e levá-lo ao progresso. A vinda desses camponeses aparece, então, fortemente ligada à idéia de progresso e de desenvolvimento.

Isto pode ser percebido nas manifestações da imprensa local e mesmo das autoridades do estado sobre a vinda dos colonos, analisados por BELANI (1991). *"Em todas as reportagens o 'colono' é inegavelmente visto como aquele elemento que, sob sua responsabilidade dependia o crescimento e desenvolvimento da região."* (idem, bidem, p.47). Alguns trechos citados pela autora servem para ilustrar a questão.

> *"Tem chegado, seguidamente caminhões repletos de colonos do estado do Rio Grande do Sul, nesta cidade e região à procura de compras de colônias. Chapecó, dado à fertilidade extraordinária de suas terras, está sendo procurado diariamente e, recebendo em seu seio o impulsionador de seu progresso o colono."* (Jornal A Voz de Chapecó de 02-12-39, apud BELANI, 1991, P.47).

Falando sobre os camponeses "de origem" que chegaram ao estado de Santa Catarina, em 1925, o então governador do estado Antônio Pereira Oliveira, assim se expressou:

> *"São elementos afeitos ao nosso clima e aos nossos hábitos e conhecedores das culturas mais adequadas, assim resta ao estado dar-lhes uma assistência que lhes norteie o trabalho para uma melhor produção e o necessários meios de transporte para o escoamento do produto do seu trabalho."* (mensagem governamental de Antônio Pereira Oliveira, de junho de 1925, apud BELANI, 1991,

p.45).

Um comentário da autora sobre o processo de colonização também parece ser significativo:

> *"É incontestável qua a nova força de trabalho ao se instalar, traz consigo o trabalho intensivo e estável e novas formas de vida na região."* (BELANI, 1991, P.74).

Um trecho citado por RENK (1991), apresenta um raciocínio semelhante:

> *"Chegarão os primeiros colonos, os imigrantes, os oleiros da civilização e com estes a fortuna à região e o progresso de um trecho fadado pela natureza para ser o verdadeiro Édem"*(COSTA FERREIRA, apud RENK, 199o, p.52-3).

Destaquem-se alguns aspectos recorrentes nessas manifestações: as virtudes dos novos habitantes, ligados sobretudo à idéia de trabalho e a expectativa de que esse trabalho geraria excedentes a serem comercializados e com isso o crescimento e o desenvolvimento da região e do país. Esses fatores, ao que parece, influenciaram o comportamento dos camponeses na sua inserção no novo espaço, nas relações que mantiveram com os outros grupos e no seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

Os pontos destacados parecem deixar claro a função recebida por esses camponeses no interior da sociedade (produzir excedentes para o mercado sustentar o crescimento econômico), bem como a forma como se inserem no contexto social, em oposição ao modo de vida e de produção da população nativa.

A guiza de conclusão, através dos elementos até aqui reunidos, sobre a origem e o desenvolvimeto histórico e cultural da população camponesa do Oeste Catarinense, observa-se que a constituição da sua consciência afetiva e moral e da sua cultura, com as quais interpretaram as novas experiências e interagiram com os efeitos da modernização da agricultura, se deu a partir de quatro eixos principais.

1 - Em primeiro lugar, o modelo "original" camponês, oriundo das comunidades camponesas tradicionais da Europa, cuja caracterização (genérica) foi delineada na discussão do conceito de camponês e cujos traços essenciais foram sintetizados nas páginas 124 e 125. Este modelo "original" serviu, segundo a

abordagem de LAMARCHE (1993), de base e/ou ponto de partida para a adaptação à nova realidade.

2 - Em segundo lugar, o processo histórico de implantação dos núcleos camponeses do sul do Brasil, condicionados por alguns fatores principais a saber:

a. A "ideologia do branqueamento" , no interior da qual o imigrante é colocado como o modelo (étnico e cultural) de homem que precisa ser importado, em contraposição aos nativos e escravos (negros, índios e mestiços). A presença dessa ideologia, na origem da política imigratória, parece ter influenciado decisivamente a representação interna e externa dos imigrantes, bem como o seu relacionamento com os outros grupos.

b. As expectativas da sociedade (ou pelo menos das suas camadas dominantes) sobre a vinda desses camponeses e sobre o seu papel no desenvolvimento do país. Sua vinda, como foi visto, aparece quase sempre associada à produção de riquezas, à idéia de progresso, de desenvolvimento, etc.

c. Ligadas a essas expectativas, também foram importantes as condições históricas criadas para o desenvolvimento de uma produção agrícola mais intensiva, regular e voltada à produção de excedentes destinados ao mercado (mercado, meios de transporte, etc).

d. Valorização do trabalho intenso, regular, organizado e racional, tanto pela sociedade brasileira (no interior da própria ideologia do branqueamento), quanto pelos próprios camponeses, devido à grande motivação e expectativa de "se fazer", expandir-se e progredir.

e. A apropriação privada da terra, à qual favoreceu o desenvolvimento de uma autonomia relativa dos camponeses, a quem cabia decidir o quanto, o que e o como produzir. Por outro lado, possibilitou o estabelecimento de uma relação estável com a terra, a valorização da condição de proprietário, bem como o estabelecimento de uma relação afetiva com a **sua** terra. Por fim, parece ter se constituído numa base importante para a estabilidade dos grupos com desenvolvimento de uma organização comunitária e de laços de solidariedade.

f. O isolamento que caracterizou o momento inicial da

implantação dos núcleos, gerando necessidades de estabelecimento de relações primárias e atendimento à demandas comuns, o que levou ao desenvolvimento de uma tradição de organização comunitária, centrada em torno da questão religiosa.

g. A situação de inferioridade em relação à sociedade abrangente, à economia urbana e até a quase total exclusão no contexto político.

Essa situação, ao cruzar-se com os fatores a e b, produz uma tensão entre dois pólos: valorização/ menosprezo, superioridade/inferioridade, inclusão/exclusão, levando ao desenvolvimento de representações e atitudes contraditórias e até paradoxais frente à ordem instituída. Essas atitudes são manifestas, por exemplo, em duas noções presentes no imaginário camponês:*"quem trabalha e poupa, progride"*(RENK,1990) e, por outro lado, *"os colonos non mandam nada"*(SANTOS,1978).

3 - Em terceiro lugar, a tradição religiosa, principal responsável pelo desenvolvimento dos valores morais básicos presentes na cultura camponesa como o fervor religioso, a importância do trabalho e do sofrimento, o respeito à propriedade, o caráter sagrado e indissolúvel da família, a regulamentação da sexualidade e da procriação, o princípio hierárquico de autoridade, a importância da vida comunitária, noções de direito e de justiça, retidão e sobriedade na conduta, etc. Foi também o eixo central sobre o qual se desenvolveu toda a vida social e a tradição organizativa das comunidades componesas da região. (Esse aspecto será aprofundado no capítulo 3)

4 - A cultura e o *hábitus* dos caboclos, que habitavam a região antes da chegada dos imigrantes, de cujo modo de vida a colonização destruiu as condições de sobrevivência e reprodução e que, de alguma forma, interagiu com o *hábitus* dos camponeses "de origem", numa posição de inferioridade e até de oposição.

Parece importante destacar que o caráter tenso e conflituoso dessa interação, devido à situação de confronto a que foram expostos desde à colonização, parece ter influenciado a elaborações no imaginário dos dois grupos.

Guiando-se por mapas cognitivos distintos, foram colocados em pólos opostos, numa situação em que, com freqüência, a

afirmação dos "de origem" frente à sociedade, se dava pela negação do modo de vida do caboclo, tanto nos aspectos da produção material, quanto das manifestações culturais. Muitos foram os pontos de atrito, o que motivou a construção de mútuas representações negativas, carregadas de animosidade(21).

Por outro lado, do ponto de vista dos caboclos, segundo RENK(1990 e 1991), a chegada dos "de origem" foi um fato tão marcante e decisivo que serviu de ponto de referência para a divisão do tempo histórico em "o tempo d'antes(22), caracterizado pela fartura, pela largueza do espaço, pelas folgas e pela alegria, e o tempo presente, em que a entrada dos colonizadores deixou *"tudo virado, estragado, diferenciado"* (RENK,1991,p.19). Um tempo marcado pela pobreza, pela "careza", pela dispersão das pessoas.

Segundo as observações feitas por RENK(1990 e 1991), a lembrança das atrocidades praticadas pelos colonizadores, com a conivência dos colonos "de origem" é muito viva, e o seu relato apresenta um elevado conteúdo emocional. O despejo parece ser o fato mais marcante. Segundo a autora, a narrativa do despejo apresenta cinco elementos estruturais básicos. O primeiro é a chegada do vilão, a "companhia" (colonizadora), "um morto de fome pela terra"; o segundo elemento da narrativa é a presença da força policial para proceder o despejo; o terceiro elemento é a ação arbitrária com atos de *"pinchar fora as tralhas"*, ou seja, jogar fora os objetos, como móveis e utensílios, podendo ser seguidos da derrubada e queima dos ranchos; o quarto elemento é a entrada do gringo na área limpa; o quinto e último elemento presente na narrativa é o "castigo divino" ao vilão, podendo ser uma morte súbita, um acidente, a queda, sobre ele, de um raio, etc. Nessas narrativas fica explícito todo o ressentimento pela perda da terra e a destruição do espaço pelo colonizador, criando uma situação de miséria e de "careza", em que a concentração e o confinamento em pequenos espaços (os piores), se contrapõe à antiga amplidão e espalhamento, e em que a imobilidade se opõe à antiga liberdade (idem ibidem).

Destaque-se aí, então, a presença desse sentimento (ou ressentimento), provocado pela perda da terra e pela impossibil-

idade atual de acesso à terra *"de varde"* (desocupada), nem como posseiro ou proprietário e nem mais como agregado (pois ninguém mais cede com medo dos direitos de uso capião), ficando, pois limitado à condição de peão. *"Impossibilitado ao acesso à terra, como agregado, como posseiro ou como proprietário, remeteu-se a utopia de ter um sítio, um `pedacinho de terra'"* (RENK, 1991, p.28).

Observe-se que essa é uma noção nova, constituída a partir de novas condições de vida, uma vez que, no tempo d'antes não era necessário ter um sítio, uma vez que a terra era abundante e do "governo", e todos podiam dispor dela. Porém, se a aspiração é nova (ter um sítio), a representação sobre quem deve garantir a terra para si é a mesma. Ou seja, caberia ao governo "que deve olhar pros pobres" dar a terra para trabalhar (idem, ibidem).

Parece oportuno destacar, ainda, a presença na questão religiosa de uma memória bastante viva do seu antigo profeta João Maria, e que apresenta atualizações, como o fato de alguns afirmarem tê-lo visto, ou de ele ter estado em sua casa reafirmando ou atualizando suas professias, sobretudo a respeito de castigos que estariam por vir. O elemento marcante percebido por RENK (1990 e 1991), é a ausência de uma utopia societária ou de uma esperança e até pelo contrário, a presença de um sentimento de desesperança, e espera do céu, do fim do mundo, ou da morte.(23)

É fundamental não perder de vista a presença desses elementos no imaginário dessa população. Ocorre que, mesmo que em sua maior parte, essa população cabocla, tenha se dispersado (indo para outras regiões, ou se proletarizando), que os que permaneceram o tenham feito de forma absolutamente subalterna e inferiorizada; mesmo tendo uma influência quase nula na determinação da dinâmica de produção agrícola regional e muito secundária no desencadeamento do processo de mobilização, não se pode ignorar que essa população ainda se encontra, de alguma forma, presente no interior da população regional e interagindo com ela, nas novas condições históricas, a partir dos valores do seu modelo "original" ou do seu *hábitus*. Segundo LISBOA(1988), em torno de 20% dos participantes dos acampamentos do MST, eram

caboclos). Em outros casos levantados durante a presente pesquisa essa proporção era significativamente maior.

Por isso entende-se que este seja um dos eixos constitutivos da cultura e da consciência afetiva e moral da população camponesa do Oeste Catarinense, com os quais a mesma interpretou e interagiu com os efeitos do processo de modernização agrícola a partir do 2º metade da década de 70, em razão da qual desencadearam-se os movimentos sociais, objeto do presente estudo. Talvez, esse imaginário seja, entre outros, uma das causas da participação pouco significativa de caboclos no desencadeamento e liderança dos movimentos sociais em questão.

A existência, em interação, desses quatro eixos costitutivos da cultura e da consciência afetiva e moral dessa população camponesa, não significa que essa interação seja meramente somatória ou isenta de tensões. Ao contrário, parecem existir vários elementos conflitantes e até contraditórios, como, por exemplo, a noção de perda da terra pelos caboclos com a noção do direito de propriedade (adquirida mediante o pagamento em dinheiro) pelos "de origem". A interação tensa entre esses elementos parece mesmo explicar as diferentes interpretações e as diferentes decisões tomadas pelos indivíduos diante de cada fato.

Compreender as reações de cada indivíduo implica em tomar em consideração esses elementos presentes e as tensões entre eles no processo de constituição de sua cultura e de sua consciência afetiva e moral, a partir das quais opera a interpretação de suas experiências.

O capítulo a seguir (cap.3), será dedicado a descrever, de forma um pouco mais detalhada, a cultura e o modo de vida dos camponeses do Oeste Catarinense que constituem a base social, a partir da qual, surgiram os quatro movimentos sociais em questão. Ao longo do capítulo também serão estabelecidas relações entre os elementos levantados e o surgimento do processo de mobilização e organização, de acordo com a perspectiva teórica até aqui constituída.

NOTAS

(1) Grifos do autor (p.6)

(2) Sobre essa questão, durante o decorrer da presente pesquisa e a título de subsídio à mesma, elaborou-se um artigo com o mesmo título, porém mais detalhado e conseqüentemente mais extenso do que o item que hora apresenteamos. Optamos aqui por apresentar apenas uma síntese do referido artigo em virtude da necessidade de limitar o volume da presente dissertação, bem como por entender que uma discussão mais detalhada do conceito de camponês foge aos objetivos do presente trabalho e até mesmo prejudica sua objetividade. De qualquer forma, o referido artigo poderá servir como material de consulta aos interessados no assunto. (p.12)

(3) REDFIELD,Robert.**Peasant Society and Culture.** The Uniiv. of Chicago Press,1956. (p.152,1.41) (p.13)

(4) O caráter **incompleto** ou **imperfeito** destes mercados, é um conceito relativo que se refere, por comparação a um ideal hipotético de **competição perfeita**, em que predomina a neutralidade do mecanismo de preços, onde existem sempre muitos compradores e vendedores para cada produto, em que há informação livre e precisa dos preços de mercado, onde nenhum consumidor ou produtor é capaz de influenciar o nível de preços por sua ação individual, em que não existe nenhuma espécie de coerção, dominação ou exercício de poder econômico, de um agente sobre o outro, etc. Diferentemente disto, o que caracterisa as sociedades camponesas é que a transformação dos produtos em mercadorias depende de vínculos, geralmente personalizados, onde os preços são ditados por condições locais e as alternativas em torno da compra e venda praticamente inexistem (ABRAMOVAY,1992). (p.155, l.12) (p.16)

(5) O conceito de **padrão Cultural** empregado pelo autor é de lentes da humanidade, através das quais os homens vêem. Meio pelo qual os homens interpretam e informam o que vêem. (p.17)

(6) Retirado de LAMARCHE (1993,p.22)

(7) Grifos do autor (p.28)

(8) Grifos do autor (p.31)

(9) O termo "intruso" é utilizado na região para designar o camponês que ocupa uma área de terra, da qual não possui título de propriedade. Pode ser tomado como equivalente ao termo posseiro. (p.38)

(10) Os depoimentos colhidos indicam que as primeiras famílias chegaram durante a década de 30, e os últimos indicativos apontam para o final da década de 50. Mas há registros de que durante a década de 60, ainda ocorreram migrações. Nesse sentido, ver POLI, (1991); e RENK(1990).

(11) Nesse sentido os depoimentos destacaram as entradas de Ponte Serrada e Goio-en e Chapecó-Palmitos(passandopor Spão Carlos). (p.44)

(12) Grifos do autor.(p.45)

(13)- A caracterização do processo histórico se surgimento dos caboclos e da construção do seu modo de vida, foi feito com base na literatura existente. Nesse sentido, além da literatura existente em nível nacional, destacam-se dois estudos produzidos na região, especificamente sobre os caboclos do Oeste Catarinense. São eles:

a.)RENK, Arlene Anélia. **A Luta da Erva:** um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado, 1990, mimeo.

b.) POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In.:**Cadernos do CEOM.** Chapecó (SC) FUNDESTE 5(7):47,

abril, 1991.

(14) - No caso específico do Oeste catarinense, os produtos destinados ao mercado, segundo os depoimentos colhidos, eram principalmente, os suínos, o feijão e o fumo. O milho, embora fosse produzido em larga escala, normalmente não era comercializado diretamente, mas sim transformado em suínos, na própria unidade familiar. Uma situação menos comum era a de famílias que se dedicavam à produção do milho para a venda direta ao mercado. Dentre todos os camponeses entrevistados, apenas um representava essa situação. (p.48)

(15)- Todos os camponeses entrevistados tinham sido proprietários ou filhos de proprietários de terra. Com exceção de um, todos são proprietários atualmente. Três deles conquistaram sua terra através da participação nos Movimentos Sociais (MST ou Barragens) (p.48)

(16) Um depoimento citado por RENK(1991,p.25) ilustra as representações do caboclo sobre as mudanças de residência:
"- Por que mudavam?
- Depois de acostumá é bom. O meu pai, quando eu era pequeno, mudava cada quinze dias. Não tinha parada. Só mudava. Eu depois que casei não tinha filhos, botava as coisinhas no cargueiro e ia embora, ia pro serviço, ia pro outro lugar, quando não tinha acampamento, eu fazia um ranchinho de taquara ou de pinho lascado. Ficava (...) Era vida boa, tudo alegre, tudo bem, não tinha problemas, não tinha careza".

(17) Nesse sentido ver também MEILASSAUX (1976) e RENK (1988)

(18) - Vários depoimentos colhidos fazem referência às negociações da safra com os comerciantes ou cooperativas, bem como a negociação de financiamentos junto ao setor bancário, sempre feitos de forma direta e sem intermediações.

(19) - Ver, por exemplo, SANTOS(1978).

(20) - O entrevistado refere-se não ao título de propriedade da terrar, mas ao "direito" de posse, conquistado pelo fato de estar morando na terra, mas sem ter o título de propriedade. Nos primeiros anos da colonização, a retirada de um caboclo, posseiro, que estivesse morando numa terra adquirida por um camponês "de origem", era feita, preferencialmente "com as boas" (RENK, 1990), onde a colonizadora responsável ou o próprio colono fazia proposta de indenização das benfeitorias existentes em troca da saída do caboclo da terra. Caso o mesmo não aceitasse, recorria-se ao despejo. Nesta época a que o entrevistado está se referindo (década de 70), o recurso ao despejo já não mais existia, até porque já não existiam, pelo que demonstra o próprio depoimento, caboclos com direitos de posse.

(21) - Algumas expressões pejorativas demonstram essa animosidade. De um lado, ditos populares como "'Negri, cani e corvi, tuti compagni' (Negros, cães e corvos, todos iguais'"(1991, p. 17). E outras expressões como "gringo polenteiro"(idem, ibidem,p.27). Na linguagem corrente dos dois grupos, há muitas expressões semelhantes.

(22) - é ilustrativo o depoimento de um caboclo antigo, que viveu o período anterior à colonização,citado por RENK(1991,p.25) sobre o tempo d'antes:
"- Como era naquele tempo?
- Naquele tempo tinha folga. Você podia fazer casa onde quisesse, podia derrubar o pinheiro que quisesse. O pessoal enjoava do lugar e ia pro outro. Era tudo assim. A terra era do governo, ninguém implicava e o pessoal só plantava pro gasto e vivia bem."

(23) - "A gente não tem onde morar. A gente vai onde arruma serviço, porque a morada mesmo não é aqui.
- onde é a morada?
- a morada mesmo é lá no céu, graças a Deus!"
(Depoimento de um caboclo, citado por RENK,1991,p.39).

CAPITULO 3

CULTURA E MODO DE VIDA:

AS BASES PARA A ORGANIZAÇAO E REAÇAO FRENTE A CRISE DOS ANOS 70

3.1.ELEMENTOS DA PRODUÇAO CAMPONESA:CRISE E MOBILIZAÇAO.

Partindo-se da idéia de que um dos elementos importantes, embora não o único, para a compreensão do camponês é a análise das características e da dinâmica da unidade camponesa de produção (SHANIN, 1990), apresenta-se a seguir alguns elementos da produção camponesa, nos núcleos de camponeses "de origem" do Oeste Catarinense (e do sul em geral) e sua posterior desestruturação pelo processo de modernização da agricultura.

Além das informações obtidas através dos depoimentos orais coletados na presente pesquisa, contribuiram para a presente elaboração, principalmente, o estudo de SANTOS (1878), sobre um bairro rural de imigrantes italianos no RS, cujas unidades produtivas (características da terra, tamanho dos lotes, força de trabalho, tipo de produção, organização do trabalho, organização familiar, etc.), bem como a própria organização do bairro, possui muitas semelhanças com as unidades produtivas e bairros rurais (também chamados de comunidades ou linhas) do Oeste Catarinense. Além disso foram incluidas contribuições de outros estudos afins, especialmente de LAMARCHE(1993), e, principal-mente, do estudo de RENK(1990) realizado especificamente com camponeses do Oeste Catarinense, o qual apresenta uma contribuição muito importante, sobretudo para a caracterização da cultura e do modo de vida dessa população.

Utilizar-se-á, na redação do texto, o tempo passado, uma vez que, a descrição se refere à realidade desses camponeses no período imediatamente anterior à modernização da agricultura e às transformações ocorridas com o início desta. Ou seja, não se está tratando da realidade atual desses camponeses, mas sim, do momento em que ocorreram as transformações, diante das quais desencadeou-se o processo de mobilização.

3.1.1. A FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR

Como era comum nas formações sociais camponesas, entre os camponeses do Oeste Catarinense, quem movia o proceso de trabalho é a força de trabalho familiar.(1) De alguma forma todos os membros participavam do processo de trabalho desde muito cedo.

A família era uma unidade de produção e consumo, sendo organizada em forma de trabalhador coletivo. Havia uma divisão interna do trabalho. Os homens tinham a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, de direção e contato com a cidade. O chefe de família era a sua maior autoridade. Mesmo havendo, com freqüência, discussões e decisões coletivas sobre as questões de produção, a última palavra, em caso de dúvida, era sempre do chefe de família.

Era no interior da família que se dava a reprodução do modo de vida e da força de trabalho familiar, tanto no que se refere à reprodução (procriação), quanto ao que se refere à socialização das crianças e a preservação do patrimônio cultural típico do grupo.

A família camponesa condensava o núcleo familiar e o núcleo produtivo sendo, portanto, o locus tanto da socialização primária (aprendizado da cidadania, dos valores e dos costumes), quanto a socialização secundária (aprendizado do trabalho) (SANTOS,1978).

Na família camponesa as crianças aprendiam a conviver com a realidade do trabalho, desde muito pequenas, numa mescla de trabalho com brinquedo infantil. Dessa forma, internalizavam, desde muito cedo, a sua importância como meio de ganhar a vida. Sua participação se dava naquelas tarefas que se mostravam ca-

pazes de executar, tendo sido destacado, principalmente, o cuidado e a alimentação de animais e outros serviços auxiliares ao trabalho dos adultos.(2)

Mesmo as crianças que freqüentavam a escola, nas épocas em que o trabalho na lavoura era muito intenso, ou seja, na colheita principalmente, a rotina das crianças se alterava, de modo a favorecer uma participação mais intensa na lavoura, podendo, inclusive, faltar à escola para trabalhar.(3)

Percebe-se, assim, que, desde muito pequenas, as crianças eram levadas a incorporar uma ética em que o trabalho tinha um valor fundamental como fonte de subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar o seu compromisso com a coletividade em que se encontrava inserido. Era dada uma importância fundamental ao trabalho intenso e ininterrupto como sinal de virtude, em oposição à folga, identificada como vagabundagem.

Aproximadamente aos 15 anos o jovem assumia as tarefas do adulto e passava a ser visto como adulto no espaço social e de lazer, sendo admitido nos jogos e reuniões dos adultos. Por aí também se percebe a importância atribuída ao trabalho, pelos camponeses, no processo de socialização. Outro aspecto que chama a atenção é o fato dos jovens praticamente não terem adolescência, passando diretamente da infância ao mundo adulto. Já os homens e as mulheres idosos participavam do trabalho através da execução de tarefas mais leves.

SANTOS(1978) coloca que, na família camponesa, força de trabalho era utilizada segundo seu valor de uso. Como a atividade se voltava a transformação de objetos, é nesse sentido que a capacidade de trabalho de cada membro possuía um significado para a família. Não se realizava, portanto, a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada um desempenhava um trabalho útil e concreto, de acordo com o momento e a necessidade. Estruturava-se a divisão técnica do trabalho baseada na cooperação. Resultava daí uma jornada de trabalho combinada dos vários membros da família, caracterizando-a como um trabalhador coletivo. Cabe observar que, organizada dessa forma, a família camponesa facilitou a liberação de alguns dos seus membros para atuar nas ações e na arti-

culação dos movimentos sociais em questão.

Cabe aqui uma observação especial quanto a participação da mulher no trabalho, dentro da unidade familiar. A mulher participava tanto das tarefas domésticas quantos das tarefas produtivas (na lavoura). Sua jornada de trabalho se caracterizava pela junção dassas duas atividades. Embora houvesse a preferência de que as mulheres não realizassem tarefas pesadas (que exijissem muita força física), como lavrar a terra, colocar postes, etc, a ausência de braços masculinos para fazê-lo, poderia significar a quebra desse padrão. Uma doença ou necessidade do homem afastar-se temporariamente da produção podia levar a mulher a assumir as tarefas ditas mais pesadas, como é o caso da aração da terra. Os depoimentos a seguir são ilustrativos nesse sentido: A.) *"A minha mulher lavrou porque eu fiqui doente. Depois de uns anos que eu casei, eu fiquei doente."* (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

> B.)- *Escuta,e a mulher participava da produção?*
> *- ...Olha, a minha mãe, ela... mas daí era uma função mais específica, porque meu pai era bastante doente,né. Ele sofria muito do pulmão... asma, reumatismo e tal.(...) E aí quem acabava tocando a propriedade, no trabalho, era a minha mãe. E aí era interessante que, eu me lembro, a minha mãe ela era muito rápida no trabalho, né. (...) Minha mãe trabalhava que foi uma coisa fora do normal, né. Era dificilmente prum homem batê ela no serviço, né.*
> *- A tua mãe chegou a lavrar, ou não?*
> *- Sim, sim, sim... Eu me lembro, por exemplo, que ela passava o aradinho no milho, né, e eu montado num cavalo e ela lavrando. E as veiz o milho era grande, né, já com espiga e ainda passava (o arado) prá plantá o feijão do tarde, ou o soja ou... ela chegava, assim na mão... parece que eu me lembro ainda como hoje, saía sangue, por causa do milho muito duro. E ela lá, já com uma idade de uns 40 anos por aí, né, e ainda..."*(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

RENK(1990) observou que, nos primeiros anos de instalação da família num novo local, a necessidade do "trabalho redobrado" podia levar a uma quase abolição da divisão sexual do trabalho na lavoura, tendo a mulher que executar "trabalho de homem", embora o trabalho doméstico permanecesse sempre como um trabalho feminino. Isso também parecia válido para os primeiros anos após o casamento, durante o período de instalação da nova unidade produtiva. Ou seja, *"... principal no começo, logo que casava, a mulher fazia qualquer serviço"*. (Camponês, líder da ocupação da

fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

De qualquer modo, mesmo em épocas e em situações normais, parece válido concluir que as mulheres estavam submetidas a uma dupla jornada de trabalho, uma vez que elas participavam ativamente dos trabalhos da lavoura e as tarefas domésticas ra ramente eram divididas com os homens. Veja-se, por exemplo, os depoimento que seguem:

> *"— As mulheres e os homens tinham atividades diferentes, ou elas faziam mais ou menos as mesmas coisas?*
> *— Eram as mesmas coisas. Na família sempre foi as mesmas coisas... trabalhando na roça, né, e claro, em casa as atividades eram mais prás mulher né.*
> *— Quer dizer, os homens não ajudavam em casa? As mulheres ajudavam na roça e os homens não aju- davam em casa?*
> *— É. Exato. Os homens não ajudavam em casa".* (Camponesa, líder do MMA e líder sindical).

> *"— Olha, a mulher sempre foi mais explorada. Eu tenho que reconhecê isso, porque nóis ia todo mundo prá roça, né. Lá era rapaiz e moça, todo mundo prá roça. Até prá maiá feijão a cacete, as moças ajudavam, né. Iam também pro manguá... maiá feijão a cacete. E depois em casa a divisão era assim: (...) O serviço dos rapaiz e do pai era tratá os porco, buscá pasto, essas coisas todas, né. E das moças era lutá com as vaca de leite. Mas além das vaca, tinha a roupa prá lavá, tinha que ajudá a mãe fazê comida, limpá a casa... todo esse negócio..."* (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também, da organização da outros movimentos).

Não obstante essa participação ativa da mulher no traba- lho produtivo, era muito limitada a sua participação na condução dos negócios, ou na representação dos interesses da unidade produtiva, fora do espaço doméstico. Negociar era uma tarefa quase que eminentemente masculina, ficando a participação da mulher restrita aos casos em que inexistia alguém do sexo mas culino para fazê-lo. Essa situação foi descrita praticamente por todos os camponeses entrevistados, ficando bem evidente que a participação da mulher era muito ativa, estando submetida, com muita freqüência, a uma dupla jornada de trabalho. Porém o seu trabalho se restringia ao âmbito interno da unidade produtiva, sem qualquer participação, sobretudo nos negócios, uma atividade feita a nível de mercado e, portanto, fora do espaço interno da unidade produtiva. Veja-se, por exemplo, o depoimento:

— E nos negócios? A mulher ia negociar?
— Aí era machismo garantido, né. Isso é coisa prá homem.
— Elas não saiam prá negociar?
— Não. Prá negociá não. A minha mãe, o que ela fazia era quando... na época assim, ó... faziam, uma vez por ano, uma compra de roupa. E daí comprava tecido inteiro... rolo assim, né. Então eles pegavam, nóis era piquininho, nóis ia junto. Aí eu sei que o pai encostava na loja assim, e carregava aquela carrocinha com cavalo que tinha...(...) e aí, né, ia e escolhia. As veiz uma panela, essas coisas e tudo mais. Mas o dinheiro ela nunca viu, né." (Camponês, líder da oposição sindidcal e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

É preciso registrar que essa dupla jornada de trabalho, bem como o traço cultural que determinava a restrição das atividades femininas ao espaço interno à unidade produtiva, se constituiram num dos fatores limitantes à participação da mulher no espaço público, privando-a ainda mais do que o camponês homem das possibilidades de exercício da comunicação e da palavra no espaço público. Um exemplo bem representativo e até contundente disso é o relato de uma das fundadoras do movimento de mulheres agricultoras que, durante a articulação da oposição sindical em Chapecó, numa reunião que houve, à noite, em sua casa, para discussão do assunto, enquanto seus irmãos e outros convidados(homens) discutiam a questão do sindicato, sua tarefa limitou-se, como de costume (segundo as suas palavras) a fazer pipoca e chimarrão para o grupo. Após isso, foi deitar-se, uma vez que o assunto não dizia respeito a mulheres. Essa realidade parece estar na origem das dificuldades maiores, demonstradas pelas mulheres agricultoras para a retomada do exercício da palavra no espaço público. Os depoimentos colhidos dão conta de que essa dificuldade se constituiu num dos maiores entraves para a participação das mulheres nos movimentos e especificamente na organização do MMA. É preciso observar ainda que, em muitos casos, como as ocupações de terra, por exemplo, a participação da mulher ocorria, mas raramente exercia liderança.

Diante disso, o movimento de mulheres agricultoras significou uma ruptura com essa situação de dupla exploração e dupla exclusão, e com esse traço cultural, o que só foi possível com a transformação das estruturas normativas, como será visto no capítulo 4.

A força de trabalho familiar era, então, a condição fundamental da produção camponesa na realidade em questão, sendo ela mesma (sua extensão e seu limite) a responsável pela existência de outras relações de produção na unidade camponesa, ou seja, o trabalho acessório e o trabalho assalariado.

Antes porém de apelar para tais expedientes, a família buscava a complementação de sua capacidade de trabalho na ajuda mútua entre vizinhos, sendo essa uma das formas privilegiadas de exercício de solidariedade entre as famílias e de fortalecimento dos laços de sociabilidade.

A disponibilidade de mão-de-obra na família estava muito ligada ao ciclo de vida da mesma. Assim, quando os filhos ainda eram pequenos, havia escassez de força de trabalho. Quando todos já estavam crescidos e ainda não haviam casado, tinha abundância e assim por diante.

Um aspecto destacado por CHAYANOV(1985) e que parece válido para a realidade em estudo, é que a força de trabalho familiar, freqüentemente abundante, era utilizada de forma intensiva na produção, para compensar a carência de capital para investimento produtivo. Isso leva a concluir que a carência de capital não era um determinante aritmético inexorável do volume da atividade e que as mercadorias camponesas possuiam uma composição baixa de capital.

A disponibilidade de força de trabalho na família, frequentemente condicionava a própria possibilidade de incorporação de recursos tecnológicos que aumentassem a sua produtividade. Se era impossível aumentar a terra disponível para o cultivo, havendo mão de obra abundante, a incorporação de recursos tecnológicos que aumentassem a produtividade do trabalho, não só não trazia nenhum ganho, como até podia causar prejuizos (idem, ibidem). Do que resulta que, o que muitas vezes era tido como uma atitude de resistência à mudança e a inovação, nada mais era que a percepção, pelo camponês, da inutilidade ou até da inviabilidade de certos investimentos em melhorias tecnológicas para a sua realidade, dentro da sua lógica de pensar a produção.

Com o início da modernização da agricultura, porém, para atingir os índices de produtividade e competitividade compatíveis

com a nova realidade do mercado, passou a existir a necessidade de incorporação de recursos tecnológicos poupadores de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, os ganhos por unidade produzida diminuiram. Tornou-se, então, difícil a reprodução das famílias camponesas (principalmente as mais numerosas) com o volume de produção conseguido na unidade produtiva. Isso gerou uma situação de excesso de mão-de-obra. No Oeste Catarinense, no momento em que a modernização agrícola ganhou mais intensidade (2ª metade da década de 70), a situação foi agravada pelo esgotamento da fronteira agrícola, que passou a dificultar a busca de novas áreas a serem incorporadas às unidades produtivas existentes, ou então para a instalação de novas unidades produtivas destinadas aos filhos adultos que iam se casando.

Nesse momento as famílias camponesas passaram a se confrontar com a dificuldade de se reproduzir enquanto tal e se viram na iminência de encontrar uma saída que, em muitos casos, foi a busca do mercado de trabalho urbano e conseqüentemente o êxodo rural.

Com efeito, a modernização da agricultura, segundo vários estudos,(4) visava exatamente promover um delocamento da população, liberando boa parte dessa mão-de-obra para o mercado de trabalho urbano. Ao reduzir as condições sociais médias de produção dos produtos agrícolas, forçou a incorporação de recursos tecnológicos que aumentaram a produtividade do trabalho (máquinas, insumos, sementes selecionadas, suínos de raças nobres, etc) e que tolheram,em grande medida,a autonomia do trabalho camponês, uma vez que ele já não podia seguir a sua forma tradicional de produzir,ao mesmo tempo que já não podia mais produzir sem incorporar os insumos, máquinas e sementes produzidos pela indústria. Isto provocou uma profunda desestabilização na produção agrícola, provocou a existência de excessos populacionais e deixou os filhos que cresciam sem alternativas de continuação no campo. Assim, muitos se viram compelidos a sair do campo para a cidade, buscando o mercado de trabalho urbano como alternativa, abandonando a condição camponesa.(5)

Empobrecidos, com dificuldades para saldar seus compromissos junto ao setor bancário e com dificuldades crescentes para

produzir suas condições de vida e, principalmente, de reproduzir novas unidades produtivas para os filhos, os camponeses passaram a conviver com a ameaça à sua condição camponesa. A forma de interpretá-la e de reagir a ela dependeu de sua cultura e de sua consciência afetiva e moral. Uma dessas formas de reagir foi a mobilização e a organização de movimentos sociais.

3.1.2. AS PRATICAS DE AJUDA MUTUA

Antes de recorrer ao trabalho assalariado, a força de trabalho necessária para mover a lavoura era complementada pelos braços dos camponeses vizinhos sob duas formas principais: o mutirão e a troca de dias.

Geralmente, o mutirão ocorria em casos de situações excepcionais, doença ou sinistro, quando, então, os vizinhos se juntavam para ajudar a família atingida a executar tarefas que a família não pode dar conta no momento.

A participação no mutirão era espontânea e a retribuição à ajuda era uma obrigação coletiva, quando a outra família estivesse necessitada.

Essa forma de ajuda podia aparecer, inclusive, formalizada pela instituição religiosa ou nos estatutos da comunidade.

O mutirão podia ainda ser feito com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola. Nesse caso a família solicitava a ajuda dos vizinhos.

No Oeste Catarinense, segundo o que se constatou nos depoimentos colhidos, muitas famílias mantinham o hábito de realizar mutirão, ao qual chamavam de "puxeron", para a realização de algumas tarefas, geralmente a preparação do solo para o plantio e a colheita. O depoimento a seguir resume bem o que era um dia de "puxeron", bem como a relação entre a utilização do trabalho assalariado e as práticas de ajuda mútua.

> *"...algumas vezes o pai contratava diaristas, né. Algumas vezes. Principalmente em duas épocas. Roçá capoeira, é, empreitava uma roçada lá com o pessoal e, algumas vezes, na colheita, quando apurava o serviço. Mas o restante do serviço era uma coisa muito bonita naquela época. A gente trocava muito dia com os vizinhos e fazia mutirão. Chamava de "puxeron". É, as vezes fazia puxeron prá roçá capoeira e aí era bonito. O dono*

da terra lá que faziam o puxeron carneava um porco, fazia um churrasquinho pro pessoal de meio dia, comprava uma pinga... E assim você via na ladeira, 30, 40 pessoas roçando. De meio dia, depois, o pessoal almoçava. A tarde voltava e dava mais uma pegada até umas horas da tarde. Fazia assim um serviço que uma família só levaria meses prá fazê. E era muito bonito o pessoal se juntando, discutindo e tal, né, contando piada, contando anedota e até falando da lavoura." (Camponês, líder da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos sociais).

Esse parece ser um caso típico de preservação de uma forma cultural do modelo original camponês na solução dos desafios colocados pela produção, uma vez que, o tipo de produto cultivado no Oeste Catarinense, salvo em casos raros, parece não impor nenhuma tarefa com grande rapidez para execução. Através dessas práticas os camponeses reproduziam e reforçavam um modo peculiar de proceder, em que a solidariedade e os laços de sociabilidade eram privilegiados. Muito mais do que uma necessidade econômica o "puxeron" era um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo. Através dela também é que se dava a construção de muitos, ou até a maioria dos equipamentos coletivos nas comunidades (igrejas, salões, campos de futebol, etc). Todos os depoimentos colhidos (de camponeses) fazem referência a um ou outro caso de mutirão para a construção de tais equipamentos.

A existência dessa prática entre as famílias também facilitou a liberação de muitas lideranças para atuar nos movimentos sociais. Diante da necessidade de ter pessoas mais liberadas para atuar nos movimentos e diante da impossibilidade de pagamento de salário para tanto, a comunidade podia compensar o tempo perdido pelas lideranças, assumindo a realização de suas lavouras através de mutirões, como é relatado por um dos líderes entrevistados.

"No plantio saia muito disso, né.(puxeron) Até, por exemplo, depois que eu comecei a representá a comunidade, eu tinha que trazê as propostas de volta, né. Aí a comunidade assumia a minha lavoura, né. Então, qué dize... porque eu não recebia pelo movimento, né. Então até foi a igreja que mais puxô isso, e a comunidade acabô assumindo a minha lavoura..." (Líder do MAB e líder sindical)

Ou seja, ao que parece esta foi uma outra forma de viabi-

lizar um empreendimento coletivo por parte da comunidade. Só que ao invés de ser uma construção de algum equipamento ou bem de uso coletivo, era a construção de um movimento que representava os interesses comuns.

A troca de dias era um tipo de ajuda que consistia em uma família recorrer a ajuda dos vizinhos para executar uma tarefa em que só a força de trabalho familiar não era suficiente. A retribuição se dava com a devolução em um tempo de trabalho equivalente, num momento em que a outra família estivesse necessitada. Podia ocorrer sempre que houvesse necessidade de um trabalho suplementar, normalmente em momentos críticos do processo de trabalho agrícola.

Essa prática, de acordo com os depoimentos colhidos, pareceu estar muito presente entre os camponeses do Oeste Catarinense.

> *"Porque eu fui criado maiando feijão a cacete, a manguá, que chamava, né. Então nóis trocava dias com os vizinhos. Quando o feijão dele tava seco, nóis ia lá ajudá a batê o feijão. Quando o nosso tava seco, ele vinha ajudá nóis a batê o feijão."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST, no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Só que nesse caso, ao contrário do "puxeron", os dias trabalhados eram controlados para que a troca fosse equivalente. Isso, no entanto, não era considerado quando algum produto estivesse correndo algum risco de se perder, como se vê pelo depoimento:

> *"Na hora do aperto, de alguma safra que tava em risco, ia todo mundo, e ninguém levava em conta o dia que trabalhô, né. Porque o dia que ele precisasse, o cara... não era um negócio controlado"*(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Essas práticas de ajuda mútua cobriam uma necessidade de força de trabalho que o camponês não podia suprir apenas com o trabalho familiar, nem com trabalho assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitiam pagar trabalhadores continuamente, bem como parece contribuir para reforçar os laços de sociabilidade e solidariedade entre as famílias.

Com a chegada das primeiras máquinas, as práticas de solidariedade ainda se mantinham, como no caso das primeiras trilhadeiras que, de acordo com um roteiro estabelecido, passavam de casa em casa trilhando os produtos de todas as famílias (especialmente o trigo). Nesse caso ao receber a "visita" da trilhadeira, o camponês recebia a solidariedade dos vizinhos, principalmente se houvesse algum risco de perda dos produtos (chuva).

No entanto, o aprofundamento do processo de modernização e a introdução mais intensiva de máquinas no processo de produção (que aumentavam a produtividade do trabalho individual) e a necessidade cada vez maior de contato com o mercado, a necessidade sempre maior de geração de excedentes, levou o camponês a fechar-se mais em torno dos seus interesses individuais, concentrando toda a sua energia na produção e na busca de acumulação. A solidariedade, muitas vezes deu, então, lugar à concorrência.

> *"...Começô a criá a mentalidade de que você tem que ter sobra. E aí a sobra, como é que tu vai fazê muita sobra se você gasta boa parte do teu tempo pros otros. E a solidariedade diminuiu... diminuiu.Você não tem nem tempo prá i no vizinho. Trabalha de noite... O pessoal começô a trabalhá noite a dentro..."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Nesse momento, mesmo envolvido nesse processo, o camponês recorda com saudade do momento anterior, de maior tranqüilidade e sente a falta do tempo em que era possível ter tempo para o lazer e para a sociabilidade.

> *"Tinha uma época que sábado, por exemplo, o pessoal tinha o costume de fazê o seguinte: de manhã fazê um pasto, fazê quirela, fazê serviço, prá domingo não precisá fazê. Até o meio dia fazia tudo. Sábado de tarde já era prá galera, né. Ia na vizinhança... Era muito gostoso. Por que era uma visita. Mas hoje não tem mais tudo isso. E aí domingo já era livre. Mas acabô isso também, né. Começo a trabalhá até de sábado à noite, muitos trabalha no domingo, prá começá a tê sobra. E aí começo a tê aquela disputa. O vizinho conseguiu comprá alguma coisa, então eu também vou ter que comprá, né. Aí começo entrá a era do consumo"*(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Ao mesmo tempo em que se sentiam compelidos a entrar na nova lógica de produção e consumo, muitos camponeses desenvolveram um sentimento de perda e de questionamento da nova situação

e perceber que a nova situação piorou sua vida.

> *"Eu tenho... eu falo isso com toda a tranquilidade que a qualidade de vida piorou muito, muito mesmo. (...) É mesmo a máquina que tu comprava, que podia facilitá o teu serviço, só que você acabava dobrando o teu trabalho, triplicando, e aí você acabava trabalhando muito mais. Não tinha mais descanso (...) não tinha mais tempo prá i conversá com o vizinho, vê o que ele acha... Você não conseguia descansá mais direito, o pessoal começava a ficá muito mais nervoso (...) Começô muito nessa época, por causa da disputa de um querê mais...Então aí acabô com a solidariedade"* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Ou seja, a modernização agrícola destruiu as condições para a existência da solidariedade gratuita entre os camponeses e eles sentiram a perda, manifestada com um misto de nostalgia, de revolta e de resignação. A existência desse sentimento, de insatisfação e de perda, perece ter sido importante para a predisposição dos camponeses em alinhar-se a discursos críticos em relação a nova situação vivida, provocada pela modernização agrícola e, conseqüentemente, de reagir politicamente a ela. E nesse sentido, o ideal de vida comunitária, em que existia a entreajuda, em que existia o tempo para a conversa com o vizinho, em que era possível sentir-se a segurança de, em caso de alguma desgraça, contar com a ajuda certa de todos os vizinhos, parece ter sido um ponto de grande importância. No processo de elaboração da experiência da crise da economia camponesa e de avaliação dos discursos críticos veiculados, este foi sem dúvida um elemento presente.

3.1.3. O TRABALHO ACESSÓRIO DO CAMPONÊS

Em tempos normais, durante a fase de pleno desenvolvimento da economia camponesa tradicional, o recurso ao trabalho acessório funcionava como um mecanismo auxiliar no estabelecimento do equilíbrio da disponibilidade de força de trabalho entre as diversas famílias, vivendo diferentes ciclos de existência. Quando numas havia escassez, nas outras pode estar havendo excesso. Também funcionava como uma fonte de renda suplementar.

SANTOS (1978) coloca que a liberação para trabalho com-

plementar ocorria por uma combinação entre disponibilidade de força de trabalho na unidade familiar e a intensidade do trabalho no estágio do ciclo agrícola, sendo que o período em que se dedicavam às atividades acessórias, normalmente coincidia com a presença de maior número de pessoas na família camponesa.

Podia acontecer também do trabalho acessório ocorrer sob a forma de construção de casas, galpões, taipas, ou mesmo na trilhação de produtos, etc.

No caso do Oeste Catarinense a análise deste elemento precisa ainda tomar em consideração o fator disponibilidade de terra. Nesse sentido, embora fosse necesário um estudo mais aprofundado sobre a questão, pode-se perceber dois momentos no que se refere à busca de trabalho acessório pelos camponeses. Um primeiro momento que vai, aproximadamente, até meados dos anos 70, onde a relativa abundância de terras, bem como as características dos produtos cultivados, limitava a possibilidade de liberação dos camponeses para o trabalho acessório. Essa prática, então, embora existente, era pouco freqüente nas famílias de camponeses de origem. As necessidades de trabalho suplementar, que não podiam ser supridas com as práticas de ajuda mútua, eram cobertas pela existência de diversas famílias com pouca ou nenhuma terra, remanescentes de caboclos, antigos habitantes da região, e que escaparam aos despejos promovidos pelas colonizadoras, ou mesmo que vieram para a região posteriormente. Morando como agregados na terra de algum camponês, ou mesmo em pequenos lotes próprios, eram praticamente assalariados rurais ou "peões", como os camponeses costumavam chamá-los, embora sempre mantivessem uma pequena lavoura de subsistência. O depoimento a seguir ilustra bem o lugar dessas famílias no contexto da economia camponesa tradicional.

> *"Eles praticamente trabalhavam de peões, faziam empreitadas, faziam cestos e trabalhavam por dia... Eram tudo sem terras e agregados e... gente boa, mas que não tinha terra. Tavam ali prá trabalhá, prá servi..."*. (Camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical).

O segundo período é o que vai de meados dos anos 70 em diante, quando se inicia a decadência da produção camponesa

tradicional na região, em vista da modernização da agricultura. O agravamento da situação financeira dos camponeses passou a limitar ainda mais a possibilidade de pagamento de trabalhadores assalariados. Por outro lado, a dificuldade sempre maior de ampliar a área de terra disponível, devido ao fechamento da fronteira agrícola, levou, freqüentemente, a uma abundância de mão-de-obra em muitas unidades camponesas, liberando parte dela para o trabalho suplementar, que passou a ser buscado como forma de complementar os rendimentos monetários. Com a limitação do seu mercado de trabalho e sofrendo a concorrência dos próprios camponeses, as famílias com pouca ou nenhuma terra foram forçadas a buscar outrs alternativas de trabalho. Provavelmente muitas tenham se deslocado para a cidade, onde o mercado de trabalho, com a industrialização, se ampliou. Os depoimentos colhidos reforçam essa hipótese, como se vê no relato a seguir:

> *"... já no final dos anos 70 e na década de 80, já houve uma diminuição bem grande, muito grande do número de caboclos que prestava esse serviço. De uma lado, eu acho que a mecanização da agricultura, o trator, a colheitadeira, essas coisas todas né, ele foi tomando o lugar desse pessoal que trabalhava de diarista, de empreitada e tal. Por outro lado o... o próprio caboclo não conseguiu mais se mantê naquela situação na roça e começo procurá outros... outros lugar. (...) Eu tenho visto muitos desses caboclos, mas muitos mesmo, nas periferia da cidade. Aqui em Chapecó,gente que se criô com nóis, que trabalhô com nóis, de peão, digamos assim, fazendo alguma empreitada,alguma roçada, hoje mora aqui em Chapecó. Mas... já visitei alguns...e... tão morando nos piores lugares, nas favelas, nos lugares mais difíceis que tem, fazendo algum biscate..."*(Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical na região. Participou ativamente também, na organização de outros movimentos).

Essa constatação parece confirmar a hipótese de que as famílias remanescentes de caboclos, com pouca ou nenhuma terra, foram as primeiras a sentir, com mais intensidade, os efeitos da modernização agrícola, a ponto de serem forçadas a se deslocar, em busca de outras alternativas de trabalho. Por outro lado, isto também parece esclarecer as razões para o grande número de caboclos presentes nas ocupações de terra, tanto em 1980, na Fazenda Burro Branco, quanto na grande ocupação de 1985.

Em termos do efeito mobilizador dessa situação, é de se supor que os camponeses de origem, ao se depararem com a ameaça

de perda da terra, ou mesmo com a impossibilidade de constituir uma nova unidade produtiva ao se casar, pela impossibilidade de adquirir um pedaço de terra, passaram a temer que o seu destino poderia vir-a-ser semelhante ao dos caboclos e sem terras, tanto na condição de agregados e diaristas no campo, quanto de moradores de favelas na cidade. Veja-se, por exemplo, o depoimento de um dos fundadores do MST na região:

> *"O desespero era grande, né. Porque inclusive o pessoal que desistiu depois... que não foram em 85,(6) hoje eles estão aonde? Eles foram prá cidade, né. Quer dizer, acharam como alternativa ir prá cidade. Agora... a grande preocupação do pessoal era que na cidade nóis não temo profissão, né. O que que nóis vamo fazê lá na cidade? (...) Nóis vamo lá na cidade, nóis não temo estudo, não temo profissão nenhuma, o que que nóis vamo fazê? Nóis vamo sê mão de obra barata, né. E... pegá no pesado direto, né. Qué dizê, esse pessoal que foi, com espírito de agricultor mesmo,né, foi justamente porque o que sabia fazê mesmo era trabalhá na agricultura. Saiu dali, já não sabe fazê mais nada, né.* ***Então isso que mais feiz com que o pessoal fosse atrais de terra mesmo.*** *Era a única alternativa que tinha no momento. Os que se arriscavam saí prá cidade, iam prá cidade. Agora aqueles boletins, aquele material que a igreja trabalhava nos grupos de reflexão, trabalhava muito bem essa parte, né. ... do pessoal que sai da agricultura que vai prá cidade, o que que acontece? Acaba gastando aquilo que tem, não consegue uma profissão, não consegue o emprego e aí acaba indo prá favela, prá beira do asfalto, debaixo das ponte..."* (Camponês, líder e um dos coordenadores do MST na região).

A ameaça de vir a cair na mesma situação dos caboclos, de cair na miséria, teve, então, pelo que se pode perceber, um efeito mobilizador significativo. Nesse ponto entende-se que há relação entre a ameaça da miséria, a cultura, os valores e a consciência afetiva e moral e a abertura para o questionamento da situação vigente. Como será visto adiante, a miséria só era admitida entre os que não trabalham, os indolentes, os vagabundos, os que não pensam no dia de amanhã. Mas não entre pessoas sérias, dedicadas ao trabalho, que economizavam, que não tinham vícios, etc. Quando, porém, o trabalho árduo, ininterrupto e a poupança, deixam de ser uma garantia de estabilidade e de progresso, abre-se a possibilidade de questionamento da situação social vigente.

Um último aspecto a se comentar nesse item é o que coloca CHAYANOV(1985), de que quando numa unidade camponesa houvesse

excesso de mão-de-obra, aumentava o volume de atividades artesanais e comerciais. Para a região Oeste de Santa Catarina, no entanto, era relativamente pequena a possibilidade de exercício de atividades artesanais e comerciais, devido a falta de mercado e talvez até pela falta de hábito dos camponeses. Quando se registrou o excesso de mão-de-obra, intensificou-se o seu emprego no cultivo da mesma área e buscou-se o trabalho complementar por jornada em outras propriedades. A prática do artesanato se voltava mais à elaboração de produtos para a subsistência como doces, conservas etc., e para a fabricação de instrumentos de trabalho como cestos, cabos para ferramentas, etc.,mas não destinadas à comercialização. Nos últimos anos, devido ao aprofundamento da crise, pode-se observar também, com bastante freqüência, a existência de famílias que enviam um ou mais filhos já crescidos para trabalhar na cidade. Esta situação atinge mesmo alguns líderes entrevistados. É preciso registrar, porém, que essa situação não significa apenas a busca de uma renda complementar, mas sim uma forma de encaminhar, desde cedo, alguns filhos para o mercado de trabalho urbano, com algum investimento na sua preparação (escola, cursos profissionalizantes, aprendizado prático de um ofício, etc).

3.1.4. A PROPRIEDADE DA TERRA

A terra é o meio de produção fundamental para o camponês. A forma de acesso à terra pela via da apropriação privada, é talvez um dos principais elementos de diferenciação da realidade dos camponeses do sul, na origem, em relação à realidade do restante do país, o qual, por sua vez, tráz uma série de consequências. Sua aquisição significava o investimento de uma soma de dinheiro e isso, de um lado, limitava a possibilidade de ampliação da área disponível e de outro era a fonte de autonomia do camponês, uma vez que, sendo proprietário, possuia sobre a área um direito formalmente reconhecido e inalienável, a não ser por vontade própria.

A herança era também uma forma importante de acesso à propriedade da terra. Entre os camponeses do Oeste Catarinense,

antes da crise da produção camponesa tradicional, era um costume da família camponesa adquirir uma parcela de terra para cada filho para que, ao se casar, ele pudesse constituir sua própria unidade produtiva. A aquisição dessas parcelas era fruto do trabalho coletivo da família camponesa e possuia um alto significado no imaginário camponês. Era mesmo uma questão de honra a aquisição da terra para os filhos.(7)

> *"Essa era uma questão de honra. Prá eles era uma vergonha uma família não conseguí garanti um pedaço de terra prá cada filho, nê."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

No entanto, a crise, junto com a escassez de terra, pelo fechamento da fronteira agrícola, gerou uma disparidade entre o potencial produtivo e o preço da terra, levando à dificuldade ou até a impossibilidade de aquisição de terras para ampliação da propriedade, de modo a garantir a constituições de novas unidades produtivas para os filhos que se casavam.

É preciso considerar que, para os camponeses do Oeste Catarinense,a aquisição e/ou preservação de uma parcela de terra, possuia um significado muito especial, ligado à preservação de um modo de vida específico. Ter acesso à propriedade privada de um pedaço de terra, no imaginário camponês, parecia não estar ligado ao interesse pela acumulação de um certo capital, mas sim à possibilidade de preservação da autonomia que a condição camponesa lhe conferia, isto é, estabilidade do grupo de vizinhança, do usufruto do investimento feito na propriedade e à preservação do modo de vida camponês. O que buscavam era reproduzir-se enquanto pequenos produtores familiares autônomos e não a acumulação de capital. Sua racionalidade parecia ser mais social que calculista. Mais do que tudo, a sua luta por preservar a propriedade da terra era uma luta por preservar o seu modo de vida. O que desejavam da propriedade era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital, como se viu na discussão do conceito de camponês.

A propriedade da terra representava, então, numa condição importante, senão indispensável para a constituição de uma nova unidade produtiva, através da qual a reprodução da família e da condicão camponesa se viabilizava.Ser proprietário, segundo ZIMERMANN (s.d.) era a condição básica para a concretização do sonho de "ser colono", ou seja, era a condição que viabilizava o ideal de tornar-se um produtor autônomo,nos moldes do ideal presente em seu imaginário. Além de ser camponês, então, desejava ser camponês proprietário, uma vez que a propriedade da terra lhe dava a garantia de autonomia. E mais, além da condição de proprietário, esses camponeses pareciam atribuir muito valor à condição de proprietário de **sua terra**. Ou seja, uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo, uma nova unidade camponesa de producão, na qual cada planta, cada construção, cada espaço tinha um significado próprio, e a partir da qual estabelecia relações com seu grupo de vizinhos, relativamente fixo, e participava de uma comunidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e "pessoal" (o contrário de impessoal), o camponês resistia à ideia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer.

Pãde-se perceber em muitos depoimentos essa perspectiva ou desejo de fixação a **um** local, que seja, de certo modo, definitivo, pelo menos para aquela geração. Um alto valor parece ser atribuído aos anos de esforço e investimento na constiuicão da unidade produtiva e a idéia de mudança de lugar vem acompanhada da idéia de perda, de prejuízo. O depoimento a seguir, já citado no capítulo II, ilustra bem essas afirmações:

> *"- ...depois que eu casei, casei no ano 70, dai nóis decidimo comprá um pedaço de terra suficiente prá conseguí sobrevivê alí, criá uma família... E foi aqui no Itá onde achamo um pedaço de terra, num lugar bom, uma terra boa e onde nóis pensemo de chegá alí, fazê a nossa vida, vim alí morá e ficá... passá até... Nunca pensamo em vendê, sai. Achamo esse lugar alí e pensamo em construí a nossa família e passá o resto da vida na comunidade de Linha Alvorada, que fica na costa do Rio Jacutinga, um pouco antes da barra onde o Jacutinga chega no Uruguai".*
> *- O que representava essa terra prá vocês?*
> *- Olha, representava tudo porque...imagine você nasceu na roça, não teve estudo e aí tu tem aquele amor na terra, e aí a gente tendo uma propriedade, alí tu planta um pé de arvoredo, tu... tu prepara a terra, 'aqui vou fazê isso, aqui vou fazê aquilo...', tu prepara tudo como tu*

achava que... A gente já, quando vai plantá um pé de laranja, qualquer coisa, tu já vê ele grande, produzindo... tu vai fazê um chiqueiro, tu já vê ele com os porco dentro..." (Camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical).

Destaque-se, em primeiro lugar, que ao manifestar o desejo de comprar *"um pedaço de terra suficiente prá conseguir sobreviver..."* , deixa claro que a intenção não é a acumulação de capital, mas a busca de sobrevivência. Diante da perspectiva de ter que se mudar de lugar, o mesmo camponês revela o grande valor atribuído a sua propriedade, ao seu modo de fazer e de encaminhar as suas coisas, a sua comunidade e ao seu grupo de vizinhos. Nesse sentido, o MAB foi uma oportunidade ímpar de perceber tal valoração, uma vez que os camponeses proprietários, que já tinham, portanto, realizado o sonho de instalar-se num lugar seu e "definitivo", se viram de súbito diante da ameaça iminente de perder tal condição e aí manifestaram os sentimentos cultivados para com a **sua propriedade** e com a **sua terra.** Também pode-se perceber o valor atribuído à sua comunidade e ao seu grupo de vizinhos, com o qual travou anos de convivência e ao qual se encontra vinculado através de laços de parentesco, de compadrio, e através de práticas de ajuda mútua.

"Agora, a partir do momento que veio a notícia da barragem, tu não vê mais nada... aí tu vê um pé de laranja ali, com as fruta, já tu vai pensá 'isso aí vai servi prá quê? Que que eu vô fazê com isso se eu não vô podê usofrui?' Aí tu não planta mais um pé de árvore, não planta mais nada. (...) Aí tu sabe que tu vai num lugar que tu tem que chegá numa comunidade onde tu não conhece ninguém, fazê amigos... tu tem que mudá de sistema, porque cada comunidade tem um jeito de vivê. E se tu chegá lá, tu tem que entrá no sistema deles prá se dá bem. (...) tu chega na outra propriedade, a propriedade é diferente. Até que tu vai prepará ela da maneira que tu qué... Tu compra uma propriedade feita, não é uma propriedade que tu feiz (...) Tu chega ali, tu tem que começá a plantá o arvoredo, aquilo que tu gosta, aquilo que tu gostaria de ter. (...) E além disso, os próprios vizinhos se estraviam. Lá na minha comunidade saiu mais ou menos uns 20.. 18 ou 20. Tá tudo estraviado" (Camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical).(8)

À propriedade da terra possibilitou o desenvolvimento dessa perspectiva de fixação a um local, preparado e construído a seu modo, bem como a vinculação a um grupo social com o qual mantinha relações estreitas de sociabilidades.(9) A propriedade

da terra, então, não foi apenas um modo de acesso a um pedaço de terra. Ela permitiu o desenvolvimento de um dado padrão cultural e um certo modo de vida.

Quando, porém, começou tornar-se inviável obtê-la, naqueles camponeses que não se colocava a perspectiva de abandonar o campo para inserir-se no espaço urbano, veio o desespero, a mobilização e disposição para a luta, como já foi visto no item 3.2.3, através do depoimento de um dos fundadores do movimento dos sem terras na região. A certeza da impossibilidade de conquistar um espaço no mercado de trabalho urbano, uma vez que não conheciam outro ofício a não ser a agricultura, lhes colocava como possibilidade ou lutar por terra e/ou condições de vida no campo, ou enfrentar o risco da marginalização/favelização na cidade.

É mesmo os que não possuiam a sua terra revelaram toda a ânsia em alcançá-la, no momento em que chegavam ao assentamento, como revela o depoimento de um dos líderes do MST.

> *"... quando foi feito os assentamentos, né, o pessoal, de tanto...quer dizer, realizaram o sonho, né. Aquele sonho de ter o seu pedacinho de terra, de ter uma propriedade, né, aquilo, logo nos primeiros assentamentos, até complicô um tanto, né, pelo fato de que o pessoal foi prá propriedade e quis sabê de produzi. Qué dizê, esquecendo praticamente todo o processo que passô...da organização.(...)Cada um o pedacinho dele e quis sabê de fazê produzi..."* (Camponês,líder e um dos organizadores do MST na região).

Talvez por estas razões a terra tenha se convertido num dos elementos fundamentais da construção da identidade dos vários movimentos sociais que se está estudando e numa bandeira com grande poder de mobilização. Isto pode ser observado também num outro momento do mesmo depoimento onde, ao comentar a dificuldade maior de mobilização das pessoas que já viviam a algum tempo em condições paupérrimas, sem nunca ter tido um pedaço de terra, sem nunca ter administrado a própria produção e que sequer se colocavam o sonho de possuí-la, ele deixa entrever a importância deste desejo de tornar-se agricultor autônomo, proprietário, para o processo de mobilização.

> *"Porque ele já tem aquele pensamento assim: 'ó eu tenho prá comê hoje, amanhã eu dou um jeito'. Qué*

dizê, não é mais aquele que tinha uma propriedade ou que sonha em ter. A grande preocupação desse povo passa a ser o imediato (...) já não tem mais aquele espírito, aquela vontade de progredir, de constituí uma família, uma propriedade... tocá o barco" (Camponês,líder e um dos organizadores do MST na região).

A propriedade privada da terra foi então um dos elementos constitutivos do modo de vida desses camponeses, a partir da qual muitas características foram desenvolvidas. Durante todo o período de constituição dos núcleos camponeses do Oeste Catarinense, a propriedade de uma parcela de terra suficiente para a constituição e sustento de uma família foi um dos mais altos sonhos desses camponeses. A condição indispensável ao sonho de "ser colono". Por isso tornou-se um elemento tão central em suas vidas e um elemento chave para o processo de mobilização.

3.1.5. A PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Além da terra, os camponeses eram proprietários dos meios de produção. Boa parte deles tinha a forma de mercadoria, tanto as matérias-primas intermediárias (fertilizantes, defensivos, etc) como meios de trabalho (arado, enxada, motores estacionários, carroça, etc). Isso mostra como o camponês, mesmo não sendo especificamente capitalista, estava integrado ao mercado capitalista (em muitos aspectos). Isto era tão mais verdadeiro quanto maior era a presença da indústria no controle da produção das mecadorias camponesas.E quanto maior essa participação da indústria, menor a autonomia e o controle dos camponeses sobre o seu processo de trabalho.

Há vários aspectos (ligados à questão da propriedade dos meios de produção) que parecem relevantes, em relação ao processo de mobilização e organização, e que podem ter contribuido para a eficácia organizativa dos movimentos sociais em questão. Em primeiro lugar, a questão da autonomia e do controle do processo produtivo pelo camponês. Ocorre que, mesmo quando não era proprietário da terra em que trabalhava, o camponês, normalmente, era proprietário dos outros meios de produção. Isso lhe permitia, então, exercer o controle sobre a sua produção (o que e quanto

produzir) e sobre a administração do seu tempo. Essa condição fazia do camponês um sujeito mais autônomo para participar de processos organizativos (reuniões, cursos, manifestações, etc), livre das pressões dos patrões a que, normalmente, estão sujeitos os trabalhadores urbanos.

Em segundo lugar, sendo proprietário dos meios de produção (mesmo quando não eram proprietários da terra), os camponeses do Oeste Catarinense conseguiam produzir boa parte dos produtos necessários à sua subsistência e, pelo que se observou nos acampamentos e pelos depoimentos colhidos, mantinham reservas de víveres em quantidade suficiente para vários meses, bem como possuíam um mobiliário básico em bom estado, ou pelo menos em quantidade, diversidade e estado de conservação bem superior ao dos peões, que não eram proprietários dos meios de produção.

A disponibilidade dessas condições básicas de vida parece ter sido um fator importante para a viabilização das ações dos movimentos (ocupações, resistência nos acampamentos, concentrações em lugares estratégicos, etc), nos momentos iniciais da organização. Ocorre que nesse período os movimentos em questão ainda não possuiam grandes recursos de infra-estrutura e em que as articulações com outras forças a nível de sociedade ainda eram mais restritas. Boa parte dos recursos necessários à realização das ações e, sobretudo, os recursos necessários à resistência por períodos prolongados nas ocupações, provinham das reservas dos próprios camponeses, viabilizadas pela sua condição de proprietários dos meios de produção.

O depoimento de um dos líderes do MST, que participou desde as primeiras ocupações, dá conta de que a população envolvida nas mobilizações mais recentes desse movimento, por experimentarem condições de vida muito precárias (bóias-frias, biscateiros, diaristas, moradores de beiras de estradas, etc) e não possuirem quase nenhuma reserva, têm grande dificuldade de suportar a espera nos acampamentos, sendo praticamente impossível mobilizá-los, sem que se consiga, desde o início, a doação regular de alimentos para os acampados. Ele explica:

> *"... a grande preocupação desse povo, passa a ser de ter o imediato, né. E o imediatismo é complicado, porque o pessoal... tu levô uma cesta*

> *básica, né, por exemplo, deu comida, tá tudo bem. Faltô comida, já dá problema.(...) Hoje a coisa é bem mais complicada, porque, por exemplo, o público prá levá prá uma ocupação, tu já tem que levá com a preocupação de... nóis vamo chegá lá e amanhã já temo que trazê comida, né. Porque é assim... ele só vai se ele tem certeza de que lá ele vai encontrá comida, né, tchê. Por que? Porque ele não tem estoque, né. Nóis, na época, nóis tinha comida em abundância, né. Qué dizê, todo mundo produzia, tinha sua moradia, essas coisas, né. Aí não tinha problema. Podia ficá lá um ano no acampamento, que comida era certo que nóis tinha. E hoje esse pessoal não tem. Ele trabalha de dia prá comê de noite, né.(...) Deus me livre! Dá uma diferença muito grande. É difícil organizá esse pessoal. Eles tem boa vontade de ir, né. Agora tem essa necesidade que impede muitos de ir prá ocupação, né."* (Camponês, líder e um dos organizadores do MST na região).

As atuais condições de infra-estrutura do MST, bem como a significativa capacidade de conquistar apoios que hoje possui, de alguma forma viabiliza o atendimento a tais necessidades. Porém, na fase inicial de organização do MST, teria sido praticamente impossível manter um acampamento sem contar com algumas reservas trazidas pelos próprios acampados.

No mesmo sentido se coloca a questão da existência de uma estrutura necessária para a mobilização e organização dos outros movimentos em questão. Atualmente os movimentos já possuem fontes mais ou menos regulares de recursos e uma estrutura satisfatória para o funcionamento. Porém, na fase inicial, mesmo contando com o apoio decisivo de setores da igreja, teria sido muito difícil sua organização, sem contar com os recursos próprios colocados à disposição pelos camponeses. é o caso tanto das oposições sindicais, do Movimento de Mulheres Agricultoras e do Movimento de Atingidos pelas Barragens do Uruguai.

Os depoimentos dos seus líderes dão conta da importância dos recursos próprios, para deslocar-se de uma comunidade a outra, para participar de reuniões e concentrações, etc. As líderes articuladoras do Movimento de Mulheres Agricultoras, por exemplo, frequentemente iam para as comunidades e/ou municípios, pagando a própria passagem. Ou então um dos líderes da oposição sindical de Chapecó destacou a importância do carro próprio para a realização da campanha da chapa de oposição nas comunidades.

Não há dúvida de que a existência desses recursos próprios e dessas reservas eram viabilizadas pelo fato desses campo-

neses serem proprietários dos seus meios de produção, aliado às condições de trabalho e mercado de que dispunham, bem como à sua tradição de trabalho organizado, árduo, disciplinado, voltado à produção não apenas à subsistência, mas também de excedentes. Proprietários ou não, eram produtores autônomos, que coordenavam a própria produção.

Retoma-se aqui, no entanto, a idéia de que, quanto maior a participação da indústria na produção camponesa, menor a autonomia dos seus produtores. E aqui faz-se necessário situar esse aspecto da produção camponesa no processo de modernização da agricultura.

No Oeste Catarinense, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, a participação de produtos industrializados no processo de produção camponesa cresceu gradativamente com o passar dos tempos, até a indústria atingir, para certos produtos, o controle praticamente total da produção agropecuária, como no caso da produção integrada.(10)

Na fase inicial da colonização, num período que se caracterizou pela dificuldade de contato com o mercado, situação essa a que fazem referência todos os camponeses entrevistados, a participação de insumos industrializados na produção agrícola era muito pequena ou quase nula. Até o final dos anos 60 e/ou início da década de 70, (começo da modernização) ou mesmo, até a segunda metade da década de 70 (início da crise da economia camponesa tradicional), a ligação com o mercado para aquisição de meios de produção industrializados efetivamente existia, mas em grau menor de intensidade, principalmente pela rusticidade dos produtos produzidos, pela tecnologia absolutamente elementar empregada.

Havia também uma série de meios de produção que eram produzidos pelos próprios camponeses, e que, portanto, não assumiam a forma de mercadorias (cestos, estacas, cabos para ferramentas, adubo orgânico, etc). Esses normalmente eram fabricados em períodos de entressafra. Quanto maior a participação desses meios na produção, menor a dependência do camponês em relação ao mercado.

Com a modernização da agricultura, no entanto, cresceu relativamente essa necessidade de contato com o mercado e num

dado momento, os camponeses da região passaram a ser estimulados a recorrer a empréstimos bancários para renovar e modernizar seus meios de produção e até, posteriormente, repor a cada ano, certos meios de produção como sementes e insumos. Isto, porém, só ocorreu após 1970, quando o capital industrial passou a interferir mais diretamente na produção camponesa da região, através de estratégias renovadas. Antes desse período, sequer existiam linhas de crédito abertas aos camponeses, ao mesmo tempo em que as necessidades de aquisição de meios de trabalho no mercado eram bastante reduzidas.

BELATTO (1975), coloca que a abertura de linhas de financiamento para a pequena produção agrícola, inclusive, em muitos casos, com juros subsidiados, foi uma das estratégias utilizadas pelo capital para forçar a introdução de mudanças no processo produtivo camponês. Todos os depoimentos de camponeses coletadas durante a presente pesquisa que fazem referência a essa questão, dão conta desse período inicial em que os juros dos financiamentos eram baixos e estimulantes dos investimentos em melhorias no processo produtivo, como a aquisição de máquinas, etc. Mas que, passados os primeiros anos, o aumento dos juros e a introdução da correção monetária, trouxeram grandes dificuldades aos camponeses no sentido de saldar seus compromissos com os bancos. Sem dúvida, como já se colocou no capítulo 1, pelos depoimentos coletados, os juros dos empréstimos bancários foram considerados um dos principais, senão o principal deflagrador da crise da economia camponesa tradicional e talvez a principal causa da venda forçada da terra. Ou seja, a elevação do padrão tecnológico da produção forçou o camponês a recorrer aos financiamentos bancários para repor e/ou modernizar seus meios de produção. O alto custo do dinheiro emprestado, junto com a dificuldade de elevar a produtividade do seu trabalho, expôs o camponês ao risco de não conseguir saldar seus compromissos e de perder a sua terra. Vários camponeses entrevistados e,inclusive, uma agente religiosa, relataram esta experiência de perda, ou risco de perda da terra pela sua família, por dificuldade de saldar os financiamentos junto aos bancos.

Tal ameaça (de perda da terra), como já se viu acima,

podia desencadear neles uma reação de temor em relação ao seu futuro, ao mesmo tempo que podia levá-los a questionar os padrões sociais de organização da produção, uma vez que o risco iminente de cair na miséria, de tornar-se igual "aos outros" (os caboclos, os vagabundos, os que não tem terra), não estava associado a nenhum dos motivos aceitos em seus padrões culturais, ou seja, uma doença, desgraça ou vagabundagem. Ao contrário, percebe que, mesmo sendo uma pessoa "séria", trabalhadora, que não desperdiça tempo, que não gasta excessivamente, que procura economizar, corria o risco de não conseguir saldar seus compromissos, de perder sua terra e cair na miséria, ou pelo menos, como em muitos casos, de não conseguir terra para seus filhos montarem a sua própria unidade produtiva ao se casarem. Muitos jovens também passaram a viver essa situação de insegurança em relação ao futuro, por não ver perspectiva de conseguir seu próprio espaço e de não poder conseguir o elemento fundamental para a sua autonomia: a terra e os meios de produção. Serve de ilustração o depoimento de um dos líderes do MST, ao comentar a melhor aceitação do movimento por parte dos pequenos proprietários, à medida que a crise da economia camponesa tradicional foi se aprofundando.

> *"Hoje, na maioria dos pequenos proprietários... a visão deles hoje é positiva, até pelo fato de que o pequeno proprietário tá passando por uma situação muito complicada, né, hoje. Qué dizê, daqui a pouco ele é um sem terra, né, se ele facilitá um pouco. Então isso também força que o pessoal entenda o processo né."* (Camponês, líder e um dos organizadores do MST).

3.2.ELEMENTOS DO IMAGINARIO E DA CULTURA CAMPONESA

3.2.1. A Ética do Trabalho

REDFIELD, citado por QUEIROZ(1976), considera que o camponês se caracteriza por suas atitudes práticas e utilitárias em relação à natureza. Apresenta uma valorização tão positiva do trabalho, que o define como essencial não apenas do ponto de

vista material, mas também como cumprimento de uma ordem divina. Junto com essa valorização do trabalho, sua noção de justiça social leva à formação de uma noção ética de que quem trabalha enriquece, ou pelo menos consegue boas condições de vida.

Essa valorização tão positiva do trabalho parece não ser registrada entre os caboclos, ao passo que estava profundamente presente entre os camponeses "de origem". RENK (1990), observou a presença dessa valorização do trabalho entre os camponeses de origem do Oeste Catarinense, sendo esta, inclusive, uma das matrizes da ideologia étnica que os contrapõe a outros grupos (caboclos). Estes camponeses, em geral, apresentavam uma verdadeira compulsão pelo trabalho, que devia ser contínuo, metódico e organizado, sendo este apresentado como o segredo da fortuna, a causa do progresso e da ascensão, e esta um motivo de honra, admiração e respeito, *"... porque o trabalho só é compreensível na lógica do sacrifício e da recompensa."* (RENK,1990,p.125). Um ditado popular parece ilustrar essa forma de representar o trabalho por essa população: *"o suor não é santo, mas onde cai faz milagres"*. (idem, ibidem, p.126).

A essa concepção de trabalho correspondia também uma concepção e uma atitude frente ao tempo. A compulsão pelo trabalho era acompanhada pela de "não perder tempo". Este era sempre pensado na lógica do ganho ou da perda, e se constituia num dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição das tarefas. Assim é que eram definidas tarefas típicas de dias chuvosos (fabricação de cestos, cabos e outros utensílios) e tarefas a serem realizadas à noite (tarefas de casa ou nos galpões, porões, etc.), de modo a *"não roubar tempo de lavoura"*. *Nesta mesma ótica, as atividades comunitárias (construção de capelas, escolas, etc.), ocorriam nos períodos de entresafra, quando da "folga da lavoura"*. Até mesmo os *"filós"* ou *"serões"*, eram utilizados para a realização de tarefas como debulhar o milho, confecção de crochês e tricôs pelas mulheres, etc. (idem, ibidem).

Esses elementos, segundo a autora, definiam padrões comportamentais que convergiam para um estilo de vida baseado na exaltação do trabalho, na poupança, na frugalidade do consumo,

na precaução, na constituição de reservas para o futuro, na honradez, etc. A imagem do pioneiro estava sempre ligada à idéia de trabalho, sacrifício. Um trecho do depoimento de um dos colonizadores da região, parece ilustrar essa questão.

> *"... Para se ter sucesso neste mundo eu sempre pensei e tenho ensinado aos meus filhos e netos, são necessários três modos. Em primeiro lugar muito trabalho; em segundo lugar, muita atividade para não perder o trabalho e em terceiro lugar, muitíssima honestidade."* (BATISTEL & COSTA, apud RENK, 1990, p.133).

Do mesmo modo que o progresso, a ascensão ou o "fazer-se", estavam ligados à idéia de trabalho e de poupança, **a pobreza aparecia relacionada à idéia de indolência e de não aproveitamento correto do tempo, a ausência do espírito de poupança e de preocupação com o futuro, o pensar só no hoje. Afora isto, parecia haver só uma justificativa para a pobreza: o infortúnio** (doença ou alguma outra desgraça). Portanto, dentro da ideologia étnica, a atitude displicente em relação ao trabalho e ao futuro, significava a exclusão do grupo e a transformação no "outro", normalmente identificado com o caboclo (luso-brasileiro).

Ilustra também essa ética do trabalho entre camponeses de origem, afirmações como as que seguem, feitas por camponeses proprietários, em relação aos que não tinham terra, coletados durante a presente pesquisa através do depoimento de um dos fundadores da CPT e do MST na região: *"Isso é coisa de vagabundo. É porque não trabalha!" Ou "Não, mas isso é só trabalhá!"* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense). Mas mesmo os que não tinham terra, ao serem abordados sobre a necessidade de organização e de luta pela terra, podiam apresentar uma reação que espelhava os valores da ética do trabalho e da propriedade, conforme a mesma testemunha, durante a organização da CPT e do MST no município de Saudades(SC).

> *"...Pô, tu ia conversá com um sem terra, um arrendatário, ele dava quase um corridão, né. Ele dizia: 'Não. E quero ganhar meu dinheirinho trabalhando. O que resolve as coisas é trabalhar. E se eu não ganhar minha terrinha trabalhando, é porque eu não mereço.* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do

MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Percebe-se assim que a consciência afetiva e moral desses camponeses, comportava uma ética do trabalho que influenciava profundamente sua atitude frente à natureza, à sociedade e ao trabalho, como também a organização interna da unidade produtiva e do grupo familiar e a própria organização do espaço doméstico e produtivo. A lavoura bem cultivada, o pomar e a horta organizada, eram elementos de distinção e afirmação.

Mesmo nas ocupações de terra, buscavam afirmar a imagem de que eram trabalhadores. Logo ao chegar no acampamento iniciavam o trabalho para deixar claro que não eram vagabundos, e que a única coisa que queriam era trabalhar. O diálogo dos acampados com o comandante do primeiro pelotão do exército a abordá-los na ocupação da fazenda Burro Branco é ilustrativo nesse sentido.

> *"Daí nóis puxô documento. Tinha carteira do sindicato, identidade, CPF, talão de cheque... recibo de depósito que tinha dinheiro no banco. Aí a gente mostrô tudo prá eles. 'Oh, nóis não semo fugitivo, nóis semo trabalhador. Só não temo onde trabalhá, por isso tamo aqui"* (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

A resposta do comandante, antes de se retirar, mostra que a expectativa da sociedade reforça estes valores.

> *"Eu nunca mais quero voltá aqui por causa de prendê voceis, tirá voceis. Não quero. Eu quero que essa terra seja desapropriada, que voceis realmente tão a fim de trabaiá. Voceis são trabaiador, a gente vê nas mãos de vocêis, calejada mesmo. E voceis, no pensamento de voceis, é trabaiá. Então eu nunca mais quero vim aqui prá tirá voceis, prá mexê com voceis".* (Fala do comandante do pelotão do exército encarregado de averiguar quem eram os ocupantes da Fazenda Burro Branco, relatada pelo camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

A mesma perspectiva pode ser percebida neste outro relato, diante da proposta de indenização das terras atingidas pela barragem, que demonstra a preocupação com a pouca experiência dos camponeses nos negócios do ramo imobiliário:

> *"Então, a nossa preocupação era essa também, né. Aquele colono que, de repende (...) se dá mal num processo desse, é chamado de vagabundo."* (Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Esta ética do trabalho parecia interferir, inclusive no relacionamento interpessoal dentro da comunidade, na definição do círculo de amizades, bem como na forma como essa população iria elaborar suas experiências. Os que possuiam uma outra postura frente à questão do trabalho eram discriminados e sobre eles pesava o preconceito de serem vagabundos, incapazes ou despreparados como atestam depoimentos já relatados no capítulo II.

Para compreender essa forma de desenvolvimento cultural, é preciso tomar em consideração, por um lado, as expectativas da sociedade brasileira em relação a esses camponeses, a função que receberam ao instalarem-se no novo país e, por outro, a forma como se deu a sua inserção na sociedade brasileira, já comentadas no capítulo anterior.

Nesse sentido é preciso observar que essa ética do trabalho, foi muito cultivada entre os camponeses "de origem", como um importante elemento de afirmação e diferenciação frente a outros grupos de distintas etnias (caboclos, negros, índios, etc.). Isso parece ter outra consequência importante para se compreender os desdobramentos da crise da economia camponesa tradicional, provocada pela modernização agrícola. Ocorre que, ao afirmar-se pelo trabalho intenso, árduo e ininterrupto, defendendo-o como fonte privilegiada de progresso e de produção das condições de vida, esses camponeses também desenvolveram uma expectativa de reciprocidade por parte da sociedade instituída, no sentido de que o indivíduo que trabalhasse desse modo, deveria receber em troca o crescimento, o "se fazer", ou pelo menos as condições necessárias para uma vida digna. A miséria podia ser admitida entre caboclos e índios, porque esses "não trabalhavam", ou trabalhavam aquém do necessário e de modo errado, além de levarem uma vida indolente, freqüentemente ligada a vícios (bebidas, etc.). Mas essa miséria não seria admitida entre pessoas de bem, sérias, que trabalhavam de "sol a sol" e viviam sobriamente, a não ser por razão de uma desgraça ou doença. Quando, porém, esses mesmos camponeses passaram a perceber que, não obstante sua extrema dedicação ao trabalho, não conseguiam mais reproduzir-se enquanto camponeses, através da aquisição de novas áreas para os filhos; ou sequer

conseguiam manter a propriedade do antigo lote, tendo que vendê-lo para saldar dívidas; ou mesmo porque dela não conseguiam mais retirar as condições para um satisfatório nível de vida, muitos camponeses passaram a demonstrar disposição de alinhar-se a interpretações críticas sobre a legetimidade dessa organização social e a desenvolver um sentimento de ira moral. Este sentimento, por sua vez, poderia levá-los a refletir sobre as injustiças e as contradições das atuais relações de produção, questioná-las e reagir frente a elas.

3.2.2. A Concepção de Família

Um outro elemento da cultura desses camponeses que merece ser destacado é a concepção de família.

Segundo RENK (1990), a família também parece ser um dos traços constitutivos e de afirmação da cultura e do modo de vida dos camponeses "de origem" do Oeste Catarinense frente aos outros grupos. Estava fundamentada no casamento monogâmico e indissolúvel, sendo praticamente inadmissível a separação em vida. Esse traço, inclusive, era apresentado em oposição àqueles que praticavam o casamento consuetudinário, com separações e novos ajuntamentos. A forma de instalação desses camponeses pelo processo de colonização parece ter favorecido essa constituição sólida do grupo familiar. Segundo a autora, essa "tradição familiar" em que a "virtude da indissolubilidade" do casamento era enaltecida, não podia ser dissociada da gestão e da transmissão econômica da exploração agrícola familiar, que pressupõe uma certa divisão sexual e geracional do trabalho. é no contexto das condições de vida e de trabalho, em que o trabalho feminino tinha um papel fundamental, que, ao que parece, se encontram as bases para o fortalecimento dos vínculos do grupo familiar.

Nesse sentido, a família passou a ser também um espaço privilegiado para a socialização de seus membros e para a inculcação de valores, atitudes e condutas, entre estas as econômicas: *"assim sempre 'foram ensinados e aprenderam' a gastar o mínimo possível, a viver com parcimônia, a ter reservas*

para o futuro. 'Pensar no dia de amanhã'." (RENK,1990,p.117).

Ditados populares como: *"quem não trabalha não come"* ou *"o ganhar ensina a gastar"*, coletados pela autora, parecem demonstrar bem os dois elementos tidos como fundamentais para o sucesso e o desenvolvimento econômico da família: trabalho árduo e moderação do consumo. Com tais valores, esses camponeses se afirmaram frente aos "outros" (especialmente os caboclos) que "só pensam no hoje".

O que se observou durante o processo de pesquisa é que, de fato, as relações do grupo familiar entre os camponeses "de origem" eram bastante sólidas e estruturadoras de seu modo de vida. Constatou-se, por exemplo, que, mesmo após o casamento e a constituição de uma nova família, os camponeses tendiam a manter contatos estreitos com seu grupo familiar ampliado, tanto em termos de sociabilidade (visitas periódicas, correspondências, etc) quanto em termos de entreajuda em momentos de dificuldades. Os depoimentos colhidos dão conta da existência de contatos bastante freqüentes e próximos entre o grupo de parentesco.

Nesse ponto cabem pelo menos três considerações sobre a importância desse traço cultural para o processo de mobilização e organização.

Em primeiro lugar, a existência de um grupo familiar solidamente constituído favorecia em muito a existência de redes sociais, o que, por sua vez facilitava a difusão de informações e idéias, bem como podia favorecer a construção de consensos em torno de questões comuns (por exemplo,sobre o que fazer diante da perda da terra devido à construção da barragem).

Em segundo lugar, as soluções frente aos problemas encontrados tendiam a ser pensadas no conjunto ou para o conjunto do grupo. Isso se evidencia em exemplos como o do líder da ocupação da Fazenda Burro Branco que, mesmo orientado a ir só e em segredo para adquirir um direito sobre um lote de terras, propôs a questão a mais quatro pessoas ligadas à sua família e que se encontravam em situação semelhante à sua. Ou então na própria colonização do Oeste Catarinense, a migração para as novas terras normalmente foi um empreendimento familiar. Um camponês, mesmo depois de ter-se casado, não vinha só. Nos casos

relatados pelos entrevistados, são comuns os casos em que praticamente famílias inteiras se deslocaram para uma mesma localidade, instalando-se um próximo ao outro, constituindo redes de mútua ajuda. Esse fato inclusive foi o responsável pela existência de muitas linhas ou comunidades com o nome de famílias como Linha Tormen, Colônia Cella, etc. Em alguns casos, alguns membros da família ficavam com as terras da família no RS e auxiliavam a instalação dos demais membros nas novas terras. Ou seja, parece ter sido mais freqüente a busca de soluções para o conjunto da família do que a busca de soluções individuais e isso parece ter sido favorecido pela solidez das relações do grupo familiar. O que importa aqui é atentar para o fato de que, diante dos novos desafios colocados pela crise da economia camponesa tradicional, as famílias tendiam (embora isso não ocorresse em 100% dos casos), a atuar em conjunto.

A terceira consideração diz respeito exatamente ao papel estratégico desempenhado pela família na participação das lideranças entrevistadas nos movimentos sociais. A sua participação nas atividades do movimento era facilitada devido ao fato de que os demais membros da família assumiam suas tarefas na produção, viabilizando ausências mais prolongadas. Um exemplo disso é o depoimento que segue:

> *"... nessa parte eu agradeço a minha companheira (...) eu tenho a liberdade de... eu digo "vou a tal lugar", só que eu sempre digo tal dia eu tou ali. E se eu não vier no dia marcado, ela pega recado com alguém porque que eu não vim. Eu nunca deixei ela preocupada.*
> *— E os negócios da casa, e ela que toca?*
> *— Ela que toca. Roça é tudo com ela. Ela, não hoje, desde o tempo da Burro Branco, ela sempre coordenou toda a lavoura, os porco, as galinha, vaca e... tudo o que tem lá é ela que..."* (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

Por outro lado, a resistência nas ocupações foi, em grande parte garantida pelo apoio das famílias dos acampados, tanto através do envio de roupas, alimentos e outras necessidades, quanto pelo cuidado com animais e outros pertences que não podiam ser levados para os acampamentos.

3.2.3. A Questão Religiosa

Um outro elemento de grande importância e que não pode ser esquecido para a compreensão desses camponeses do ponto de vista da sua cultura, é a questão religiosa. Para compreendê-la, no entanto, parece oportuno reportar-se ao princípio do processo de colonização, através da chegada dos imigrantes ao Rio Grande do Sul e ao papel da religião na reconstituição do modelo cultural e na agregação da identidade étnica do grupo no novo ambiente. A forma como se deu a reconstituição da (acentuada) tradição religiosa trazida pelos imigrantes e a função que exerceu na vida e na cultura dessa população, precisa ser compreendida no contexto das necessidades cruciais de adaptação e sobrevivência dos imigrantes, nas precárias condições oferecidas, no momento inicial, pelo novo ambiente.

Como coloca BONI & COSTA (1984,p.110), sobre os primeiros anos de colonização:

> *"Abandonados no meio da floresta, os imigrantes corriam um grande risco de acaboclamento que atingiu aliás, outros grupos, em outras regiões do Brasil. Neste momento, o fator que lhes permitiu a reconstrução de seu mundo cultural, devidamente adaptado, foi a religião."*

O que se pode observar é que, na elaboração desta nova experiência de ter que sobreviver no meio da selva, em condições extremamente precárias e muito diferentes daquelas a que estavam habituados nos seus países de origem, tanto no que se refere à moradia, à alimentação e aos instrumentos de trabalho, ao conhecimento do solo e do clima do novo país, etc, havia um sério risco de que os imigrantes abandonassem o seu patrimônio cultural, adquirido em condições absolutamente diferentes, em favor do modo de vida da população nativa (caboclos), mais adequado à sobrevivência na selva. Nesse momento é que, segundo a linha de análise thompsoniana descrita anterirmente, pode-se perceber a influência de sua consciência afetiva e moral. As suas sólidas convicções religiosas parecem ter sido o ponto de partida para a reconstrução, dentro das condições históricas da nova realidade, de seu modelo cultural e da agregação de sua identidade étnica.

Segundo o relato de BONI & COSTA (1984), os imigrantes,

recém-chegados, morando isolados em seus lotes agrícolas (e não em vilas) ressentiam-se muito da solidão e da falta de práticas religiosas a que estavam habituados em seu país de origem. Para superar essas carências, buscaram a aproximação com seus vizinhos, aos domingos, dia em que o trabalho era proibido por uma determinação religiosa, para relembrar as coisas de sua terra e rezar.

> *"Tomado pelo sentimento de solidão, o colono foi visitar seu vizinho, para juntos chorarem um mundo para sempre perdido. É como eram pessoas fortemente marcadas por uma tradição sacral, o consolo foi procurado na religião."* (BONI & COSTA, 1984,p.111).

Dessa situação originou-se uma tradição de construção de capelas, onde as famílias se reuniam aos domingos para rezar, encontrar seus vizinhos, trocar experiências, resolver toda sorte de problemas comuns, praticar alguma forma de lazer e convivência. *"Ao redor da capela começou a girar, de modo quase absoluto, a vida social dos imigrante..."*(idem,ibidem p.112). Ou seja, a capela não significou apenas o local de culto. Numa organização espontânea, ela se tornou o centro social da localidade, sendo definidora dos próprios limites de pertencimento a uma ou outra comunidade, substituindo as divisões propostas pela organização oficial (as linhas).

O salão de festas, construído próximo à capela, por conseqüência do crescimento da vida social em torno desta, se constituiu num amplo espaço de reunião, com inúmeras mesas, centenas de cadeiras, uma grande copa para a venda de bebidas, doces, cigarros, ampla cozinha, churrasqueira, banheiros, etc. Nele, os camponeses passavam os domingos em rodas de conversa, jogos de cartas e outros jogos de mesa, jogo de bochas e, principalmente, realizavam as festas de igreja(idem, ibidem).

Os "fabriqueiros", como eram chamados os que faziam parte da direção da capela, eram escolhidos pelos sócios e gozavam de grande autoridade, cabendo-lhes não só a administração financeira da capela, mas também a gerência dos demais negócios do grupo como tal, exercendo, de fato, uma liderança inquestionável na vida da comunidade.

"A função dos fabriqueiros, líderes das capelas,

> *não ficava restrita à vida da igreja. Exerciam importantes tarefas sociais e comunitárias, numa verdadeira diaconia. Se, por exemplo, em alguma família adoecesse uma pessoa, com longa enfermidade, os fabriqueiros escalavam as pessoas que, pricipalmente durante à noite, deviam permanecer na casa do doente.(...) O mesmo era feito em relação ao trabalho. Os fabriqueiros convocavam todas as pessoas disponíveis da comunidade, e em poucos dias, era feito o plantio, ou a limpeza, ou a colheita da safra."* (FOCHESATO, apud BONI & COSTA, 1984,p.120).

O que se observa, a partir do relato dos autores, é que disso originou-se uma tradição associativa entre esses camponeses, que se estendeu pelas gerações posteriores e que marcou decisivamente a construção do espaço geográfico, em todos os locais por onde essa população e seus descendentes se deslocou. Foi essa tradição associativa que inspirou a organização das comunidades de camponeses no Oeste Catarinense, base para a organização dos movimentos sociais que surgiram na região no final dos anos 70 e início da década de 80. Através dela foi possível o exercício da reunião, da construção de coletivos, da definição de objetivos comuns ao grupo, de práticas organizativas e, fundamentalmente, do exercício de liderança, que parece ter tido grande influência nos movimentos sociais que se está estudando.

Isso pode ser percebido com bastante evidência ao se resgatar o processo de instalação dos camponeses "de origem" no Oeste Catarinense. Todos os líderes estrevistados são descendentes (filhos ou netos) de famílias de colonizadores que, em suas localidades, estiveram entre as primeiras famílias a chegar. Existe praticamante uma unanimidade nos relatos das enormes dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da instalação na região. Estas estavam ligadas principalmente à precariedade das instalações, estradas e vias de acesso e a grande dificuldade de contato com o mercado, resultando numa situação de isolamento, bastante semelhante àquela enfrentada pelos primeiros imigrantes chegados ao RS.

O que pôde ser percebido é que, junto com a construção da casa e outras instalações da unidade familiar, aparecia, desde os primeiros momentos, a preocupação com a existência de um local para as rezas dominicais, onde se reuniam todas as famílias

instaladas na nova localidade.

Normalmente o primeiro local utilizado era a casa de uma das famílias, sendo que, normalmente, o proprietário exercia algum tipo de liderança junto aos demais.

> *" - Então nos primeiros anos não havia, sabe, comunidade lá e capela.(11) Então era o padre de Xaxim, o vigário de Xaxim que ele ia lá rezá missa, ajuntava as famílias lá. Então eles iam resá na própria casa dos meus pais, né. Então se reuniam lá, das veiz cada três meses, quatro meses...*
> *- E nos domingos não tinha nenhum encontro?*
> *- No domingo, então, eles se encontravam... naquela época eles rezavam o terço, né.*
> *- Na casa de vocês também?*
> *- Na casa também. Daí começo a vim outras famílias, os irmãos do falecido pai e outras famílias e aí eles começaram a sentá e vê que era necessário ter um local, construí uma capela, ter uma padroeira, um padroeiro e tal, né, que eles pudessem se encontrá nos domingos. E aí começaram a vê o local. Então a minha família cederam a área prá construí. São dez mil metros, que ainda hoje é da comunidade, né. Então eles se juntaram, naquela época tinha bastante madeira, tudo mato, mandaram serrá. O coberto foi feito manual por eles mesmos, né. Eles começaram com sete famílias a comunidade. E conseguiram construí uma capelinha, né, aonde que eles daí começaram a discuti, então, vê entre eles qual seria a padroeira. E eles definiram que eles eram devotos de Nª Srª do Caravágio..."* (Camponesa, líder do MMA e líder sindical)

O local de encontro também podia ser uma instalação qualquer da unidade familiar (um galpão, por exemplo), improvisado, aos fins de semana, para tal. Porém, com o passar do tempo e com o aumento do número de famílias, passava-se, como se viu acima, à construção de um local específico, normalmente construído em mutirão pelas famílias, como se vê também no relato a seguir:

> *"Eles começaram com uma escola e depois logo ampliaram... Construíram uma igrejazinha, aonde o meu avô ajudô a lascá as tabuinha, né, fazê as tabuinha prá cobertura da igreja. E fizeram em mutirão. Essa igreja o pai sempre conta que fizeram em mutirão. Todo mundo ajudô a construí essa igreja. E alguns agricultores que tinham experiência em construção de madeira, construiram... fizeram os bancos, de madeira mesmo, prô pessoal. Nas já tinha uma diretoria. Já montaram logo uma diretoria da igreja."* (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos sociais).

Todos os depoimentos colhidos dão conta da existência dessa tradição de organização, que nos primeiros momentos podia

resumir-se a um local de encontro para a reza do terço, troca de informações e contato com as outras famílias e que, tão logo houvesse um número um pouco maior de famílias, estruturava-se uma comunidade. Esta passava a ter uma diretoria, e através da qual muitos serviços e equipamentos de interesse comum podiam ser garantidos, como se vê no depoimento a seguir;

> *"Tinha escola, por exemplo, feita por eles mesmos, né. Os professor era da comunidade mesmo, era pago por eles mesmo... Não existia, na época estado vinculado, né. Tinha escola feita por eles, professor pago por eles... Então até as estradas pros alunos i na aula, foi feito tudo por eles. Isso não tinha município, não tinha nada. Então isso aí tudo, a infra estrutura... E a igreja era o que chamava, era o ponto chave."* (Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Ou seja, na chegada ao Oeste Catarinense, a tradição de organização comunitária, iniciada nos anos mais difíceis de instalação dos primeiros imigrantes no RS, motivada pelas dificuldades enfrentadas no novo ambiente e mediada pela fé religiosa, se manteve e definiu a forma de organização dos camponeses no novo espaço e a maneira como iriam enfrentar as dificuldades colocadas por cada momento.

E, conforme foi crescendo o número de habitantes e a região foi se desenvolvendo, as comunidades foram se multiplicando. Em cada comunidade uma igreja, um salão comunitário, uma escola, um campo de futebol, um cemitério etc. Para cada um desses aspectos (igreja, escola, etc) havia uma diretoria eleita pela comunidade, o que significou tanto um exercício de práticas elementares da democracia, (o voto, a discussão, etc,) quanto um espaço par a o exercício de liderança, de coordenação de grupos, de formação de coletivos, de organização a partir de objetivos comuns, etc.

Parece interessante ressaltar que, com exceção de um entrevistado, cujo pai tinha limitações visuais e auditivas, todos os líderes entrevistados tinham em sua família pessoas que exerciam ou tinham exercido liderança na comunidade. E eles próprios, **todos eles**, antes de ingressarem nos movimentos, exerceram algum tipo de liderança na comunidade. A maior parte deles exerceram lideranças ligadas à questão religiosa, como ministros de eucaristia, representantes de pastoral(CPT, Pasto-

ral da Saúde, Pastoral da Juventude, etc), coordenadores de grupos de reflexão, coordenadores de grupos de jovens, etc.

Outro aspecto que parece importante ressaltar é que praticamente 100% das famílias de camponeses estavam ligadas a essas comunidades.Como já foi colocado anteriormente, a comunidade era um local de freqüência quase obrigatória. A comunidade tornou-se, então, um importante elo de ligação entre as famílias (espaço comunicativo), através do qual as famílias se constituíam num coletivo que encaminhava os seus interesses comuns.

Ao se resgatar o processo de construção dos movimentos sociais pôde-se perceber a importância estratégica dessas comunidades no desencadeamento da mobilização e na organização dos movimentos.

Em primeiro lugar, as comunidades eram um espaço previamente organizado que serviu de base para a estruturação dos processos desencadeadores da mobilização e organização, ligados principalmente à igreja católica e, em alguns lugares, à igreja luterana. Dentre esses processos estão, principalmente, a CPT, os grupos de reflexão, os cursos de formação de lideranças diversas, especialmente ministros de eucaristia e grupos de jovens.

As comunidades eram a base para toda a organização. Ao tomar a iniciativa de estruturar essas formas organizativas junto aos camponeses, os agentes religiosos dirigiam-se aos mesmos através das comunidades, valendo-se do fato da igreja estar presente, de forma organizada, em todas elas.

Levando-se em conta o fato de que a igreja estava presente em todas as comunidades e que todas as famílias de camponeses estavam ligadas a uma comunidade, pode-se perceber que a igreja estava em contato e podia dirigir-se a todos os camponeses de forma bastante ágil, articulando-os em torno de suas propostas.

A partir do final dos anos 60, ou mais precisamente, a partir do início da década de 70 (12), a diocese de Chapecó passou a colocar em prática uma série de iniciativas renovadoras, no sentido de adequar-se às propostas do Concílio Vaticano II, que apontavam principalmente para uma participação mais ativa do leigo e uma preocupação mais direta com os problemas sociais. Aos

poucos, foi assumindo, de forma cada vez mais clara , a opção preferencial pelos pobres e a perspectiva de atuação no sentido de promover a organização dos camponeses e de outras camadas marginalizadas da sociedade.

Uma das principais estratégias foi a formação de lideranças, voltadas a diferentes frentes de ação, como ministros da eucaristia, grupos de jovens, Comissão Pastoral da Terra (CPT), grupos de reflexão, etc. A partir dessas lideranças é que procurava viabilizar e dinamizar seu trabalho junto a toda a população. (13)

A base organizativa para todo esse trabalho foram as comunidades. Toda a atuação da diocese, pelo que se pode perceber, estava calcada na existência dessas comunidades, organizadas em torno das capelas, que centralizavam toda a vida social das famílias camponesas que a elas se encontravam ligadas. O depoimento de um dos agentes de pastoral da época, na diocese, falando da estruturação da CPT, permite confirmar essa perspectiva de análise:

> *"- Sobre a organização da CPT, aqui na região. Praticamente em cada município havia uma representação da CPT. Como é que vocês faziam para construir essa representação? Chamavam os agricultores? Como vocês os chamavam?*
> *-Nós tínhamos duas formas de trabalho. Uma era o trabalho diocesano, aqui a nível de diocese, que se dava basicamente em cima de cursos, encontros da CPT, que eram feitos nos meses de junho e julho, que era um período de menos trabalho na agricultura.(...) Começava na sexta e terminava domingo à tarde.*
> *- Com agricultores?*
> *- Com agricultores. E quem participava desses encontros? Eram as lideranças que surgiam nas comunidades, nos municípios, nas paróquias. Mas prá surgir as lideranças nas paróquias a gente fazia, a gente realizava, durante o resto do ano,encontros a nível de paróquia, de município. (...) Então tinha um grupo de coordenação da CPT na paróquia, a nível de município. E esse grupo era formado por dois representantes de cada comunidade.*
> *- Como é que eram escolhidos esses líderes? Os agricultores indicavam?*
> *-Eram escolhidos nas comunidades, por processo de... de assumir mais, ou porque tinha mais interesse ou até por eleição. Escolhia o líder da comunidade e esse líder da comunidade participava dos encontros. (Depois)... voltavam nas comunidades e continuavam fazendo as reuniões mensais, ou a cada dois meses."*(Agente de pastoral).

Esta forma de vivenciar a experiência organizativa também

é confirmada pelas lideranças dos movimentos. Veja-se por exemplo o relato da organização da CPT num dos municípios da região (município de Saudades), por um dos líderes que participou de todo o processo.

> *"Bom, aí nóis fazia o seguinte: fazia reuniões nas comunidades e escolhia lideranças. Então eram os responsáveis pela CPT nas comunidades. Aí nóis começava a fazê reuniões municipais. Reunia todos os responsáveis da CPT das comunidades... que no início era muito interessante. Tinha comunidades que mandavam até treis, quatro ou cinco. Dasveis dava um grupo muito grande. Daí nóis organizava, discutia lá, fazia dasveis dois dias de estudo mesmo.."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Em todos os demais relatos colhidos o processo descrito foi sempre muito semelhante a este. Ou seja, o processo era bastante semelhante para praticamente todas as iniciativas. Os agentes religiosos reuniam a comunidade ou as suas lideranças, colocavam a questão e solicitavam a escolha de um ou de alguns nomes para representá-la nos encontros em nível municipal(14). Após os encontros, então, as lideranças retornavam às suas comunidades e encaminhavam as deliberaçõeos e/ou encaminhamentos propostos nos mesmos (15). Caso o representante da comunidade se sentisse pouco preparado para conduzir sozinho o trabalho em sua comunidade, podia solicitar auxílio para líderes de outras comunidades, ou mesmo para agentes de pastoral. Nos encontros municipais eram escolhidos os nomes para participar dos encontros em nível regional e assim sucessivamente.

Os quatro movimentos de que se está tratando no presente estudo foram estruturados segundo essa lógica. É importante aqui ter presente os relatos a respeito do surgimento e da estruturação dos movimentos em questão, abordados no capítulo 1. No movimento dos Atingidos pelas barragens, por exemplo, tão logo a Equipe de Base regional conseguiu reunir um conjunto de informações a respeito do projeto de construção das barragens e suas possíveis conseqüências, a primeira iniciativa foi de fazer um encontro com os representantes das comunidades.

> *"Chamamos as lideranças das comunidades, dos bairros(16), das paróquias, dos sindicatos... juntou aqui umas 70 pessoas, mais ou menos... no*

primeiro encontro (...) Daí desse encontro já saiu a coordenação provisória". (Agente de pastoral).

Também após uma viagem realizada para levantamento da situação dos projetos de assentamento de atingidos por outras barragens, no norte e centro-oeste, o contato com os camponeses para a divulgação das informações se deu através das comunidades.

> *"...O nosso pessoal ia lá... eu mesmo fiz, passei essa região toda aí, comunidade em comunidade, fazendo reunião, de manhã numa, de tarde noutra, de noite em outra... Publicá fotografia, filme, slide, né..."* (Agente de pastoral)

Não foi diferente a construção do MST. Eram os líderes da CPT da própria comunidade que localizavam, reuniam (ou ao menos articulavam a reunião) os sem terras por comunidade, após ter participado de um encontro municipal e regional, como já foi acima descrito.

> *"Nóis, a primera coisa que nóis fazia, era convidá um sem terra prá uma reunião, né. Convidava ... e aí, com representação de todas as comunidades, nóis fazia reunião e aí essa pessoa levava material prá i prás comunidade discuti lá, chamá mais gente e fazê uma discussão com o pessoal sem terra lá. Nóis também fazia visita, né. Nóis também ia lá ajudá a discuti as questão..."* (Camponês, um dos líderes da oposição sindical em Chapecó e líder do MST na região).(17)

A organização do movimento das mulheres agricultoras também foi toda embasada nas comunidades existentes. A estratégia de contato e articulação passava toda ela pelas comunidades, como atesta o relato a seguir:

> *"— E eu tava olhando agora aqui, foi de oitenta... deixa eu ver aqui... aonde a gente organizô daí todas as comunidades,né. De 81, aliás 82, aí... 83 a gente começo a expandi mais a questão das comunidades (...) acho que deve ter sido em 83, nóis fizemos uma reunião, a primeira reunião assembléia, com representantes de todas as comunidades, sabe, com 85 mulheres.*
> *— De chapecó?*
> *— De Chapecó. Abrangendo Chapecó, porque aí, quase, praticamente, todas as comunidades já estavam organizadas com o movimento de mulheres..."* (Camponesa, líder do MMA e líder sindical).

Por fim, os relatos sobre o movimento de oposição sindical atestam a mesma situação:

> *"Passemo em todas as comunidades, pedindo prá comunidade, quem que a comunidade queria que fosse representá a comunidade, prá ser... prá participá da chapa e quem que eles achavam que deviam ser os três primeiros, que eram os mais importantes na época".*(18)(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense)

Analisando a questão apenas do ponto de vista da importância da organização das comunidades para a articulação das ações pastorais da igreja e, posteriormente da articulação dos camponeses para o desencadeamento do processo de mobilização e organização dos movimentos, pode-se dizer que as mesmas funcionavam como elos de ligação entre muitas famílias camponesas entre si e destas com algumas instituições capazes de articular as ações de muitas comunidades do mesmo município, da região como um todo e até com o estado e o país (igreja e sindicato principalmente), mas sobretudo a primeira, devido ao seu grande enraizamento dentro das comunidades e dentro da própria cultura dos camponeses. Por outro lado, funcionavam como um espaço interativo, onde se desenrolavam muitos processos comunicativos diferentes, cada um com sua especificidade, representantes do grau de complexidade da vida social que se organizava em torno da capela. (O culto e as celebrações, com seus ministros, equipes de liturgia, catequistas, etc; os grupos de reflexão com seus coordenadores, agentes de pastoral e participantes em geral; os diferentes grupos - grupos de jovens, clubes de mães, etc; a escola com sua diretoria específica, professor, pais de alunos, etc; as organizações de lazer, como o salão de festa e de reunião aos domingos, com jogos de baralho e outros; o campo de futebol, também com sua diretoria específica e sua organização própria, etc). Todos eles, eram espaços de interação e de comunicação, ligados e com noção de pertencimento ao conjunto maior representado pela comunidade.

É dessa maneira que, do ponto de vista da linha teórica até aqui adotada, se entende que este traço cultural (organização de comunidades centralizadas na capela), desenvolvidos ao

longo do processo de colonização, interferiu na interpretação e na reação dos camponeses frentes às experiências, constituindo-se num fator facilitador do processo de mobilização, uma vez que, através das comunidades, os camponeses deixavam de ser uma massa amorfa, para se constituir num coletivo estruturado , facilitando a ação dos agentes.

Ou seja, para reunir os camponeses, para solicitar que elegessem os seus representantes, não eram necessários muitos esforços além de um convite e uma motivação em torno da questão especifica a ser levantada, uma vez que já havia uma organizacão prévia, encontros regulares que já faziam parte da vida dos camponeses e através dos quais era possivel com eles estabelecer contatos regulares.

Junto com isso, porém, de forma inseparável, é preciso situar o traço da religiosidade que, além de ter sido um dos fatores motivadores de tal organização, também permitiu que a igreja desfrutasse de uma posição privilegiada em termos de credibilidade e penetração nas comunidades.(19)

Nesse sentido, a presença da igreja não pode ser tida simplesmente como algo dado ou como se fosse algo "natural". Para se compreender o fato da igreja ter sido um interlocutora privilegiada dessa população, capaz de atingir a quase totalidade dos habitantes de cada uma das comunidades e gozando de grande credibilidade, é preciso que se tenha presente o referencial teórico que tem norteado o presente estudo até este ponto, em que se destacam os conceitos de experiência humana, cultura e consciência afetiva e moral.

Trata-se, como foi visto, de uma população que, por razões históricas e culturais, teve sua vida social centralizada em torno da capela. Esse fato, além de favorecer a sua instalação em todas as comunidades, fez da capela um local de freqüência quase que obrigatória para o camponês, tanto para atender suas necessidades espirituais quanto afetivas, de contato com seu grupo de vizinhos, aos quais se encontrava vinculado histórica e culturalmente e que representavam a preservação de sua memória histórica, ligada ao seu país de origem. Esse fator, que foi fundamental nos primeiros momentos da imigração acabou, como foi

visto, criando uma tradição de organização comunitária que centralizou a vida social das comunidades. Mas, por outro lado, e fundamentalmente, a freqüência à capela tornou-se indispensável para dispor de equipamentos e serviços de caráter coletivo que eram centralizados na comunidade que funcionava em torno da capela. A própria prática da solidariedade nos momentos de dificuldade, de grande importância para superar os momentos de infortúnio, freqüentemente era coordenada pela diretoria da capela, o que revestia a participação também de um caráter de busca de segurança.

Essas práticas, desenvolvidas e cultivadas nos difíceis anos da instalação nas novas terras (tanto no momento da chegada ao Brasil, quanto na vinda ao Oeste Catarinense) acabaram sendo incorporadas no patrimônio cultural e fazendo parte do modo de vida e do próprio "hábitus", que passou a ter na comunidade da capela um local "natural" de encontro e de contado com os habitantes da localidade.

Esse fator parece ter sido de grande importância no sentido da existência de um espaço de comunicação e interação dessa população, permeado por um conjunto de valores partilhados por todo o grupo que, funcionando como um ponto de encontro dos diversos grupos, facilitou em muito a sua articulação em torno dos problemas e das bandeiras levantadas pelos movimentos.

Assim, no interior da experiência histórica desses camponeses, é possível compreender-se as razões da igreja estar habilitada a tornar-se sua interlocutora privilegiada, que teve grande facilidade em dispor da sua atenção e da sua confiança. Parece ficar bem evidente que os camponeses tinham uma ligação com a igreja que extrapolava o campo espiritual das suas (fortes) convicções religiosas. Além de espiritual, sua ligação era também afetiva e cultural e até mesmo, num certo sentido, econômica.

Para uma adequada compreensão do fato da igreja ter sido a principal interlocutora desses camponeses, é preciso considerar ainda pelo menos dois fatores. Em primeiro lugar é preciso considerar o fato de que os agentes religiosos (sobretudo os padres) gozavam de grande autoridade e credibilidade junto aos camponeses, tanto pelo seu conhecimento (geralmente os únicos

indivíduos, naquele espaço, que possuiam escolarização em nível superior), como pela auréola dos poderes sobrenaturais da religião. Além disso, possuíam uma acentuada identificação étnica e cultural com a população, o que fez da religião um fator de aglutinação da identidade étnica e cultural, ao mesmo tempo que parece ter facilitado a adequação do discurso a ser veiculado com as condições históricas concretas de vida dos camponeses. Isto porque, sendo oriundos, no mais das vezes, do interior de famílias camponesas, esses agentes conheciam profundamente o modo de vida e as necessidades concretas dessas famílias.Confirma isto o fato de todos os agentes religiosos entrevistados serem filhos de pequenos proprietários rurais e terem, todos eles, bem presentes as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, inclusive, em pelo menos um caso, tendo vivenciado em sua própria família a ameaça de perda da terra para o banco.

No momento em que os agentes religiosos passaram a estabelecer uma identificação entre o compromisso cristão e a luta em torno dos objetivos do grupo, através de um discurso congruente e articulado com as necessidades, expectativas e valores do grupo (camponeses)essa autoridade e credibilidade incontestes da igreja e seus agentes, aliadas ao forte apego à crença religiosa pelos camponeses, foi decisiva para o sucesso conseguido pela igreja no desencadeamento do processo de mobilização entre os camponeses do Oeste Catarinense.

Por outro lado, é preciso considerar ainda que a socialização dessa população, na família e na comunidade, se deu, em grande medida, sob influência do ideário religioso, tendo sido, a igreja, um dos principais elementos de formação de um conjunto de valores básicos do grupo. A grande importância atribuída à religião por essa população, além de favorecer desenvolvimento do espírito associativista, o exercício de práticas organizativas e de liderança e viabilizar a reconstrução/preservação do patrimônio cultural trazido dos países de origem, adaptando-o às novas condições históricas, provocou a difusão de um conjunto de valores e práticas comuns a todo o grupo, centrados em torno de uma moral religiosa. Este conjunto subsidiou a elaboração individual e coletiva das experiências vividas e a construção de certos con-

sensos. Entre esses valores estão a importância do trabalho e do sofrimento, o caráter sagrado e indissolúvel da família, o princípio hierárquico da autoridade, a importância da vida comunitária, o senso de justiça e retidão na conduta, o controle da sexualidade e da procriação, etc. Ou seja, um conjunto de valores que participou de forma decisiva na constituição da cultura e da consciência afetiva e moral a partir das quais a consciência das experiências foi elaborada.

A existência desse espaço valorativo comum parece ter sido fundamental também para a própria atuação da igreja junto aos camponeses. A credibilidade que gozava e a influência exercida por suas pregações estavam, com certeza, embasadas na existência desse espaço valorativo comum. Vale retomar aqui a idéia de que qualquer adesão a uma idéia vinda do exterior (de outra pessoa ou de fora do grupo) implica, fundamentalmente, em que haja uma congruência entre as regras e a concepção de vida do ideário em questão, com a necessária tarefa de viver num modo de produção dado. Ou seja, é preciso que exista um certo espaço valorativo comum entre as duas realidades ou grupos, para que se efetive o processo de interação. Esse fato da socialização dos camponeses ter se dado primordialmente através do ideário religioso e da centralidade da questão religiosa na vida dos mesmos, foi então um fator de grande importância para a interação entre a igreja e os camponeses e, em conseqüência para o processo de mobilização.

Logo, entre os fatores propiciadores da mobilização, é preciso tomar em conta o patrimônio cultural construído ao longo de toda a experiência passada e presente dessa população, particularmente a questão religiosa.

Como se pôde observar, o processo de modernização da agricultura transformou e fragilizou as unidades camponesas, pondo em risco não apenas sua forma característica de produzir, mas também sua própria continuidade e reprodução como produtores autônomos. Como conseqüência, desencadeou-se um significativo processo de êxodo rural e ingresso de grandes contingentes de população rural no mercado de trabalho urbano, como já foi

demonstrado por diversos estudos.(20)

O agravamento das condições de vida, provocado pelo processo de modernização da agricultura, através de uma acentuada redução no valor unitário real dos produtos agrícolas, bem como através de outros mecanismos de expropriação, reduzindo não apenas as possibilidades de consumo, mas as próprias possibilidades dos camponeses reproduzirem-se como produtores autônomos, foi também um dos fatores essenciais para o surgimento do processo de mobilização. E, ao lutar pela sua terra ou pelo preço dos produtos agrícolas, essa população estava lutando, na verdade, pela preservação de um modo de vida, no qual persistiam muitos traços do modelo original camponês.

O que chama atenção é justamente o fato de que, como coloca BRUMER et alii(1993), ao invés de nostalgia, o sul (e particularmente o Oeste Catarinense) respondeu a esse processo com intensos movimentos sociais.

A idéia que se está procurando fundamentar, ao longo de todo este capítulo e do anterior, é de que o tipo de organização social existente no meio rural do Oeste Catarinense e o modo de vida dessa população, favoreceu o surgimento de movimentos sociais organizados e capazes de superar os limites locais, porque favoreceu a construção de identidades e a articulação de grupos abrangentes em torno de objetivos comuns.

NOTAS.

(1) A família era, via de regra, a família conjugal (casal e filhos), sendo possível, no entanto, do mesmo modo como foi observado no estudo de SANTOS(1978), se registrar a presença de ascendentes e descendentes e, até mesmo, embora em número reduzido, de outros elementos do grupo de parentesco, junto ao grupo familiar. No Oeste Catarinense era comum entre as famílias a presença de ascendentes e de descententes, sendo mesmo uma prática comum que um dos filhos, geralmente o último, ficasse com a propriedade dos pais em troca de responsabilizar-se pelo cuidado dos mesmos na velhice. Outra prática comum era o filho, mesmo depois de casado, permanecer morando, por algum tempo, na casa paterna até que consiguisse viabilizar a constituição de uma unidade produtiva autônoma. Alguns casos dessa natureza foram percebidos entre os entrevistados, como demonstra o depoimento a seguir: *"Então nóis era em 12 filhos, mais o pai e a mãe, mais o finado vovô que morava junto, dava 15. Aí eu casei veio a minha companheira morá junto, nóis tava em 16, e a minha primeira filha nasceu ainda na casa do meu pai."* (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos).
Vale para essa realidade, então, a afirmação de SHANIN(1983) que o principal traço definidor da categoria de membro de uma família, reside na participação absoluta na vida da unidade produtiva. Ou seja, a família se compõe de *"Gente que come del mesmo puchero"* ou *"Gente cerrada bajo el mismo candado"* (idem, ibidem, p.179)

(2) As lideranças entrevistadas confirmam que o início do envolvimento das crianças com o trabalho se dava desde muito cedo, como se pode ver pelo depoimento a seguir: *"Bom... nóis era assim. Era regra, né. Nóis, desde piquininho, fazia poco, mas tinha que começá. Era aquela história: aprenda a fazê, fazendo. Eu lembro que nóis era... nóis tinha cinco, seis, sete ano e naquele tempo se puxava água a muque, né, não tinha manga,né. Então o máximo que nóis aguentava era aqueles galãozinho de 3 litros. Então nóis já ia lá, em cada mão um galãozinho. Levava água pros porco. E daí, durante o dia... o pessoal na roça e nóis tinha que cuidar dos porco. Dar água prá eles e essas coisas todas."* (Camponês, Líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

(3) Baseadas nesta realidade, tem havido, no Oeste Catarinense, algumas experiências de municípios que alteraram os períodos de férias escolares para fazê-los coincidir com as épocas de trabalho mais intenso na agricultura.

(4) Nesse sentido, ver principalmente BELATO(1985), SILVA(1981, 1982 e 1986), LACERDA(1985),BRASIL/BINAGRI(1979) entre outros.

(5) De acordo com algumas referências feitas pelos entrevistados, a saída de uma família do campo para a cidade normalmente era precedida da saída de um ou mais filhos que se aventuravam na busca de trabalho na cidade. Uma vez instalados, promoviam a vinda dos outros irmãos e mesmo da família toda. Porém esse é um aspecto que precisaria ser aprofundado e foge aos objetivos do presente estudo.

(6) O entrevistado refere-se aos que desistiram de participar do movimento, após a tentativa frustrada de ocupação havida em 1982, no município de Maravilha e Descanso. Muitos dos participantes daquela primeira ocupação tornaram a ocupar em 1985. Porém alguns desistiram e, inclusive, muitos deles deixaram o campo em direção à cidade. É a esses que ele está se referindo.

(7) É importante observar que, em algumas famílias, especialmente as de origem italiana, o critério é diferente para as mulheres que, ao invés de terra, recebem um dote em móveis, roupas e

utensílios. O critério, na verdade é variável, mas pode-se dizer que entre as famílias de origem italiana, é mais freqüente a utilização de critérios diferenciados para homens e mulheres, do que entre as famílias de origem alemã, ou mesmo entre os caboclos. Mas esse critério não é uniforme. Veja-se por exemplo o caso relatado por um dos entrevistados que, apesar de ser de origem alemã, também utilizavam critérios diferenciados:

> *"As moças não ganharam terra. Os quatro filhos homem ganharam terra. As mocas ganharam vaca de leite e uma máquina de costura, que era o enxoval básico da época, né. A moça casava, tinha que levá uma vaca de leite ou uma novilha e uma máquina de costrura. Era o básico. Um pouquinho de ropa, né. Que eu acho que é injusto, porque a terra é o melhor capital e deveria ser dividida entre todos."* (Camponês, líder da 1ª oposição sindical na região. Participou ativamente também na organização de outros movimentos).

Outros porém fizeram questão de frizar que em sua família as moças também garanham terra e que sua família não concordava com a existência de critérios diferenciados.

(8) A mesma observação foi feita por SCHERER-WARREN & REIS(1986) que, ao estudar a questão das barragens, perceberam nos atingidos um gande apego à sua terrra em especial. A consciência do pioneirismo e do investimento de longos anos de trabalho e de vida na constituição das atuais condições da unidade produtiva, parecem ter um peso significativo.

(9) Não se que com isso negar a existência de tensões, intrigas e contradições, ou disputas entre o grupo de vizinhos. Muito pelo contrário. Quer-se, porém, destacar o valor afetivo que tais elementos representam para o camponês.

(10) Para conhecer melhor a realidade no Oeste Catarinense sujere-se o estudo de Dinarte BELATTO,**Os camponeses integrados"**, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação de história da UNICAMP, em 1985.

(11). A entrevistada refere-se a inexistência de uma comunidade formalmente estruturada, com diretoria eleita e, principalmente, com sede própria, até porque, além das famílias serem ainda muito pouco numerosas, a concentração de todos os esforços na construção das instalações mínimas para a unidade produtiva, não permitia a dedicação do tempo necessário para a construção da capela, do salão comunitário, etc. (p.14)

(12). Um fator importante de renovação da atuação da igreja, na Diocese de Chapecó, foi a chegada do bispo D. José Gomes, que foi quem liderou todo o processo de renovação da atuação da igreja local. Sua chegada ocorreu em 1968, mas, segundo ele próprio, as principais iniciativas, no sentido da adequação às propostas do Concílio Vaticano II, começaram a ser postas em prática a partir do ano de 1970. (p.19)

(13) Essa questão será aprofundada no capítulo 4.

(14). Algumas vezes podia ocorrer até dos agentes religiosos simplesmente solicitarae a indicação de nomes para participar de um encontro, sem que os camponeses soubessem exatamente do que se tratava. No encontro as lideranças eram então informadas e preparadas para atuar em sua comunidade. Nesse caso os agentes religiosos contavam com sua incontestável credibilidade da igreja junto aos camponeses.

(15). Pela metodologia empregada, praticamente todos os encontros terminavam com uma atividade concreta a ser executadda no retorno às comunidades, no intervalo entre um e outro encontro. Essa questão aparece de forma mais detalhada no capítulo 4

(16) Nesse caso a referência aos bairros deve-se ao fato de que havia algumas cidades nas áreas previstas para o alagamento, como

é o caso de Itá que, estando dentro da área da primeira barragem que está sendo construída, já foi quase que totalmente deslocada para uma nova área.

(17) Cabe aqui esclarecer que este entrevistado fazia parte da equipe de base de Chapecó. Por já ser mais experiente e estar mais preparado, com freqüência era chamado pelos líderes das comunidades para participar de reuniões.

(18) Refere-se aos cargos de presidente, tesoureiro e secretário.

(19) A importância da religião na vida desses camponeses pode ser percebida também por diversas outras evidências. RENK(1990), por exemplo, chama a atenção para o espaço que a religião ocupa nos relatos da história da colonização, dando, por vezes, a impressão de que praticamente não havia outro espaço significativo de vida social. Por outro lado, o fato do padroeiro, freqüentemente, definir o nome da linha e os limites desta coincidir, geralmente com os limites da capela, também demonstram, segundo a autora, essa importância. Esse fato, na verdade, é muito comum entre as comunidades do Oeste Catarinense. Muitas são as comunidades que levam o nome do santo padroeiro.
No mesmo sentido, BONI & COSTA(1984) destacam a presença de práticas religiosas diárias, como a reza do terço em família, a oração da Ave-Maria, feita ao toque do sino (às 18 horas), a importância do padre entre esses camponeses e o grande número de vocações religiosas registradas entre os filhos de camponeses.

(20) Ver nota nº 4.

CAPITULO 4

AGIR COMUNICATIVO, ESTRUTURAS NORMATIVAS E MOBILIZAÇÃO

Para se compreender o desenvolvimento do processo de mobilização e o surgimento dos movimentos sociais de camponeses no Oeste de Santa Catarina, no final dos anos 70 e início da década de 80, é fundamental resgatar, então, antes de mais nada, a interferência de dois fatores básicos, que parecem estar ligados de modo direto e imediato ao processo de mobilização e organização: a crise da economia camponesa tradicional e a atuação da igreja progressista.

A crise da economia camponesa tradicional diz respeito à ruptura do processo de produção agrícola implantado durante o processo de colonização, cujas características foram apontadas no capítulo 2 e 3, provocado pela crescente participação da indústria na produção agropecuária, tanto através da produção de máquinas e equipamentos, insumos e sementes,quanto pela participação direta na organização e controle da produção, como no caso da produção de frangos e suínos.

Os novos padrões técnicos de produção, elevando drasticamente as expectativas de produtividade, inviabilizaram a sobrevivência do processo de produção tradicional a que os camponeses estavam habituados.

A dificuldade em adaptar-se às novas condições de produção, tanto pela ausência de recursos para os investimentos necessários à modernização da produção , quanto pelas resistências impostas pelos seus próprios padrões culturais, levou os camponeses a um processo de empobrecimento e de inviabilização

econômica, provocando uma situação de instabilidade e insegurança em relação ao futuro.

Aliado a isso, o esgotamento da fronteira agrícola também contribuiu para agravar a situação, pela impossibilidade de ampliar as áreas disponíveis, necessárias à constituição de novas unidades produtivas para os filhos que cresciam e se casavam. As pequenas propriedades, devido a isso, passaram por um processo de atomização, chegando ao limite da sua possibilidade de subdivião. Essa situação gerou a existência de excessos populacionais e acabou estimulando o êxodo rural. Como já foi observado no capítulo anterior, as famílias remanescentes de caboclos, com pouca ou nenhuma terra, parecem ter sido as primeiras a sofrer as conseqüências desse processo, uma vez que tanto no arrendamento de terras, quanto na busca de assalariamento nas propriedades agrícolas (diaristas), passaram a sofrer a concorrência dos próprios camponeses "de origem".

Por fim, o aumento muito grande dos juros dos financiamentos obtidos junto ao setor bancário, devido à retirada dos subsídios pelo governo federal, parece ter completado o quadro de crise e de inviabilização das pequenas unidades camponesas de produção, gerando um quadro de instabilidade e insegurança e provocando diversos desdobramentos.

A atuação da igreja progressista, na diocese de Chapecó, precisa ser compreendida dentro da dinâmica de renovação iniciada ou, pelo menos, contemplada (dentro da hierarquia da igreja) a partir do Concílio Vaticano II e aprofundada pelos encontros episcopais de Medellín e Puebla, a qual abriu um espaço de participação dos leigos, uma sensibilidade maior aos problemas sociais e valorização de estratégias de educação e organizaçào de base, sobretudo a partir da sua "opção preferencial pelos pobres".

A partir de então, as CEBs, os grupos de reflexão, as pastorais específicas e os diversos programas de formação de lideranças passaram a se constituir em espaços de interação e de veiculação de um discurso crítico e de interpretações alternativas em relação à organização social brasileira e ao seu sistema de dominação.

A organização popular passou a ser estimulada e apoiada,

sobretudo através de organismos criados para atuar em áreas específicas como a CPT, o CIMI, etc.

A diocese de Chapecó ganhou destaque pela radicalidade com que muitos de seus agentes assumiram essa "opção preferencial pelos pobres" e o estímulo à organização popular, suscitando, inclusive, muitas reações por parte de alguns setores da sociedade, bem como do interior da própria igreja. Essa radicalização, na verdade, foi um processo gradativo influenciado, inclusive, pelos fatos e contradições a nível da conjuntura (1). A partir de 1978, com a criação da CPT na diocese, passou a haver uma série de iniciativas voltadas, explicitamente, à organização dos camponeses em torno de seus problemas.

Ao constatar esses dois fatos, ou seja, essa ligação do surgimento dos movimentos sociais com o trabalho pastoral da Diocese de Chapecó, ante o contexto de crise, de empobrecimento e êxodo rural provocado pela modernização agrícola, não se pode dar por completa a explicação do ponto de vista sociológico. Pelo contrário, é a partir daí que se inicia o desafio mesmo de compreendê-los.

Se é certo que a modernização agrícola agravou as condições de vida da maior parte da população rural e provocou o deslocamento de grandes contingentes dessa população para os centros urbanos, parece correto afirmar também que ela foi um fenômeno mais ou menos geral em nível de país, e que seus efeitos, em maior ou menor grau, mesmo que de formas diferentes para cada realidade, se fizeram sentir em quase todas as regiões. O empobrecimento de grande parte da população rural, o deslocamento dessa população para as cidades, o rebaixamento do preço real dos produtos agrícolas, através da redução das condições sociais médias para a sua produção, etc, são efeitos que parecem ter sido comuns em quase todas as áreas.

O que se observa, porém, é que a reação da população frente a ela foi muito diferente, indo desde a simples reação de êxodo à tentativa de resistência no campo, através de uma redução drástica do consumo de produtos adquiridos no mercado, até a reação política, sob a forma de grandes mobilizações e organização de Movimentos Sociais que articulam os diversos estratos da

população rural (meeiros, posseiros, pequenos proprietários, etc), de regiões amplas.

Diante desse fato é que, na perspectiva do problema definido para o presente estudo, se coloca a pergunta: por que uma parcela considerável dos camponeses do Oeste Catarinense se mostrou disposta e capaz de reagir politicamente através da mobilização e da criação de movimentos sociais organizados e capazes de superar os limites da realidade local, fazendo emergir diversos sujeitos coletivos, a partir da construção de identidades sociais próprias, o que parece não ter ocorrido em várias outras regiões em que a população também foi atingida pelos mesmos efeitos da modernização da agricultura? É interessante observar aqui o detalhe de que diferentes identidades, ligadas a diferentes sujeitos coletivos, podem, com alguma freqüência, cruzar-se nos mesmos indivíduos. Ou seja, não são raros os casos de camponeses que são,por exemplo, ao mesmo tempo, membros do sindicato de trabalhadores rurais adeptos ao movimento de oposição sindical, participantes do movimento de atingidos por barragens e sem terras. Ou ainda, num outro exemplo, mulher sindicalizada, ligada ao movimento de oposição sindical, participante do movimento de mulheres agricultoras e sem terra.

A resposta a essa pergunta é complexa e não permite simplificações excessivas.Como já se fez referência anteriormente, a mesma foi subdividida em duas outras questões que dela decorrem. Em primeiro lugar, se é certo que a igreja atuou decisivamente na mobilização e organização desses camponeses,quais os fatores que a habilitaram a tornar-se interlocutora dessa população,de forma tão abrangente,e por que razão os camponeses se revelaram dispostos a seguir os apelos de suas pregações? Em segundo lugar, por que, a partir desse trabalho da igreja, esses camponeses conseguiram passar de trabalhadores anônimos, marginalizados e incapazes de se auto-representar no campo político para a defesa de seus interesses, a sujeitos políticos autônomos, capazes de assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino?

A primeira dessas duas perguntas já foi respondida através dos elementos reunidos nos capítulos 2 e 3. Permanece, no entanto em aberto a segunda pergunta em que se subdivide o

problema de pesquisa. Por que, a partir do trabalho da igreja, esses camponeses conseguiram modificar sua inserção no espaço público, capacitando-se a se auto-representar, de forma autônoma, no contexto político da sociedade abrangente? Reunir elementos que apontem respostas a essa questão é o objetivo do presente capítulo.

4.1. ESTRUTURAS NORMATIVAS E MOBILIZAÇÃO

A existência de diversos fatores facilitadores da mobilização, apontados nos capítulos 2 e 3, por si só, provavelmente, não teriam sido suficiente para o surgimento do processo de mobilização.Há razões para crer que, mesmo contando com algumas condições prévias favoráveis ao processo de mobilização, essa não teria sido possível sem uma mudança dos padrões morais da população.

O fundamento para esta hipótese foi buscado na tese habermasiana de que a evolução social não pode ser explicada com base apenas no desenvolvimento das forças produtivas, sem se considerar os processos de aprendizagem que ocorrem ao nível do desenvolvimento das estruturas normativas, as quais, ao apontarem novos parâmetros de soluções dos conflitos, tornam possíveis novas relações de produção.(2)

Nas palavras de HABERMAS(1990, p.13-4)

> *"Enquanto Marx localizou os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes (na medida que encaminham as ondas de desenvolvimento das épocas) na dimensão do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico - em suma, das forças produtivas -, emergiram nesse meio tempo, boas razões para justificar a hipótese de que, também na dimensão da convicção prático moral, do saber prático,do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, tem lugar processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social, em novas relações de produção, que são as únicas a tornar possível o emprego de novas forças produtivas.(...)*
> *Em outras palavras: a cultura permanece um fenômeno superestrutural, embora na passagem para novos níveis de desenvolvimento ela pareça ter um papel mais proeminente do que supuseram até agora muitos marxistas".*

Nesse sentido, então, segundo TARELHO(1988), Habermas

critica o que considera um dos reducionismos de Marx, que consiste no fato de Marx conceber o processo de constituição da espécie, unicamente pela categoria do trabalho (ação instrumental e estratégica) e atribuir à categoria da interação (da ação comunicativa) um caráter derivado, isto é, superestrutural. Nesse sentido, Habermas procurou fundamentar a hipótese de que, no processo de autoconstituição da espécie rumo à emancipação (esta vista como um **telos** inerente ao próprio processo de autoconstituição da espécie humana, cuja finalidade é a conquista da **liberdade e da autonomia**),existem dois interesses básicos,orientadores do conhecimento. O **interesse técnico**, que visa o controle da natureza e o **interesse comunicativo**, voltado à preservação e à ampliação da intersubjetividade comunicativa.Ou seja, o processo de autoconstituição da espécie não depende apenas da categoria trabalho (que visa o controle da natureza), mas também do processo interativo (voltado ao entendimento intersubjetivo).

O desenvolvimento das estruturas normativas, por sua vez, segundo HABERMAS (1990),não segue simplesmente a linha do desenvolvimento do processo de produção, nem ao modelo dos problemas sistêmicos, mas, ao contrário, tem uma **história interna própria.** Para compreender isto,ele propõe a separação entre os conceitos-base de agir comunicativo e de agir racional com direção a um fim. O primeiro voltado ao entendimento e ligado ao interesse comunicativo, que visa a preservação e a ampliação da intersubjetividade comunicativa. O segundo, ligado ao interesse técnico, ao pensamento objetivante, voltado ao controle da natureza. E afirma:"A racionalização (3) do agir não tem efeitos apenas sobre as forças produtivas, mas também - de modo autônomo- sobre as estruturas normativas",(idem, ibidem,p. 32).

Essa separação conceitual entre o agir racional com relação a um fim e o agir comunicativo permite, assim, separar os aspectos sob os quais as ações podem ser racionalizadas. Segundo as palavras de Habermas:

> *"As estruturas de racionalidade não se materializam apenas nos mecanismos do agir racional com relação a um fim - e, portanto, em tecnologias, estratégias, organizações e qualificações - , mas também nas mediações do agir comunicativo, nos mecanismos que regulam os conflitos, nas imagens do mundo, nas formações de identidade. Gostaria*

mesmo de sustentar a tese de que o desenvolvimento dessas estruturas normativas, funciona como abridor de caminhos para a evolução social, já que novos princípios de organizações sociais, significam novas formas de evolução social"(HABERMAS,1990,P.35).

Mas se a evolução das estruturas normativas não segue a linha de desenvolvimento do processo de produção e dos problemas sistêmicos, que lógica segue?

HABERMAS então afirma que existe uma homologia entre a ontogênese (história do indivíduo) e a filogênese (história da espécie). Os estágios da evolução filogenética são análogos aos estágios de desenvolvimento psicogenético, postulados pela psicologia cognocitivista.

Baseado nos estudos de PIAGET sobre o desenvolvimento psicognético, HABERMAS desenvolveu a idéia de que o desenvolvimento das imagem do mundo segue a mesma lógica do desenvolvimento das estruturas do eu, cuja lógica está orientada no sentido de um decentramento progressivo, que vai do egocentrismo primitivo até a capacidade de julgamento de acordo com princípios abstratos. Nas palavras de HABERMAS (1980, p.30)

"em ambas as dimensões as projeções de identidade tornam-se manifestadamente cada vez mais gerais e abstratas, até que, finalmente, se toma consciência do mecanismo de projeção como tal e a formação de identidade toma a forma reflexiva, ou seja, torna-se agora algo consciente o fato de que são os indivíduos e a sociedade que de certo modo, produzem por si mesmos sua própria identidade".

Desse modo, a emergência de uma ética universalista, capaz de substituir os conteúdos normativos das metafísicas e das religiões, pela exigência de justificação discursiva das normas e das instituições, que confere à era moderna um caráter racional e reflexivo, faz parte de um longo processo histórico que reproduz os estágios de desenvolvimento das estruturas do eu,e que culmina com o desenvolvimento da capacidade de reflexão.

Nesse entendimento se embasa a critica ao que HABERMAS considera um segundo reducionismo de MARX, que é o de generalizar indevidamente características do capitalismo liberal, apresentando a dialética **forças produtivas/relações de produção**

como um esquema invariante, que existe em todos os modos de produção e que é responsável pela transição de um modo para outro. A esfera instrumental (infra-estrutura), segundo HABERMAS, só ganhou uma autonomia considerável em relação à esfera da interação, no contexto do capitalismo liberal, pois, apenas nesse caso, o quadro institucional coincide com as relações de produção, e a legitimação deixa de ser buscada nas tradições e passa a ser baseada no próprio mercado. Porém isto não ocorre nas sociedades pré-capitalistas e nem mesmo no capitalismo pós-liberal, quando o desenvolvimento das forças produtivas passa a depender duplamente da ação do estado, que precisa intervir no sentido de corrigir as disfunções do mercado, tanto para evitar confrontações sociais e crises econômicas, quanto para garantir níveis mínimos de bem-estar social. Dessa forma, mesmo que o estudo do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo tenha sido fundamental para a compreensão da sociedade, não parece possível generalizar a forma que assume a dialética forças produtivas/relações de produção, como se fosse invariante para todos as sociedades. É sobre esse fundamento que HABERMAS embasa sua afirmação de que, nos processos de mudança social, as estruturas normativas possuem um papel mais proeminente do que lhes foi até agora atribuído.

Os mecanismos dessas aprendizagem presentes nos processos históricos-evolutivos, segundo HABERMAS (1990), devem ser buscados, antes de mais nada, no plano psicológico, para posteriormente verificar como tais processos individuais de aprendizagem entram no patrimônio de saber da humanidade, coletivamente acessível. Os processos de aprendizagem da sociedade só podem ocorrer após as capacidades de aprendizagem e as informações afins terem sido adquiridas no plano individual e estarem disponíveis, de modo latente, nas imagens do mundo. Porém, uma vez que o desenvolvimento cognocitivo dos indivíduos se explicita em condições sociais de contorno, HABERMAS fala na existência de um processo circular entre os processos de aprendizagem sociais e individuais. Não há aprendizagem social independente da aprendizagem individual e vice- versa.

Os problemas sistêmicos, segundo HABERMAS, se expressam

como fenômenos de perturbação no processo de reprodução de uma sociedade. A emergência de problemas que comprometem a capacidade de direção e controle de uma sociedade, capacidade essa que é estruturalmente limitada, é um fato contingente. Diante de problemas desta natureza a reprodução da sociedade é colocada em questão, a menos que ela aceite o desafio evolutivo, mudando a forma de integração social em vigor e que limita o emprego e o desenvolvimento dos recursos. *"Saber se essa mudança é efetivamente possível (...) e como ela é possível do ponto de vista de uma lógica do desenvolvimento, não é algo que possa ser formulado com base nos problemas sistêmicos. Trata-se, antes, da questão do acesso a um novo nível de aprendizagem"* (HABERMAS,1990,p.36).

Se THOMPSON aponta para o fato de que a elaboração da consciência das experiências se dá dentro das coordenadas da cultura e das condições histórico-sociais, pelas vias mais complexas, a qual, por sua vez, pode agir sobre a situação dada, HABERMAS (1990), esclarece que a evolução social, ou seja, a construção de novas relações sociais (novas relações de produção, novas formas de ação e novas respostas aos desafios colocados meio, enfim, uma vida social mais complexa), implica na existência de processos de aprendizagem ao nível do entendimento, das convicções morais, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos, o que significa uma evolução das estruturas normativas. Esses processos de aprendizagem, que elaboram novos princípios de organização social e se materializam em novas formas de integração social, mais maduras, não seguem simplesmente o desenvolvimento das forças produtivas mas possuem, como se viu, uma história interna própria.

Para HABERMAS, portanto, os motivos que levam os sujeitos a agirem não pertence apenas as estruturas de racionalidade relativas à dimensão do pensamento objetivante (do agir racional com relação a um fim), mas também as que estão presentes na dimensão da convicção prático-moral (do agir comunicativo voltado para o entendimento).

Como já se tinha observado a partir de THOMPSON, ao se analisar os movimentos sociais, não se pode tomar em conta apenas os fatores ditos "objetivos", ligados às condições histórico-

materiais, mas também os fatores subjetivos ligados à cultura e à consciência afetiva e moral. HABERMAS, por sua vez, além disso, chama a atenção para o fato de que o surgimento de formas novas de reagir aos desafios colocados pelas condições histórico-materiais e a criação de novas relações sociais implicam, necessariamente, no desenvolvimento das estruturas normativas e a passagem a novos níveis de consciência.

Logo, para que as pessoas se mobilizem e se organizem, é necessário que, no processo de reelaboração das experiências, ocorram processos de aprendizagem que façam avançar o entendimento, as estruturas normativas e as formas de consciência.

Baseado em Rouanet, Habermas e Freud, TARELHO (1988), coloca que tanto a manutenção quanto a transformação das relações de produção e da ordem estabelecida, dependem da mediação da consciência e até mesmo os atos mais compulsórios, só são realizados com seu assentimento.

Cabe, aqui, então, insistir na questão de que a produção de soluções novas, de formas organizativas novas, a emergência de formas novas de reagir frente aos desafios colocados pelas novas condições histórico-estruturais, passa, *necessariamente*, pela existência de processos de aprendizagem, ao nível do agir comunicativo voltados ao entendimento, do saber prático-moral e das estruturas normativas voltadas à regulamentação consensual dos conflitos. Esse entendimento é que permite afirmar que as condições anteriormente levantadas (capítulos 2 e 3), mesmo que amplamente favoráveis e até, em certo sentido, indispensáveis ao processo de mobilização, por si só não o teriam desencadeado. Foi necessária a existência de um processo de aprendizagem que permitiu a passagem a novos níveis de consciência.

4.2. FALSA CONSCIENCIA, ESTRUTURAS NORMATIVAS E COMUNICAÇAO

Nesse ponto torna-se possivel passar a resposta à segunda pergunta formulada, ou seja, por que é que, a partir do trabalho da igreja, os camponeses conseguiram passar de trabalhadores marginalizados e incapazes de se auto-representar no campo político da sociedade envolvente para a defesa dos seus interesses, a sujeitos políticos autônomos, responsáveis pelo seu próprio destino?

A hipótese aqui formulada é que, diante das condições geradas pelo processo de modernização da agricultura, a superação, por esses camponenses, da condição de sujeitos anônimos, marginalizados e incapazes de se auto-representar no campo político da sociedade envolvente, a constituição de sujeitos coletivos com identidades sociais próprias, que culminou na construção de movimentos sociais, foi possibilitada pela criação de espaços interativos onde tiveram lugar processos comunicativo/pedagógicos que, ao restabelecer o processo comunicativo, viabilizaram a circulação de interpretações alternativas ao discurso oficial, através da veiculação de um discurso crítico em relação ao sistema de dominação, possibilitando a superação da falsa consciência, a transformação das estruturas normativas e a requalificação para a prática política.

Esse processo, por sua vez, como já se discutiu anteriormente, foi favorecido tanto por alguns fatores inerentes à cultura e à consciência afetiva e moral da população que se mobilizou, quanto pela existência de uma instituição (a igreja) presente em todas as comunidades rurais da região (em decorrência, como já foi visto, das próprias caracteristicas da população e do seu processo de inserção na sociedade brasileira), gozando de elevada credibilidade e à qual a absoluta maioria da população se encontrava ligada. Num momento posterior, o concurso de outras instituições, também amplamente presentes junto à população, ou criadas no decorrer do próprio processo de mobilização e organização, contribuíram para ampliar a eficácia e a abrangência

dos movimentos e para a sua articulação com setores mais amplos da sociedade abrangente, garantindo, desse modo, a possibilidade desses movimentos transcenderem os limites da realidade local, bem como, aos novos sujeitos políticos, a possibilidade de estender a sua influência a setores mais amplos da sociedade abrangente.

O fundamento para essa hipótese foi buscado em outra tese habermasiana, sobre o modo como se dá a falsificação da consciência e sua superação, segundo a qual, a falsa consciência, produzida pela deformação sistemática do processo comunicativo, pode ser superada pela retomada desse processo.(4)

Resumidamente, esta tese afirma que a falsificação da consciência é um processo que ocorre a nível da linguagem e é provocado pela deformação sistemática da livre comunicação, seja através da supressão de certas interpretações lingüísticas, consideradas nocivas para o sistema de poder, ou através da imposição de outras, capazes de impedir a problematização discursiva das normas e instituições vigentes. é um processo análogo à neurose, no qual também ocorre uma inibição da comunicação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo, onde os temas censurados são retirados da comunicação pública e transferidos para o inconsciente, tornando-se incompreensíveis para o indivíduo. Assim, uma vez que a falsa consciência é produzida no processo de comunicação, é através deste que pode ser superada, num processo semelhante ao da terapia, a qual consiste, fundamentalmente, numa tentativa de re-simbolizar os temas banidos da comunicação e de reintegrá-los à linguagem pública. Porém, sendo que, a falsa consciência genérica é uma deficiência bem menor que a neurose, não depende de um processo terapêutico para ser superada, mas precisa, isto sim, de um processo de elucidação pedagógica, pelo qual se restabeleça a livre comunicação. (TARELHO,1988).Segundo TARELHO (1988), o temor dos sociólogos e psicólogos de caírem na tese idealista de que a "consciência determina a existência", que os levou a buscar resposta para as questões da consciência na própria realidade externa, encontrou seu fundamento principalmente na tese marxista do fetiche, na qual, Marx levou ao extremo a tentativa de buscar no mundo exterior a compreensão da falsa

consciência.

Na teoria do fetiche, Marx vê a ilusão como sendo inerente à própria forma de funcionamento da realidade, desconsiderando o papel da consciência no processo de sua falsificação. Desse modo, não é o sujeito que é incapaz de perceber a realidade, e sim, a própria realidade que se apresenta de forma fetichizada.

> *"Enquanto na fase antropológica do jovem Marx, e mesmo em sua fase de ruptura com a ideologia alemã, a ilusão podia removida no momento em que as verdadeiras estruturas do real fossem desvendadas, pela reconstrução, pela recondução dos fantasmas e seu substrato real, - o homem, as relações materias - na teoria do fetichismo a realidade não tem mais poder de dissolver as ilusões, porque elas são inerentes à própria realidade, e ao percebê-las em seu movimento aparente, o indivíduo as percebe em sua verdade, que consiste, justamente, na forma não-contingente com que as relações sociais se projetam e se acumulam no espaço da aparência. Devidamente educado pela crítica ou pela ciência da história, o indivíduo podia perceber o movimento real escondido atrás do movimento aparente; à luz da teoria do fetichismo, essa passagem da percepção deformada para a percepção verdadeira não é mais possível, porque o movimento aparente é a única forma socialmente possível de manifestação do movimento real, e a descoberta, pela ciência, do caráter ilusório dessa aparência, não impede que, somente o espaço da aparência se ofereça à percepção, exatamente como a atmosfera, que continuou sendo percebida na mesma forma, depois que a ciência analisou os gases que a compõe."* (ROUANET, apud TARELHO, 1988, P.48-9).

Visto por este prisma a consciência, ao mesmo tempo em que é considerada um elemento essencial no funcionamento e na sobrevivência do sistema capitalista, é relegada a uma posição secundária e até irrelevante na determinação da percepção da realidade, numa situação visivelmente paradoxal.

Já na abordagem gramsciana (teoria ampliada de estado), a consciência ganha um novo significado. Gramsci percebeu que a reprodução do sistema não dependia apenas das ilusões inerentes às próprias estruturas materiais, tampouco apenas da ação repressiva do estado, uma vez que a elaboração e a difusão da ideologia tornaram-se cada vez mais dependentes de organizações que não faziam parte do aparelho repressivo do estado, como escolas, partidos, sindicatos, meios de comunicação, etc, as quais possuíam orientações e funções relativamente autônomas tanto em relação às estruturas materiais, quanto em relação ao aparato coerci-

tivo do estado. A partir dessa percepção, desenvolveu o conceito de sociedade civil, visto como uma rede complexa de elementos ideológicos, veiculados por instituições ditas privadas que não fazem parte do aparelho repressivo ou do "estado em sentido restrito"(sociedade política), as quais a classe dominante procura cooptar para, através delas, difundir uma ideologia unificadora, e exercer sua direção intelectual e moral sobre a sociedade (hegemonia), através da criação de um (falso) consenso. (MOCHCOVITCH,1988; TARELHO,1988; GRAMSCI, 1981).

Assim, subdividindo o estado em duas esferas: a sociedade política, onde se concentram os mecanismos pelos quais a classe dominante exerce o monopólio da repressão e da violência e a sociedade civil, entendida como uma instância da superestrutura, Gramsci consegue perceber a existência de uma esfera distinta tanto da infra-estrutura quanto dos mecanismos do estado repressor, voltada especialmente à intervenção sobre as formas de consciência que, portanto, não seria um mero reflexo dos movimentos da realidade material.

Nessa perspectiva, então, como coloca TARELHO (1988, p.51)

> *"...a estabilidade de um modo de produção não está garantida pelas ilusões do movimento aparente (próprias das estruturas materiais), nem pela ação repressora do estado, mas somente quando a classe dominante conseguir tornar a ação repressora desnecessária, através da obtenção de um falso consenso, que se torna sedimentado na medida em que a normatividade difundida for completamente interiorizada."*

Gramsci, então, diferentemente de Marx, atribui uma importância muito grande à consciência, tanto na preservação quanto na transformação de uma realidade histórica dada, muito embora não negue o papel determinante da infra-estrutura. A falsa consciência deixa de ser vista como um fenômeno da natureza epistêmica (ou seja, como um falso saber das estruturas materiais, cuja forma de superação reside unicamente nas categorias científicas), como ocorre na teoria marxista do fetiche, mas sim como um fenômeno de natureza política. Isto é, um produto de uma ação pedagógica despolitizante e não mais um produto espontâneo das estruturas materiais.

> *"Ela se evadiu do espaço que lhe era fixado em 'o capital', no qual a consciência se limitou a ler*

> *o texto inscrito na superfície do movimento aparente, e no qual ela não precisava ser objeto de nenhuma pedagogia explícita, porque não era livre para ler esse texto, e passou a funcionar num espaço de autonomia relativa (...) A instância econômica, tendo perdido o poder de auto-ocultação, teve que recorrer a instâncias ocultadoras especializadas: os Aparelhos Ideológicos de Estado. A partir desse momento, a consciência aparece diretamente como* ***enjeu*** *de uma política, de cujo êxito depende a manutenção das relações de produção."* (ROUANET, apud TARELHO, 1988,P. 53-4).

Contudo, segundo TARELHO (1988), apesar da consciência ter adquirido uma grande importância e mesmo ter assumido um espaço de autonomia relativa na abordagem gramsciana, essa reflexão não conseguiu mostrar como a normatividade hegemônica é interiorizada e por que razão ela se manifesta sob a forma de um falso saber.

> *"Além disso, mesmo aproximando-se de uma concepção política de falsa consciência vista como uma desqualificação para a política da liberdade e não para a prática da ciência - essa reflexão não pode indicar corretamente como esse falso saber pode ser superado."* (idem, ibidem,p.54).

O autor, baseado em ROUANET, completa afirmando que, embora Gramsci tenha conseguido indicar com precisão que a estabilidade do modo de produção depende de um projeto hegemônico e que este último se realiza no plano da consciência, à abordagem gramsciana faltam categorias para explicar como os fatores sociais e econômicos se transformam em conteúdos psíquicos, de modo a influenciar a forma de apreensão da realidade.

O elemento novo trazido pela abordagem habermasiana da falsa consciência e que acreditamos se constituir numa das chaves de compreensão do processo de constituição dos sujeitos políticos que originaram os movimentos sociais, envolvendo as populações camponesas do Oeste Catarinense que se está estudando, é precisamente o de indicar que o processo de produção da falsa consciência e sua superação é um fenômeno que ocorre **no** e **pelo** processo de comunicação, mediatizado pela linguagem. Se é a obstrução do processo de comunicação que impede a apreensão da realidade em todos os seus aspectos, impedindo assim o processo de problematização e de racionalização sobre a realidade, é pela retomada desse processo que se poderá realizar uma apreensão mais global

da realidade e operar uma requalificação para a prática política.

Seguindo a trilha traçada por Habermas, em sua reflexão sobre Freud, ROUANET analisou a falsa consciência a partir da catagoria de defesa. TARELHO (1988), apresenta uma síntese da abordagem feita por ROUANET. Nas páginas a seguir, apresentamos algumas idéias centrais dessa abordagem, baseadas no estudo de TARELHO. Refazer o caminho percorrido por ROUANET,no entanto, não é uma tarefa colocada para o presente trabalho, pois foge aos seus objetivos. Porém, isto não impede que se utilize alguns conceitos e algumas idéias que lhe dão fundamento.

Como se disse, o que se pretende é destacar algumas idéias centrais que apontem as formas pelas quais a realidade externa interfere no processo de percepção, pelo ego, da realidade e do pensamento, através do processo de comunicação. Também serão trabalhados alguns conceitos habermasianos referentes à teoria da ação comunicativa.

Segundo FREUD, o ego, que é responsável pela mediação entre o mundo interior e o mundo exterior, para evitar desprazer, pode recorrer a mecanismos que falsificam a percepção, a fim de não permitir a conscientização dos conteúdos que incorporaram impulsos indesejados.

Segundo HABERMAS, Freud entendeu esse processo de defesa, como um processo inverso ao da reflexão, isto é, um processo análogo à fuga, pela qual o eu se encobre frente a si mesmo. (TARELHO,1988).

O importante a destacar aqui é que, segundo Freud, essa fuga de si mesmo é um processo que se dá na e com a linguagem. Os conteúdos ligados a impulsos e motivações indesejados são banidos da comunicação pública e jogados para o inconsciente. Diferentemente de Freud, no entanto, HABERMAS entendeu que as representações inconscientes que constituem o material recalcado possuem uma característica simbólica. Porém, a sua característica principal consiste no caráter privado de sua linguagem, através da qual não é possível a realização da comunicação intersubjetiva, uma vez que ela não possibilita a diferenciação entre a realidade e a aparência, entre o mundo público e o mundo privado, entre o eu e o não-eu. Nesse ponto, a diferença entre a análise

feita por HABERMAS em relação a de FREUD, é que segundo aquele, subsiste uma lógica entre a linguagem deformada e a linguagem comum. (TARELHO,1988).

A partir da compreensão da psicanálise como a ciência da comunicação sistematicamente deformada, HABERMAS destaca que há dois processos principais pelos quais a realidade externa pode interferir no processo de percepção da realidade pelo ego: o recalque, a internalização.

O recalque é concebido por HABERMAS, como sendo o processo responsável pelo banimento das representações proibidas para o inconsciente.

> *"Como as necessidades humanans são necessidades interpretadas culturalmente e linguisticamente - o que revela o seu caráter social - removendo de circulação certas interpretações, a sociedade consegue impedir que as motivações indesejáveis, ligadas a essas interpretações sejam concretizadas(...) Contudo, como os motivos recalcados, via de regra, não perdem a sua força, o material recalcado procura desesperadamente retornar à esfera pública..."* (TARELHO, 1988, P.58).

Através do recalque ocorre, então, uma deformação das interpretações linguísticas relacionadas aos motivos indesejados, o que, em última análise significa uma deformação da realidade.

Já a internalização, outra forma pela qual a sociedade consegue obter o comportamento desejado e que funciona de modo complementar ao recalque, é também um processo inconsciente que consiste numa imposição de interpretações e ações socialmente desejáveis.

> *" Ao introjetar as expectativas sociais dos personagens em relação aos quais existe uma identificação, erige-se na criança a instância do superego, a qual se encarregará pela observância rígida das normas proibidas. Dado à interligação com motivos libidinosos e recalcados, a normatividade introjetada torna-se algo 'sacralizado' e imune à qualquer crítica."*(TARELHO, 1988, P.58).

Assim como no recalque, o objetivo desse processo é remover da discussão pública interpretações linguísticas ligadas a motivações indesejadas e consideradas nocivas ao sistema de poder. Porém, neste caso, a operação não se dá ao nível da linguagem privada e sim da linguagem pública. (idem,ibidem).

Da mesma forma, segundo HABERMAS, o processo de comu

nicação, no interior do qual o sujeito encontra os simbolos linguisticos que lhe possibilitam interpretar e satisfazer suas necessidades, pode ser interrompido pelo acionamento dos diversos mecanismos de defesa através dos quais o individuo enfrenta as limitações impostas pela realidade externa, procurando fugir ao desprazer. Essa situação leva, segundo ele, à formação da falsa consciência.

Uma idéia desenvolvida por Habermas, importante para a compreensão da questão, é de que a falsa consciência não possui apenas estruturas individuais e necessariamente patológicas, mas também estruturas societárias e não necessariamente patológicas. Ou seja:

> *" A espécie encontra para o problema da defesa, soluções coletivas que se assemelham à soluções neuróticas em nivel individual. As mesmas constelações, às quais levam o indivíduo à neurose, motivam a sociedade a erigir suas instituições. Aquilo que caracteriza as instituições constitui, ao mesmo tempo, sua similaridade com formas patológicas."*(HABERMAS, apud TARELHO,1988, p.60).

Para compreender o significado das instituições a partir deste ponto de vista é preciso considerar que, ao mesmo tempo que uma parte da energia pulsional reprimida desloca-se para o inconsciente, outra parte dela encontra sublimação em objetos alternativos sob formas de projeções das fantasias do desejo. Estes objetos alternativos, no mais das vezes, assumem a forma de visões de mundo legitimadoras como é o caso das religiões. (TARELHO, 1988). Em suas palavras:

> *" O patrimônio cultural da tradição pode ser visto, nesse sentido, como a sedimentação dos conteúdos das fantasias projetivas em busca de gratificações substantivas para os desejos reprimidos. Assim, investidos de energia pulsional, esse patrimônio cultural - onde se encontram também as normas e as instituições - termina por ficar, tal como os preceitos do superego (...) imune à crítica, apesar de possuir uma existência pública."* (idem, ibidem, p.60-1).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, uma ideologia só consegue se sustentar se possuir a capacidade de satisfazer as fantasias individuais produzidas pela repressão pulsional. Nessa perspectiva é que as instituições, que dão corpo às ideologias e as normas, podem ser consideradas como estruturas da falsa consciência, voltadas a impedir a crítica e a problematização dis-

cursiva dos motivos socialmente indesejáveis.

Como mostra TARELHO (1988), o trabalho de Rouanet foi de ampliar essa reflexão habermasiana sobre a falsa consciência, estendendo a reflexão às demais defesas e mostrando como elas, por causa das exigências da realidade externa, interferem no conjunto da vida psíquica, ou seja, tanto a nível da percepção quanto a nível do pensamento e da imaginação.

A ligação desse processo com a dimensão política da falsa consciência, segundo ROUANET, decorre do fato da defesa ser um mecanismo comum tanto aos indivíduos que possuem alguma psicopatologia como aos que não possuem nenhuma. Como coloca Freud,

> *"um dos resultados mais valiosos de nossas invetigações psicanalíticas, é que as neuroses de nossos enfermos não têm nenhum conteúdo que lhe seja próprio, particular e exclusivo... eles sofrem dos mesmos complexos que nós, os sadios, temos que enfrentar..."* (FREUD, apud TARELHO, 1988,p.62).

A diferença está apenas em que os indivíduos normais, ao contrário dos neuróticos, conseguem superar esses complexos sem danos aparentes.

A partir de tal premissa, ROUANET analisa a interferência dos mecanismos de defesa, acionados pelo ego em função da exigências da realidade externa, no conjunto da vida psíquica das pessoas comuns, podendo levar à constituição da falsa consciência como coloca TARELHO (1988, p.62):

> *"Ora, se de um lado, não existe nenhuma fronteira qualitativa entre os processos psíquicos normais e patogênicos e se as defesas se encontram entre esses dispositivos comuns a todos os homens, e se, de outro lado, essas defesas constituem mecanismos que impõem um conhecimento lacunar e deformado não só da realidade interna, mas também da realidade externa, tanto a nível da percepção como do pensamento, bloqueando assim o processo comunicativo e impedindo a satisfação das necessidades indesejadas, e se, além disso, tais processos defensivos são mobilizados pelo Ego para atender a uma realidade externa permeada de injustiça, como admitia o próprio Freud, então, podemos dizer que existe um terreno sólido sobre o qual é possível desenvolver uma concepção política da falsa consciência."*

Ou seja, nessa perspectiva, a falsa consciência é fruto de um processo dinâmico onde, diante de uma realidade externa adversa, permeada de injustiças, o ego aciona mecanismos que interferem tanto no processo de percepção interna e externa da

realidade, quanto no processo do pensamento e do imaginário, provocando um conhecimento distorcido da realidade. Ou seja, é a própria realidade social que induz o ego a acionar os mecanismos de defesa e a selecionar o que deve e o que não deve ser percebido e pensado e o próprio sentido da imaginação.

Assim, a partir dessa reflexão, ROUANET fundamentou a tese de que as condições que determinam a falsificação da consciência não estão radicadas, exclusivamente, nem na realidade, nem no próprio sujeito e sim no fato de que o sujeito está submetido a uma realidade repressora, sendo obrigado a viver à custa de renúncias.

Freud já percebera que, se é certo que, em certa medida, todos os indivíduos, para viver civilizadamente, têm que renunciar a certos impulsos, mesmo numa organização social justa, também é certo que, **as renúncias exigidas não são as mesmas para todas as classes e nem se destinam apenas a tornar possível a vida em sociedade. Se destinam também a preservar uma forma de organização social injusta, que mantém privilégios de riqueza, de saber e de poder e que faz com que determinados grupos de indivíduos tenham que renunciar a muito mais desejos do que os outros.** (TARELHO,1988).

Ou seja, esse sobre-recalque a que certos grupos são submetidos, deve provocar uma distorção mais acentuada na percepção e no pensamento e, portanto, uma falsificação maior da consciência. *"O indivíduo é expropriado de parte de sua vida psíquica, porque a percepção integral seria perigosa não somente para a sociedade in abstrato, mas também para os indivíduos e classes privilegiadas."* (ROUANET, apud TARELHO,1988, p.81)

Do mesmo modo que TARELHO, entendemos que esses elementos fundamentam a tese de que a falsa consciência é a face interna de práticas autoritárias. Produto da exclusão ou da deformação do processo dialógico, ela é produzida através da exclusão da comunicação pública, das interpretações lingüísticas ligadas a motivações indesejadas, em nome da preservação de alguns privilégios. Este é o ponto que, de fato, importa reter para a compreensão dos elementos levantados na presente pesquisa.

Excluídos da comunicação pública, tais representações

tornam-se incomunicáveis. Sem elas o ego fica impossibilitado, não apenas de perceber tal desejo, como também de ralizar as associações necessárias para encontrar a melhor maneira de satisfazê-lo.

Essa linha de interpretação pode ajudar a compreender o modo como a realidade pode contribuir com a falsificação da consciência, destruir a autonomia do sujeito e fazê-lo submeter-se ao senso comum dominante. Extrapola, assim, a contribuição gramsciana, no sentido de que, além de apontar o fato de que a sustentação de uma organização social dada depende, fundamentalmente, de um projeto hegemônico e que este se realiza no plano da consciência, permite reconstruir a gênese do processo de constituição da falsa consciência no interior do processo de comunicação.

Por outro lado, segundo HABERMAS, enquanto teoria da comunicação sistematicamente deformada, a psicanálise pressupõe uma teoria de comunicação ideal. Isto significa que, mesmo que historicamente, pelo fato das sociedades terem se constituído com base na desigualdade e sob relações autoritárias, tenha predominado a comunicação deformada. A nível teórico, essa comunicação deformada só pode ser entendida como um desvio de um modelo paradigmático ideal de comunicação perfeita, isto é, não distorcida. (TARELHO,1988).

Para compreender esse **modelo de comunicação pura,** também chamado de **situação lingüística ideal**, parece importante ter presente que, ao elaborá-lo, o objetivo de Habermas era o de reconstruir as condições universais para a produção de enunciados, ou seja, ações lingüísticas. Segundo ele, numa situação de fala, só é possível ao Ego comunicar-se com Alter sobre conteúdos específicos, no momento em que cria, através de utilização de determinados verbos, uma intersubjetividade especifica, no interior da qual esses conteúdos são transmitidos e compreendidos. (FREITAG & ROUANET, 1980).

Em cada situação de fala existem sempre quatro expectativas de validade a saber. Em primeiro lugar, supõe-se que os conteúdos transmitidos são compreensíveis. Em segundo lugar, que os interlocutores são verazes. Em terceiro lugar, supõe-se que os

conteúdos proposicionais são verdadeiros e, por fim, de que o locutor, ao praticar o ato linguístico, tenha razões válidas para fazê-lo, isto é, age de acordo com normas que lhe parecem justificadas. A interação só é espontânea e estável, se existe um consenso com relação a essas quatro expectativas de validade. (idem, ibidem).

As duas primeiras expectativas de validade podem ser problematizadas e resolvidas no interior do próprio processo de comunicação, enquanto as duas outras, ou seja, a veracidade dos conteúdos e a legitimidade das normas pelas quais o locutor se guia, só podem ser problematizadas e discutidas fora do contexto interativo em questão, através de uma forma de comunicação "sui generis", a que Habermas chama de discurso. Nele, todas as expectativas de realidade ficam suspensas até que a afirmação seja confirmada ou refutada e/ou até que a norma seja considerada legítima ou ilegítima. No discurso, são excluídos todos os interesses e motivos próprios da situação interativa e o único objetivo admitido é a busca cooperativa da verdade, com base no melhor argumento. Uma afirmação é tida como verdadeira quando o discurso teórico conduzir a um consenso quanto a sua verdade e vice-versa. Já a norma é considerada legítima quando o discurso prático desembocar num consenso quanto a sua legitimidade e vice-versa. Habermas procura, dessa forma, eliminar a separação absoluta existente entre as questões normativas e as questões teóricas, elevando as questões normativas ao nível de poder serem verdadeiras. (FREITAG & ROUANET, 1980).

A grande questão colocada, nesse momento, é a da possibilidade de distinção entre o verdadeiro e o falso consenso, uma vez que os consensos factuais são muito suscetíveis a distorções provocadas por pressões externas ao contexto interativo e/ou por deformações inerentes ao próprio processo de comunicação, podendo levar os participantes do discurso a considerar válido um consenso de caráter ilusório.

É sob este prisma que precisa ser compreendida a definição dada por HABERMAS à situação lingüística ideal e ao modelo de comunicação pura por ela pressuposto, e o próprio entendimento do que seja a falsa consciência, na reflexão que daí advém.

A situação lingüística ideal é definida, assim, como a situação na qual *"a comunicação não é perturbada nem por efeitos externos contingentes, nem por coações resultantes da própria estrutura da comunicação. A situação lingüística ideal exclui deformações sistemáticas da comunicação"* (HABERMAS, apud FREITAG & ROUANET, 1980,p.19).

Para ser atingida, ela pressupõe que todos os interes sados possam participar do discurso, com oportunidades idênticas de argumentar e com chances simétricas de fazer e refutar afir- mações, interpretações e recomendações.

> *"... Supõe também que só são admitidos ao discur- so aqueles participantes que, como atores, agiam de acordo com as normas que lhes pareciam justi- ficáveis, e não movidas pela coação, e satisfazi- am o pressuposto da veracidade, não mentindo nem intencionalmente, nem inconscientemente, (neurose ou falsa consciência). Essas duas condições configuram o* ***modelo de ação comunicativa pura:*** *uma forma de interação (e de organização social) caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação interna e externa."* (FREITAG & ROUANET,1980, p.19).(5)

A partir dessas considerações é possível compreender o conceito habermasiano de verdade, desenvolvido no interior de sua Teoria Consensual da Verdade. Mais do que com o conteúdo "em si" de uma verdade, Habermas parece preocupado com as condições sob as quais uma proposição pode ser considerada verdadeira. Assim *"verdadeira não é uma afirmação que corresponde a um objeto, ou uma situação real, mas uma afirmação considerada válida num processo de argumentação discursiva. A verdade não tem que ver com conteúdos, e sim com procedimentos: aqueles que permitem estabelecer um consenso fundado."* (FREITAG & ROUANET, 1980, p.21).(6)

Essa forma de conceber a verdade tem conseqüências também para a reflexão sobre a falsa consciência. Segundo o que coloca TARELHO (1988), ROUANET, partindo dessa reflexão habermasiana sobre a ação comunicativa, desenvolve uma reflexão sobre uma teoria política da falsa consciência. Segundo ele, o que caracte- riza a falsa consciência, não é o fato de ser incompetente para a verdade teórica, mas sim o fato dela ser incompetente para a discussão política. Ou seja: *"A consciência não é falsa quando se*

revela incapaz de ascender à teoria veridica, e sim quando se revela incapaz de permitir um verdadeiro processo comunicativo." (ROUANET, apud TARELHO, 1988,p.85).(7)

Diz respeito, portanto, à possibilidade dos indivíduos de participarem, em igualdade de condições, do processo comunicativo e de exporem livremente seus argumentos, garantindo sua participação ativa na formação de consensos e não a pressuposição da existência de uma verdade absoluta, acima de qualquer suspeita, independente de qualquer contexto ou situação e que não foi adquirida pelo indivíduo. É portanto, uma incapacidade que tolhe a possibilidade de participação ativa, livre e autônoma do processo político e não uma incapacidade de domínio de um conteúdo teórico determinado, identificado com a verdade. Imerso na falsa consciência o indivíduo se torna incapaz de se auto-representar no campo político, na defesa dos seus interesses.

Assim, ROUANET traz a política de volta à esfera da opinião e demonstra que ela possui um parâmetro para distinguir a realidade da ilusão, e este parâmetro é o CONSENSO. Não qualquer consenso, mas somente aquele obtido num processo de argumentação coletiva, buscado no modelo de comunicação pura e uma situação lingüística ideal. A política, então, não precisa mais recorrer à ciência para distinguir o ser aparente do ser real. Para isto, basta dizer que **uma opinião é falsa quando se destina, direta ou indiretamente, a defender interesses que não são gerais, nem possíveis de ser generalizados.** (TARELHO,1988).

Parece oportuno aqui, fazer uma observação sobre o fato de THOMPSON negar a existência da falsa consciência e analisar em que medida isto pode significar uma confrontação ou uma negação da abordagem da falsa consciência que está sendo analisada.

O que é preciso considerar é que o ponto de vista dos dois autores é diferente, ou melhor, é sob dois ângulos distintos que os dois autores estão observando o fenômeno da consciência.

O que THOMPSON nega é a possibilidade de definição a *priori* da existência de uma consciência verdadeira ou falsa, ou também de interesses verdadeiros ou falsos, do ponto de vista do seu conteúdo. Ou seja, nega a possibilidade de existência de um

conteúdo verdadeiro "em si" ou de uma verdade absoluta, à qual todos os homens deveriam ascender para poder libertar-se da ideologia ou da mistificação. É que, portanto, a consciência afetiva e moral, por não estar calcada na dimensão puramente racional do pensamento e no conhecimento cientificamente produzido, seria uma racionalidade deslocada, ou então, uma falsa consciência. Segundo ele não se pode querer dar uma explicação racionalista a um fenômeno racional. Nem todos os interesses podem subsumir-se a objetivos materiais cientificamente determinados. Ou seja, ninguém pode definir *a priori*, mesmo cientificamente, que os interesses de uma determinada classe são esses e não outros. Os interesses são também aquilo que interessa às pessoas, incluindo mesmo aquilo que interessa mais ao coração. E o modo como uma pessoa ou um grupo vai definir seu objetivo ou interesse ou interpretar sua experiência, ninguém pode prever com segurança. Do mesmo modo, ninguém pode definir *a priori*, do ponto de vista do conteúdo, mesmo que a partir da ciência, qual é a consciência que é verdadeira ou falsa. Por isso, afirma que a falsa consciência, da forma como é conceituada pelo materialismo histórico não existe. O conteúdo da consciência é sempre uma elaboração feita a nível de pensamento, a partir dos elementos que o indivíduo dispõe. É nesse sentido, a consciência poderá ser mais ou menos racional. A consciência racional, THOMPSON define como consciência moral.

Exatamente nesse ponto, ou seja, nessa forma de interpretar a consciência, é que reside um ponto de encontro possível entre THOMPSON e HABERMAS.

Ora, o que HABERMAS também nega é que a veracidade da consciência seja definida *a priori*, do ponto de vista do conteúdo. HABERMAS, como se viu, define a consciência verdadeira ou falsa a partir das condições de sua elaboração e não do seu conteúdo. Verdadeira é a consciência constituída racionalmente (pelo processo do pensamento) a partir do pleno conhecimento, da comunicação pura, sem obstrução, sem coação, sem deformação, seja pela supressão, seja pela internalização de determinados conteúdos. Interesse verdadeiro é aquele definido a partir do conhecimento pleno ou de condições ótimas. Novamente não é o conteúdo

"em si" que está em jogo, mas as condições de elaboração. "A verdade não tem a ver com conteúdos, mas sim com procedimentos."

Nesse sentido é que se pode perceber, não uma oposição, mas uma compatibilidade ou até uma aproximação entre as duas abordagens. A diferença é que THOMPSON analisa a elaboração da consciência a partir da cultura, enquanto HABERMAS o faz a partir do processo de comunicação e do acesso ao conhecimento, da ausência de coerção.

O que para HABERMAS é consciência verdadeira (racional), para THOMPSON, é conciência moral (também racional). E o que para HABERMAS é falsa consciência (consciência convencional ou individual) que não permite a problematização discursiva, é para THOMPSON a consciência não racional.

Este não é, porém, o único ponto de aproximação entre as duas abordagens. Um outro ponto de aproximação que interessa ao presente estudo é a importância atribuída às estruturas normativas nos processos de conservação ou de transformação das relações sociais estabelecidas. Assim como HABERMAS coloca que a evolução social não pode ser explicada com base apenas no desenvolvimento das forças produtivas, mas é preciso se considerar também o desenvolvimento das estruturas normativas. THOMPSON também vê a moralidade como uma importante força, tanto de inércia quanto de revolucionamento das relações sociais. Aderir, portanto, ou não, a um processo de mobilização, por exemplo, implica na existência de um certo consenso no interior do grupo, de que certos interesses estão sendo feridos ou que certos direitos estão sendo violados.

Em que medida, porém, essas condições de constituição de consensos sólidos estão colocadas? Ou então, em que medida os processos comunicativos das sociedades concretas se aproximam da situação lingüística ideal e do modelo de comunicação pura?

Segundo Habermas, o que caracteriza as sociedades que, efetivamente se constituíram na história, é o fato de terem obstruído o processo de justificação discursiva das normas e das instituições correspondentes, utilizando-se para isso, da violência e das legitimações ideológicas. A função da ideologia nesse sentido, é de impedir que normas e instituições sejam tematizadas

discursivamente. O processo de comunicação, cujo desfecho deveria ser a problematização discursiva, pára a meio caminho e a comunicação se obstrui. Constitui-se assim um processo comunicativo sistematicamente deformado, que provoca distorções no conhecimento da realidade, num processo semelhante ao da neurose. (FREITAG & ROUANET,1980).

Ou como coloca TARELHO (1988), o autoritarismo que tem sustentado todo tipo de ordem social, impediu o desenvolvimento tanto das estruturas cognitivas competentes, quanto de uma moldura argumentativa isenta de violência, que possibilitasse a participação de todos em igualdade de condições para debater livremente.

Ainda segundo TARELHO(1988), o desenvolvimento de uma moldura argumentativa isenta de violência, além de pela exclusão autoritária de qualquer tipo de comunicação política, também tem sido bloqueada pela instauração de uma comunicação política muito limitada, destinada a conferir uma falsa legitimidade a interesses particulares e às concepções ideológicas. Sobretudo nesse caso, a sociedade vale-se da falsa consciência, uma vez que, desse modo, *"o Ego se proíbe de perceber e de pensar a realidade, e aceita como válidas as legitimações propostas, liberando o poder da obrigação de justificar-se politicamente."* (ROUANET, apud TARELHO, 1988, p.89).

Portanto *"o modelo da comunicação pura constitui um* ***telos****(utópico) da comunicação normal, que remete a uma ordem social ainda inexistente; a situação lingüística ideal constitui um* ***telos*** *(igualmente utópico) que, uma vez alcançado tornaria possível o discurso perfeito em condições também inexistentes."* (FREITAG & ROUANET, 1980,p.20).

No entanto, mesmo inexistentes, ambas as condições precisam ser pressupostas como já reais, pois sem isso a própria interação e o discurso seriam impossíveis. Toda vez que um processo de comunicação ocorre, pressupõe-se que todos os seus participantes estejam livres e com plenas condições de participar dele e as expectativas de validade estejam colocadas. Sem isso a comunicação efetivamente, não ocorre.

Desse modo, a utopia da vida perfeita e do conhecimento

total tem que ser vistos, num certo sentido, como já reais, ao mesmo tempo que proporcionam paradigmas críticos que permitem avaliar criticamente as formas existentes de interação e de discurso. (idem, ibidem).

Outra questão se coloca então: se a falsa consciência é fruto da deformação sistemática do processo comunicativo, em que medida e de que forma ela pode ser superada?

Para respondê-la, é preciso, em primeiro lugar, retomar a afirmação de Habermas de que a esfera da ação comunicativa (interação), não é mera subordinada da esfera da ação instrumental (forças produtivas). Portanto, como coloca TARELHO (1988), **os limites impostos à moldura argumentativa não são irremovíveis, uma vez que não são naturais e sim históricos.** Se a democracia fosse um mero reflexo da ação instrumental, ou seja, uma mera estratégia de dominação, então esses limites seriam irremovíveis. Porém, *"a democracia não é uma superestrutura, mas um telos, um objetivo humano genéricos: não o ópio do povo, concedido pelo poder para anestesiar os oprimidos, mas uma conquista, sempre imperfeita, sempre sujeita a retrocessos, obtida contra resistências sempre renovadas."* (ROUANET, apud TARELHO, 1988,p.90).

Desse modo é possível afirmar a possibilidade de superação da falsa consciência.

Por outro lado, se ela é produzida no interior do processo de comunicação, é nele também que precisa e pode ser superada.

Se, como já foi visto, segundo descobertas de Freud, não existe nenhuma fronteira qualitativa entre os processos psíquicos normais e os patogênicos e se as defesas são um processo comum aos dois casos, e, portanto, a falsa consciência neurótica é apenas um caso particular de um processo genérico de falsa consciência (TARELHO, 1988), então a superação da falsa consciência genérica pode ser pensada a partir do modelo de terapia, proposto pela psicanálise que, em última análise, constitui uma tentativa de ressimbolizar os conteúdos banidos ao inconsciente, reintegrando-os na linguagem pública. (FREITAG & ROUANET, 1980).

Porém na visão clínica de Freud, a falsa consciência (neurose) só poderia ser superada terapeuticamente, onde o analista, num processo lento de elucidação, ajudaria o paciente a

ressimbolizar os conteúdos privatizados, reintegrando-os na vida pública.

> *"No entanto, se a privatização é um processo genérico, produzida pela contração do espaço público, que na maior parte dos casos não chega a acarretar uma patologia, uma lesão psíquica, mas apenas uma diminuição da capacidade perceptiva e cognitiva, então segue-se que esta deficiência pode ser superada no contexto do próprio processo de comunicação. **Nesses casos, não se trata de submeter os sujeitos a uma retificação terapêutica, mas sim de inseri-los num espaço interativo, num contexto comunicativo, num debate político, onde eles possam encontrar não apenas interpretações que ajudem a reconstruir a realidade, interna e externa, deformada pela defesa, mas também um clima de liberdade que estimule a troca de opiniões, a reflexão e a busca de autonomia.**"* (TARELHO, 1988,p. 91-2).(8)

Se é produzida por uma deformação sistemática da comunicação, é através da retomada dos processos comunicativos que a falsa consciência pode ser superada. Sendo um processo desencadeado, em última análise, por práticas autoritárias que tem como objetivo impedir a tematização discursiva das normas e instituições existentes, as quais possibilitam a imposição de interesses particulares, ele se realiza através da exclusão da comunicação pública de interpretações e de motivos considerados nocivos para o sistema de poder. Sendo, porém, que a essa interrupção/deformação do processo comunicativo, não chegou a um estado patológico, a superação da falsa consciência, mesmo podendo ser pensada com base no modelo psicanalítico da terapia, não necessita de uma relação terapêutica propriamente dita. O que esses sujeitos precisam é inserir-se numa relação comunicativa que permite reintegrar à linguagem pública os conteúdos banidos pelo processo de práticas autoritárias. (idem, ibidem).

Assim, gerada pela inibição do processo comunicativo, pela supressão do discurso político, pela interrupção do jogo interativo, pela excomunhão das interpretações críticas, consideradas perigosas pelo sistema de poder, a falsa consciência só pode ser superada pela própria prática da liberdade, pela reinversão no espaço interativo, pela prática da confrontação política, ou seja, pela retomada da livre comunicação, do discurso político e das interpretações críticas que podem problematizar as práticas autoritárias que provocam a retração do espaço público. (TARELHO, 1988).

é também, com base no modelo psicanalítico de terapia que Habermas concebe o papel da **teoria crítica**, enquanto um instrumento de elucidação pedagógica que deve propor interpretações que levem os sujeitos, imersos na falsa consciência a reconhecer-se enquanto tal, através de processos autônomos de auto-reflexão, num papel, em certo sentido, semelhante ao do analista que também propõe interpretações que, se verdadeiras são apropriadas automaticamente pelo paciente, que dessa forma, pode reconstruir os fragmentos perdidos da sua auto-biografia. Assim, teoria crítica e a crítica da ideologia é uma espécie de "discurso terapêutico". (FREITAG & ROUANET,1980).

4.3. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

A luz desses elementos no presente capítulo ver-se-á como se deu o processo de constituição dos sujeitos políticos que deram origem aos movimentos sociais em questão, através dos relatos das experiências de lideranças que estiveram na origem de tais movimentos, bem como de agentes religiosos que estiveram à frente das ações promovidas pela igreja católica.

4.3.1. SOBRE A ORIGEM SOCIAL DOS LIDERES

Das dez lideranças entrevistadas no curso da presente pesquisa, apenas uma não era camponesa. Tratava-se de uma professora aposentada, filha de camponeses, mas que durante toda a sua vida profissional trabalhou como professora. Era ligada ao Movimento dos Atingidos por Barragens, mas não como coordenação, e sim como uma representante urbana do movimento, que trabalhou sobretudo no sentido do apoio e divulgação, no meio urbano, das reivindicações dos camponeses atingidos, uma vez que os moradores da cidade de Itá(SC), a única cidade atingida pela barragem estudada, foram mais rapidamente contemplados com a construção da nova cidade, tendo conseguido instalações de igual ou superior

qualidade às que possuiam anteriormente. Por outro lado, os moradores urbanos, ao que tudo indica, não apresentaram perdas aparentes em termos do grupo de vizinhança e do ambiente social construído historicamente, uma vez que não houve dispersão da população, mas apenas mudança de localização da cidade, num local, inclusive, bastante próximo ao anterior.

Os outros nove líderes eram camponeses. Todos eles eram pequenos proprietários ou filhos de pequenos proprietários rurais. Dentre eles, 4 eram pequenos proprietários rurais desde o momento em que se engajaram nos movimentos e permanecem enquanto tal até o presente. Os outros cinco eram filhos de famílias proprietárias, mas que tiveram dificuldades de constituir uma unidade produtiva própria ao se casar, devido às razões já apontadas nos capítulos anteriores.Três deles conquistaram terra através de ocupações ligadas ao MST. Logo, aqui se pode fazer uma primeira constatação, de que, não obstante os movimentos (especialmente no MST) incluam em sua base muitos sem terras (meeiros, agregados, peões, etc), todos os líderes camponeses que participaram da pesquisa provinham de famílias proprietárias, mesmo que, entre os acampados e participantes também dos outros movimentos, existissem, como foi constatado, muitas famílias que não possuiam nenhuma terra. Esse dado, se relacionado aos aspectos já abordados sobre a estabilidade dos grupos, do exercício de liderança, do apego a sua terra, etc, parece confirmar a hipótese de que o fato de ser proprietário e de ter grande expectativa de continuar sendo, interferiu na disposição para a mobilização e na possibilidade do exercício de liderança dentro dos movimentos.

Por outro lado, se se observar a origem étnica, a grande maioria dos entrevistados pertence a famílias "de origem" (italianos, alemães e poloneses). O único entrevistado cuja origem se aproxima mais à origem cabocla, provém de uma família historicamente proprietária, sendo ele próprio, um proprietário com terra suficiente para produzir (9). Um outro entrevistado, mesmo tendo sobrenome característico de caboclo (Alves), apresenta uma cultura tipicamente alemã, uma vez que seu pai(caboclo), casou-se com uma alemã (filha de proprietários) e foi morar junto à família da esposa, tendo os seus filhos e netos incorporado os

costumes dessa etnia, inclusive o idioma. Todos os demais eram camponeses "de origem".

Por este dado também, ao que parece, o fator cultural interferiu na questão da mobilização e principalmente no exercício de liderança. Quanto à possibilidade de exercício de liderança nos primeiros momentos, o fato de ser caboclo poderia, inclusive, interferir na aceitação do líder pelo grupo. Pelo menos é o que sugere o depoimento a seguir, feito pelo único líder com algumas características de caboclo.

> *"— Você sentiu algum tipo de discriminação pelo fato de ser caboclo?*
> *— É realmente, a gente sente isso. Tarveis no início a coisa não foi muito... porque as veis eu era até elogiado como cabocro, eu sentia isso. Mas no momento que eu comecei a me destacá e a assumi as tarefas maiores, eu comecei a notá que a coisa começo a mudá. Existe uma discriminação.*
> *— Você teria algum caso concreto, assim, que pudesse exemplificar isto?*
> *— Um caso concreto...é.. foi...uma veis havia uma eleição prá elegê um prá sê ministro de casamento. Eu agora não me lembro se nóis na época era em treis ou quatro ministro... E eu não tenho dúvida que eu tava me destacando bem como ministro. E na votação eu perdi estraviado. Então já deu... eu senti isso. Não foi porque eu não tava me destacando. Foi por causa que ficava meio feio, né, deixarem de votá prum cara branco, prá votá prum meio preto..."* (Camponês, um dos líderes da oposição sindical de Chapecó e um dos organizadores do MST na região)

Este outro depoimento também parece ser ilustrativo a respeito da possível existência de dificuldades para o exercício de liderança devido ao preconceito em relação aos caboclos:

> *— Algum caboclo participou desse processo de organização do movimento popular?*
> *— Não. Não. Não e olha, na diretoria que nóis montamo(do sindicato), prá você ter uma idéia como era difícil trabalhá... tinha um companheiro que era caboclo junto com a nossa diretoria. Que em Saudades quase não tem, mas ele já,de caboclo praticamente já não tem mais nada... e uma liderança muito boa, só que era o seguinte, havia rejeição. Inclusive ele era vice-tesoureiro e prá ele assumir de tesoureiro e não passô. Porque ele não sabia falá alemão, né..."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Percebe-se então que, além das dificuldades inerentes às condições de vida e aos fatores de ordem cultural, também o preconceito podia dificultar a participação dos caboclos no exercício de liderança.

Um outro aspecto que parece relevante do ponto de vista da origem social dos entrevistados, é de que todos os agentes religiosos entrevistados na pesquisa são filhos de camponeses "de origem" pequenos proprietários rurais. Esse aspecto, já comentado no capítulo III, revela a questão da facilidade de identificação dos camponeses (predominantemente de origem) com os agentes religiosos e destes com a problemática enfrentada pela pequena produção agrícola. Essa origem semelhante, ao que parece, favoreceu muito a identificação dos camponeses com a igreja e seus agentes. Estes fatores, no entanto, parecem ter sido responsáveis pela tomada dos padrões culturais dos camponeses de origem como o padrão cultural de referência dos movimentos sociais em questão, dificultando a afirmação de valores pertencentes a outros grupos no interior dos movimentos, como observou ZIMERMANN(s.d.) em seu estudo sobre o MST.

4.3.2. RELIGIOSIDADE, PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO

Um outro traço comum a todos os entrevistados é a religiosidade e a participação ativa nas atividades comunitárias, principalmente as de cunho religioso. Todos os líderes entrevistados, antes de se engajarem nos movimentos, haviam exercido liderança nas comunidades, sendo que apenas dois deles haviam se destacado por atividades de caráter não religioso (esporte). Mas mesmo estes tinham uma vivência religiosa intensa e, tão logo foram convidados a participar como lideranças leigas, na nova forma de atuação da diocese de Chapecó, iniciada durante a década de 70, se envolveram intensamente como ministros da eucaristia e representante da CPT na comunidade e mesmo a nível de município.

Todos eles demonstraram ter na religiosidade uma parte essencial de suas vidas, sendo os seus valores, os seus costumes e seu cotidiano, profundamente marcados pela questão religiosa, como se vê nos exemplos a seguir:

> A)*"Bem, eu, desde criança... quando eu tava com sete aninhos, eu tava bem loca prá passá a primeira comunhão, sabe, naquela época... Então com sete aninhos eu chegava a dizer pro padre que eu queria passar a primeira comunhão. Mas aí o padre diz: 'Não. Espera até completá 8 anos'. Bom, com*

8 anos eu passei a primeira comunhão e sempre continuei freqüentando a igreja e com 10 anos eu já comecei com atividades na comunidade, ajudando em dias de festa. Eu sempre tava me entrosando... envolvida com a comunidade, né. Então, a gente parecia que aquilo fazia parte da minha vida, né. E quando eu completei 13 anos, aí eu peguei um grupo de catequese, né. Com 13 anos daí eu fui catequista e eu preparei aquele grupinho. Era um grupinho de 9 crianças prá passá a primeira eucaristia, né. E com 15 anos, então, eu comecei a participar mais... a pensá assim que, como jovem, trabalhá, incentivando... A gente se reunia. Não era uma pastoral da juventude como existe hoje,né. Mas a gente se reunia na comunidade, a gente começava a discuti algumas coisas... E aí eu comecei a assumi lideranças assim, mais freqüente. Catequistas... mais tarde aí chegou a questão dos ministros da eucaristia. Eu ajudava,então, tanto na celebração da missa, quanto dos domingos, né.(...) Daí eu sempre exercia essa atividade, assim, essas lideranças, até que a gente começo, com a pastoral da juventude, a abranger mais comunidades, com a questão dos jovens. Eu trabalhei bastante com a questão da juventude (...) Daí, quando a gente começo a tocá mais a questão como pastoral, então néis tinha o auxílio de um agente de pastoral, que era o José Fritsch, que naquela época trabalhava com a pastoral e trabalhava com a juventude, né. E aí, eu fui assumindo cada vez mais lideranças da comunidade e eu assumi uma liderança como agente de saúde. Também fiquei tempo trabalhando com isso. Então como agente de saúde eu me preparei, a gente fez uma etapa de 4 meses. Eram 2 semanas cada mês. Foram 8 semanas de treinamento... E aquela preparação não era somente assim prá gente atendê os primeiros socorros na comunidade, mas com o objetivo de trabalhá a conscientização das pessoas sobre o porquê das doenças, os motivos das doenças que acontecia, geralmente mais pros trabalhadores, né. (...) Participava de cursos em S. Paulo e tal(...) Era interessante porque aí tu começâ a despertá, sabe, a consciência das pessoas..." (Camponesa, líder do MMA e líder sindical).

B)- *O senhor era líder de igreja?*
- A gente fazia parte da igreja, era da diretoria da igreja, né. Até do tempo de solteiro ainda, eu já era da diretoria, né. E tinha as pessoas que, vamos supor, que fazia o curso... o encontro bíblico, né, naquela vez não era culto, né, a igreja tinha o círculo bíblico... e era eu que fazia o círculo bíblico lá na comunidade, né... era eu mais um primo meu. Então a gente era bastante conhecido e a gente conhecia também a região..." (Camponês, líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980, e líder sindical)(10)

Como se vê, o espaço da religião, a igreja, era também o espaço da participação. A comunidade, construída em torno da capela, era um espaço privilegiado de participação, de exercício de liderança e de práticas coletivas. Toda a vida social da comunidade estava ali centralizada. Era um espaço em que o campo-

nês podia sair do caráter privado do mundo doméstico, travar contatos públicos e tornar-se conhecido inclusive fora da sua comunidade. Outro aspecto a ser destacado é que essa participação na igreja e o exercício de liderança nesse âmbito passou, a partir de um dado momento, a oportunizar inclusive o contato mais estreito com o mundo urbano e com outras regiões do país, o que permitiu ao camponês a relativização do seu mundo e um contato mais efetivo com a sociedade abrangente.

A fé religiosa, por outro lado, era um apelo quase inquestionável, capaz de provocar a adesão imediata a qualquer propósito levantado nesse âmbito. Veja-se, por exemplo, o depoimento a seguir:

> *— Naquela época você era muito religioso?*
> *— Muito. Na verdade, eu analiso hoje, eu era fanático. Era religioso e fanático. Eu não questionava o que a igreja falava.Falô, fazia. E ai de quem tava contra."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense)

E foi a partir desse âmbito, ou desse espaço, que se deu o início do envolvimento e da participação de todos os líderes dos movimentos, entrevistados no decorrer dessa pesquisa. De um modo geral, o início do envolvimento com os movimentos sociais, realizou-se a partir de uma intensificação da participação nas atividades religiosas, possibilitada principalmente pelos espaços abertos e/ou renovados pelas novas formas de atuação da igreja, na diocese de Chapecó, após o Concílio Vaticano II, em que o leigo conquistou novos espaços e mais voz ativa. Dentre estes espaços estão, principalmente os ministros da eucaristia, a coordenação dos grupos de reflexão e a coordenação de pastorais específicas como a CPT, pastoral da saúde e pastoral da juventude. **Todos estes novos espaços implicavam na participação em cursos e encontros de preparação de lideranças que, por sua vez, promoviam o início do contato dos camponeses com interpretações alternativas sobre a realidade, através da veiculação de um discurso crítico.** É através dessa intermediação que se dá o início do engajamento de todos os entrevistados, como já se pôde ver nos depoimentos citados, bem como em alguns outros exemplos selecionados a seguir:

A) "— E a partir desse trabalho pastoral, como é que você chega a se envolver com o Movimento de mulheres?
— Aí... todo aquele trabalho, né, como agente de saúde, foi despertando um interesse maior. Mas sempre assim... eu me sindicalizei bem antes de começá o movimento de mulheres, né, eu já era sindicalizada. Porque eu era solteira e, então, a solteira podia ser sócia, né. Porque a que não podia ser era a casada.(11)(...) Daí nasceu o movimento de mulheres e eu entrei em seguida. Em 81, por exemplo, começô a discussão prá questão da tomada do sindicato de Chapecó, que não era voltado prá atendê os interesses dos agricultores.
— Como é que você chega a perceber que o sindicato não era bem aquilo que vocês queriam? Quem é que puxa essa discussão?
—É isso daí que, através das próprias pastorais, né, a igreja... se criou a equipe de base, formada por pastorais... agentes de pastoral e agricultores, né. Então eram casais de agricultores, e aí começaram a ver que era necessário se organizá e mudá isso, né. Foi em 81 que isso aconteceu e começaram a se organizá. Começaram a se reuni lá e discuti essa oposição.(...) Nas primeiras discussões eu não participei. Participei logo em seguida quando foi feita a oposição." (Camponesa, líder do MMA e líder sindical)

B)— Como é que você chega a se envolver com o sindicato e os movimentos populares?
— Pois é, quando eu casei e vim morá prá cá, aqui mesmo nesse lugar. É aí fiquei trabaiando. Trabaiei...eu casei em 68... e fiquei até aí pro final dos anos 70... trabaiei muito aqui né.(...) E penso que foi por aí que eu comecei a... me convidaram prá mim participá dos grupos de reflexão. Aí eu comecei a saí daquela rotina minha de... roça, só roça, né. Até eu fui escolhido pela comunidade prá ir pruma reunião que era prá os dirigente...
— E quem convidava?
— É...na ocasião o padre teve aqui e pediu prá marcá um prá ir...E o pessoal marcarum eu. E daí eu comecei a entrá nesse trabaio, é. Fiquei uns anos atendendo esse serviço de dirigente de grupo e tal...Aí o pessoal me pediram, me convidaram prá estudá prá ministro (...) E eu toquei o negócio, né. Nessa época eu já tinha carro que, inclusive que, essa casa aqui eu já tinha feito... E aí entrô também uma irmã minha e mais uns dois rapaiz, e eu ia com o carro. Aí eu entrei nesses rolo e fumo tocando...
— Que tipo de treinamento vocês recebiam?
— Era mais sobre o...o jeito de a gente tratá as pessoas, o jeito de a gente convidá as pessoas prá ir prá reunião...No início a gente falava muito sobre a questão da religião né... A Bíblia, estudava partes da Bíblia e tal... Mas entrava também, desde o início, a questão da vida das pessoas,né. É a questão da realidade, né(...)Na realidade, quando a gente entrô de ministro, a gente começô a participá das reuniões da Pastoral da Terra, né. E o pessoal da CPT começô a fazê com nóis, uma discussão mais política, né, sobre a realidade, sobre os probremas sociais... E aí a gente foi vendo que... que existia a necessidade de fazê uma luta, né. E aí, começà por onde? Então já fazia argum tempo que a gente tava

discutindo, pensando... e foi bem nessa época que se criô um pobrema muito sério aqui com a discussão da Sede Trentin, né...(12)
- Dos índios?
- É. Então o bispo, D. José, ele topô a parada aí com os graúdos de Chapecó, né, se manisfestando a favor dos índio. E aí, nas nossas reuniões, nóis seguido discutia essa questão, né.(...) E o presidente do sindicato, ou a diretoria, tava contra... tava contra a idéia de D. José. E aí nóis, antes de montá a oposição, se organizemo, fumo pruma assembréia e... e questionemo o pessoar da diretoria. Que até aquela época, tudo aquilo que eles diziam o pessoal aceitava, né. E aí começô a coisa... a fazê a luta, né. E aí criamo uma equipe de base, (13) eu acho que já tinha te falado (...) E aí a gente foi se reunindo argumas veiz aí e tal, e aí surgio a questão da eleição do sindicato... de nóis fazê a oposição..." (Camponês, um dos líderes da oposição sindical de Chapecó e um dos organizadores do MST na região).

B)*"- Olha, aí começô na diocese... acho que veio daí o início de minha militância, nóis ainda só tinha a escola na Barra do Cedro...Aí eu participava de uma comunidade chamada de Lageado Bonito... Aí começo a se discuti na diocese uma renovação da liturgia, da missa e tal, isso depois do Concílio Vaticano II, né, bem depois. E começo a participação das pessoas, na liturgia e tal... e eu sempre fui assim... quando eu ia na escola, eu não me contentava em ser jogador do time. Eu queria ser alguém que ajudava a mandar no time, né. Queria ser o capitão (riso)...Então eu sempre queria tá mandando, assim(...) Quando criamo o campo de futebol, eu tive que ser o capitão do time e depois fui o presidente do clube(...) E aí, quando começô essa mudança na liturgia, eu já fui me engrenando, já fui entrando aí...Participava lá na igreja. No início mais como participante. Aí já fui fazê uns encontros com o padre e comecei a participá mais...*
- Que tipo de encontros?
- Encontros exatamente assim... sobre a importância dessa mudança na liturgia. Porque o padre rezava missa em latin, enquanto o pessoal ficava rezando o terço, muitas vezes. Aí pro povo participá, então, precisava fazê uma leitura... e ele explicava a questão da bíblia, né, que precisava lê e tal. Então eu já queria contribuir com isso. E também aí entrava muita coisa desses encontros, desde o início, assim... Comeco a ser questionado o tipo que os agricultores viviam e tal. Foi o início na diocese, né (...)Aí eu comecei a estudá prá ministro da eucaristia, né. Comecei a despontá e tal... começô os grupos de reflexão, né. Estudando os temas dos grupos de reflexão que começo a questioná isso aí. Foi pelo ano de 77, por aí, que eu comecei a participá de alguma coisa. No ano de 78, o D. José chamô, aqui na diocese, uma primeira reunião com agricultores né... que os padres mandassem alguns agricultores prá participá. Aí tava começando a CPT, né. Aí nóis comecemo a participá dos primeiros encontros de agricultores. Mas daí eu já tava participando do grupo de reflexão e já tinha passado... recebido a ordenação de ministro da eucaristia. Foi em 79 também. E aí comecei, em 78, a participá dos encontros de agricultores promovidos pela diocese, que davam o nome de CPT. Eu também não sabia bem o que era isto, no início." (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical da

região, no município de Caxambú do Sul.Participou ativamente também na organização dos outros movimentos)

D)- *Como é que você entra no movimento sindical?*
-Começa com um acidente.A culpa de eu entrá no movimento foi um prego.(risos) Engraçado, né. É que eu era um cara que participava assim ativamente na comunidade, mas mais no esporte, né. E aí o que acontece? Chegô um cunhado meu que morava lá na comunidade e era prá ele ser ministro da comunidade. Mas prá isso ele precisava começá a participá do... da pastoral e coisa e tal. E aí convidaram ele prá vim, foi em 79, prá vim numa reunião da pastoral da terra aqui em Chapecó. E eu e ele trabalhava muito junto, né. Era vizinho, era cunhado... trocava serviço e tal. E aí, por isso, que eu sempre digo que foi o problema do prego, né. Aí ele pisô num prego e aí, no dia antes de ele vim prá cá, deu um problema no pé. Começô a infeccioná...o pé começo a inchá, teve febre e tal. Só que naquela época era muito rigoroso. Se você era convidado prá ir numa atividade na igreja, na pastoral, se você não ia, tinha o compromisso de arrumá otro. Essa era a regra, né. E aí, como era antes da noite, ele ficô meio ruim, aí a mulher dele veio lá e disse: '-Olha é assim e assim... e o Décio pediu prá você ir prá reunião.' No outro dia eu me mandei prá cá. Todo assustado, não sabia prá onde ir. Aí a frera ligô prá eles vim me pegá na rodoviária, né, porque eu era um cara meio 'bicho do mato' (risos). E eu acabei aceitando por que prá mim foi uma questão de orgulho conhecê Chapecá. Bom, aí vim prá reunião e me apaixonei pela conversa, né. Mas eu não vim porque eu achava que devia vim, né. Não é porque eu desperteiː'olha agora eu vou pro movimento'. Vim por acidente.
- Como era a tua consciência política, na época?
- Nada! Prá mim era o seguinte: se envolvê nessas coisas, era coisa pros otros. Deus me livre. Era contra tudo. Não assumia outra liderança. Só o esporte. Era só diverti. Mas daí eu gostei daquele papo e voltei(...) Aí o pessoal da igreja gostaram, aí começaram a me dar liderança lá, né. E eu acabei gostando, né. Mas np início, prá ser bem sincero, era mais porque achava que isso me dava um ***status****, alguma coisa. Não era por consciência. Mas gostei da conversa(...) Foi aí que comecei a entendê porque que nóis não tinha um pedaço de terra, né... os meus irmão. Porque que o pai não conseguia comprá um pedaço de terra. Isso foi a coisa que mais me chamou a atenção... Nunca mais esqueço, o José Fritsch era assessor de pastoral, ele é que falô, que coordenô a reunião, que feiz toda uma exposição, me lembro lá, dos modos de produção...Também nunca mais esqueço daquela história de como é que funcionava a sociedade... Aí ele explicô a concentração de terra, porque é que ninguém mais pode comprá terra, né. Ou muitos não conseguem.* ***E isso me chamô a atenção, porque atingiu diretamente a minha família(...) Me senti vítima desse sistema que tava me prejudicando. Por isso achei interessante.*** *Bom, daí comecemo organizá, no município a pastoral da terra (...) E aí fui indo, fui indo, participei de várias atividades e aí nunca mais parei..."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste catarinense)

A partir desses depoimentos cabe destacar alguns pontos que parecem relevantes. Em primeiro lugar vê-se que a religiosidade intermediou o envolvimento nas lutas de caráter político, que culminaram na organização dos movimentos sociais. Todos eles iniciaram pelo caminho da participação nas atividades pastorais e, a partir daí, começaram a envolver-se sempre mais com os problemas concretos enfrentados pela população camponesa, no curso da crise da economia camponesa tradicional. Cabe observar que o convite, em todos os casos, partiu sempre de agentes ligados à igreja, um chamamento, aliás, cuja credibilidade estava acima de qualquer suspeita. Ou seja, o convite partia de um interlocutor da inteira confiança dos camponeses e, por isso mesmo, seu chamamento gerava um compromisso com a participação. Nesse sentido, convém enfatizar que o início da participação deveu-se principalmente, às características do patrimônio cultural da população, constituído pela interação entre o modelo original trazido no momento da ocupação da região com as condições históricas aí encontradas. Tal patrimônio, por sua vez, possibilitou a existência, junto à população, de uma instituição organizada e em funcionamento, capaz de aglutinar a quase totalidade das famílias e gozando de grande credibilidade, como se viu no capítulo anterior. Foi dessa instituição e em virtude desse patrimônio cultural que partiram as primeiras iniciativas de participação.

Para dirigir-se aos camponeses a igreja se utilizou de um espaço comunicativo já existente, de forma estruturada e plenamente presente junto à população, ao qual praticamente todas as famílias se encontravam ligadas pelas razões já discutidas no capítulo anterior: a comunidade organizada em torno da capela. É nesse âmbito também que ocorreu a escolha dos representantes dos camponeses que foram os agentes intermediadores dos novos processos. As lideranças que foram para os cursos de formação o foram sempre como representantes desses coletivos organizados que são as comunidades. E ao retornarem, as lideranças também se dirigiam aos outros camponeses a partir das comunidades, como se vê pelo depoimento sobre a organização da CPT:

— *...aí nóis comecemo a fazê reuniãozinha nas*

comunidades...
- Quem participava dessas reuniões?
- Bom, lá nas comunidades era o seguinte. A igreja tinha catequistas, tinha diretoria da comunidade, tinha lideranças prá várias coisas. Então se reunia essas lideranças prá nóis falá dos problemas dos agricultores, né. Porque a situação tá tão difícil, né..." (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

As comunidades, pelo que se vê, serviram então de base organizativa de todo o processo de desencadeamento da mobilização.

Observe-se, por outro lado, que para cada iniciativa proposta (CPT, grupos de reflexão, ministros da eucaristia, etc) correspondia uma atividade formativa para preparação das lideranças que iriam desencadear os novos processos dentro das comunidades. Para compreender o surgimento de movimentos sociais, a partir dessas atividades pastorais, é preciso ter presente esse trabalho de formação e que, desde o início, a formação recebida abordava questões ligadas aos problemas cotidianos e à compreensão da realidade vivida pelos camponeses. É a partir desse ponto que começou a se reestabelecer o processo comunicativo para essa população e a tematização dos problemas cotidianos, compreendidos, a partir de então, como historicamente situados no contexto da sociedade abrangente.

Os cursos de formação foram espaços comunicativos/interativos criados pela igreja, por onde passaram a circular interpretações alternativas sobre a realidade vivida pelos camponeses, sobre a origem e as causas dos problemas enfrentados no campo e os seus desdobramentos (o êxodo rural por exemplo), sobre os objetivos e os resultados da modernização agrícola e sobre o próprio significado da organização popular e o papel de algumas instituições como o sindicato e a própria igreja. O histórico fechamento do camponês em torno do espaço doméstico ("...roça, só roça..."), passou a ser rompido e a participação na comunidade próxima, redimensionada. O tradicional espaço comunicativo (a comunidade) passou a ser permeado por um novo discurso, e a dar lugar a novos espaços comunicativos/interativos criados no seu interior, onde os camponeses passam a retomar o exercício da

palavra no espaço público, tematizando os seus problemas cotidianos. A participação nos grupos de reflexão foi um espaço de ruptura com o isolamento em relação à sociedade abrangente e um espaço de reestabelecimento do processo comunicativo para essa população e, de modo especial, aos que eram chamados a exercer a função de coordenadores de grupos, participando de encontros e cursos. Esses novos espaços, por sua vez, foram decorrência de uma nova forma de atuação da igreja (ou pelo menos de alguns de seus setores),na diocese de Chapecó, iniciado nos anos 70.

Digno de nota também é o aspecto da despolitização inicial dos participantes. Alguns sequer sabiam o objetivo da reunião de que iriam participar e não possuiam qualquer noção do significado da organização popular no contexto da crise vivida. O início da participação se deu, então, muito mais em decorrência de um convite que partia de um interlocutor inteiramente confiável do que pelo desenvolvimento de uma consciência moral. Na decisão de aceitar o convite pesaram então, tanto questões de ordem cultural, quanto questões de ordem afetiva e moral, ligadas a experiências vividas no passado,ao longo do processo de desenvolvimento histórico dessa população e cuja compreensão é possível através dos conceitos de cultura e consciência afetiva e moral, abordados no capitulo 2.

é preciso não esquecer também que, na interpretação das experiências vividas, participam também questões de ordem subjetiva. E essa presença dos elementos subjetivos, ligados portanto à vontade pessoal, abriu espaço para a existência de necessidades e anseios diferentes (desejos de liderar, busca de status, etc) que, de uma ou de outra forma pareciam estar contemplados no convite feito pela igreja, uma instituição, como se viu, que gozava de grande credibilidade.

Cabe aqui retomar a formulação de HABERMAS, segundo a qual o papel da teoria crítica é ser um instrumento de elucidação pedagógica que deve propor interpretações que levem os sujeitos imersos na falsa consciência a perceber sua condição e reconhecer-se enquanto tal, através de processos autonômos de auto-reflexão. Essa formulação parece importante para se compreender o papel desempenhado pelas interpretações críticas sobre a reali-

dade, elaboradas e veiculadas pela igreja através dos agentes religiosos e de outros recursos como boletins, homilias e roteiros de grupo de reflexão. Essas interpretações parecem ter desempenhado um papel fundamental no processo de elucidação pedagógica da realidade vivenciada pelos camponeses e na possibilidade de autocompreensão de sua história.

Sobre os depoimentos transcritos, cabe ainda o destaque de três pontos. Em primeiro lugar,a adequação do discurso veiculado nos novos espaços às necessidades dos camponeses, de viver numa realidade determinada, enfrentando seus desafios e compreendendo-os. Se a aceitação inicial do convite se deu por força do respaldo da igreja, no desenrolar do processo, a decisão de envolver-se e de assumir as conseqüências da participação nos novos processos propostos, que implicavam, inclusive, na necessidade de romper com alguns valores e concepções cristalizadas durante longos anos, exigiam algo mais que a força do convite da igreja. Exigia a adesão dos camponeses ao novo discurso proposto. Essa adesão, por sua vez, implicava que esse novo discurso lhe apontasse respostas às necessidades e angústias colocadas pelo cotidiano. As expressões:*"Me apaixonei pelo discurso..."* ou *"...comecei a entender por que é que nóis não conseguia comprá um pedaço de terra"* ou ainda,*"...isso me chamô atenção porque atingiu diretamente a minha família"*, revelam que o discurso veiculado correspondia ou apresentava respostas a angústias ou desafios colocados pelo cotidiano. Como se viu a partir de THOMPSON, para que a adesão a uma idéia vinda do exterior do grupo seja possivel, é fundamental haver uma congruência entre as proposições da mesma e as necessidades concretas do grupo que vive numa realidade dada. Nesse caso, o discurso crítico veiculado, trouxe respostas a determinadas dúvidas e angústias postas pelo cotidiano.

Essa adequação do discurso às necessidades cotidianas, como já foi dito anteriormente, foi favorecida, entre outras coisas, pela própria origem social dos agentes religiosos, os quais conheciam bem a realidade da pequena produção agricola e se encontravam, de certa forma, vinculados a ela, como se pode ver no relato feito por um dos agentes de pastoral, sobre as razões

do seu envolvimento com a questão dos camponeses.

> *"... desde criança já vinha acompanhando a trajetória do meu pai. Porque meu pai foi um pequeno agricultor, né, e meu pai sempre foi um daqueles alemães bem... bem severos em relação à questão da justiça. Quer dizer, nunca meu pai tinha qualquer idéia, por exemplo de fazer um negócio prá lograr outra pessoa. Não tinha isso. O negócio tinha que ser certo e justo. Então, por exemplo, quando começo a surgir os frigoríficos aqui, meu pai criava porco e tal, começou a aparecer muita exploração, muita expeculação e tal. Na época que tinha safra, o preço do porco caía lá embaixo. Começava aquele esquema de exploração, aquela jogada das empresas. E aquilo deixava o meu pai muito abatido. Meu pai não concordava com isso e não aceitava. Chegava a pedir prá mim escrever cartas pro ministro da agricultura. Cartas assim, de botá no correio, dizendo:'Não, isso não pode continuar assim..' Então essa coisa da família, do meu pai...um pouco dessa luta se encaixou, na verdade, num movimento que a gente tava começando fazer, de resistência que, naquela época, eu não tinha muita consciência disso, né..."*(Agente de pastoral)

Ou então este outro, falando dos motivos porque pediu para ser transferida para a diocese de Chapecó.

> *"Eu sou filha de pequeno agricultor, né. Então meu pai teve que comprar uma terra na época, lá. Quer dizer, ele vendeu a terra, foi prá cidade e se danou. Voltou prá terra, comprou financiada pelo banco. Arrumou a terra, fez a casa e aí, então, foram várias famílias, numa área que compraram lá...Eram 5 hectares. Imagine viver na colônia com 5 hectares. Daí eu sei que não conseguiram cumprir o compromisso no banco e a terra foi pro leilão. Mas como eu era frera, dava catequese prá filho de gerente de banco e ainda usava hábito, pressionei o homem e consegui... a única família que conseguiu não perder a terra foi a minha. Eu ainda não tinha uma consciência de classe.(...) Mas aí eu senti o que seria se meu pai fosse jogado na rua,entendeu? Porque o que ele ia fazer? Comprar outra terra ele não podia. Viver de esmola ele não queira.(...) Então essa experiência marcou profundamente a minha vida. Quando eu vim prá Chapecó, eu logo senti um "cheiro de terra" por aqui... (risos) eu logo percebi os conflitos de terra"* (Irmã, agente de pastoral).

Com a criação de tais espaços comunicativos, como foi visto, os camponeses saíram do seu isolamento e passaram a tomar contato com a sociedade abrangente e com um discurso crítico que continha novas explicações sobre a dinâmica da sociedade e sua organização, até então banidas da comunicação pública e, portanto, inacessíveis aos camponeses. Mas a adesão a esse novo discurso implicou também na necessidade de adequação deste às necessidades cotidianas da população a que se dirigia. E foi ao longo

desse processo que foi se operando uma transformação das estruturas normativas, sem a qual a mobilização provavelmente não teria acontecido, como será visto posteriormente.

Em segundo lugar, cabe ainda destacar que, entre as propostas trazidas pelos setores da igreja envolvidos em sua nova forma de atuar nessa realidade, está a proposta da organização e de luta em torno dos direitos e objetivos comuns do grupo. A saída para a situação de crise e dificuldade, passava pela organização popular de base.("...começaram a ver que era necessário se organizá e mudá isso...") As decisões frente aos novos desafios passaram a ser tomadas, cada vez mais, em reuniões, através do exercício da discussão e da argumentação, através do qual, aos poucos, os camponeses foram se requalificando para a prática política.

Por fim, é preciso não deixar de perceber a presença do acaso no desenrolar do processo. O exemplo relatado de que um acidente (pisar num prego) provocou a ida de um camponês a um encontro, onde se iniciou todo um processo de engajamento que culminou no exercício de um espaço de liderança decisivo dentro dos movimentos, parece ser um exemplo contundente da presença do acaso no desenrolar dos fatos históricos. (14)

4.3.3 - UMA NOVA FORMA DE ATUAÇÃO DA IGREJA E UM NOVO MODO DE SER CRISTÃO

Estudar as razões que levaram setores da igreja a uma mudança de postura e de sua forma de atuar junto a essa população não é um objetivo colocado para o presente estudo. O presente estudo limita-se em constatar que essa mudança existiu e, na realidade estudada, foi relatada tanto por agentes religiosos quanto pelas lideranças entrevistadas. (15)

Os elementos levantados permitem concluir que se trata de uma nova forma de atuação de setores da igreja, frente a uma realidade social marcada por diferenças sociais cada vez maiores e pela agudização dos problemas sociais e frente a um regime político caracterizado pelo uso da violência e pela repressão.

Nesse contexto, setores da igreja passaram a reinterpretar o significado da evangelização e o papel da igreja no mundo.

> *"O Concílio Ecumênico Vaticano II abriu a igreja prá modernidade, começou a valorizar de novo a bíblia, a formação dos agentes religiosos, abrir, enfim, os padres, os agentes de pastoral e as próprias lideranças cristãs para a realidade do mundo moderno. Em 68 a conferência de Medelin já vinha questionando os dirigentes da igreja, no sentido de fazer com que essa igreja olhasse mais prá realidade sócio-econômica e política do povo latino americano... fazer com que a formação fosse mais voltada prá realidade e que a leitura da bíblia e a própria liturgia deveria comportar um compromisso diante da situação de escravidão e de opressão que vive o povo latino-americano"*(Padre,agente de pastoral).

MARTINS(1994) entende que, para a maioria do clero brasileiro, não se trata propriamente de uma conversão pelo processo social, onde os agentes religiosos passariam a orientar sua ação pastoral pela suposta lógica do processo histórico. O autor acredita que para muitos casos o que motiva uma mudança na forma de atuação de agentes religiosos frente aos problemas sociais, é muito mais a coerência ética e religiosa do que uma mudança radical no pensamento que embasa a sua ação. Em sua palavras:

> *"...a interpretação dessas aparentes descontinuidades e rupturas, desses aparentes saltos e `conversões', ganha em perspectiva e riqueza de compreensão quando considera que o trabalho pastoral, numa sociedade convulsionada como esta, incide diretamente sobre contradições sociais, sobre desencontros históricos, rupturas profundas, realidades sociais cujos ritmos não convergem. Numa situação social assim, a coerência ética e religiosa é que pode mobilizar a denúncia, e não mais a conivência; pode mobilizar a solidariedade com a vítima, e não com o opressor. É ela que impõe a necessidade de uma redefinição da ação pastoral..."*(MARTINS, 1994, p.98).

Como se disse, não constitui objetivo do presente estudo discutir as reazões mais profundas que levaram a essa mudança na forma da ação pastoral, mas sim descrevê-la em seus aspectos essenciais e analisar sua repercussão na mobilização dos camponeses frente aos problemas enfrentados no curso da crise da economia camponesa tradicional.

É preciso, antes de mais nada, esclarecer que essa mudança de perspectiva na forma de compreender a atuação e o papel da igreja no mundo, não atingiu a igreja como um todo, mas apenas algumas parcelas da mesma. No Brasil, essa mudança tornou-se bastante visível em função da adesão de alguns setores

da hierarquia e pelo fato desses setores, conhecidos como progressistas, serem bastante ativos, fazendo com que suas ações atingissem grande repercussão.

A esse respeito, LOWY (1991), identificou pelo menos quatro tendências dentro das igrejas latino-americanas:

A.) Um grupo bem pequeno de integristas, defensores de idéias ultra-reacionárias, as vezes semi-fascistas.

B.) Uma grande corrente tradicionalista conservadora, hostil à Teologia da Libertação, ligadas organicamente às classes dominantes.

C.) Uma corrente reformista e modernista, com uma certa autonomia intelectual em relação a hierarquia, disposta a alinhar-se a posições de defesa dos direitos humanos e as reivindicações dos setores menos favorecidos.

D.) Uma pequena, porém, influente minoria de radicais, próximos à Teologia da Libertação, ligados, ativamente, aos movimentos populares.

Como se vê, o número de agentes que assumiu com radicalidade essa nova orientação, é pequeno.

Na diocese de Chapecó, a existência de um grupo considerável de agentes, inclusive ligados à hierarquia, que poderiam ser classificados neste último grupo, deu um caráter acentuadamente renovador à ação da igreja local, embora, no seu interior, continuassem a existir representantes de outras correntes.

Quando, no presente trabalho, se faz referência à atuação "da igreja", da diocese de Chapecó, se está, na verdade, fazendo referência a esses setores que se envolveram diretamente no fomento da mobilização e da organização dos movimentos sociais. Não se está, portanto, ignorando a existência de outras tendências. Ocorre que, o que interessa, no presente estudo, é a ação desses setores da igreja junto aos movimentos sociais em questão.

A evangelização, então, assume a perspectiva da libertação, entendida como a superação de todas as formas de opressão que impedem o homem de ter uma vida em plenitude. *"A libertação é a ação que liberta, passo a passo, a realidade dos distintos cativeiros a que está historicamente submetida e que contradizem o projeto histórico de Deus..."* (BOFF & BOFF,1985,p.57).

A libertação, por sua vez, deve partir, segundo GALILEA (1978), tanto de transformações da consciência, a nível pessoal, quanto da transformação das estruturas sociais.

> *"A libertação cristã propõe, por conseguinte, que a mudança deve processar-se nas duas fontes: na transformação das consciências e na transformação das estruturas. Dialeticamente, uma ajuda a outra, pois o homem influi nas estruturas e estas nele, em um só tempo."* (GALILEA, 1979, P.33).

O grande objetivo passa a ser, então, a defesa da vida, entendida num sentido amplo, que inclui tanto a fé, a celebração, quanto a questão social, das condições materiais básicas para a vida.

> *"...cuidar da vida, a defesa da vida. A vida num aspecto amplo. A fé, né, a celebração... mas a fé...todo o compromisso com a vida, não só a fé, a celebração...Esses são elementos fortes que alimentam, né, mas em vista também do compromisso social. O compromisso social e eclesial. Aí tem as pastorais, né, que a igreja procura organizar nas comunidades e os movimentos populares, em vista da defesa da vida, dos direitos, da libertação do povo, né"* (Irmã, agente de pastoral)

Um outro elemento forte parece ser a questão da justiça social. A busca da justiça e da libertação de todas as formas de opressão é um elemento também muito presente na interpretação que os agentes de pastoral fizeram desse novo momento vivido pela igreja. Na verdade, a evangelização e a construção do Reino de Deus caminharam junto com a construção de um novo projeto de sociedade. E o caminho apontado para a conquista dessa nova situação foi o caminho da organização. Não mais apenas a oração, a penitência e a busca da salvação na perspectiva da vida eterna (após a morte), mas a busca da construção, através da organização, do Reino de Deus aqui na terra, identificado com um projeto de sociedade que garanta a justiça e a libertação dos homens daquilo que os oprime.

> *"A meta maior é unir o povo, é conscientizar.. Em vista de que? Em visa dos nossos direitos, em vista da nossa libertação. A nossa libertação na perspectiva do Reino de Deus, a construção de uma nova sociedade. A justiça... nós queremos conquistar a justiça, nós queremos que o povo se liberte(...) A grande utopia é criar...desencadear um processo de criação, de construção do novo homem, da nova mulher, da nova sociedade... Uma nova ordem, superando as injustiças, né, superando, por exemplo, a centralização do poder, onde o povo não pode ser sujeito de sua história, não pode intervir na distribuição da*

renda, na elaboração das leis..." (Irmã, agente de pastoral)

Nesse sentido a igreja (seus setores progressistas) redimensionou o seu papel no mundo. Não se colocando como único *locus* de construção da libertação, buscou incentivar a construção de outras "ferramentas" que considera importantes, dentre elas, sobretudo, os movimentos populares e a política.

> *"...o **Reino se constrói com ferramentas diversas**, né, e uma das ferramentas, prá nós, é a pastoral, né.Mas existem outras mediações(...) Como Frei Beto colocava. (16)A construção do Reino possui diversas esferas, né, hoje a gente fala mais de mediações...**A igreja é uma delas**, é um dos instrumentos, um dos meios que deve ajudar a construir (o Reino). **Mas temos outros instrumentos... o sindicato, o movimento popular**, e dentro do movimento popular, os movimentos específicos, **e a grande ferramenta do partido político**.(...) A igreja tem o seu papel específico, que é na linha da fé. Ela trabalha com bens simbólicos, com princípios,com critérios,com motivações, vamos dizer, com princípios de organização da sociedade. Ela dá o sentido, não só prá vida, mas também prá nossa luta. **A igreja aponta caminhos, lança princípios, motiva os cristãos e joga na luta. Ela procura abastecer os cristãos na sua fé, através da celebração, dos grupos bíblicos, dos cursos de formação, etc, mas lança na luta. Ela não deve segurar o cristão dentro da igreja.** Ela mostra o campo de trabalho em vista da construção do Reino. E a gente mostrava os movimentos populares da nossa região.(...) **E aí os grupos de reflexão lançavam o desafio da organização.** Desde a cooperativa(...) o sindicalismo autêntico... se discutia muito a possibilidade de organizar oposições sindicais, né. E tomar esses sindicatos e implantar uma nova proposta de sindicalismo. E essa utopia foi se realizando. Um após o outro foram tomando..."* (Irmã, agente de Pastoral).

Fica claro que, na nova perspectiva da igreja, o caminho para a libertação é o caminho da organização e da luta. Nesse processo, a igreja desempenha o papel de trabalhar os princípios que devem nortear as ações, a organização e a luta e mesmo a organização da nova sociedade. Mas tem claro que a construção da organização e da luta não se dá apenas "dentro da igreja". O papel da igreja é incentivar o cristão a atuar nas outras esferas, mediações ou simplesmente "ferramentas". A igreja tem, então, o papel de incentivar, animar, estimular e de proporcionar a formação necessária para que o cristão possa atuar na perspectiva do reino, que é algo realizável no mundo material e não apenas após a morte. Se materializa na construção de um novo homem, de uma nova mulher e de uma nova sociedade. *"...em poucas*

palavras, de justiça, de igualdade, de fraternidade... de bens partilhados..." (Irmã, agente de pastoral) . Ou então, nas palavras de um outro agente de pastoral:

> *"A grande utopia era a construção de uma nova sociedade, que a gente chamava, em linguajar mais cotidiano, do dia a dia, era uma sociedade igualitária, uma sociedade justa, uma sociedade sem explorados e sem exploradores... Quer dizer, esse é o ideal"* (Agente de pastoral).

Ou ainda:

> *"Falava muito na construção do Reino de Deus, que era a justiça, terra prá todos, casa prá todos, roupa prá todos, né... saúde prá todos (...) Então a nova sociedade, a sociedade justa, prá mim, é isto: que todo mundo tenha comida, que todo mundo tenha escola, que todo mundo tenha uma vida digna, né"* (Irmã, agente de pastoral).

A ação da igreja no desempenho desse seu papel se dava através da liturgia (orientações litúrgicas, homilias escritas, enviadas para as comunidades para serem lidas no culto aos domingos, preparação de ministros etc), dos grupos de reflexão e das pastorais específicas. É sobretudo através das pastorais específicas que se deu o incentivo e a assessoria à organização dos movimentos sociais. Nesse sentido, podem ser destacadas três pastorais em especial: a pastoral da saúde, a pastoral da juventude e a CPT, sendo esta última, sem dúvida, a que teve maior influência. A descrição mais detalhada da ação dessas pastorais, será feita mais adiante. Cabe, no entanto, destacar aqui algumas outras características dessa nova forma de atuação da igreja na diocese, tomando-se por base a ação das pastorais. Em primeiro lugar, a perspectiva de classe. Veja-se, por exemplo, além dos depoimentos já citados, o que segue:

> *"-Eu achava que o movimento de juventude que existia aqui era tudo misturado. Era o jovem de classe média, o jovem operário... era uma mistura. E eu achava que esse negócio não funcionava,porque era um oba-oba,de festinha, de dança...mais na linha da festividade. (...) E eu vim prá cá com o propósito de quebrar com essa coisa no trabalho de juventude. Eu pensava que a coisa tinha que se dar a partir dos interesses concretos da própria juventude, ou seja, trabalho, estudo, emprego... (...) Então começava a discutir: 'tá aí a colheita do feijão. Quando não tinha feijão, o preço tava lá em cima...agora qua tem feijão, as cooperativas, o comércio começam a baixar o preço...' Começava a fazer análise do*

porquê disso... E com isso a juventude começou a se interessar." (Agente de pastoral).

Como se pode ver, a organização dos jovens se embasava na diferenciação entre os jovens de diferentes posições sociais (classe média, operários, camponeses, etc) e os temas se voltam às necessidades e interesses concretos de cada grupo, ou de cada classe. Isto era comum também em outras pastorais, sendo mesmo uma característica mais ou menos geral do trabalho da diocese. Essa perspectiva de classe do trabalho da igreja também pode ser percebido em outros depoimentos como por exemplo:

> *"E nós tentávamos nesse processo todo, criar uma consciência de classe, entendeu?! É assumir-se como classe, como trabalhador, como pobre, como oprimido."* (Irmã, agente de Pastoral).

Ou então, num outro momento do mesmo depoimento, no qual o agente de pastoral se refere à intervenção da igreja (no caso a CPT), no âmbito da política partidária:

> *"Ela chegô até a jogar, assim, para a questão política, nê, lança nessa mesma direção: nós temos que estar em partidos da nossa classe, nê, que tenham projetos que favoreçam a nossa classe e assim por diante. E todo o conjunto da pastoral diocesana carregava essa proposta, entendeu?! Tanto nos grupos de reflexão, na pastoral da juventude, na pastoral da terra e outras pastorais"* (Irmã,agente de pastoral)

Ou ainda:

> *"Eu até hoje lembro da exposição do Fritsch, que mostrô como a sociedade é dividida em classes, né,os que tem tudo e os que não tem, e como os que não tem precisam se organizá via movimento, ou as vezes um partido,ou uma associação..."* (Irmã, agente de pastoral)

Vê-se, então, que tanto a pastoral da juventude, quanto o conjunto das pastorais e iniciativas da diocese, a partir de um dado momento (principalmente a partir do início da década de 70), passam a atuar numa perspectiva claramente classista, procurando, em seu trabalho de formação, explicitar a existência de diferentes posições no processo de produção e na estrutura social, e que a organização deveria partir dessa diferenciação.

Destaque-se nesse sentido também, nessa perspectiva de classe, a forma bastante explícita como é colocada a questão partidária, não só pelos camponeses, mas também pelos agentes religiosos.

> *"Porque o partido tem um projeto e esse projeto representa os interesses de uma classe (...) Então o cristão, se ele quiser construir o Reino de Deus nesta terra, ele vai ter que assumir essa ferramenta da política, vai ter que entrar no partido político, filiando-se a ele ou não."* (Depoimento de Irmã, agente de pastoral).

O partido político é tido, mesmo, como "a grande ferramenta", capaz de aglutinar os vários projetos de cada movimento específico, num projeto global de sociedade:

> A)*"...queira ou não queira, numa sociedade moderna, na sociedade brasileira, na concepção política que se tem hoje, o partido passa a ser o agente aglutinador (...) o aglutinador de um projeto global.Esse é o papel do partido. Não vai ser o MST, não vai ser a CUT, não vai ser o movimento de mulheres que vai conseguir conduzir um projeto nacional. Quem consegue fazer a elaboração de um projeto nacional é o partido político"* (Agente de partoral).

> B)*"E o partido político, nós, assim, refletimos que é a ferramenta mais forte, né... o único que possibilita a conquista do poder. E uma vez tendo o poder, se pode interferir na mudança das estruturas, na mudança das leis. Então o cristão vai ter que chegar lá e atuar também no partido político, né..."* (Irmã, agente de pastoral).

Em pelo menos um dos depoimentos,a participação no partido político aparece, de forma enfática, como um compromisso do cristão:

> *"É compromisso do cristão chegar a participar no partido político, à elaboração de um projeto de sociedade, ao exercício do poder. E os documentos da igreja assinalam isto,né."* (Irmã, agente de pastoral).

É interessante ressaltar que essa mesma perspectiva foi percebida nos depoimentos dos camponeses, que também parecem ver no partido uma "grande ferramenta", que possibilita a formulação de um projeto global de sociedade, unificando os diversos projetos específicos de cada segmento ou movimento, como se pode ver no depoimento que segue:

> *"Daí a gente viu mesmo que...que só o sindicato e só o movimento, não muda a sociedade, né, não muda.Então a gente viu que quem muda e quem decide é os político. Então a gente pensô de começá a se organizá a nível político (...)a gente sentiu a necessidade de organizá o partido político ."* (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical). (17)

Um outro aspecto que aparece com bastante evidência,

tanto no depoimento sobre a pastoral da juventude como em vários outros depoimentos citados, é a estreita ligação entre o trabalho pastoral, a perspectiva da fé e da construção do Reino de Deus, com os problemas do cotidiano e da vida concreta da população. Não há separação, na prática, entre construção do Reino de Deus e a luta pela melhoria das condições de vida.

> *"É. Aqui a gente liga fé-vida, fé-compromisso político, fé-compromisso social, com as mão na prática... sempre ligando com a prática, né, com a vida cotidiana também, né. E a comunidade deve ser o ponto forte. Ela é a base..."* (Irmã, agente de pastoral).

O exercício da fé, então, deixa de ser um ato meramente abstrato, voltado apenas ao espírito ou ao imaterial e passa a ser uma atitude frente à vida concreta e aos problemas cotidianos. A vivência da fé passa a ser, então, também um espaço de tematização dos problemas ligados à vida cotidiana, através do estudo e da reflexão dos problemas sociais concretos e suas soluções. Um espaço de reflexão sobre os novos valores que deveriam nortear a vida e a organização social. As duas questões centrais a serem destacadas a esse respeito, então, são tanto a nova iluminação dada pela fé à vida cotidiana e aos problemas sociais, quanto o fato dos espaços comunicativos existentes na organização das comunidades camponesas ou nos novos espaços criados naquele momento, passarem a não mais tratar apenas da prática da oração e dos problemas referentes à realidade local, mas sim, de veicular um discurso que apresenta um novo significado a tais questões, relacionando-as com a organização social como um todo. Os camponeses, assim, passam a não mais limitar suas preocupações apenas ao âmbito da família e da comunidade imediata, mas estendê-las à organização social como um todo, pelo contato que mantém com informações e interpretações até então desconhecidas.

Nessa mesma linha fica evidente, mais uma vez a perspectiva de que só a união, a organização e a luta em torno dos interesses específicos do grupo,a partir das suas necessidades cotidianas, pode levar à libertação e à transformação das estruturas sociais injustas. O trabalho caminha, então, na perspectiva

da constituição de sujeitos históricos que assumem as rédeas do próprio destino, que atuam na modificação da situação vivida, através de "ferramentas" diversas. Não é, pois, uma atitude passiva ou de espera, mas uma atitude eminentemente ativa, onde quem conduz a ação são os próprios camponeses. Veja-se, nesse sentido, também os depoimentos a seguir:

A) *"Uma coisa que eu repeti muitas vezes pro povo que não podia esperá dos grandes a solução, que a solução do mundo entre os pobres seria pobre ajudando pobre. Isso eu repeti muitas vezes: a resposta, as soluções está conosco e com esse Deus que caminha conosco, assim como caminhou com o povo no Êxodo. Então a gente precisa se organizá. E a gente incentivava..."* (Irmã, agente de pastoral)

B) *"...nas discussões mais gerais se falava do grupo, mas também se falava da realidade da agricultura, procurando despertar e mostrar que o caminho era a organização e que não havia outra saída prá enfrentar o sistema, a não ser através de uma organização forte e muito ampla do povo trabalhador"* (Padre, agente de pastoral).

Destaque-se a recorrência de termos como luta, organização, união, conquista, etc, nos diversos depoimentos citados. Esse parece ser um elemento novo, não apenas no trabalho da igreja, mas também na vida desses camponeses como um todo. A perspectiva de organização de coletivos em torno de interesses e, sobretudo interesses de classe, foi justamente uma das questões mais combatidas pelo regime militar a partir de 1964, tendo essas interpretações sido banidas da comunicação pública. Mesmo na igreja, a nível de diocese (Chapecó), antes de 1970,não se colocava essa perspectiva, como se pode ver pela própria forma como os camponeses viviam a sua experiência religiosa.

"Você participava da igreja, rezava o terço todas as noites, em casa e tal. Mas não era uma fé mesmo... Porque mesmo o conceito de ser cristão e tal, nóis tinha um outro conceito. Porque o conceito que nóis tinha e que... não sei...nóis aprendemo assim,né,é que nóis tinha que ir na igreja, que nóis tinha que rezá bastante, que nóis tinha que comungá em jejum, aquela coisa toda. Isso era ser católico, naquela época né.Agora nos grupos (de reflexão) eu aprendi que só isso não era ser católico. Eu aprendi, por exemplo, que a justiça...que a coisa é aqui. Que a gente vive o negócio aqui. No dia-a-dia. Enxergando a pessoa do outro e tal. É aí que tá o fundamento do cristianismo. Isso eu aprendi nos grupos." (Camponês, de um dos organizadores da lª oposição sindical, no município de Caxambú do Sul.Participou ativamente também da organização de outros movimentos)

O fato de que "o padre rezava a missa em latim, enquanto o pessoal ficava rezando o terço", ou mesmo o fato de que as práticas religiosas diárias e mesmo a oração de todos os domingos, na comunidade, eram centradas na reza do terço, é revelador da forma como os camponeses viviam sua experiência religiosa, na diocese de Chapecó, antes das mudanças promovidas no início dos anos 70. Demonstra uma atitude passiva da população frente à espiritualidade e à absoluta falta de tematização da realidade social vivida, no contexto da experiência religiosa, que espelha a ausência de tematização das experiências vividas. Evidencia também a falta de ligação da experiência religiosa com os problemas sociais experimentados pela população. Nesse novo momento, ao contrário, houve uma forte ligação entre fé e vida, permeada por um discurso crítico em relação aos problemas sociais, pensados a partir da ótica de classes e o caminho da organização passou a ser apontado, através da própria pregação, como o caminho da libertação e da transformação da realidade. Veja-se, por exemplo, o depoimento de um camponês sobre os grupos de reflexão:

> *"- E nesses roteiros vocês estudavam o quê?*
> *- Bom, primera coisa que o roteiro já explica, né, que o povo tem que se organizá, tem que se defendê, né, tem que lutá por dias melhores. Esperá as coisa caí do céu, não cai. (...) Se nóis lutá, se organizá, nóis conseguimo as coisa, agora se, **se não se organizá, não lutá, né, por conta, não consegue nada.** Só que, claro, nóis temo o otro lado que, quando nóis se organizamo num movimento, numa luta, o otro lado, o capitalismo, os burguês, se organiza e vem ao encontro prá destruí a nossa organização..."*(Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco e líder sindical).

A essa nova postura frente ao papel e à forma de atuação da igreja no mundo, correspondeu também um novo espaço para o sujeito (o cristão leigo) dentro da igreja:

> *"A meta é tornar o povo de Deus sujeito dessa igreja, né. E aí o leigo vai assumindo, não apenas tarefas, mas responsabilidade e participação nas decisões em todas as instâncias decisórias que traçam os rumos dessa igreja."* (Irmã, agente de pastoral)

Ele se tornou, então, o agente principal de todo o processo, que deve organizar-se e fazer a sua própria história através da atuação nas diversas esferas ou "ferramentas" que tem à disposição, animado e estimulado pela igreja.

> *"A igreja aponta o caminho, lança princípios, motiva os cristãos e joga na luta... mostra todo o campo de trabalho em vista da construção do Reino de Deus"* (Irmã, agente de pastoral).

Mudou, então, também o jeito de ser cristão, o modelo de prática cristã. Para ser cristão não basta rezar, é preciso engajar-se ativamente na construção do Reino de Deus aqui na terra, através da participação ativa nas diversas formas de práticas organizativas existentes (pastorais, sindicatos, movimentos sociais e partido político, devendo chegar, inclusive, ao exercício do poder.

> *"Porque nós queríamos que o agricultor fosse comprometido com o seu sindicato e que o sindicato fosse a força do agricultor no sentido da reivindicação dos seus direitos e das lutas que deveriam surgir (...) E nós exigíamos, "exigíamos" entre aspas, né, dizíamos que o cristão não podia ficar fora do sindicato, tinha que entrar"* (Bispo diocesano)

E os leigos passaram a sentir-se compromissados, passaram a compreender de um novo modo o compromisso de "ser cristão", como se pode ver em seus depoimentos:

> A)*"...tem religiões que dizem assim, que mesmo passando fome...que sofre aqui na terra,isto é justo... Quem sofre aqui na terra tem o Reino dos Céus. Eu digo bem o contrário. Nóis temo a vida aqui na terra e temo a vida eterna. Agora, nóis temo que lutá prá que nóis tenha uma vida digna, uma vida que nem a Bíblia ensina. Uma vida digna para todos, onde tenha casa, tenha morada, tenha o que comê, tenha o que vestí e tenha onde se divertí... E também a vida eterna. Agora uma coisa é ligada a outra, né. Porque a Bíblia diz seguinte, vamos supor... prá ser bom cristão, prá ter a vida eterna, tenho que lutá aqui na terra para que todos tenham uma vida digna. Não só eu. ...e que essa participação minha seja dia-dia, junto àquele que não tem. Não dá o que comê. Agora ajudá a organizá. Organizá prá que ele tenha dias melhores. Não dá o peixe prá ele comê, mas sim ensiná ele pescá.(...) Nóis sê cristão não é rezá. Rezá faiz parte, a oração faiz parte da nossa vida, agora o principal de nossa vida é a luta, a luta por dias melhores, onde o povo tenha uma vida digna. Esse é o objetivo. E nóis temo que lutá, se organizá dentro da igreja e falá claro dentro da igreja Se falá só que Deus salva, que Deus é o protetor, que Deus dá o pão de cada dia e não vê quem nos explora, quem nos massacra, quem é o ladrão... Nóis temo fome por que? Deus qué isso? Deus não qué isso. Deus é contra. E por isso que o cristão, como filho de Deus, tem o compromisso de lutá contra isso. Não é só dizê vamo rezá aqui que daí Deus despeja tudo."* (Camponês,líder da ocupação da fazenda Burro Branco 1980 líder sindical).

B)"*Ser cristão, não era só ir na igreja rezá. É o grupo ensinava, né. Não é só í na igreja e rezá. Era começá a enxergá mais longe. Que ser cristão é ter compromisso com o... com o povo, com a comunidade. Não é só ter recebido o batismo e tal, mas sim é aquele que tinha compromisso com as propostas de Cristo. Isso ensinava o livro:ter compromisso. E o que é que era as proposta de Cristo? é prá que todos tivessem comida,prá que todos vivessem bem, que um não tivesse demais e outros não tivessem nada... Isso era ser cristão.*" (Camponês, líder da primeira oposição sindical)

O que se percebe é que não apenas mudou o modo de compreender a prática cristã e suas implicações, como mudou também a forma de compreender o próprio Reino de Deus: se antes a idéia do Reino de Deus estava ligada apenas à idéia de transcendência, de céu, de vida após a morte física, nesse momento o Reino passa a ser compreendido como uma realidade que se inicia já, aqui na terra e aqui tem que ser construído. Isso significa na verdade, uma profunda transformação no entendimento, com repercussões significativas na maneira de pensar e proceder.

É interessante observar como os camponeses identificam a existência de dois momentos bem distintos da vivência religiosa. O antes e o agora. O antes, a prática alienada, desligada da vida concreta (só rezá). E o agora, em que ser cristão é lutar, é estar comprometido com a justiça e com o bem-estar das outras pessoas. Nessa perspectiva, o engajamento, a participação em movimentos e a luta pela construção de uma nova sociedade se confundem, para os cristãos, com a construção do Reino de Deus e, portanto, com o desempenho do compromisso mesmo de ser cristão. Um compromisso percebido e reforçado a partir da própria leitura e interpretação das mensagens bíblicas, como se vê no exemplo a seguir:

"*Foi feito muitos encontros e tal e cada encontro tinha um trecho da Bíblia.Então eu fazia ligação daquele trecho da Bíblia... E eu lembro uma do novo testamento que me chamô muita atenção. Com essa menasagem definiu também um pouco a minha participação... Duas mensagem até. Uma é aquela dos talentos, que diz assim que cada um tem os seus talentos e não pode enterrá os talentos.Porque se enterrá os talentos ele...ele tá prejudicando, né. Ele tem que botá os talentos que ele tem prá fora, prá funcioná, prá ajudá e tal.* ***Essa foi uma mensagem daquelas que...muito... que eu senti que tinha alguma coisa prá dá, prá fazê, prá ajudá. E eu não podia segurá aquilo prá mim. Tinha que...era compromis-***

*so meu. Outra mensagem é aquela assim, que, eu não me lembro agora na...na Bíblia onde que tá, mas é também do novo testamento, que diz ansim que 'eu tive fome e me deste de comer, que eu tive sede e me deste de beber...' e tal. Daí o cara pergunta:'mas quando é que eu...que eu fiz isso, ou não fiz isso?' Diz: 'Bom, cada vez que você não fez isso prá qualquê um, por mais pobrezinho que seja,foi prá mim que feiz'.Isso me chamou muita atenção. **Eu me senti comprometido, que eu tinha que fazê, porque se eu tava fazendo prum bem fraquinho, eu tava fazendo prá Cristo, né. E se eu tava prejudicando ele, se eu não tava ajudando né... Esse é um compromisso de cristão. Isso eu aprendi no grupo de reflexão. Isso eu acho que prá mim foi a base de tudo."*** (Camponês, um dos organizadores da 1ª oposição sindical da região. Participou ativamente também, na organização dos outros movimentos).

Ao que tudo indica, ao engajarem-se, ao lutarem, ao enfrentarem as adversidades da luta (nos acampamentos, nos enfrentamentos com a polícia, etc) os camponeses o faziam em nome de Deus, em cumprimento ao seu dever sagrado de cristãos, o que facilitava muito no seu processo de mobilização. Veja-se, por exemplo, o depoimento a seguir:

"- O que significou prá você essa sua história de luta, esses 13 anos que você está na luta?
*- Eu...eu acho que tô cumprindo...eu, assim, na minha avaliação, **acho que tô cum-prindo, dentro desses poucos anos que cada um veve aqui na terra, né, eu tô cumprindo o meu compromisso como cristão, como filho de Deus.. como ser humano aqui na terra, eu tô seguindo o exemplo de Cristo, né."*** (Camponês, líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980 e líder sindical).

É preciso, porém, fazer uma ressalva. Mesmo estimulando o cristão a assumir a luta e a organização nas diversas esferas, até mesmo no partido político, a igreja não perdia de vista o seu compromisso com a evangelização. Aliás, todo esse processo tem em vista, antes de tudo, a evangelização. Ou seja, de forma semelhante ao que foi afirmado no final do parágrafo anterior, a igreja, ao mobilizar, estava buscando cumprir a sua missão na difusão do evangelho e na construção do Reino de Deus.

"Porque o trabalho é a evangelização. Evangelizar é fazer conhecida a proposta de Deus, a boa nova da libertação do Reino de Deus. E nós queremos formar agentes de construção desse Reino. Sujeitos. Gente que assume a causa do Reino, da construção do Reino, através dos diversos espaços. Lá como igreja, lá como movimento, lá como partido. Lá nas diversas esferas você é um cristão e você vai agir como cristão. E você leva a

sua proposta em nome da sua fé (...) sem perder a sua identidade de cristão." (Irmã, agente de pastoral)

Nesse sentido, é importante registrar que essa nova maneira de compreender o trabalho da igreja, no caso estudado, está calcada numa reflexão teológica,desenvolvida, principalmete na América Latina: a Teologia da Libertação. (18)

É preciso registrar, porém, que, como a ação dos agentes de pastoral na perspectiva aqui descrita não foi unânime, como já se fez referência anteriormente, tendo havido resistência por parte de alguns padres e outros agentes de pastoral, diferentes desdobramentos foram registrados. Em alguns casos, tanto podia ocorrer que tais agentes passassem a receber crítica e mesmo oposição por parte dos camponeses mais mobilizados, como também podia ocorrer que nas áreas de sua atuação, a transformação das formas de atuação da igreja e a mobilização dos camponeses ocorressem em menor intensidade. No mesmo sentido é preciso registrar também que nem todos os camponeses aceitaram sem resistência a nova forma de atuação da igreja. Vários relatos dão conta da existência de resistências. Esta, porém, tanto podia representar uma resistência inicial, devido ao choque entre as estruturas normativas vigentes e os novos valores propostos, superada ao longo do tempo, (este tópico será desenvolvido adiante) quanto se constituir numa resistência cristalizada, levando, em alguns casos, até ao afastamento de alguns fiéis das igrejas, como se pode ver pelo depoimento a seguir:

"— Será que teve muita gente que foi pros movimentos por causa que a igreja estava apoiando?
— É. Como teve gente que por causa da igreja até se retirô. Que eram a favor das barragens e como a igreja não tava a favor , eles até hoje nem vão mais na igreja, né. Mas acho que a igreja fez o papel dela, que tinha que fazê. Acho que ajudô bastante... e, prá muita gente, que nunca participava, com isso ajudô fazê que eles participasse, né." (Camponês, líder do MAB e líder sindical).

Essas diferentes posições também podem ser compreendidas pelos conceitos da abordagem Thompsoniana,sobretudo os conceitos de experiência e de consciência afetiva e moral. A interpretação das experiências depende, pois, tanto de fatores culturais quanto de fatores subjetivos,ligados à vontade, a qual é influênciada

também pela interpretação das experiências passadas. Assim, segundo THOMPSON, a forma como uma população, ou membros de uma população dada irão reagir a uma experiência qualquer, escapa a toda e qualquer predição. Desse modo, mesmo que grande parte dos camponeses tenham se sensibilizado ao chamamento feito pela igreja, houve os que reagiram negativamente, questionando suas pregações.

Os maiores questionamentos se deram no sentido de que a igreja estava entrando em questões que não lhe diziam respeito, em questões de caráter político e aí, principalmente, que o discurso e a prática da igreja se identificavam com o discurso e a prática do PT. Dentre os líderes entrevistados, dois relataram em suas experiências, reações fortes de membros da comunidade em relação ao seu trabalho. A nova interpretação e o novo tratamento dispensado ao pobre pela igreja, também foi alvo de questionamentos, sobretudo nos momentos iniciais do trabalho, chegando-se em alguns casos a identificar o trabalho da igreja com uma proteção injustificada dos que estavam dispostos a trabalhar.

> *"E o pessoal começava a falar mal da gente e dizê: 'em veis de trabalhá fica fazendo esse negócio,né. É porque é típico de pessoas que não gostam de trabalhá.(...) O cara não gosta de trabalhá na roça, vai fazê reuniãozinha... e a igreja ainda pega eles debaixo do braço, leva junto... prá isso é que eles ajudam,né."*(Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Todos os relatos a esse respeito afirmam que, passados os primeiros momentos, as reações diminuiram e se tornaram mais localizadas. Também evidenciam que as reções mais fortes e mais persistentes vieram, principalmente, dos setores mais abastados da sociedade e dos camponeses com propriedades maiores. A evolução desta questão será vista mais adiante na análise da evolução das estruturas normativas.

É preciso considerar por fim que o processo de estímulo à participação ativa do leigo e à sua auto-organização não ocorreu sem contradições e conflitos. Se no princípio não houve maiores conflitos entre a presença acentuada da igreja, a organização dos camponeses e a sua busca de autonomia, nos momentos posteriores, quando os movimentos conseguiram montar a sua

própria infra-estrutura e adquiriram as condições necessárias para agir autonomamente, vários conflitos emergiram, relacionados principalmente à questão da autonomia dos movimentos, ao papel da igreja em relação aos mesmos após a sua estruturação, bem como a questão de valores e concepção metodológica.

Quanto à questão da autonomia dos movimentos sociais em relação à igreja e/ou outras instituições, embora a autonomia fosse uma meta reiteradamente explicitada pelos agentes religiosos, houve algumas contradições e atritos manifestados por ambas as partes, conformes relatos a seguir:

A.) *"... de que o que nóis decidia tinha que passá por uma opinião da igreja. E aí a questão da autonomia? Nóis começava a batê. (...) que eles fizeram tudo por nóis não dá prá negá isso. O papel da igreja foi fundamental. Só que eles acharam que depois que nóis começamo andá pelas próprias pernas, ou opinião própria, que nóis tava ignorando tudo isto, né. E nóis nunca ignoramo isso. Toda a história que eu conto eu sempre digo que se não fosse a igreja, nóis não ia tê chegado onde nóis tamo hoje. Só que eles queriam continuá a tê você debaixo das asas, né."* (Camponês,lider da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

B.) *"... Então houve, assim, momentos de conflito na relação igreja/movimento, né, com respeito a essa questão da autonomia... Agentes, pessoas que intervinham em momentos que não era sua tarefa, né... por outro lado, alguns movimentos, agindo com sua autonomia própria, com todo o direito, mas sem pelo menos, comunicar a igreja. Vou te dar um exemplo aqui do MST A igreja sempre ajudou os sem terra a se organizar. Sempre lançou para a luta pela terra. E houve momentos, depois, em que o movimento só procurou pela igreja no momento de arrecadar comida para os acampados. (...) Mas no processo, a igreja não... não foi convidado a participar."* (irmã, agente de pastoral).

C.) *"Se verificou mais tarde... em relação ao M.S.T., né, que passou a ter sua organização, a decidir a questão das ocupações, a chegar nas áreas e organizar o acampamento, sem evolver na discussão preliminar os agentes de pastoral e depois que se consumava o fato, que estava na ocupação, então, mais ou menos, forçava a barra ou até exigia: "agora que nóis entremo na área, aí vocêis tem que nos apoiá e... organizá, coletá aí prá ajudá o pessoal que tá nos acampamentos." Aí muitos agentes de pastoral não gostaram da história de ser mais ou menos instrumentalizados, ou então, na discussão política marginalizados e depois, quando era prá ajeitar... a sustentação, então e recorria de novo ao agente de pastoral. Mas na questão de decidir os encaminhamentos, era deixado de lado. Alguns do movimento falavam abertamente que... que a igreja não fazia revolução, ou outros diziam: "o espaço da igreja tem que ser usado, nóis temos que aproveitar o que*

puder," e assim por diante. E os agentes ficaram sabendo dessas afirmações, dessas atitudes, dessa política e isso acabou, em alguns momentos aí, acirrando muito os ânimos e conflituando o relacionamento." (Padre, agente de pastoral).

Sem entrar no mérito da questão, o importante é registrar a existência desses conflitos e contradições no momento em que, efetivamente, os movimentos adquiriram condições de agir com autonomia. Tais fatos chegaram a causar um certo estremecimento na relação dos setores da igreja envolvidos com os movimentos, embora sem comprometer a possibilidade de articulação entre ambos, principalmente nas ações localizadas, ou seja, no interior dos municípios. Ambos (agentes e lideranças) afirmam que esse relacionamento continua existindo, mesmo que a igreja esteja numa atitude mais cautelosa e precavida. Ambos também (agentes e lideranças) reconhecem ter havido excessos de ambos os lados (igreja e movimentos) como se viu, por exemplo, no relato B, acima citado (*"...Agentes, pessoas que intervinham em momentos que não era sua tarefa..."*) ou então no relato a seguir:

" Eu acho que teve momentos em que o movimento radicalizô demais, né. Isso já apareceu, já foi avaliado. Quê dizê, nóis fomo muito radicais. Por exemplo, tinha lideranças que iam prá os municípios organizá os sem terra e se a igreja não apoiasse... se o sindicato não apoiava, se não cedia o carro, já era chamado de pelego. Já ia pro pesado. Aí, inclusive, foi avaliado... que não era por aí o caminho... Quê dizê, tinha uns padres que até hoje, né, apoiam assim... são como base de apoio, agora, não organizam lá no município. Mas já é alguma coisa". (Camponês, Coordenador regional do MST e um dos seus fundadores na região)

A indefinição do papel da igreja em relação aos movimentos após a sua estruturação, também foi motivo de tensões e até, de um certo afrouxamento das relações entre movimentos e igreja como se viu no relato C, citado acima :*"a igreja não faz revolução"...* ou *"O espaço da igreja tem que ser usado... tem que aproveitar o que puder..."* etc, ou também como se constata no relato a seguir:

"... a partir do momento em que os outros tinham autonomia e condições de tocar, nós, agentes de pastoral, não conseguíamos, de forma clara, encontrar... ou assumir uma nova identidade no nosso papel em relação a esses movimentos. Enquanto era prá criar, prá... prá ajudar, organizar uma oposição sindical ou um movimento, a gente tava junto. Depois que eles tinham autono-

> *mia, que iam tocando, o que cabia pro padre fazer? (...) A gente não sentia bem o papel que nos cabia depois que o movimento tinha a sua autonomia."* (Padre, agente de pastoral).

Essa indefinição podia provocar, entre as lideranças camponesas, interpretações que conflitavam com os objetivos e interesses da igreja e seus agentes de pastoral. Como se vê nesse outro depoimento de um líder sindical:

> *" Quando uma pessoa não cumpre rigorosamente as questões religiosas, missa... do esquema da igreja, mas tá na luta do dia a dia... eu prá mim, eu acho que a igreja devia ficá gratificada por isso... Eu acho que o papel principal da igreja é o de animador. Animá... aqueles que tão lá na sua casa que tu... não consegue saí, se tu qué trazê eles direto pro movimento sindical, é muito difícil... ou pro movimento popular ou partidário, né... Eu acho que aí tem coisas que você não consegue fazê sem a igreja. Nóis temos questões práticas na ação sindical que é importante e que nóis não temo estrutura prá conhecê em cada comunidade, cada bairro, as lideranças, e a igreja tem. Então, até prá sugerí liderança prá uma luta mais forte, sindical é..."* (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Ou seja, essa falta de definição clara do papel da igreja em relação aos movimentos originou, em muitos casos, expectativas diferentes por parte de agentes e lideranças o que acabou gerando tensões a atritos entre lideranças e agentes religiosos.

Também percebe-se a existência de alguns atritos e questões na relação igreja/movimento após a estruturação destes, devido à questão de valores. Tendo contato com novas experiências, algumas lideranças passaram a relativizar ou até questionar valores difundidos pela igreja até então tidos como inquestionáveis.

> *"Porque eu, no início, era assim. Tudo o que a igreja falava era inquestionável (...) mas depois eu comecei a tê um problema que, enquanto eu fazia isso, tudo o que a igreja achava eu também achava que tava correto, eu era o cara perfeito. Quando eu comecei a caminhá com as próprias pernas, eu comecei a sê um cara complicado prá igreja, setores da igreja, né.(...) Por exemplo a igreja na época condenava as pessoas que iam prá diversão, né. Tipo assim, o cara ia pro baile, e eu dizia isso também: 'em veis de vocêis i pro baile, dão esse dinheiro que vocêis gastam na cerveja e na entrada, prá nóis do movimento, prá nóis i fazê a luta. Né, em veis de dá pros capitalistas, isso dá prá enriquecê os donos das cervejarias, essas coisas'... e eu... que eles falavam e eu também, né. Só que perdi os companhero, né. Que não dá prá tirá isso das pessoas.*

> *Nóis, enquanto durigente i pruma festa, i num baile... no máximo que nóis fazia era jogá bola. Porque o resto era coisa de capitalista, né. Era dá dinheiro pros rico. E aí, quando nóis começamo a dizê o seguinte: `ou nóis vamo onde o povo tá e respeitemo os costume e os valores, as coisa que eles vão construí, que não prejudica diretamente o movimento, ou nóis vamo fazê o movimento sozinho.`(...) Aí começô dá problema. Fui... fui jogá bolão, coisa que eu nunca jogava, né, mas eu até as veis ia, porque, dependendo de quem tava no bolão, eu achava interessante... eu tomava uma cachaça, apesar dela me fazê mal, mas as veis eu tomava um porque eu achava que era importante tomá uma cachaça, porque daí o cara ia conversá comigo. E isso era condenado... Essas coisas pequenas foram muito condenadas pelo pessoal: `não, agora o cara caiu fora do Reino de Deus.` Eu então dizia assim: `se isso é Reino de Deus, então eu tô fora dele. (...) E tem umas outras coisas que se perdeu, que é a própria questão da família, né. Aquela questão de forçá famílias, né, de constituí famílias, tentá trabalhá do ponto de vista de que tem que sê daquela família como a igreja pensa, não como a evolução da sociedade. Eu acho que isso também traz problemas.*" (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

Esse questionamento em relação aos valores também se percebeu em alguns momentos da trajetória do MMA, quando o movimento começou a incluir em suas discussões alguns temas aos quais setores da igreja fizeram restrições. Embora fossem problemas mais localizados, não atingindo o conjunto dos movimentos e de suas lideranças, esses conflitos são reveladores do surgimento de uma atitude nova dos camponeses em relação aos valores e em relação à própria igreja. Nesse sentido, a pouca atenção dada pela igreja a temas como: sexualidade, relacionamento interpessoal, etc, e a própria dificuldade da igreja em renovar-se em relação a certos valores, como por exemplo, na questão da sexualidade, casamento, etc., contribuiu para provocar algumas contradições na evolução do seu relacionamento com setores da população que, a partir mesmo dos movimentos, passaram a ter contato com novas experiências e novas interpretações sobre as mesmas. A falta de uma maior atenção e de uma reflexão mais profunda sobre a questão, deixou a igreja sem muitos referenciais para enfrentar o problema.

> *" A gente não trabalhou muito a questão da espiritualidade ... a questão da sexualidade e afetividade, os valores ético-morais, né... trabalhou sim, mas diluído, entendeu? Mas não se fez uma reflexão mais profunda. E aí quando veio a crise dos militantes, crise de valores que você pergunta: vê: casamento ainda é válido? O amor tem*

que ser duradouro? A relação sexual fora do casamento, porque não? Se é gostoso, se realiza a gente, se não sei o que, se o que importa é a... a realização pessoal? Mas aí a gente coloca em jogo outra questão: e o valor do corpo, o valor do outro né? A saúde, a relação familiar, como é que fica? A gente conhece casos aí né, que... que... as custas da realização pessoal, muitas famílias estão quebradas né, as pessoas, os filhos aí querendo a presença dos pais em casa ou da mãe né. E como é que fica isso aí?" (irmã, agente de pastoral).

E reconhece mesmo que:

" A teologia da libertação, ela avançou no aspecto social, mas no aspecto da moral sexual, da questão pessoal ainda sabe... tá meio receosa, tá mais lenta. É uma questão mais complicada né, difícil de mexer." (irmã, agente de pastoral).

Por outro lado, a tentativa de algumas lideranças de transferir para todo o grupo suas convicções pessoais, também contribuiu para o surgimento de tensões e atritos no relacionamento com agentes religiosos, como revela o relato a seguir:

"... As vezes o padre da paróquia era rejeitado no atendimento religioso, porque ia lá prá rezar a missa, prá batizar e algumas lideranças do acampamento muitas vezes, rejeitando e não dando valor prá esse tipo de coisa que os acampados tavam querendo. Que a maioria tinha uma religiosidade muito profunda e eles queriam a celebração da missa, queriam o batizado, queriam o casamento religioso, mas... mas essa parte da religiosidade popular era desprezada por alguns líderes que passaram a priorizar muito mais a dimensão da... da eficácia, da prática da luta, da dimensão política em vez da dimensão religiosa." (Padre, agente de pastoral).

Por fim, é preciso registrar o surgimento de contradições entre igreja e movimentos sociais devido ao desenvolvimento de diferentes concepções em termos de metodologia e estratégias de ação.

Se nos primeiros momentos os princípios de ação propostos pela igreja serviram de referência fundamental, senão exclusiva para a ação dos movimentos, as novas experiências vivenciadas ao longo do processo de organização e de luta, possibilitou aos camponeses a sua relativização e a elaboração de novas concepções a respeito. Esse foi, sem dúvida, um dos principais elementos de tensão e até afastamento entre igreja e movimentos. O relato a seguir, dimensiona bem essa questão.

"Nóis entendia que o processo tinha que ser... um tanto radical e organizativo, né. Quer dizer

então... se nóis não radicalizava em algumas coisas, as conquistas não viriam. Por exemplo, as ocupações do INCRA, de palácio e coisarada. E isso a igreja e o sindicato não apoiava né.(...) Por exemplo, em 85, a orientação que nóis tinha, né, a decisão que nóis tinha era de não ir pro conflito, pro confronto, né. No caso, nem num despejo. Se vinha o pistoleiro lá nóis recuava, nóis saía. Nóis não ia pro pesado né. Agora isso né, qué dizê, de 85 a 87, nóis tivemo que mudá a estratégia, né. Qué dizê, se nóis ia na onda de... de ficá lá como cordeirinhos, né, vinha lá um pistoleiro e atropelava nóis. E nóis não ia avançá no processo, né. Se chegô a discussão e à necessidade de nóis radicalizá, nesse campo, nesse lado. Os cara vem, nóis vamo tê que enfrentá. Senão nóis não vamo conquistá a terra.
— E como é que a igreja via isto?
— Isso é um tanto complicado né, é por isso também, um pouco, que a igreja foi se afastando. (...) Então isso assusta muito o sindicato e a igreja... teve muito padre e coisarada... ministros, essas lideranças, né, que... que eram base de apoio, que hoje tão meio resguardado, né. Achô que ir pro pau... que não era por aí o caminho."(Camponês,coordenador regional do MST e um de seus fundadores).

Ou seja, segundo a elaboração das experiências vividas no processo de luta pelos camponeses, os princípios da resistência pacífica, da não violência ativa, etc., defendidos pela igreja, não se adequavam a todas as situações que, segundo suas interpretações, exigiam, em muitos casos, ações de resistência baseadas no enfrentamento. Para compreender a evolução dessa relação igreja/movimentos, recorremos novamente ao conceito de experiência de THOMPSOM, segundo o qual as pessoas experimentam as situações e as relações em que se encontram, com suas necessidades e interesses (a necessidade da conquista da terra, por exemplo) e também com seus antagonismos, e elaboram a consciência de tais experiências dentro das coordenadas de sua cultura e das condições histórico- sociais, pelas vias mais complexas, podendo atuar sobre sua própria situação através de estruturas de classes em que se encontram inseridos. No caso do MST, por exemplo, o firme propósito de conquistar a terra de um lado, e a percepção da utilização acentuada da força e da violência por parte dos fazendeiros e a impossibilidade da conquista dos seus objetivos sem enfrentamento, de outro, levou os sem terra a relativizar a validade da resistência ativa não violenta, proposta pela igreja, e a modificar suas estratégias. Da mesma forma, por exemplo, o MMA, ao travar contatos com as estruturas burocrático-administrativas do Estado, puderam perceber a opção de classe destes e a

falta de disposição das mesmas em responder as suas demandas, passou a questionar a eficácia das ações comunicativas voltadas à persuasão dos funcionários do Estado e passaram a ações de caráter estratégico como ocupação de prédios, gabinetes, etc.

Os elementos expostos indicam que a nova forma de ser igreja e o novo modo de ser cristão, contribuiram decisivamente para o engajamento dos camponeses nas lutas em torno de seus problemas e expectativas. Porém, isso não se deu de forma totalmente isenta de conflitos, tensões e contradições. Por outro lado, num momento posterior, as experiências vividas pelos camponeses no próprio processo de engajamento desencadeado pela igreja, possibilitou aos camponeses a relativização de suas propostas e seus valores.

4.3.4. ESPAÇOS COMUNICATIVOS, ESTRUTURAS NORMATIVAS E MOBILIZAÇÃO

Parece já ter ficado claro até este ponto, o fato de que a nova perspectiva de atuação da igreja local redefiniu e alterou o conteúdo e a forma de funcionamento de espaços comunicativos já existentes no meio da população camponesa, como a comunidade organizada em torno da capela e o encontro de oração realizado, regularmente, todos os domingos e dias santos.

No caso da comunidade da capela, a mesma passou a ser vista não apenas como algo restrito aos limites das famílias que a ela pertenciam, ou seja, como uma organização voltada às questões internas do grupo que a compunha, mas sim como um grupo organizado, cuja situação e interesses mantém profundas relações com a sociedade envolvente, sendo a organização comunitária um ponto de partida para a defesa de tais interesses no jogo político da sociedade como um todo. Muda então a percepção do significado da vida comunitária e do que a comunidade podia fazer, o que implica numa mudança de interpretação sobre a sua própria natureza.

Por outro lado, os camponeses pertencentes a uma comunidade deixaram de ser percebidos como um grupo indiferenciado de

pequenos produtores rurais e passaram a ser vistos também em suas especificidades internas, as quais passaram a se aglutinar em torno de novas identidades (sem terras, mulheres agricultoras, atingidos por barragens, pequenos proprietários etc). Ou seja, certas diferenças, antes tidas como "naturais", passaram a ser tematizadas e compreendidas no interior de um espaço marcado por diferenças e permeado por interesses diferenciados.

Já o encontro de oração realizado, regularmente, aos domingos e dias santos, deixou de ser apenas um local de ritos e rezas repetidas e sem a preocupação de articular-se com o cotidiano vivido pelos camponeses e passou a ser realizado de forma articulada com as situações vividas pelos seus participantes. Em primeiro lugar,então, modificou-se a sua forma. A reza do terço foi substituida pelo culto, uma celebração similar a uma missa, com espaço para a reflexão sobre um tema (especialmente na homilia), reflexão esta iluminada pela leitura de um ou mais textos bíblicos (normalmente 2)e que, seguindo a nova orientação da igreja, eram, freqüentemente, relacionados à realidade atual. O culto tornou-se, então, um espaço onde os camponeses aprendiam o novo significado de "ser cristão", nos termos acima definidos, o que implicava num compromisso com a justiça e com o bem-estar da coletividade. No espaço do culto os camponeses passaram a ouvir novas interpretações sobre fatos e temas diversos, freqüentemente ligados aos problemas enfrentados no cotidiano, muitos dos quais relacionados com o processo de modernização da agricultura. (19)

Por outro lado, tomando como base a comunidade organizada, novos espaços comunicativos foram criados. Dentre eles destacam-se principalmente os grupos de reflexão e as pastorais especificas, dentre as quais se sobressaem a CPT, a Pastoral da Juventude e a Pastoral da Saúde.

A criação desses novos espaços comunicativos/interativos, a nível de comunidade, por sua vez, implicou na criação de novos e importantes espaços comunicativos a nível de setores (subdivisão dos municípios em várias regiões de atuação pastoral), em nível de município e em nível de região. Trata-se de cursos e encontros de formação de lideranças, onde eram prepara-

dos os agentes (lideranças) para o desencadeamento/funcionamento dos novos espaços a nível de comunidade. Nesse sentido, a igreja trabalhava em duas direções: a formação básica e a formação específica, como será detalhado adiante.

Por fim, é preciso considerar que os próprios movimentos sociais, ao serem criados, passam a ser espaços comunicativos/ interativos existentes junto à população. A seguir far-se-á uma breve análise desses diversos espaços comunicativos e do seu significado para o processo de mobilização.

a. Os grupos de reflexão

Os grupos de reflexão foram, sem dúvida, um dos espaços comunicativos mais abrangentes e de maior influência para a requalificação dos camponeses para a prática política, tanto pelo discurso crítico veiculado no seu interior, quanto pela oportunidade ímpar de retomada do exercício da palavra e da crítica pelos camponeses. Reunidos em pequenos grupos de vizinhos que já se conheciam e que, inclusive, já tinham o hábito de conversar entre si nas visitas de fins de semana e dias chuvosos, nos "serrões" ou "filós", feitos à noite, ou mesmo nos encontros dos domingos no espaço da comunidade, os grupos de reflexão caracterizaram-se como uma reunião de vizinhos um pouco ampliada, onde se reuniam algumas famílias (20) para conversar, estudar e discutir sobre temas propostos por um roteiro, fornecido pela diocese, o qual era elaborado a nível de diocese.

Enquanto uma conversa entre vizinhos, os grupos tinham a grande vantagem de estimular a participação sem contar com o bloqueio da inibição, que certamente teria dificultado a participação de muitos camponeses, pouco afeitos ao exercício da palavra no espaço público em grupos mais ampliados. Por outro lado, os temas eram de conhecimento dos camponeses, o que facilitava a participação. Nesse sentido, os grupos de reflexão foram para os camponeses o espaço de prática de liberdade e de estímulo à participação e argumentação que, como coloca TARELHO (1988), é fundamental para a retomada da livre comunicação e superação da falsa consciência. Os grupos de reflexão, pelas suas caraterísti-

cas, fomentaram um espaço que possibilitou aos camponeses a participação num clima de liberadade e confiança mútua.

Havia, porém, algumas diferenças significativas entre o grupo de reflexão e uma conversa informal entre vizinhos, as quais os camponeses estavam habituados. Em primeiro lugar, o encontro tinha dia, hora e local previamente definidos para ocorrer e era realizado para a discussão de um tema específico, definido pelo roteiro. Em segundo lugar, a dinâmica da conversa tinha algumas diferenças importantes. Uma delas era que o roteiro, além da proposta de tema, também trazia textos que eram lidos e estudados para fundamentar a abordagem do tema proposto.

> *"- Como é que era a sistemática dos grupos?*
> *- Tinha um roteirinho. Começava com uma oração, depois um texto bíblico, né. E depois uma história que...da realidade,que cozparava com o texto bíblico. E aí se fazia uma rodada de discussão."*(Camponês, um dos líderes da oposição sindical de Chapecó e um dos organizadores do MST na região).

Eram, então, sempre dois textos. Um retirado da Bíblia e outro que fazia a comparação do texto da Bíblia com uma situação do cotidiano da vida dos camponeses, referente ao tema proposto. Era chamado de "Texto da vida." Logo, a conversa não se dava apenas a partir das representações presentes na cultura, no imaginário e na consciência afetiva e moral dos camponeses, mas era "iluminada" por textos nos quais a igreja, valendo-se da sua inquestionável credibilidade e seguindo a perspectiva teórico/doutrinária da Teologia da Libertação,propunha interpretações freqüentemente novas para os camponeses, referentes aos fatos analisados.é o caso,por exemplo, da perspectiva da transformação das necessidades em direitos (acesso à terra, preços justos, etc), do exercício da autoridade como serviço e não como mando ou mero exercício de poder (autoridades governamentais, sindicais, eclesiais, etc), da existência de distintos interesses na estrutura social (ricos e pobres,dominantes e dominados, etc), da necessidade de organização e de luta assumida e conduzida pelos próprios camponeses para a modificação da situação, do compromisso do cristão com o bem-estar material dos seus semelhantes, de que o Reino de Deus deve ser construído na vida

concreta das pessoas, etc, apenas para citar algumas das que se revelaram mais importantes para o processo de mobilização.

Cabe aqui uma observação sobre o fato da igreja ter tido o cuidado de não afastar-se, ou não perder contato com os interesses e necessidades da própria população, tanto na definição dos temas, quanto na proposição de interpretações alternativas sobre os fatos, como se pode deduzir, a partir da análise de relatos como os que seguem:

A) *"Os primeiros temas eram ligados mais a questão da comunidade...funções, serviços, trabalhos,a necessidade de participação, a cooperação,o sentido das festas da comunidade,e também algumas coisas mais da conjuntura, do sistema da época, o capitalismo e assim por diante. (...) Isso foi se aprofundando cada vez mais, né, e a medida que o próprio povo foi caminhando, também, muitas vezes, o próprio material do grupo foi elaborado a partir das sugestões de temas dados pelos próprios dirigentes de grupo..."* (Padre, agente de pastoral).

B) *"Mas depois que comecemo a participá, comecemo a percebê que a igreja também tava mudando, né. Então se fazia as reunião na própria paróquia...depois se escolhia uma coordenação, uma equipe se reunia nas diocese e daí saía os assuntos prá ser comentados no próximo ano, dentro dos grupos. Então os temas eram... a gente foi percebendo e ajudando prá que os temas prá ser discutidos viessem de acordo com a região... os acontecimentos, a necessidade de se discuti... os assuntos eram programados lá dentro, pelos próprio pessoal da região".* (Camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical).

Outra diferença é que o roteiro, além da conversa e do estudo, através de questões propostas, estimulava a discussão, a crítica, a troca de idéias e a emissão de opiniões sobre os temas em discussão. Essas discussões significaram a retomada, tanto do exercício da crítica, quanto do exercício da palavra no espaço público.

O depoimento dos líderes e agentes de pastoral entrevistados dão conta de que, mesmo ocorrendo em pequenos grupos e num ambiente familiar, a participação,nos primeiros momentos, em muitos casos, era abaixo do esperado, em função principalmente do fato dos participantes terem que emitir opinião sobre os temas propostos, a partir das leituras e questões propostas, uma prática para a qual os camponeses sentiam-se pouco preparados. Muitos camponeses, nos primeiros momentos, segundo os entrevistados, sentiam-se despreparados e achavam que não sabiam dar opinião, ou

que o que tinham a dizer não era nada de importante. Aos poucos, porém, a participação crescia e as discussões se intensificavam, para o que contribuíam,principalmente,os estímulos e a motivação feitas pelos coordenadores de grupo (que eram preparados para tal)e pelos próprios agentes de pastoral. Os depoimentos a seguir dão conta das características desse processo:

A)*"...a gente tinha um material que era fornecido pela paróquia, pelo grupo da pastoral e a gente fazia as reuniões, praticamente mais a noite, nos grupos de família, aí aonde se usava muito a mensagem bíblica em cima da realidade de hoje, e passava às perguntas a ser discutidas com os próprios agricultores, né. Então eles levantavam as sugestões deles, o que que eles achavam, o que eles pensavam disso, né. E no final sempre havia uma tarefa prá ser feita..."*(Camponesa, líder do MMA e líder sindical).

B)*"...esses encontros de famílias eu acho que foi o ponto de partida, que começo a abri... o pessoal prá conversá. A gente se reunia ali entre vizinho... uma parte deles não sabia nem lê e aí a gente ajudava eles. E aí eles, nas reuniões que se faziam ali da coordenação, entre os coordenadores dos grupos, a gente tava preparado prá fazê com que todo mundo falasse, mesmo que fosse 4 ou 5 palavras, mas dá a sua opinião. E com isso conseguiu abri uma confiança maior entre os próprios atingidos, entre o próprio pessoal ali, de chegá numa roda e conversá com mais franqueza, né. Então nóis conseguimo...com os grupo ali foi um passo muito grande, prá que a gente pudesse depois se organizá...principalmente onde tinha um coordenador que não só lesse, mas que fizesse o pessoal participá e comentá sobre aquilo que foi lido, ou até sobre outros assuntos... E como nóis lá o problema era a barragem, mesmo que se começasse a conversá sobre os assunto que tava no livro, mas sempre se comentava alguma coisa sobre... sobre os nossos direitos...sobre o que se podia fazê, sobre como se organizá prá exigi os nossos direitos de atingidos e, em outros assuntos também...fazendo o pessoal participá...e houve uma participação muito grande e acho que abriu mais coragem pros atingidos prá eles começarem a se organizá, aqui, com mais força."*(Camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical).

É importante perceber que para esse estímulo ao exercício da palavra utilizou-se inclusive o apelo à mística e ao sagrado, de modo que cada um se sentisse comprometido em não se omitir, fazendo com que os camponeses sentissem a importância da sua contribuição, situando-a num contexto mais amplo do projeto de Deus para a libertação dos homens, como se vê, por exemplo, no relato a seguir:

"...e é claro que também sempre se ia reforçando com a palavra de Deus, né, dizendo que Deus está presente em todos, que a leitura da Bíblia tem

que ser feita por todos, que o Espírito Santo fala através de todos e que cada um, nas reuniões de grupos, tem que colocar em comum aquilo que sabe, aquilo que aprende, aquilo que entende, aquilo que interpreta da palavra de Deus, como força prá sua vida e como iluminação prá caminhada. (Padre, agente de pastoral.)

Quanto à importância dos grupos de reflexão para a superação da falsa consciência por parte dos camponeses, no sentido dado por Habermas ao termo e para a requalificação para a prática política, através da retomada do exercício da crítica, da argumentação, da contraposição e defesa de argumentos e idéias, da tematização dos problemas cotidianos e da retomada, enfim, do exercício da palavra no espaço público e, conseqüentemente, para o processo de mobilização, acredita-se que elementos expostos e os depoimentos até aqui reproduzidos já são suficientes para se chegar a algumas conclusões. Uma delas é a questão da possibilidade de veiculação de um discurso crítico, portador de interpretações alternativas sobre a realidade vivida pelos camponeses, elementos até então banidos da comunicação pública e, portanto, impossibilitados de ser incluídos no processo de interpretação das experiências vividas e na formação da consciência. Como já foi destacado anteriormente, esse discurso crítico, segundo HABERMAS, tem um papel importante como instrumento de elucidação pedagógica que possibilita aos indivíduos avançar a nível do entendimento e transformar suas estruturas normativas. Por seu turno, estas funcionam como abridores de caminho para a busca de soluções novas aos problemas e desafios colocados pelo meio. Os grupos de reflexão foram assim, importante espaço para que os camponeses compreendessem sua realidade, suas condições de vida e as relações em que se encontravam inseridos. Esses processos de aprendizagem, por sua vez, foram fundamentais para o surgimento de respostas novas para a solução da problemática vivida (luta, organização, busca de soluções autônomas, etc.).

Outra questão já destacada é que os grupos, intencionalmente, estimularam o exercício da palavra no espaço público e a tematização das experiências vividas no cotidiano. A forma da sua realização (grupos pequenos, conhecimento mútuo, roteiro com leituras e questões para a discussão, preparação dos coordenadores no sentido de que estimulassem a discussão, etc) favoreceu o

exercício da palavra, uma vez que em grandes grupos ou sem uma metodologia especificamente voltada para a participação, esta teria sido muito mais difícil, devido à inibição e à falta de exercícios anteriores dessa população.

Outro aspecto é o destaque e o incentivo dado à organização dos próprios camponeses para a defesa dos seus interesses. A elucidação da existência de interesses distintos na sociedade vinha acompanhada do incentivo à organização e à luta como único caminho para a superação da difícil situação porque passavam os camponeses. Destaque-se aqui também a proximidade dos temas com o cotidiano e com as preocupações e interesses dos camponeses, o que facilitou o despertar do interesse da população, a sua participação, bem como a tematização das suas experiências cotidianas. O fato de ter como ponto de partida a leitura da Bíblia, a qual despertava grande interesse por parte dos camponeses, também foi um elemento muito favorável para a influência dos grupos sobre a população envolvida.

Dessa forma, então, os grupos de reflexão, mesmo com muitos limites, aproximaram os camponeses do modelo de comunicação pura e da situação lingüística ideal, elemento fundamental, como se viu pelos elementos teóricos abordados neste capítulo, para a superação da falsa consciência e para a requalificação para a prática política. Ou seja, através dos grupos, os problemas cotidianos passaram a ser tematizados e contextualizados e a discussão, a crítica, a defesa e a contraposição de argumentos passaram a fazer parte da prática dos camponeses. A realidade cotidiana deixou de ser vista como algo dado, pronto, sobre o qual não se podia interferir e passaram a ser vistas como práticas contextualizadas, históricas e passíveis de crítica e de modificação, sendo a organização coletiva e a luta apontadas como o caminho privilegiado de transformação da realidade. O contato com informações e interpretações críticas a respeito da realidade social possibilitou aos camponeses a formação da sua consciência a partir de novos elementos e a transformação de suas práticas. Ou seja, esses espaços comunicativos (grupos) transformaram o processo de comunicação em direção a situação lingüística ideal e ao modelo de comunicação pura e isso possibilitou aos

camponeses o exercício da palavra, da discussão,da crítica, da argumentação e da contraposição de argumentos, requalificando-os para a prática política.

Além disso, para avaliar a influência dos grupos de reflexão para o processo de mobilização, é preciso considerar também a extensão e a abrangência desses grupos junto a população camponesa do Oeste Catarinense. Criados oficialmente como uma estratégia prioritária de ação da diocese em 1976, na verdade já havia grupos em funcionamento desde os primeiros anos da década de 70, sob a forma de "Círculos Bíblicos", que utilizavam roteiros produzidos pelo biblista Carlos Mesters, cuja dinâmica era muito semelhante a utilizada posteriormente pelos grupos de reflexão. A partir da sua oficialização pela Assembléia Diocesana de Pastoral de 1976, os grupos se multiplicaram rapidamente. Embora não haja dados muito precisos sobre o número de grupos existentes, agentes de pastoral entrevistados falaram da existência de 13 a 15 mil grupos funcionando na diocese em seu período de auge. Ou seja, grande parte da população camponesa da região estava ligada aos grupos de reflexão, sendo, sem dúvida, o espaço comunicativo/interativo mais abrangente em termos de participação direta e ativa da população.

Sua rápida expansão deveu-se principalmente a boa aceitação dos grupos por parte da população, ocorrendo que em muitas comunidades, após a motivação feita pelos agentes de pastoral, a totalidade das famílias integravam-se aos mesmos, como se pode ver no depoimento a seguir, o qual revela também a estratégia proposta pela diocese para a sua difusão:

> *"Se fazia primeiro uma motivação nas comunidades de que ninguém pode viver sozinho e que a realidade estava sendo complicada e.. e as pessoas, as famílias tinham que procurar viver numa união muito maior prá ter mais força (...) Então se despertava para a necessidade de uma vida comunitária maior, mas ao mesmo tempo de ter mais formação, de estar mais por dentro,de ter mais conhecimento,da necessidade de uma leitura bíblica e de fortalecer a união com os vizinhos mais próximos... Com essa motivação se lançava a proposta de juntar 4 ou 5 ou 8 famílias prá fazer um estudo, ou cada semana, ou cada 15 dias, a partir de um roteiro que seria fornecido. A partir do momento que a idéia era aceita, as vezes lá na própria comunidade o pessoal fazia um trabalho de grupo, já escolhia mais ou menos os grupos, de tal região, de tal estrada,e etc e*

organizavam os grupos e, freqüentemente isso era aceito assim... aprovado totalmente e as vezes, numa visita se motivava e no mesmo dia o pessoal já ficava com os grupos organizados e os dirigentes escolhidos. Então isso normalmente foi muito aceito e as vezes se tinha a totalidade das famílias participando dos grupos de reflexão. Em seguida se fazia um ou mais encontros com os dirigentes de grupos..." (Padre, agente de pastoral)

Essa grande aceitação fez com que a abrangência dos grupos fosse muito grande, constituindo-se numa das estratégias fundamentais da diocese em seu processo de renovação.Houve,porém, casos em que muitos padres e agentes de pastoral, ignorando a orientação da diocese, de que a implantação dos grupos fosse um processo baseado na motivação e que respeitasse o ritmo de compreensão e adesão da população, tornaram a participação nos grupos obrigatória, vinculando-a ao recebimento dos sacramentos (batismo, casamento, primeira eucaristia, etc). Esse fato, se por um lado aumentou ainda mais a abrangência dos grupos, por outro podia provocar algumas resistências e impedir que a adesão se desse por um processo de amadurecimento e de opção pela nova forma de participação na igreja.

De qualquer forma, é inegável a importância dos grupos de reflexão para o processo de renovação da igreja na diocese, bem como para o processo de mobilização. O depoimento a seguir, feito por um agente de pastoral, parece sintetizar de alguma forma esse significado:

"O fato de se reunirem, de saírem do isolamento da sua casa...das famílias saírem da sua casa, visitarem a vizinhança, se encontrarem cada vez numa casa, nós julgamos que isso já é muito importante.Outra coisa que ***eu acho muito importante é o fato do grupo devolver a palavra para o povo.*** *Tem regiões ali, que a gente fazia reunião e o povo não falava de jeito nenhum.Não falava. Agora já fala mais, né.* ***Então, no grupo, o pessoal perde o medo de falar.E coloca a sua experiência de vida E também eu acho que ele recupera a sua identidade no grupo, sabe. Ele é chamado pelo nome,*** *né... e a sua palavra é solicitada. 'E você fulano, o que você acha? E você...' Então é uma escola, sabe,* ***é um escola feita em mutirão,onde um aprende com o outro. Não tem professor e não tem aluno, né. A palavra de todos é solicitada e o saber de todos é partilhado, na medida do possível...*** *Para nós, o grupo ele quer ser um meio de evangelização e educação popular e que jogue o povo na luta. Na luta e no compromisso com a comunidade e com a sociedade... com a transformação da sociedade. E a história tem mostrado que isso aconteceu, né. E a história tem mostrado que isso aconteceu, né. O fato do pessoal que tá no movimento dos sem terra dizer 'Eu*

> *despertei prá isso no grupo de reflexão. Eu parti prá política partidária porque nós discutíamos isso e aquilo lá no grupo... (...)O movimento de mulheres também.. as oposições sindicais... **O grupo, então, é uma sementeira prá nós. O ponto de partida prá maioria do pessoal.**"* (Irmã, agente de pastoral).

Essa perspectiva do grupo de reflexão ser um ponto de partida, por sua vez, é confirmada pelo fato de todos os líderes entrevistados, sem exceção, terem participado dos mesmos e, dos dez entrevistados, oito terem feito referência aos grupos de reflexão como um dos primeiros passos para o seu processo de conscientização e engajamento.

b. As pastorais específicas

As pastorais específicas são formas de atuação da igreja, que permitiram uma abordagem mais específica e aprofundada de um tema ou de atendimento a um estrato determinado da população. Do ponto de vista do processo de mobilização que se está estudando, destacam-se, principalmente a CPT, a pastoral da Juventude e a pastoral da Saúde.

A pastoral da saúde foi uma iniciativa voltada a viabilizar um melhor atendimento à saúde da população, a partir da orientação dos próprios camponeses, através da preparação de agentes, oriundos do seu próprio meio, capacitados a orientar sobre hábitos de higiene e cuidados básicos para com a saúde e atendimento dos primeiros socorros. Porém, o que se observou é que, coerente com a perspectiva assumida pela diocese, a preparação dos agentes e sua atuação não se restringiu apenas à orientação sobre hábitos de higiene, cuidados com a saúde ou com o atendimento aos primeiros socorros, mas, ao contrário, voltou-se à tematização da questão da saúde, discutindo e questionando a origem social dos problemas de saúde e as razões de tais problemas atingirem principalmente as parcelas mais marginalizadas da população, como se pôde observar através do depoimento de um dos líderes entrevistados, que atuou nessa pastoral, citado anteriormente que assim coloca:

> *"...E aquela preparação não era somente assim prá gente atendê os primeiros socorros na comunidade, mas com o objetivo de trabalhá a conscientização das pessoas sobre o porquê das doenças que acon-*

tecia, geralmente mais pros trabalhadores, né. (...) Era interessante porque aí tu começo a despertá, sabe, a consciência das pessoas..." (Camponesa, líder do MMA e líder sindical).

Também através dessa pastoral, então, os camponeses tiveram a oportunidade de participar de um processo pedagógico-elucidativo da realidade social vigente e suas contradições, que possibilitou-lhes compreender a origem dos problemas enfrentados.

A pastoral da juventude, especialmente com jovens do meio rural, foi um outro importante canal de veiculação da nova perspectiva de atuação da igreja, de formação de lideranças e de estímulo à organização. O depoimento a seguir, do qual alguns trechos já foram citados anteriormente,de um dos agentes de pastoral, que relata o início do trabalho com a juventude rural, dá uma idéia do trabalho realizado pela pastoral da juventude.

"-Eu achava que o movimento de juventude que existia aqui era tudo misturado. Era o jovem de classe média, o jovem operário... era uma mistura. E eu achava que esse negócio não funcionava,porque era um oba-oba,de festinha, de dança...mais na linha da festividade. (...) E eu vim prá cá com o propósito de quebrar com essa coisa no trabalho de juventude. Eu pensava que a coisa tinha que se dar a partir dos interesses concretos da própria juventude, ou seja, trabalho, estudo, emprego...
- Como é que era o trabalho com a juventude rural?
- Então, ia na comunidade, reunia os jovens,fazia uma conversa,um bate papo sobre... dizia:o que que o jovem pode fazer?(...) Então começava a discutir: "tá aí a colheita do feijão. Quando não tinha feijão, o preço tava lá em cima... agora que tem feijão, as cooperativas, o comércio começam a baixar o preço..." Começava a fazer análise do porquê disso...E com isso a juventude começou a se interessar.E aí a conseqüência foi natural:'é, nós temos que agir na comunidade. Ir atrás do problema de estradas, pegar os diretores das cooperativas prá discuti a questão dos preços e tal... E aí começou a se mobilizar. Foram dizendo: Quais as ferramentas que nóis precismos ter prá fazer a roça pro nosso lado? Era uma expressão que a gente usava. Quer dizer, essa é a nossa realidade, tá aí a empreitada que tem pela frente. O que que a gente vai fazê prá conseguí limpá essa empretada? Quer dizer, quais as ferramenteas e o que que tem que fazer? Nós vamos ter que lutar prá melhorar a produção, tem que organizar a juventude prá isso. Aí misturava com futebol, com cantos, fazia festival da música popular, um monte de coisas, prá se reunir. Uma cois prá chamar a juventude, né. Mas no fundo, no fundo, ***era exatamente isso: era transformar o jovem num motor de mobilização, em cima de suas organizações.*** *Aí, com aquelas discussões, da empreitada que tem pela frente, de quais os problemas que nós vamos enfrentar,que tipo de ferramenta, etc.* ***o tipo de ferramenta que o pessoal chegava, era o sindicato.*** *O sindicato era essa força prá gente começar a limpar.(...)*

Então, aqui em Chapecó, concretamente, quem começou a mobilização em torno da questão da oposição sindical, era exatamente a juventude." (Agente de pastoral).

Como se pode ver, os encontros de jovens foram um espaço comunicativo/interativo onde os mesmos passaram a tomar contato com novas informações e interpretações e no qual os problemas cotidianos passaram a ser discutidos e tamatizados à luz dos novos elementos. Certas interpretações, como por exemplo, sobre o papel do sindicato na luta por melhores preços, ou sobre a possibilidade dos jovens interferirem nos rumos dos acontecimentos através da organização e da mobilização, até então banidas do processo de comunicação, passam a ser veiculadas através de um discurso crítico que permeia o novo espaço comunicativo, aproximando os jovens do meio rural a situação linguística ideal,nos termos definidos por Habermas, contribuindo com o processo de reelaboração da consciência das experiências vividas no cotidiano e com a própria transformação das estruturas normativas, como será visto adiante.

Um dos pontos altos das discussões provocadas no início do trabalho da pastoral da juventude foi a questão sindical, como fica claro no depoimento citado. Este tema foi debatido nos grupos de jovens e num "encontrão" de jovens, realizado em 1979, na comunidade de Cairu, município de Chapecó, reunindo jovens de vários municípios da região, cuja tônica foi a comparação entre o "sindicalismo autêntico", identificado com o movimento de renovação sindical ou "novo sindicalismo" que, inclusive, já estava sendo discutido nos grupos de reflexão e nos encontros da CPT e o "sindicalismo pelego", identificado com o trabalho que vinha sendo feito até então no sindicatos, com caráter mais assistencial. Esse trabalho provocou, inclusive, alguma polêmica e serviu, ao que parece, para desencadear o processo de mobilização em torno da questão, como se viu no depoimento citado.

Um outro aspecto enfatizado pela pastoral da juventude era a participação do jovem na sua comunidade,seu compromisso com o coletivo e a importância do seu engajamento nas lutas em torno dos problemas enfrentados no cotidiano. Ou seja, a partir do envolvimento no grupo, o jovem era estimulado a envolver-se com

outras atividades comunitárias e com outras formas de organização, conforme se vê pelo depoimento de um dos líderes entrevistados:

> *"...Então aí (no grupo de jovens) é que comecemo a despertá. Aí por exemplo eu comecei na liturgia da igreja, e a partir daí, por exemplo, dali a pouco eu fui estudá prá ministro da eucaristia, dentro da igreja, né.. E aí a pouco, sei lá a troco de que, comecei a dá palestra... e aí começô... participei do sindicato. Depois do sindicato somecei a entrá no movimento das barragens. Então foi assim uma seqüência."*(Camponês, líder do MAB).

Em relação ao processo de mobilização, o espaço comunicativo da pastoral da juventude, além de contribuir com a retomada do processo de comunicação, foi um fator de estímulo a participação dos jovens nos processos organizativos e uma forma de cultivo de lideranças. A pastoral da juventude, assim, projetou várias lideranças que, com o tempo se engajaram nos movimentos sociais. Em seus depoimentos os agentes de pastoral citam várias lideranças que tiveram suas origens ligadas à pastoral da juventude e aos cursos de formação para jovens. Dentre os entrevistados, três líderes (dois homens e uma mulher) atuaram na pastoral da juventude antes de seu engajamento nos movimentos. Seu testemunho, como se viu, dá conta de que, antes de tudo, a pastoral da juventude orientava o jovem a participar mais ativamente na sua comunidade, tanto na questão religiosa, quanto através do engajamento na solução dos problemas enfrentados enquanto jovens e enquanto camponeses. Pelo que se pôde observar no depoimento citado acima,de um dos agente de pastoral, temas como preços dos produtos, sindicato, cooperativismo, condições das estradas etc, eram tratados com destaque pelos jovens em seus encontros. A partir de sua participação na comunidade os jovens eram estimulados a engajarem-se em outras instâncias ou esferas, dentre elas os movimentos sociais.

Como informam os próprios entrevistados, CPT, em nível nacional, surgiu inicialmente na região amazônica (21), especialmente no Mato Grosso, devido ao início da entrada dos grandes latifundiários e a expulsão dos trabalhadores rurais que viviam há muito tempo em regime de posse. Surgiu em 1975 e um ano depois já estava espalhada pelas várias regiões do país.

No estado de Santa Catarina, a CPT foi organizada em 1977, depois que alguns padres participaram de encontros em nível nacional e regional (no Paraná), nos anos de 1975 e 1976. Na diocese de Chapecó o início da CPT se deu a partir de julho de 1978, quando foram realizados os primeiros encontros de agricultores para esse fim, conforme testemunha o depoimento de um dos seus organizadores:

> *"Isso foi em 1978, do mês de julho. Nós fizemos um encontro de agricultores, um em Chapecó e um em S. Miguel do Oeste, juntando lideranças de comunidades do interior. Para esses encontros, a maioria dos escolhidos foram ministros da eucaristia. No convite se colocou alguns critérios: gente que participasse de grupos de reflexão, gente que já tinha alguma liderança na comunidade... e o pessoal veio. E a partir daí, desses encontros, eles pediram mais formação prá eles, mais encontros, o que acabou acontecendo em fevereiro de 79, quando, ao mesmo tempo, se começou a juntar outros agricultores e agricultoras novos,(no começo eram mais homens e poucas mulheres), que não tinham participado desse do ano anterior. E assim, em 79, já foram seis encontros de agricultores. Quando chegou em 80, alguns desses já começaram a organizar oposições sindicais, por exemplo em Caxambú do Sul, em Chapecó. E em 81 já teve a primeira vitória do chamado sindicalismo autêntico, em Caxambú do Sul"*(22) (Padre, agente de pastoral).

A sistemática de organização da CPT se baseava na escolha de representantes das comunidades, os quais passavam a frequentar encontros periódicos de formação em nível de município, de Comarca e alguns deles eram escolhidos para participar de encontros em nível de região (diocese). A partir daí, algumas lideranças podiam ser escolhidas para participar de cursos e encontros em nível estadual ou mesmo fora do estado e até em nível nacional. O depoimento a seguir dá um idéia dessa sistemática.

> *"- Então tinha um grupo de coordenação da CPT na paróquia, a nível de município. E esse grupo era formado por um ou dois líderes de cada comunidade. Tinha essa organização... de cada comunidade tinha um líder da CPT...*
> *- Como é que eram escolhidos esses líderes? Os camponeses indicavam?*
> *- Eram escolhidos nas comunidades. Por processo de... de assumir mais,, ou porque tinham mais interesse, ou até eleição. Em muitos lugares acontecia eleição, (...) Escolhia o líder da comunidade, esse líder da comunidade participava dos encontros... Esses encontros se escolhia , eram eleitas pessoas que iam pros cursos em nível de diocese (...) Depois voltavam nas comunidades, continuavam fazendo reuniões mensais, ou a cada dois meses, da CPT. Aí já começavam a organizar alguns enfrentamentos lá, dos problemas dos bancos, da questão de financiamento, problema do*

fumo, ou problema lá das barragens, ou o problema lá dos sem terras, a organização dos sem terras." (Agente de pastoral).

Porém, mesmo sendo essa sistemática geral que orientava a organização da CPT, e muito embora esta atingisse muitas comunidades, a mesma não atingiu todas as paróquias da diocese, e nem mesmo todas as comunidades das paróquias em que estava organizada, como se pode ver pelo depoimento a seguir:

"- Tinha representantes da CPT em todas as comunidades?
- Não. E nem em todas as paróquias, né. Nas paróquias dependia muito do padre que se afinasse com... com essa linha. Apesar da diocese ter uma linha, mas o padre tem muito poder numa paróquia e muitas vezes acaba não viabilizando, não operacionalizando aquilo que está sendo encaminhado a nível de pastoral. Então a gente tem encontrado dificuldade. Mas praticamente nesses encontros de agricultores vieram agricultores de todas as paróquias, mas nem todas as paróquias depois passaram a ter sua equipe paroquial de CPT, e onde havia equipe paroquial de CPT, nem sempre tinha de todas as comunidades, as vezes era de 8 comunidades, de 10, ou então era uma equipe mais central que ajudava os agentes de pastoral da paróquia a... a levar prás comunidades as discussões de certos temas, a passar certas informações e também abraçar certas lutas, né, como a luta dos sem terra, a luta pela previdência e assim por diante..." (Padre, agente de pastoral).

Os objetivos da CPT junto aos camponeses ficam bastante claros nos depoimentos coletados: provocar a discussão da questão agrária e dos problemas dela decorrentes enfrentados pelos camponeses, através da difusão de conhecimentos a partir das ciências sociais, e/ ou de elementos levantados a partir da realidade local, iluminados pela leitura e reflexão de textos bíblicos, estimulando a organização dos camponeses em torno de lutas específicas como o movimento sindical, o movimento de mulheres agricultoras, o movimento dos atingidos pelas barragens, a organização dos pequenos agricultores por uma política agrícola mais justa e até mesmo, como se viu em depoimentos anteriormente citados, estimular o engajamento político-partidário. É preciso não esquecer que, segundo os agentes de pastoral, todas essas ações eram feitas numa perspectiva de evangelização, como já foi demonstrado no item 4.3.3, mediante uma certa forma de compreender a evangelização.

A ação da CPT, como já foi dito anteriormente, foi essen-

cial ao processo de mobilização. Foi, sem dúvida, a pastoral especifica que mais contribuiu com o processo de elucidação pedagógica da realidade junto aos camponeses, através do restabelecimento do processo comunicativo e da veiculação de um discurso crítico sobre a realidade vivida pela população. Coube também à CPT coordenar as ações no campo da organização e das lutas concretas dos camponeses, sobretudo no momento inicial, quando a organização dos movimento sociais ainda era incipiente. Após a estruturação dos movimentos a CPT, foi gradativamente diminuindo sua influência ou pelo menos a sua intervenção direta no campo organizativo.

Um dado revelador da importância e do alcance da CPT no desencadeamento do processo de mobilização é o fato dela ser citada por todos os entrevistados, tanto lideranças quanto agentes de pastoral e de ser colocada sempre como uma das referências principais nos relatos sobre as ações desenvolvidas. *"Foi na pastoral da terra que a gente abriu os olhos, enxergou a realidade, conheceu mais as propostas da bíblia... e se lançou na luta"*, disse um líder camponês na assembléia da CNBB de 1993 relatado por um agente de pastoral. A CPT foi, sem dúvida, um dos espaços comunicativos fundamentais para a superação da falsa consciência e para a requalificação dos camponeses para a prática política.

c. Os cursos de formação de liderança

Os cursos de formação de liderança foram os espaços comunicativos criados para a preparação dos agentes, a nível da população, responsáveis pelo desencadeamento/funcionamento dos espaços comunicativos criados a nível de comunidade (grupos de reflexão, CPT, grupos de jovens, culto etc). Nesse sentido, como já se afirmou acima, a igreja trabalhou em duas instâncias: a formação básica e a formação especifica.

> *"Na formação básica a gente dá elementos básicos da linha da realidade, da Bíblia, da metodologia, de eclesiologia e da espiritualidade. E nesses cursos, geralmente, a proposta é: juntar lideranças de todos os tipos. De grupos de jovens, de grupos de reflexão, de catequese, de liturgia... num único espaço. Junto.. Nas paróquias a gente faz assim: dá curso por setor. Setor é um conjunto de capelas. E aí se junta lideranças de todos*

> *os tipos, né. E entre essas lideranças tem gente que tá no sindicato, tem gente que tá militando no partido político, tem gente que tá na organização das mulheres... No começo não havia né. Lembrando sempre que a gente tá pensando na história, que no começo eram lideranças específicas de igreja só, né. E se lançavam prá essas esferas e organizações... E, na medida em que iam se engajando, eles iam trazendo para os cursos a sua experiência enquanto militantes de espaços para além da igreja. Porque o curso segue aquela metodologia, o método ver julgar-agir-celebrar e avaliar. Ver a realidade, né, local e tal, conjuntural, estrutural.* ***Aí se dava muitos cursos sobre modos de produção, sobre análise de conjuntura, sobre a realidade da terra, sobre política agrícola, sobre política agrária,*** *essas coisas todas. O julgar, então* ***a luz da palavra de Deus.*** *É o primeiro instrumento que nós usamos.* ***E as ciências sociais...A iluminação vinha da Bíblia de um lado e das ciências sociais, da sociologia, de outro."*** (Irmã, agente de pastoral).

A partir, disso os participantes retornavam à prática. Os cursos, normalmente, culminavam com o encaminhamento de atividades práticas. Nessa linha da formação básica, sobretudo nos primeiros anos em que se implantaram as novas diretrizes de ação na diocese, a igreja promoveu muitos cursos de renovação teológica para a preparação de suas diversas lideranças.

Na formação especifica, a igreja trabalhava a formação das lideranças, de acordo com as suas especificidades. Destacam-se aí os cursos de formação de ministros de eucaristia, encontros de preparação de coordenadores de grupos de reflexão, encontros de formação para líderes de grupos de jovens, cursos de preparação de agentes de saúde, encontros de representantes da CPT, etc.

Os cursos de formação de ministros da eucaristia tinham uma duração média de dois anos(podendo chegar até 3 ou 4 anos), com encontros periódicos, normalmente mensais. Destinavam-se a preparar os encarregados do culto dominical nas capelas (escolhidos pela própria comunidade, normalmente através de eleição) para atuar dentro da nova perspectiva de ação assumida pela diocese. Para tanto voltavam-se principalmente aos estudo e conhecimento da Bíblia, das novas perspectivas assumidas pela liturgia, bem como ao conhecimento da realidade social, na linha de estudos já referida anteriormente. Algumas paróquias,inclusive, estimulavam os seus ministros a participar dos encontros da CPT e outros encontros de formação. Mesmo após a consagração

oficial dos ministros da eucaristia as paróquias eram orientadas a manter encontros periódicos com os ministros da eucaristia em exercício, em vista de lhes proporcionar formação permanente e atualização.

Do mesmo modo que nos grupos de reflexão, nos cursos de formação de ministros da eucaristia, todo o estudo da Bíblia era feito em estreita comparação com a realidade.

A influência desses cursos de preparação de ministros da eucaristia para o restabelecimento do processo de comunicação e de mobilização dos camponeses, se deu de dois modos principais. Em primeiro lugar pelo redimensionamento do espaço da celebração e da oração. As práticas repetitivas da reza do terço, nas quais estavam ausentes quaisquer possibilidades de tematização dos problemas cotidianos, como se viu, deram lugar ao culto, onde sempre eram lidos textos bíblicos, analisados pelo ministro da eucaristia ou pela própria comunidade, coordenada por aquele, relacionando-os à realidade atual, quer de um ponto de vista espiritual, quer de um ponto de vista social. Nesse sentido, o ministro passou a ser um dirigente do culto, que recebia uma preparação especial para auxiliar a comunidade na compreensão dos textos bíblicos e suas relações com a realidade (sob esse prisma, o seu trabalho é complementar ao dos grupos de reflexão), bem como para dirigir os seus momentos de oração.

Um segundo modo de influência dos cursos de formação de ministros da eucaristia no processo de mobilização, é a própria preparação de lideranças que, tendo se requalificado para o exercício da palavra no espaço público, passaram a atuar como líderes também em outros campos ou esferas, dentro e fora da sua comunidade. Isto pode ser percebido através de diversas evidências como o fato de que, para a estruturação da CPT na região, recorreu-se especialmente à participação dos ministros da eucaristia, por já possuírem uma preparação prévia; ou então o fato, relatado pelo próprio bispo diocesano, de que os partidos políticos, ao buscarem candidados representativos das comunidades camponesas, com muita freqüência recorriam aos ministros da eucaristia; ou ainda, e de modo especial, pelo fato de que mais da metade dos líderes entrevistados, antes de engajarem-se nos

movimentos sociais, foram ministros da eucaristia.

Os encontros de preparação de coordenadores de grupos de reflexão devem ser compreendidos dentro da dinâmica dos próprios grupos, já comentada no item anterior. A preparação desses coordenadores voltava-se à dinamização e funcionamento dos grupos, incluindo orientações sobre a condução da reunião, estratégias para estimular o uso da palavra pelos participantes, aprofundamento dos temas a serem abordados pelos grupos, o que implicava no contato com interpretações críticas sobre a realidade social e seus determinantes.

> *"- Que tipo de treinamento vocês recebia?*
> *- Era mais sobre o...o jeito de a gente tratá as pessoas, o jeito de a gente convidá as pessoas prá ir prá reunião... No início a gente falava muito sobre a questão da religião né...A Bíblia, estudava partes da Bíblia e tal... Mas entrava também, desde o início, a questão da vida das pessoas, né. É a questão da realidade, né."*
> (Camponês, um dos líderes da oposição sindical de Chapecó e um dos organizadores do MST na região).

Ou então:

> *"...esses encontros de formação de dirigentes não eram apenas prá estudar o material, mas se fazia todo um aprofundamento da própria dinâmica dos grupos, que constituiam na verdade uma nova forma de educação, não baseada no modelo tradicional, bancário, onde é um que sabe e os outros que aprendem, mas uma educação que se dá na base da troca de saberes, a partir da vida, a partir da experiência e da contribuição de cada um..."*
> (Padre, agente de pastoral).

As influências desses encontros no processo de mobilização está dimensionada na análise feita a respeito da influência dos grupos de reflexão, não havendo necessidade de ser retomada.

Os encontros de preparação de líderes de jovens seguiam a mesma linha teórico-doutrinária das outras pastorais da diocese, voltando-se também ao aprofundamento das questões de cunho bíblico-religioso e ao conhecimento da realidade social, porém com uma metodologia voltada mais especificamente às características do jovens.

> *"...prá jovens nós tínhamos uma formação para jovens iniciantes, que são líderes de grupos de base e tal e jovens militantes e quadros juntos, né...Quadros são dirigentes que nós chamamos... coordenações. Então a gente juntava militantes, juntava coordenações nos diversos níveis, desde o nível de paróquia, comarca, diocese, regional, nacional. (...)Então essa formação eles adquirem*

desde os grupos de base, os cursos em todas as instâncias, na paróquia, na comarca, na diocese, na regional..."(Irmã, agente de pastoral).

Os encontros de formação de jovens foram então mais uma das estratégias de preparação de lideranças voltada à viabilização dos espaços comunicativos criados a nível de comunidade. Sua importância está ligada, sobretudo, ao fato de ter projetado muitas lideranças que posteriormente se engajaram em outras instâncias e movimentos como já se viu anteriormente. Esse foi, inclusive, um dos fatores responsáveis por um certo esvaziamento dos quadros da própria pastoral da juventude, como é relatado, com um certo pesar, por um agente de pastoral.

*"... porque as melhores lideranças da PJ, por exemplo, foram todos para o MST, para a pastoral da terra, para o sindicato, para o partido político... Muitos vinham nos encontros e diziam: '**Adeus, que eu vou para o partido! Agora a minha missão é no partido**'. Tudo bem, né, a gente dizia: '**Tá bom. Estamos contentes**'. Só que aí os nossos quadros se esvaziavam..."*(Irmã, agente de pastoral).

Então a influência desses encontros no processo de mobilização também pode ser dimensionada pela influência da própria pastoral da juventude, já analisada anteriormente.

Os cursos de formação de agentes de saúde podiam ter a duração de até oito semanas, sendo duas semanas por mês, durante quatro meses. Na mesma linha dos anteriores, além da formação especifica da área de atendimento à saúde na comunidade (primeiros socorros, orientações sobre hábitos de higiene e cuidados com a saúde, aplicação de injeções etc), os cursos proporcionavam elementos para a compreensão da situação da saúde no Brasil e suas causas, o que acabava possibilitando uma nova compreensão da sociedade, constituindo-se também num processo de elucidação pedagógica, a partir da veiculação de interpretações até então ausentes do processo de comunicação de que participavam os camponeses.

Embora não se tenha procedido um levantamento detalhado sobre o número de participantes e abrangência de tais cursos, pelo que se observou, os mesmos foram também um espaço comunicativo voltado à veiculação de um discurso crítico junto à popula-

ção.

Os encontros de representantes da CPT também estão entre os mais significativos para a formação de lideranças ligadas aos movimentos sociais que se está estudando, sobretudo por estarem ligados à questão da terra, uma questão central na vida da população e o problema principal em torno do qual se organizaram os movimentos.

Os encontros de formação de lideranças da CPT ocorriam tanto em nível de municípios (paróquias), quanto em nível regional (diocese) como se vê pelo depoimento a seguir, feito por um dos responsáveis pela sua organização:

> *"Nós tinhamos duas formas de trabalho... Uma era o trabalho diocesano, aqui a nível de diocese, que se dava, basicamente em cima de cursos, encontros de CPT, que eram feitos nos meses de junho e julho, que era o período de menos trabalho na agricultura.(...) Com agricultores. E quem participava desses encontros? Eram as lideranças que surgiam nas comunidades, nos municípios, nas paróquias. Mas prá surgir essas lideranças nas paróquias, a gente fazia, a gente realizava durante o resto do ano, encontros a nível de paróquia, de município."* (Agente de pastoral).

A nível de formação de lideranças, os encontros da CPT foram talvez do mais abrangentes, envolvendo grande número de agricultores, representantes das comunidades e dos municípios onde a CPT estava organizada. É significativo observar que todos os líderes camponeses entrevistados durante a presente pesquisa participaram de encontros organizados pela CPT.

Foi principalmente através desses cursos e encontros que os camponeses tiveram a oportunidade de estudar a realidade agrária brasileira, discutir os problemas ligados à questão da terra e encaminhar suas lutas.

> A)*"...E o pessoal da CPT começo a fazê com nóis uma discussão mais política, nê, sobre a realidade, sobre os problemas sociais...E aí a gente foi vendo que...que existia a necessidade de fazê uma luta, né."*(Camponês, um dos organizadores da oposição sindical de Chapecó e um dos organizadores do MST na região).

> B)*"- Os encontros eram de um dia?*
> *- Encontros de um dia, de dois dias...A maioria era de dois dias(...)*
> *- E o que vocês estudavam?*
> *- Ah, estudava desde a Bíblia até a realidade, o funcionamento do capitalismo, o funcionamento das cooperativas, o papel do sindicato, o papel do*

partido político...todas essas coisas" (Agente de pastoral).

Para se ter uma idéia da influência desses cursos no processo de mobilização,basta perceber que,com muita freqüência, a cada etapa que se sucedia do curso, os camponeses apresentavam niveis de engajamento e de atuação cada vez maiores como atesta o depoimento do agente de pastoral responsável por sua realização:

> *"Nós faziamos três etapas, três anos de curso. (...) O pessoal novo (1ª etapa), era uma coisa né. Era difícil de fazer falar. Mas aí a gente fazia várias técnicas de descontração... Agora, na segunda etapa o pessoal já era oposição sindical e na 3ª etapa já eram presidente do sindicato.Era um pouco assim,né."* (Agente de pastoral).

Além dos cursos e encontros citados, ligados a programas sistemáticos de formação de lideranças na diocese, esporadicamente podiam ser promovidos outros cursos e encontros especiais para aprofundar um tema especifico, como por exemplo o método de releitura bíblica, sindicalismo, etc. Por outro lado, com alguma freqüência, algumas lideranças eram enviadas para outros locais, inclusive para fora do estado, para participar de cursos e encontros específicos, que também contribuiam para o processo de formação de lideranças e para o restabelecimento do processo de comunicação entre os camponeses.

Todos esses cursos e encontros eram espaços comunicativos onde os camponeses tinham a oportunidade de entrar em contato com novas informações e novas interpretações sobre a realidade em que estavam inseridos e sobre os problemas que enfrentavam, possibilitando-lhes a superação de muitas obstruções até então impostas ao seu processo de comunicação e, desta forma, aproximar-se um pouco mais da situação linguistica ideal preconizada por Habermas e, conseqüentemente, a superação da falsa consciência, nos termos compreendidos por aquele autor.

Para maior clareza sobre a influência desses cursos no processo que se está analisando, cabe aqui comentar, mesmo que brevemente, alguns aspectos referentes à metodologia empregada pela igreja nos diversos cursos e encontros de formação e mesmo

em outras ações, a qual, pelo que se pode observar na pesquisa, influenciou a metodologia de ação desenvolvida por cada movimento.

Antes de mais nada é preciso ter presente que a metodologia de todos os cursos e encontros se baseava no método ver-julgar-agir, composto, conforme o próprio nome sugere, de 3 momentos: levantamento da realidade, análise a luz de alguma teoria (princípios, conhecimentos, informações, etc) e definição de ações a serem empreendidas para intervir na e sobre a realidade analisada. A utilização dessa metodologia deveu-se a uma orientação teórica calcada em dois princípios básicos: primeiro, interesse em transformar a realidade, além de conhecê-la. Segundo, interesse em transformar a própria população em sujeitos da transformação da realidade por ela vivida.

A partir desses princípios, o que se observou foi que os cursos e encontros de formação priorizaram fundamentalmente:

- O exercício da palavra pelos participantes. A participação ativa nas discussões, no levantamento e análise da realidade e na definição das ações a serem executadas, mais que uma estratégia de trabalho, era um objetivo central a ser atingido. Para isso lançava-se mão de algumas técnicas como os trabalhos de grupo baseados sobre perguntas a respeito da realidade vivida pelos próprios camponeses (ver, por exemplo, os relatos feitos dos encontros de mulheres no capítulo 1). No final dos trabalhos de grupo eram realizadas plenárias, onde se possibilitava o exercício da palavra em grande grupo. Também era estimulado o relato de experiências pessoais como forma de estímulo à participação. A partir delas eram identificados e sistematizados os elementos comuns. A utilização de técnicas diversas de descontração também foi um recurso utilizado para a superação das dificuldades iniciais de participação.

- O exercício da análise e interpretação dos fatos a partir de princípios, conhecimentos e informações (teoria). Para isso podiam ser utilizados textos bíblicos e outros textos para estudo e mesmo breves exposições por algum assessor, além de slides, filmes, etc. A análise era feita sempre de forma dialogada e preferencialmente em grupos, incentivando a participação

dos camponeses.

- Exercício da criatividade e da busca de soluções autônomas.

> *"...se inventava um problema fictício, mas que tivesse alguma coisa real...configurava um determinado quadro e estabelecia no quadro determinado quais as possibilidades, os desdobramentos possíveis e como é que a gente ia enfrentar isso. E botava eles a buscar soluções. Tinham que buscar. Quer dizer, essa coisa de que a solução não vem de fora, que a solução depende de nós mesmos, essa metodologia a gente trabalhava muito...praticamente em todos os momentos de formação."* (Agente de pastoral).

A criatividade também era trabalhada através de exercícios de representação das idéias chaves discutidas nos pequenos grupos em peças de teatro, desenhos, trovas, poesias etc, a serem apresentadas ao grande grupo, no momento da plenária.

> *"...então a forma de vir prá plenária era a mais diversificada. Era estimular exatamente a criatividade de encontrar soluções. Quer dizer, ao mesmo tempo a metodologia era de `cuca`, de pensar e, ao mesmo tempo, era de ação. (...) Era o cidadão que ia lá e se transformava em agente da coisa, e não apenas alguém que ia lá prá ler alguma coisa."* (Agente de pastoral).

- O exercício da responsabilidade pelos encaminhamentos e participação ativa nas soluções propostas. Desde o princípio da participação, todos eram estimulados a assumir responsabilidades e envolver-se ativamente no encaminhamento e execução das atividades propostas, quer assumindo alguma coordenação, função ou mesmo executando alguma atividade.

> *"...uma regra que prá nós, pelo menos a nível de CPT, adotava como uma questão central, era que os grupos de agricultores passavam a participar ativamente das atividades da CPT, passavam a assumir responsabilidades desde o começo... Ou coordenação de alguma coisa, ou desenvolver determinada tarefa, né, desenvolver determinada função, né. (...) Era um exercício básico de um projeto de poder caminhar com suas próprias pernas. A dinâmica do próprio trabalho que se fazia era exatamente prá que as pessoas pudessem, por elas mesmas, já ir assumindo."*(Agente de pastoral).

Isso também pode ser observado a partir dos relatos dos encontros de mulheres citados no capítulo 1.

A adoção desse princípio, no entanto, não eliminava a possibilidade de interferência e da assessoria dos agentes e

mediadores no encaminhamento e execução das atividades. Muito pelo contrário. Percebeu-se uma presença efetiva, sobretudo dos agentes de pastoral na assessoria às lideranças em suas ações.

Um outro aspecto nesse sentido é que todo curso ou encontro culminava com a definição de ações concretas a serem executadas pelos participantes. Se os problemas e as ações levantadas eram muito diversas, estabelecia-se uma priorização àquelas consideradas mais importantes e urgentes para serem executadas.

Pelo que se pode observar, então, a metodologia empregada favorecia tanto a retomada do exercício da palavra pelos camponeses, a tematização dos problemas vividos, bem como a busca de soluções autônomas para os problemas enfrentados. A análise dessa metodologia ajuda a compreender a influência desses espaços comunicativos para a retomada do processo de comunicação e, conseqüentemente, para a requalificação dos camponeses para a prática política e o surgimento dos movimentos sociais. Cabe esclarecer, no entanto, que a existência de tais princípios não isentou as práticas desenvolvidas pela igreja, de contradições e tensões na relação com os camponeses, como se pode ver no item anterior.

d. Os movimentos sociais enquanto espaços comunicativos

Após o surgimento das primeiras mobilizações na região, desde as manifestações em torno da questão da suinocultura, no final dos anos 70 e, a seguir, as primeiras mobilizações em torno dos problemas específicos que originaram os quatro movimentos sociais em questão (a ocupação da fazenda Burro Branco, em 1982, as ocupações de 1983 nos municípios de Maravilha e Descanço, as primeiras oposições sindicais em 1980 e 1981, os primeiros encontros de mulheres agricultoras a partir de 1982, as primeiras mobilizações em torno da questão das barragens a partir de 1979 entre outras) e a partir daí a estruturação dos movimentos sociais em si, estes se converteram gradativamente em importantes espaços comunicativos/interativos.

Em primeiro lugar, a constatação/identificação de cada um

dos problemas específicos suscitou o levantamento e a veiculação de novas informações a respeito de cada questão. é o caso, por exemplo, do levantamento do número de sem terras e de proprietários com terra insuficiente, realizado pela diocese de Chapecó após a ocupação da Fazenda Burro Branco, divulgado pela igreja nos espaços comunicativos citados e nos encontros específicos promovidos pelos movimentos. Ou ainda, o levantamento da situação dos atingidos por barragens construídas em outras regiões do país, incluindo a visita de uma comissão de 16 pessoas, entre camponeses e agentes de pastoral, a projetos de reassentamento nas regiões centro-oeste e norte, divulgada através dos espaços comunicativos citados, dos meios de comunicação social, bem como através de meios de comunicação específicos dos movimentos. Há que se registrar também a visita dos integrantes da referida comissão, diretamente às comunidades, especialmente àquelas com previsão de serem atingidas pelas barragens. Assim, cada um dos problemas específicos levou à realização de estudos e levantamento de dados e informações correspondentes e sua divulgação junto à população, tanto através dos espaços comunicativos acima descritos, quanto através dos próprios movimentos em processo de organização. Cite-se, por exemplo, o jornalzinho do Movimento dos Atingidos por Barragens que passou a circular entre os camponeses de todos os municípios com previsão de serem atingidos por alguma das barragens projetadas; outro exemplo é o jornal "Cheiro de Terra", editado pela CPT, que passou a circular a partir de 1978.

Por outro lado, o início das mobilizações e a estruturação dos movimentos oportunizou aos camponeses o contato com representantes de outros segmentos da sociedade e, conseqüentemente, o contato com diferentes visões de mundo e diferentes formas de interpretação das relações sociais. é o caso do contato com representantes de inúmeras entidades diferentes que prestaram apoio aos movimentos em suas ações, ou então do contato com assessores, chamados esporádica ou regularmente para aprofundar e/ou elucidar questões específicas. Nesse sentido também deve-se considerar as oportunidades de contato com o estado e seus vários órgãos administrativo-burocráticos e/ou repressivos (Secretarias de Estado, Ministérios, INCRA, ELETROSUL, polícia, exército etc),

bem como com os demais adversários diretos e indiretos dos movimentos (fazendeiros, líderes políticos etc). Todas essas experiências vivenciadas no espaço dos próprios movimentos sociais nascentes e suas articulações, constituíram-se em elementos e informações até então inacessíveis, que permitiram aos camponeses reelaborar em novas bases a consciência das suas experiências.

Partilhadas, discutidas e avaliadas pelos camponeses organizados nos novos espaços existentes, à luz das mensagens bíblicas e dos conhecimentos adquiridos a partir das ciências sociais, essas experiências significaram também uma forma de restabelecimento do processo de comunicação, um processo pedagógico-elucidativo que permitiu conhecer e compreender novos aspectos e novas facetas da organização social e suas relações, possibilitando, portanto, um avanço a nível do entendimento e das convicções prático-morais e a elaboração da consciência a partir de novas bases.

Do mesmo modo, também as mobilizações promovidas pelos movimentos em seu processo de organização como os acampamentos,o fechamento de agências bancárias, a interdição de rodovias, as concentrações,as vigílias, as ocupações de escritórios e repartições públicas (ELETROSUL, INCRA, gabinetes etc), onde os camponeses passaram dias e noites inteiras reunidos conversando, discutindo, cantando, falando palavras de ordem, discursando ou ouvindo discursos etc. Foram importantes momentos de interação e de contatos com novas informações, experiências e interpretações até então inacessíveis.Da mesma forma podem ser vistas as inúmeras reuniões e assembléias ocorridas nos primeiros momentos da organização dos movimentos. Ou seja, os próprios movimentos sociais em si,a partir do momento em que começaram a ser organizados, passaram a ser importantes espaços comunicativos/interativos, que viabilizaram a veiculação de informações, a vivência de experiências novas e a realização de processos interativos.

Parece oportuno aqui fazer referência a algumas transformações das estruturas normativas, evidenciadas ao longo do processo de pesquisa e que se revelaram importantes para o desencadeamento do processo de mobilização e para o surgimento dos movimentos sociais.

Em primeiro lugar, uma transformação essencial do ponto de vista das estruturas normativas, foi a nova compreensão sobre o papel da organização e da luta no processo de transformação da realidade,já plenamente demonstrado nos itens anteriores. Essa mudança, por sua vez, implicou em toda uma tranformação na forma de compreensão da própria sociedade, sua origem e desenvolvimento e no papel dos sujeitos no processo de desenvolvimento social.

Um outro aspecto que foi central do ponto de vista da afirmação da reforma agrária como uma bandeira capaz de unificar as diversas lutas específicas (dos diversos movimentos) e, diretamente, para o surgimento de um dos movimentos em questão (o MST) foi a transformação da forma de compreensão do direito de propriedade. Sobretudo para os camponeses de origem que, durante o processo de ocupação da região, afirmaram-se no novo espaço sobre o direito inquestionável da propriedade, adquirida mediante o pagamento de uma certa quantia em dinheiro, promovendo em nome deste, a expulsão dos caboclos que residiam há muitos anos na região, a idéia de ocupar uma área que não fosse sua, era algo que sequer podia ser cogitado.

> *"- Como é que o pessoal reagia à idéia de ir para a ocupação?*
> *- Ah, num primeiro momento o pessoal se assustaram, né. Que era uma coisa assim:'Não. O que não é meu eu não quero, porque quem tem é porque comprô.Uma idéia de quem tem bastante é porque trabalhô e fez, né.*
> *- E quem não tinha nada, como era visto?*
> *- Pois é, quem não tinha nada era porque era vadio, porque era preguiçoso, porque só ficava bebendo, qualquê coisa assim... Exatamente essa era a idéia:'Não. E prefiro pagá renda, ou senão prefiro a... trabalhá e comprá a prazo, em prestação. Comprá, mas não tomá terra.*(Camponês, um dos organizadores da primeira oposição sindical da região. Participou também ativamente na organização dos outros movimentos).

Como se vê, esse valor inquestionável da propriedade da terra aparecia sempre ligado a uma certa compreensão sobre a pobreza e também a um outro valor, também muito presente na cultura camponesa: a ética do trabalho. A máxima de que *"quem trabalha enriquece"* colocava o trabalho e a compra como única forma de acesso à propriedade da terra e sua inexistência como fruto da vagabundagem ou da falta de sorte (doença ou alguma outra desgraça, como a perda de sucessivas safras).

Ao que tudo indica, principalmente entre os camponeses de

origem, sem a superação dessa forma de interpretação da realidade, não teria sido possível a afirmação da bandeira da reforma agrária e não teria se viabilizado o surgimento dos movimentos sociais que se está estudando.

Já entre os caboclos, essa questão da propriedade da terra já não era tão crucial. Veja-se, por exemplo, o relato a seguir:

> *"- Os valores que esses camponeses tinham, influenciava na sua disposição de participar ou não?*
> *- Influenciava especialmente naqueles que eram filhos de pequenos agricultores e não tinham um pedaço de terra depois que casasse.. Essa rapaziada...Mais ainda se fosse de origem alemã, porque a origem alemã é bastante trad.. 'Pô, entraram na terra dos outros'. Era um negócio complicado. Agora o caboclo, o sem terra, já meio largado no mundo, a vida inteira sem perspectiva, ah... prá eles não tinha nenhuma preocupação. Não tinha nem que ver. 'Pô, vamo ocupá o que é nosso. Isso aqui nos roubaram'".* (Agente de pastoral).

Como se vê, as diferentes experiências anteriores e a existência de um patrimônio cultural diferenciado, provocou a existência de atitudes bem diferentes frente à questão, o que reforça a linha de análise aqui adotada.

Um exemplo bastante interessante de como essa questão interferia nas respostas dadas aos desafios colocados pelas condições histórico-sociais é o que aparece no relato do líder da ocupação da Fazenda Burro Branco em Campo-Erê, a primeira ocupação de terra de Santa Catarina em 1980.

> *"...Bem encostado de nóis lá tinha uma firma de concórdia, que ela tinha 4 colônia de mato. Puro mato, né... E daí veio um casal, uma família até,tinha seis filho quage tudo grande e eles vieram atrais quando deu a desapropriação e eles eram vizinhos daquela firma lá e sabiam que ela tinha aquela terra, aquelas 4 colonia...E o cara conhecia, sabia da lei, que quando a terra era desapropriada o cara podia ocupá a terra. E daí esse cara veio... inclusive nóis cedemo um garpão lá de fumo prá ele, e daí ele morô um meis e meio lá dentro do nosso garpão, até que ele abriu um pedaço de mato, lá onde ele podia fazê um barraco prá ele, né, uma casinha lá no meio do mato. E ele convidô nóis prá entrá lá. Mais nóis como...'não se pode uma coisa desta né, entrá em terra aieia. Isso é o maior crime do mundo, né. Isso aí não se pode fazê...' Terra a gente tinha que se comprá, e se não comprava não era dono, né. Então essa lei nóis tinha... Inclusive ... nóis fiquemo pensando de entrá, mais o finado pai era muito sério nos negócio dele,de cumpri co a lei(...) era tudo certinho né. Nunca se pode fazê uma coisa dessa de entrá. Meu pai chamava o home de loco, né. Dizia prá nóis:'esse home é loco se*

metendo nas coisas dos otro. Isso não pode'." (Camponês, líder da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical).

Vê-se, então, que o respeito ao valor do direito de propriedade da terra impediu que o entrevistado colocasse a ocupação de uma área improdutiva como uma solução possível para o seu problema da falta de terra. Mesmo sendo a falta de terra o problema que mais o preocupava, segundo seu relato, e muito embora houvesse uma área relativamente grande de terra totalmente desocupada muito próxima a sua moradia, o mesmo não se colocou, naquele momento, a possibilidade de ocupação e até pelo contrário, condenou a proposta quando esta lhe foi sugerida.

Algum tempo depois, porém, após tomar contato com novas informações e estabelecer interações com outras pessoas, inclusive de fora do seu próprio grupo, e vivenciar novas experiências, o mesmo demonstrou disposição não apenas para ocupar uma outra área de terra, como também para percorrer uma distância de mais de 100km para tal. Para isso, no entanto, foi fundamental o avanço no seu entendimento sobre aquela realidade e a transformação das estruturas normativas.

Entre os demais camponeses, a transformação das estruturas normativas a respeito dessas questões se deu, como se viu, a partir de sua participação nos espaços comunicativos/ interativos acima descritos. O discurso crítico veiculado através dos espaços comunicativos e a interação possibilitada no interior dos mesmos, viabilizou a percepção de que a impossibilidade de adquirir terra não se devia a causas individuais, mas à lógica do modelo de desenvolvimento.

Também a questão da pobreza foi discutida a partir dessas bases.

"No começo sentíamos uma reação muito forte. Falá em pobre, Deus me livre! Pobre é o esmoleiro, é o mendigo, é o preguiçoso, é o vagabundo, por aí, né. Mas sempre partindo da iluminação bíblica e de uma análise sociológica do pobre... quem é o pobre... toda uma reflexão sociológica sobre o que é ser pobre. E toda uma reflexão sobre o que é ser pobre na Bíblia, entendeu? Aí, parece que nós conseguimos ir mudando a lógica, o jeito de pensar, o conceito que passa pela cabeça do povo quanto a questão do pobre." (Irmã, agente de pastoral).

É importante observar que a transformação desses aspectos das estruturas normativas não se limitaram aos sem terra, mas estendeu-se a setores bastante amplos da população camponesa. Parcela dos pequenos proprietários, por exemplo, com o tempo, segundo o que informam os depoimentos, modificaram sua visão sobre o movimento e sobre os sem terra.

> *"— E hoje, como é a visão dos pequenos proprietários sobre o movimento?*
> *— Hoje a maioria dos pequeno proprietário, a visão deles é positiva sobre o movimento. Hoje nóis não temo dificuldade de i pro interior, por exemplo. É lá um que outro que você encontra que é contra, que é radical nesse sentido,né. Mas é muito pouco. Até pelo fato de que o pequeno proprietário tá passando por uma situação muito complicada hoje. Ouê dizê, daqui a pouco ele é um sem terra, né, se ele facilitá um pouco.*
> *— Teve alguma cois que contribuiu para a mudança de opinião do pessoal?*
> *— Eu acho que o que levou o pessoal a superá foi o trabalho ideológico feito, né. Foi feito muito curso, tinha os grupos onde o pessoal estudava, os materiais, nê, palestras, reuniões..."* (Camponês,coordenador regional e um dos fundadores do MST).

Há também várias outras transformações das estruturas normativas que se processaram a partir da participação nos espaços comunicativos/interativos e que foram importantes para o processo de mobilização e organização dos movimentos.

Destaque-se, por exemplo, a questão das concepções sobre o lugar e o papel da mulher na sociedade e na família. Uma das maiores dificuldades enfrentadas para promover a participação e a organização do MMA era o entendimento, partilhado por homens e mulheres, de que o espaço da mulher era o espaço doméstico, não devendo a mesma envolver-se em discussões e ações ou mesmo assumir liderança no espaço público.

A extrema dificuldade do exercício da palavra no espaço público, bem como o fato da mulher estar pouco ou nada familiarizada com outras questões que não fossem as do espaço doméstico, dificultava muito a tematização do seu lugar e do seu papel na sociedade e mesmo dentro da família. Diversas tentativas de levar as mulheres a discutir sua situção na sociedade foram frustradas.

> *"Fazia trabalho de grupo... nem conseguia quase escolhê o coordenador do grupo, porque ninguém queria, ninguém conseguia...Elas diziam:'porque o meu marido não quê... o meu marido acha que não pode por causa disso e disso' ... Elas falavam e achavam que ele tava certo. (...) Elas falavam*

muito assim, de que elas... elas não poderiam participá porque desde que assumiram o casamento, elas assumiram a casa e esse era o compromisso delas e que, se elas fugissem disso, inclusive, prejudicavam o que elas juraram no altar... de ser fiel ao marido, de ser submissa a ele... e essas coisas." (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

O início da participação da mulher se deu, então, sobre duas questões básicas: a primeira, já foi comentada no capitulo 1, foi a discussão sobre a possibilidade de participação da mulher no sindicato, ocorrida normalmente, junto com as oposições sindicais.

Um segundo aspecto que favoreceu o rompimento com o silêncio da mulher no espaço público e que abriu caminho para a tematização de sua condição foi o estímulo ao relato de sua experiência pessoal de vida, ligada sobretudo ao espaço domés tico. Mesmo com muita dificuldade e até vergonha de socializar a intimidade do seu cotidiano, muitas mulheres sentiram-se mais a vontade para falar, pois falavam de algo que conheciam muito bem. O relato da organização do MMA no município de Saudades pode ser bem ilustrativa a esse respeito.Após um dia inteiro de tentativas frustradas para promover a participação ativa das mulheres num encontro de estudos bíblicos (específico para mulheres), a coordenação do encontro mudou sua tática, voltando o trabalho para questões de ordem mais pessoal.

"Aí,antes da noite, fizemo uma reuniãozinha, eu, a frera e outras lideranças, nem me lembro mais quem tava lá. E aí dissemo: vamo fazê diferente. Vamo tirá todo esse material e vamo fazê o seguinte: cada uma fala com é que começo o namoro dela, como é que se casô, quantos filhos tem...Vamo falá da vida pessoal. Menino no céu! A reunião foi até as 10 da noite, o pessoal conversando... Ninguém mais controlava as mulheres.(...) Aí começamo a estudá histórias do passado, que também já era assim... que as mulheres começaram a se libertá dessa forma... coisas bem básicas. Aí elas começaram a sentí que elas podiam falá... que isso não era só com elas, que isso já aconteceu em outros lugares(...)Depois disso a coisa foi se ampliando... daí começamo a saí um pouco mais da questão mais particular... Mas isso até foi difícil porque em cada encontro, cada uma vinha com uma história...em vez de estimulá a participação, tinha que tentá segurá. E daí era difícil delas se prendê a um texto..."(Camponês,líder da oposição sindical e um do organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e região).

No caso relatado, também a questão da impossibilidade de participação no sindicato foi um dos pontos de partida para a percepção, pelas mulheres, da sua exclusão e de sua marginalização, tanto na sociedade quanto no espaço doméstico. A partir daí desencadeou-se todo um processo de elucidação pedagógica, engajamento e organização.

Sem esse processo de avanço a nível do entendimento e de transformação das estruturas normativas, ao que tudo indica, teria sido impossível a organização do MMA e o engajamento das mulheres nas lutas que se seguiram, neste e em outros movimentos.

No mesmo sentido, foram fundamentais as transformações ocorridas na compreensão e nas estruturas normativas a respeito da sexualidade e da relação da mulher com seu próprio corpo. Segundo os relatos, essa também foi uma das barreiras difíceis de serem superadas, devido principalmente ao caráter repressivo da educação camponesa no tocante a questão sexual e sua acentuada relação com a idéia de pecado.

Essas transformações das estruturas normativas foram ocorrendo à medida que o processo foi avançando e as experiências se sucedendo e funcionaram como abridoras de caminhos para a busca de soluções novas frente aos problemas enfrentados. Chegaram mesmo a atingir, como se viu, a própria compreensão dos camponeses sobre a igreja, seu significado e seu papel na sociedade, bem como, em alguns casos, sobre outros valores norteadores da vida a nível pessoal e social.

Além dos fatores aqui levantados que, de acordo com a linha de análise aqui adotada, constituem o eixo central de explicação do surgimento do processo de mobilização e organização, é preciso considerar ainda a influência de outros fatores que, como será visto a seguir, foram importantes para a eficácia organizativa dos movimentos em questão: a mística e a ação dos mediadores.

4.3.5. MISTICA E PARTICIPAÇÃO

Além da questão do avanço do entendimento e da transformação das estruturas normativas, é preciso considerar também o envolvimento afetivo dos camponeses no processo de participação e engajamento, envolvimento este, reforçado de modo especial pela mística produzida em torno dos movimentos. Ela foi, ao que tudo indica, um fator de fortalecimento do compromisso dos camponeses com as lutas coletivas.

Em sua tradição religiosa era comum aos camponeses recorrerem à oração e a invocarem a proteção de Deus em momentos de grande dificuldade e/ou para suportarem períodos de grande privação, sofrimento e incertezas. Tendo em vista essa tradição, é possível compreender a importância que a mística assumiu ao longo do processo das lutas.

Vivenciando situações totalmente novas e que, além de exigerem muitos sacrefícios e privações (especialmente os acampamentos, as ocupações e vigilias), apresentavam muitas incertezas e até temores. O apego à oração e a outros gestos que fortaleciam a unidade do grupo e os objetivos da luta se mostraram muito importantes para que o desânimo e o medo não os fizessem desistir. E os gestos utilizados buscavam destacar precisamente a presença e a proteção de Deus aos que estavam na luta, a força da união, da organização e a missão evangelizadora de todos quantos se dispunham a lutar.

Nesse sentido foram fundamentais as celebrações onde era reiteradamente destacada a presença de Deus na luta e a proteção do mesmo aos que estavam nela, a exemplo da proteção recebida por Moisés e seu povo na travessia do deserto. A história do Exodo, como foi visto, foi uma das passagens bíblicas utilizadas com muita freqüência em todo o processo, tanto para destacar e evocar a proteção divina, quanto para identificar a luta empreendida com um gesto profético, redentor e libertador. A história dos profetas em geral e não apenas a de Moisés, foram bastante utilizadas para dar sentido à luta e animar seus participantes.

> *"Os temas bíblicos mais abordados é o Exodo eo Projeto de Deus. A luta pela terra na Bíblia fascina o pessoal. Como é que o povo de Deus tomou consciência da sua situação de opressão, se*

organizou, atravessou o deserto e conquistou a terra. (...) O profetismo também é um tema muito empolgante. (...) Jesus Cristo eles gostam muito, a prática de Jesus, a prática política de Jesus. E logo eles percebem que Jesus morreu como criminoso político. Moisés e Josué são muito fortes: `**tá hás de introduzir esse povo na terra.**` E aqui vem a irmã de Moisés que ajudou na celebração depois que atravessaram o mar, né. Débora, a guerrilheira, que foi general de guerra, muito bonita a história. Eles se empolgam. Amós, que fala muito na exploração e na injustiça; Amós marca muita gente. Geremias... Isaias... a gente usa muito Isaias e Zacarias..." (irmã, agente de pastoral.

Faz-se, então, um paralelo ou uma comparação entre a luta do povo de Deus pela terra na Bíblia e as lutas empreendidas pelos camponeses no presente. Tanto que, como se vê no depoimento a seguir, os líderes dos movimentos eram, muitas vezes, comparados com os profetas bíblicos.

"... Eles dizem assim: `os profetas hoje são os líderes sindicais, os sindicatos combativos, as lideranças do MST, acampados... que tem a liderança do acampamento, né. As lideranças da igreja...` eles citam muito Dom José, quando se tratam de nomes. E os outros eles citam assim, dos movimentos... aí depois citam também as catequistas, ministros, conforme seu modo de agir. (...) A gente ia visitar o acampamento e eles diziam: `ó, esse é o nosso Moisés aqui no acampamento. E aquela lá é a nossa Miriam... que puxa a oração aqui no acampamento!` Identificavam as lideranças do acampamento com os profetas..." (irmã, agente de pastoral).

A oração diária e as celebrações foram, então, um elemento constante no curso da organização e principalmente nas mobilizações. Em cada encontro, em cada manifestação, sempre se reservava um espaço para a celebração e para a oração.

A.)*"A celebração é um grande espaço na comunidade nessas mobilizações de massa e também nos encontros de formação. Sempre se procura dar espaço especial para os momentos de celebração, de espiritualidade... prá reabastecer a fé, prá iluminar, prá trazer de volta a motivação que nos levou prá luta."* (irmã, agente de pastoral).

B.) -*"E o que representava essa fé, essa reza para o pessoal?*
- *Ah... a coragem né. Alimentava o espírito de vontade de seguir o processo. Isso foi... eu sei que contribuia muito né. Era uma forma de você não dexá o pessoal desanimá, né, sai... sei que nóis tinha... de princípio, nos acampamento, nóis tinha reza todos os dia... a noitezinha. Sempre fazia uma reunião e depois rezava. Isso for-*

talecia o pessoal. Fortalecia muito." (Camponês, coordenador regional e um dos fundadores do MST).

Um outro ponto forte do cultivo da mística e da oração no processo de mobilização e de luta foram as Romarias da Terra e grandes concentrações religiosas. As romarias tiveram um papel muito importante tanto no sentido da difusão de um discurso crítico-elucidativo, quanto no sentido de fortalecer e animar a disposição para o engajamento e para a luta. Toda a programação se voltava para o resgate do sentido bíblico da luta pela terra e o papel redentor do engajamento do cristão na luta. Além da comparação dos textos bíblicos com o cotidiano, também buscava-se fazer um resgate das lutas passadas ocorridas na região em torno da questão da terra, desde os indígenas, com destaque para a guerra do contestado. Tudo isso interpretado à luz do evangelho na perspectiva da teologia da libertação.

Em relação ao MAB, em seus primeiros momentos, a romaria da terra realizada em Itá (SC), sede da primeira barragem construída, teve um papel importante inclusive para afirmar as bandeiras de luta dos atingidos e dar respaldo político aos camponeses que estavam iniciando o processo de luta. Após a realização da romaria, que reuniu milhares de pessoas na cidade de Itá, os atingidos sentiram-se fortalecidos e cessaram as resistências e as pressões de alguns adversários locais, como se viu no capítulo 1.

Além do aspecto místico-religioso, as romarias da terra tiveram, então, em certos momentos, também o caráter de apoio político aos movimentos.

As grandes concentrações religiosas tinham características bastante semelhantes às das Romarias. Tinham por objetivo, tanto animar e fortalecer o pessoal para permanecer na luta ou aderir a ela, criando um envolvimento afetivo da população com o processo, quanto dar respaldo político à população mobilizada e às suas causas. Um bom exemplo disso foi a concentração religiosa realizada no dia 8 de novembro de 1980, com a presença do Bispo Dom José Gomes, para dar apoio aos acampados da fazenda Burro Branco.

"Bom, só prá tê uma idéia, daí a igreja um dia antes, publicava no rádio né, avisando no rádio que ia tê um manifesto, uma celebração em apoio ao pessoal que tava dentro da área, pedindo o apoio do pessoal do interior que viesse até a cidade, até a igreja matriz, as 8 horas da manhã. Só que quando dava esse aviso, cada 15, 20 minuto dava otro aviso que a paróquia tava transferindo prá otra data a ser marcada esse encontro e que o pessoal não precisava vir e tal. Então deu... daí a pouco dava de novo que ia tê e assim por diante. Então dava as duas notícia e deixô todo mundo perdido né. E começô chovê de madrugada e assim mesmo reuniu 3 mil pessoa. Foi uma coisa enorme né, e foi onde acabô com a força dos grande aqui contra nóis. Que as comunidade viero e... então troxero máquina de plantá, enxada, foice, machado, ferramenta, semente, comida... Carregaro um caminhão de comida aí né, que o pessoal truxe de todas comunidade. Viero assim cum caminhão, cum ônibus e daí isso aí foi o fracasso prá própria autoridade e os grande aí que tavam contra nóis. E daí, depois daquele dia o sindicato começô entrá prá ajudá, o prefeito começô ajudá, daí todo mundo..." (Camponês, líder da ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980 e líder sindical).

Mesmo as concentrações que não tinham caráter abertamente religioso, reservavam um espaço para atos religiosos em sua programação, onde as bandeiras levantadas e as interpretações veiculadas sobre a realidade ganhavam um significado também místico-religioso. Toda a programação, normalmente se voltava a ressaltar o significado e a importância do engajamento da população em torno das lutas comuns, buscando, além do entendimento, levar o público a um envolvimento emocional com a causa. Nesse caso situam-se, por exemplo, as comemorações de 8 de março promovidas pelo MMA (ver exemplo citado no capítulo 1) e de 1º de maio (dia do trabalhador). AS romarias e grandes concentrações também foram importantes, para a superação da insegurança e do medo por parte dos camponeses, uma vez que, viam que uma verdadeira multidão estava junto com eles na mesma comunidade.

"Era uma força muito grande, né. A pessoa vê 12 mil pessoas aí jundo com ela."(Agente de pastoral).

O aspecto afetivo, então, foi um importante fator para provocar a disposição para o engajamento, trabalhado de forma especial nessas concentrações. Para isso contribuiram especialmente, os discursos das lideranças, as palavras de ordem, os

cantos, as poesias e as celebrações religiosas.

Em relação aos cantos e poesias, merece destaque a produção artístico-literária ocorrida nesse processo. Especialmente os cantos produzidos em torno dos temas em pauta, que eram cantados em todos os encontros de lideranças, cursos, mobilizações, concentrações, romarias, cultos e mesmo nos grupos de reflexão. Ao que tudo indica também tiveram um papel importante tanto a nível do avanço do entendimento quanto, e principalmente, no envolvimento afetivo da população em torno da organização e das lutas. A seguir, a título de exemplo, apresenta-se um canto composto por um dos camponeses entrevistados e muito conhecido na região e mesmo em todo o sul do Brasil, nos encontros e mobilizações promovidos pela igreja e pelos movimentos sociais.

"A nossa luta é muito antiga companheiro
O tempo passa, ano vem e ano vai
Neste pedaço de torrão sul brasileiro
Na região da bacia do Uruguai
Indio e cabiclo da terra foram expulso
Dando lugar pros corronéis e seus barões
Suor e sangue de caboclo derramado
Que com a chuva foi sumindo pelo chão

As mãos sangrentas dos profanos corronéis
Não respeitaram os posseiro e seus roçados
As suas tropa brutarmente massacraro
MUito colono na região do contestado
Se adonaro da terra e pinheirais
Lá da Europa truxero outros colonos
Que com corrage enfrentaro os sertão
Desbravadores no absoluto abandono

Esses colono que fizero a produção
Gerô riqueza e progresso na verdade
Seus descendente arrebentado no trabalho
Tão engrossando os arredores da cidade
Enquanto outros, com firmeza e teimosia
Além da roça ainda lutam com corrage
Trancando banco comércio e rodovia
Arrancam marcos para impedir as barragens

Reforma agrária é a luta pela vida
Campo e cidade está lutando com confiança
Foi começando na fazenda Burro Branco
Que a histéria foi ficando na lembrança
O sacrifício, suor e sangue derramado
A cada passo fica a marca da esperança
Construiremos uma nova sociedade
E garantimo o futuro das criança,
Contruiremos uma nova sociedade
E garantimo o futuro das criança."

Quatro elementos principais podem ser destacados nessa composição e que revelam a compreensão do autor sobre o processo do qual é um dos sujeitos. Primeiro: ligação dos fatos históricos do

passado, envolvendo a expulsão dos índios e caboclos e suas lutas de resistência, com os fatos históricos do presente, envolvendo a marginalização e a expulsão de muitos camponeses e as lutas de resistência em curso. Segundo: apesar de não desconhecer os problemas existentes na relação entre caboclos e camponeses de origem (ele próprio foi alvo do preconceito por ser caboclo) e mesmo problemas entre camponeses de origem e índios(23), demonstra compreender que ambos padecem do mesmo processo de marginalização gerado pela lógica do desenvolvimento que privilegia a grande propriedade. Terceiro: a exaltação às lutas em curso, vistas como processo de luta pela vida. Quarto: a esperança na construção de uma nova sociedade através dessas lutas.

Desse modo,cantos e poesias dessa natureza se constituiram, tanto numa forma de difundir ou, ao menos, consolidar uma certa maneira de interpretação e entendimento sobre as condições histórico-sociais vividas, quanto uma forma de superação das resistências e preconceitos entre os diversos grupos, estabelecendo e/ou consolidando um processo de construção de identidade entre os mesmos. Também significava uma tentativa de construção de vínculos de caráter afetivo entre os participantes (destacando virtudes como: firmeza, coragem, teimosia) e com os precesso de luta, identifica-os com uma luta em favor da vida e com uma forma de garnatir o futuro das novas gerações.

A exemplo da composição citada, há uma considerável produção literária dessa natureza, muito utilizada na animação de encontros, reuniões, cursos e mobilizações de modo geral.(24)

4.3.6.AÇÃO DOS MEDIADORES E MOBILIZAÇÃO

Parece oportuno também fazer referência aqui à ação de alguns mediadores que estiveram presentes e influenciaram o surgimento da mobilização e a organização dos movimentos sociais em questão. Ao que tudo indica, sua presença foi mais acentuada e mais decisiva nos momentos iniciais da organização, antes da estruturação dos movimentos sociais em si. Depois disso, mesmo

continuando a manter relações com os movimentos e contribuir em suas ações, sua participação assumiu uma nova dimensão, não mais voltada à coordenação do processo, mas no sentido de apoio, intercâmbio e articulação com outras regiões e setores da socie dade. Pretende-se chamar a atenção aqui para a influência de aspectos de caráter mais estrutural,que foram importantes sobre tudo do ponto de vista organizativo e para a eficácia das ações dos movimentos e talvez ajudem a explicar a repercussão atingida por esses movimentos a nível da sociedade em geral e a sua capa cidade de superação dos limites da realidade local.

Dentre os mediadores, a participação mais intensa foi, sem dúvida, a da igreja. Mas além dela é preciso considerar a presença dos sindicatos dos trabalhadores rurais, partidos polí ticos e outros mediadores. Para maior clareza dividiu-se a abor dagem em dois tópicos: um trata especificamente da igreja e outro dos demais mediadores.

4.3.6.1.A atuação da igreja como mediadora.

A presença da igreja (setores progressistas), como se pôde observar até aqui, foi uma constante no processo de mobilização dos camponeses e organização dos movimentos sociais desde o seu princípio, sofrendo algumas transformações ao longo do tempo. Sua atuação foi, sobretudo, no aspecto pedagógico/elucidativo e de motivação ao engajamento e à parti- cipação, como foi amplamente descrito até aqui. Além disso, nos momentos iniciais da organização, a igreja prestou apoio a nível de infra-estrutura, tanto do ponto de vista de pessoal, quanto do ponto de vista dos recursos materiais e até financeiros.

Do ponto de vista do pessoal, houve a participação direta de agentes religiosos em diversos momentos cruciais das ações promovidas pelos movimentos como manifestações públicas (chama- mento, organização e coordenação de ações), ocupações, etc. Apenas a título de exemplo, pode se citar a participação de um agente de pastoral na vistoria das áreas a serem ocupadas na grande ocupação promovida pelo MST em 1985.

Ainda do ponto de vista do pessoal envolvido, mesmo após

a estruturação dos movimentos, a igreja continuou a contribuir também através da produção de material para estudos, grupos de base ligados aos movimentos, etc. Esse material, ao que tudo indica, foi importante para o avanço no entendimento dos problemas enfrentados pelos movimentos da sociedade e suas relações.

Do ponto de vista da estrutura dos recursos materiais e financeiros, do mesmo modo que a questão do pessoal envolvido, os quatro movimentos, em seus momentos iniciais, contaram com a contribuição dos recursos da igreja de diversas formas, através da utilização de carros, infra-estrutura de comunicação (telefone, material impresso, etc.), alojamento e, até mesmo, recursos financeiros para o pagamento de passagens, como se vê pelo depoimento.

> *"... quando a gente ganhô o sindicato, bem nóis começamo a vim pro encontro da CPT com o dinhero da paróquia e não podemo negá isso, porque nóis era agricultor e não tinha da onde tirá os recursos. Daí, como a paróquia tinha um compromisso com a formação das pessoas, o padre bancô no conselho a formação desse grupo da CPT."* (Camponês,um dos organizadores da lª oposição sindical na região. Participou também, ativamente da organização de outros movimentos).

Porém, além da atuação mais direta da igreja no sentido de promover a mobilização e organização, há outros aspectos da atuação da igreja enquanto mediadora nesse processo, que precisam ser destacados:

A) A busca de apoio aos movimentos durante as mobilizações, através da utilização de sua capacidade de atuação junto à opinião pública e de articulação com outros segmentos da sociedade. Nesse sentido, pode-se citar:

- a interferência junto a órgãos políticos, jurídicos e administrativos para a defesa dos interesses dos camponeses mobilizados. Pode-se exemplificar esse aspecto tomando o caso da fazenda Burro Branco, no qual a igreja, participou através do envio de advogado para assessorar os camponeses no processo de negociação. Também atuou, exercendo pressão junto ao juiz para que não expedisse o mandado de despejo até que se negociasse a desapropriação da área e ainda, através do envio de telegramas ao presidente da República e aos deputados federais para que agilizassem o pro-

cesso de desapropriação. Ainda pode ser citado aqui a participação direta dos agentes em comissões de negociação dos sem terra com o governo do estado em 1985. (26)

- A realização de campanhas informativas junto à opinião pública e de concentrações religiosas em apoio aos camponeses mobilizados. Nesse caso pode-se citar, por exemplo, a realização da romaria da terra em Itá (SC), em apoio aos atingidos pelas barragens e a concentração religiosa no dia 08 de novembro de 1980 em Campo-Erê, que reuniu na cidade cerca de três mil pessoas para darem apoio aos atingidos. Como já foi visto antes, foram importantes como apoio político aos camponeses mobilizados. Nesse caso se incluem, também, a realização de campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos, sementes e ferramentas para os acampados, que ocorriam na maioria das ocupaçòes. Essas campanhas, além de uma manifestaçào de apoio, foram também uma contribuição importante para a própria resistência de muitos acampamentos. Falando sobre o caminhão de alimentos arrecadados para as campanhas da fazenda Burro Branco, uma liderança assim se manifestou:

> *"Mas se não fosse aquilo lá, nóis não tinha... muita gente já tinha saído. Tinha que saí porque serviço não arrumava, não tinha dinhero, não tinha o que comê e os filhos... a fome. Então nê, muita gente tinha que saí de querquê custo nê, mesmo que quisesse ficá..."*(Camponês,lider da ocupação da fazenda Burro Branco em 1980 e lider sindical).

- A negociação junto a hospitais para garantir assistência médica aos acampados, bem como, junto ao governo do estado para garantir alimentação e assistência social aos mesmos.

B.) A articulação entre as diversas lutas e movimentos específicos da região em espaços comunicativos/interativos comuns, favorecendo, tanto o apoio recíproco, quanto o intercâmbio e a troca de experiências. Cita-se nesse caso, de modo especial, os cursos de formação promovidos pela as romarias da terra, onde a experiências de cada movimento eram socializadas.

C.) a articulação dos mesmos a outras regiões e/ou segmentos da sociedade, especialmente com outros movimentos existentes no estado e no país. Nesse caso pode-se destacar:

- o contato dos camponeses da região com outros processos de

mobilização e organização popular de outras regiões. Cita-se aqui, como exemplo, os contatos estabelecidos com o movimento de renovação sindical do ABC paulista, ou a vinda para a região da viúva do operário Santo Dias, assassinado durante uma manifestação em São Paulo, ou ainda a vinda para a região, de representantes de atingidos pela barragem de Itaipu (PR), para relatar sua realidade, suas experiências. A própria divulgação da experiência da fazenda Burro Branco em todos os municípios no momento inicial da organização dos sem terra, inclusive, com a visista de seus representantes aos encontros municipais e regionais promovidos, também situam-se nessa perspectiva.

- a divulgação das experiências organizativas sugeridas a nível local, em primeiro lugar para todos os municípios da região, para outra regiões do estado e para outros estados do país, utilizando-se de sua presença em todos esses locais. É preciso registrar aqui que, embora não sendo a única responsável, a igreja contribuiu diretamente para a difusão dos quatro movimentos aqui estudados, dentro e fora da região e do estado. No caso do MAB, por exemplo, a articulação com os atingidos do Rio Grande do Sul e do Paraná, foi muito facilitada pela presença e atuação da igreja, além da organizaçào em todos os municípios da região a serem atingidos pelas barragens. Já no caso do MMA, além dos municípios da região e do estado, a CPT viabilizou a difusão da experiência no estado do RS e Mato Grosso do Sul, através da visita de lideranças do movimenta àquele estado.

Como já se registrou acima, a participação da igreja, com o passar do tempo, à medida que os movimentos foram se estruturando de forma autônoma, diminuiu e ganhou novo significado, num processo não isento de tensões, atritos e contradições, que já foi discutido em itens anteriores. Hoje pode-se dizer que os movimentos atuam de forma totalmente autônoma em relação aos setores da igreja que atuaram no seu desencadeamento, embora mantenham com a mesma algum intercâmbio.

4.3.6.2. Sindicatos, partidos e outros mediadores

A participação dos sindicatos no processo de mobilização e organização conheceu pelo menos duas fases bem distintas. Num primeiro momento, antes do processo de renovação através das oposições sindicais, sua participação era tímida ou praticamente inexistia. Sua ação era mais voltada a atividades assistenciais, sendo essa uma das razões para o surgimento das oposições. Nessa fase, foram poucos os momentos em que, na presente pesquisa, se registrou a participação de alguns sindicatos em mobilização ou ações ligadas ao surgimento dos movimentos sociais em questão. O principal deles foi, talvez, nas mobilizações de 1979 onde, a partir do envolvimento da FETAESC, os sindicatos ajudaram na mobilização dos suinocultores em torno da questão do preço do suíno e da peste suína africana.

Após a vitória das oposições, houve um maior envolvimento dos sindicatos na organização do movimento e/ou no apoio a ela. Segundo o depoimento do coordenador regional do MST, por exemplo, apenas quatro sindicatos se envolveram diretamente na organização da grande ocupação de 1985. Nesses casos, houve a participação direta dos dirigentes sindicais tanto na mobilização, quanto na coordenação das ações, além de contribuir na questão da infra-estrutura. Nesse caso, vários dirigentes foram para as ocupações para auxiliar na organização e coordenação das atividades no acampamento. Também houve participação de sindicalistas em atividades de representação como comissões de negociação, audiências, etc..

Nos outros casos, mesmo não havendo envolvimento direto dos sindicatos na organização e coordenação das ocupações em nível geral, os sindicatos serviram de base de apoio (especialmente infra-estrutura), viabilizando ações da CPT e do movimento dentro do seu município durante a fase de preparação e assistência e apoio aos acampados após a ocupação (campanhas de alimentos, agasalhos e semente, visitas, organização de manifestação de apoio, pressão junto aos organismos estatais, etc.).

No caso do MAB, em pelo menos um caso estudado (em Itá-SC), a relação sindicato/movimento mudou radicalmente com a

mudança da direção em 1985. A partir de então o sindicato passou a se constituir numa importante base de apoio para a organização do movimento, mediante a participação direta dos seus dirigentes, da utilização da infra-estrutura (telefone, sede, equipamentos, etc.), do apoio financeiro (pagamento de passagens e despesas de viagens, fretamento de carro para visita às comunidades, pagamento de despesas de comunicação, etc.) e da própria utilização de sua estrutura organizativa nas comunidades para articulação do movimento e realização de reuniões nas comunidades para discussão, encaminhamento e repasse de informes, como já foi relatado no capitulo 1.

Embora não se tenha aprofundado o estudo desta relação entre o MAB e o sindicato em outros municípios, os elementos levantados indicam que a situação pode ter sido semelhante.

O MMA foi, talvez, dos movimentos estudados, o que, na sua origem, teve maior participação de dirigentes sindicais, tendo estado, desde seu surgimento, bastante articulado a questão sindical. A questão da impossibilidade de participação da mulher no sindicato, como se viu, foi uma das questões que motivaram a organização do movimento. No caso de Chapecó, houve a participação dos dirigentes da chapa vitoriosa de oposição sindical, na articulação inicial do movimento no município, sendo que as discussões se iniciaram antes mesmo de ocorrer a eleição.

Após a estruturação do MMA no município estabeleceu-se uma dinâmica de trabalho conjunto entre movimento e sindicato como se pode ver anteriormente.

Os relatos dão conta de que esse relacionamento entre sindicato e movimento, após a reestruturação deste, depende da linha de interveção do sindicato, podendo registrar-se divergências. Porém, em outros dois casos observados, percebeu-se a existência de um relacionamento estreito entre sindicato e MMA a exemplo do que ocorre em Chapecó. Quanto à expansão do movimento a outros municípios da região, os relatos apontam que o mesmo se deu principalmente através das paróquias, havendo a participação ativa do sindicato apenas naqueles locais onde o mesmo já havia passado por um processo de renovação.

O que se pode observar, então, é que os sindicatos de

trabalhadores rurais, após a sua renovação, constituiram-se em importantes bases de apoio de estruturação dos movimentos e a viabilização de suas ações. Inclusive uma situação constatada em todos os casos estudados durante a realização da pesquisa e que provavelmente deve ter sido um fenômeno mais ou menos geral na região, foi a inclusão de uma representação de cada movimento específico dentro do próprio sindicato (a nível de direção, ou funcionando em forma de secretaria específica) para promover a articulação entre as ações do sindicato e do movimento.

Os entrevistados são unânimes em afirmar que, após a conquista dos sindicatos pelas oposições, a relação sindicato/ movimento evoluiu muito e os movimentos passaram a contar com uma base efetiva de apoio. Em alguns casos os sindicatos participaram até mesmo da organização dos movimentos nos municípios. Com a crescente estruturação dos movimentos, no entanto, a participação dos sindicatos nas suas ações tornou-se menos direta (ex.: o sindicato não participa mais na coordenação de uma ocupação, ou então, os sindicalistas não participam mais diretamente nas ocupações).

O que se observou, no entanto, é que, se os sindicatos, em muitos casos, contribuiram significativamente na estruturação dos movimentos e no apoio às suas ações, a iniciativa de sua criação não partiu diretamente do sindicatos e, sim, de setores da igreja, que fomentou as primeiras discussões a respeito, conforme demonstrou-se acima. Registrou-se, inclusive, que em muitos casos, o surgimento dos movimentos suscitou a discussão do papel do sindicato e a necessidade de sua renovação. é o caso, por exemplo, do MAB em Itá (SC) e do MMA, da CPT e do MST em Saudades (SC).

Em relação aos partidos políticos, há, praticamente, uma unanimidade dos entrevistados de que a maioria dos partidos pouco influenciaram a questão dos movimentos. Houve, no entanto, algumas citações de partidos coma ARENA, PMDB e PDS, como tendo sido contrários às bandeiras de luta dos movimentos. é o caso, por exemplo, da questão da barragem em Itá (SC), onde o PDS e posteriormente o PMDB, manifestaram-se favoráveis à construção da barragem, contrariamente às expectativas do movimento. Ou então o

fato também citado de que quando os dirigentes sindicais mantinham vínculos com esses partidos, especialmente o PDS, os mesmos apresentavam uma maior resistência ao processo de renovação sindical. Situações semelhantes foram citadas em relação ao MST, onde, em alguns municípios,(Campo Erê, Maravilha, por exemplo) representantes desses partidos fizeram campanhas de oposição e difamação dos camponeses sem terra que estavam se organizando.

Por outro lado, todos os camponeses entrevistados e mesmo alguns agentes religiosos afirmaram que o PT foi o único partido que, em todos os momentos, apoiou os movimentos em suas ações. como se vê pelos depoimentos a seguir:

A.) *"Bom a questão do Partido dos Trabalhadores que aqui, desde ocomeço que a gente começô o trabalho como movimento e... e nasceu o partido , ele sempre teve junto né. Não dá prá esquecê também que hoje a gente tem uma representante nossa que tá na câmara federal."* (Líder do MMA e líder sindical).

B.) *"Porque o PT foi diferente dos outros partidos... que as discussões qu nóis fazia, pelo menos era tocada prá frente e tal. Então nóis participava, nossa voz era ativa dentro do PT, né. Não era assim como os outros lá que... tu podia até levantá os problema e tudo, mas só que chegava num ponto que eles te cortavam. Era aquela máfia que decidia."* (Líder do MAB).

C.) *"Olha, foi... que nóis tivemo apoio foi do PT. Esse sim, esse teve sempre assim, de corpo e alma ali e... nasceu dentro do movimento. O PT aqui nasceu com o movimento, e até, dentro da própria região, po exemplo, aqui no Oeste de Santa Catarina, no Rio Grande do sul também, o PT nasceu dentro dos sindicatos e do próprio movimento... dos movimentos populares né. Então, o PT é o movimento."* (Líder do MAB e líder sindical).

Vê-se, portanto, que há um processo de identificação entre o PT e os movimentos, ao menos a nível de lideranças. Há que se registrar, inclusive, que os depoimentos informam que, as pessoas que lideraram a questão da criação e condução do PT eram praticamente as mesmas que eram as lideranças nos movimentos. Isso, inclusive, provocou algumas resistências e atritos em função da identificação dos movimentos (e de alguns setores da igreja), como ações de caráter partidário. Registrou-se, inclusive, uma tendência de lideranças e agentes referirem-se ao PT como "o" partido, como uma referência quase natural, pressupondo

uma certa unanimidade que dispensaria a identificação de qual o partido a que estavam se referindo. Também registrou-se a existência de uma certa compreensão que o partido é uma instância para a qual deve convergir todo o processo organizativo para que se possa viabilizar a transformação da sociedade. Ou seja, como se viu anteriormente, o partido era visto como "a grande ferramenta de luta". A única capaz de conduzir a luta por uma transformação global da sociedade.(27)

A partir dessa compreensão é que, ao que tudo indica, os movimentos se empenharam na eleição de representantes a nível político, especialmente no poder legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais). Em 86, elegeu-se deputada estadual pelo PT, uma lider camponesa ligada ao MMA que mantinha ligações também com outros movimentos camponeses. Em 90, elegeram-se dois deputados estaduais, um oriundo do MST e outro do movimento sindical, ambos, porém, bem relacionados com o demais movimentos aqui estudados. No mesmo ano, a mesma líder camponesa que havia sido eleita deputada estadual em 86, elegeu-se deputada federal. Vários vereadores ligados aos movimentos também foram eleitos, nas eleições de 82, 88 e 92. Essas lideranças passaram então a atuar como mediadores das questões dos movimentos no âmbito político-institucional, o que, de algum modo, facilitou o relacionamento dos movimentos com a estrutura do estado nos diversos níveis. Não se está afirmando que antes de 86 não se contasse com a mediação político-institucional de deputados e outras lideranças políticas. Ao contrário, várias referências foram feitas pelos relatos, sobre contatos políticos com deputados e prefeitos (sobretudo ligados ao MDB e PMDB). Porém, a natureza do vinculo desses mediadores se modificou substancialmente com a eleição de representantes diretos dos movimentos. Estes, além de se constituírem em representantes políticos a nível institucional, continuaram a manter vinculos diretos com os movimentos e a de alguma forma contribuir no processo orgnanizativo, ao contrário do momento anterior, onde o relacionamento entre movimento e deputados era muito pontual e estabelecido apenas em momentos de mobilizações e conflitos, ocorrendo principalmente para resolver algum impasse surgido.

Além da igreja, dos sindicatos e dos partidos políticos, outros mediadores que podem ainda ser citados são as instituições de ensino superior (de Erechim e Chapecó principalmente), grupos de assessoria, alguns técnicos ligados à ACARESC e ao INCRA, além de um grande número de entidades da sociedade civil, que atuaram mais no sentido de prestar apoio nos momentos de mobilizações.

Quanto as instituições de ensino superior, a FAPES de Erechim foi a que teve uma participação mais expressiva. Sua participação, contudo, esteve ligada mais diretamente ao MAB. Nesse caso, registrou-se a participação ativa de alguns professores na busca e veiculação de informações, formação de lideranças, assessoria e articulação do movimento. No caso da FUNDESTE de Chapecó, a participação foi mais restrita, limitando-se a contribuição de uns poucos professores voluntários que, inclusive, normalmente não atuavam em nome da instituição. Apenas a partir de 87 registrou-se uma participação mais efetiva desta instituição junto aos movimentos, através de assessoria e atividades de formação. É necessário registrar ainda a participação de alguns professores da UNIJUI nas atividades promovidas pela CPT e, posteriormente, pelos movimentos. Sua participação também esteve voltada à busca e divulgação de informações e atividades de formação de lideranças. A Universidade Federal de Santa Catarina também manteve contato com o MAB através de grupo de pesquisa.

Quanto a grupos de assessoria, obteve-se informações da presença de diversos grupos diferentes e que, normalmente, participavam de atividades específicas a convite dos movimentos ou da igreja. Ao que tudo indica, foram importantes para o aprofundamento e encaminhamento de questões específicas.

Quanto a técnicos ligados a organismos estatais, até o ano de 1987, obteve-se a informação de apenas três casos concretos de técnicos que mantiveram uma relação mais efetiva com os camponeses em seu processo de mobilização e organização. A importância de sua contribuição está ligada sobretudo ao seu conhecimento da dinâmica de funcionamento dos órgãos estatais, com os quais os camponeses mantinham contato, além de contrituirem com

o avanço do entendimento dos camponeses a respeito das condições histórico-sociais como um todo, bem como dos seus problemas mais específicos.

A ação desses mediadores revelou-se importante para a viabilização da organização dos movimentos, sobretudo nos momentos iniciais, para a eficácia das suas ações e também para a possibilidade desses movimentos superarem os limites da realidade local. Como foi observado, sua participação envolveu principalmente: apoio a nível de infra-estrutura (pessoal, material e financeira), que, ao que tudo indica, foi fundamental para a constituição dos espaços comunicativos/interativos, anteriormente descritos, bem como para a articulação dos movimentos em seus primeiros momentos; articulação entre as várias lutas específicas, intercâmbio entre os diversos movimentos e articulação destes com outras regiões e segmentos sociais, possibilitando aos mesmos a superação dos limites da realidade local.

NOTAS

(1) Os depoimentos coletados junto aos agentes religiosos dão conta dessa transformação gradativa da perspectiva de ação da diocese de Chapecó (ou pelo menos de muitos de seus setores), bem como de sua compreensão acerca da questão das classes sociais e do papel do Estado, enquanto representante dos interesses dos grupos detentores do poder, mais do que do "bem comum". A ilusão inicial, por exemplo, de que seria possível organizar Comunidades Eclesiais **de Base** no centro da cidade, junto às famílias mais abastadas, relatada pela agente religiosa responsável pela iniciativa, demonstram a existência, no início da renovação da ação da diocese de Chapecó, de uma leitura ainda pouco clara a respeito dos diferentes interesses que norteiam a ação dos diferentes grupos na sociedade. Passados os primeiros momentos, no entanto, os agentes foram percebendo a inviabilidade dessa tentativa.

> *"— Aqui chegando, eu trabalhei 3 anos na Paróquia Sto. Antônio e, sobretudo, no centro, organizando aí a pastoral do centro, onde se organizou os núcleos e a catequese e os grupos de reflexão. Eu tinha assim uma certa utopia, uma certa esperança né, uma ilusão de que era possível, ou que era fácil, né, trabalhar na cidade. Mas não, eu vi que a coisa não era tão fácil.*
> *— Quais eram as principais dificuldades?*
> *-A gente organizou, por exemplo, os grupos de reflexão na cidade e os temas abordados eram polêmicos, né... sociais... E aí as firmas ficavam de olho. Por exemplo, lá na região do SAIC, a gente, eu me lembro que eu organizei 15 grupos uma vez, com trabalhadores urbanos, aí. Só que a firma tem o controle do bairro. Controla a escola, os trabalhadores... Inclusive houve momento que eles dizam assim pros empregados: a igreja ou a firma, né. ...O material de grupo era pego por gente muito ligada a firma e depois nos cobravam a ideologia que passava o material que, claro, era de conscientização. Sempre a partir da Bíblia, mas levava uma consciência maior.(...) A proposta seria esse novo jeito de ser igreja. A gente sonhava em criar as CEBs aí na cidade (riso)...Comunidade Eclesial de Base... Só que a Comunidade Eclesial de Base ela reúne gente simples, né, gente da base que a gente diz, da base da pirâmide social, sobretudo né."* (Irmã, agente de pastoral).

Além da experiência das pressões das empresas contra o trabalho da igreja, alguns fatos também parecem ter sido marcantes e influenciaram na compreensão dos agentes religiosos sobre a realidade. Um dos principais agentes de pastoral da diocese na época, comenta que foram 2, principalmente, os fatos que influenciaram na compreensão e na postura do bispo diocesano, a qual, por sua vez, teve uma influência decisiva nos rumos do trabalho da diocese.
Em primeiro lugar, foi o episódio da Peste Suína Africana, o qual a igreja procurou acompanhar de perto, através de contatos com os órgãos envolvidos (Sindicatos, Ministério da Agricultura, principalmente) e do acompanhamento das ações dos órgãos governamentais como o extermínio de suínos nas propriedades em que havia suspeita de contaminação. Os relatos dão conta de que as arbitrariedades eram explícitas e as contradições eram gritantes, ficando muito claro para a igreja que toda a campanha a respeito da peste suína africana era uma farsa, e que o Estado estava a serviço de interesses escusos, como já foi colocado no capítulo 1. Os agentes entrevistados relatam vários casos concretos em que as ações dos órgãos envolvidos eram, segundo eles, contraditórias e arbitrárias, sem qualquer sustentação científica.
O segundo fato marcante nesse sentido, foi o contato com uma exilada política, vinda da Argentina, militante cristã, mãe de dois filhos, que havia sido presa e torturada em seu país de origem e que, tendo fugido, buscou auxílio junto à diocese. A mesma relatou as torturas

que sofreu ao ser presa pelo regime militar do seu país, confirmando aos agentes de pastoral a existência das atrocidades que eram denunciadas em relação aos regimes militares instalados em vários países da América Latina. A perplexidade provocada pelos relatos e a percepção do jogo de interesses que se manifestavam através dos mesmos, auxiliou muitos agentes religiosos da diocese de Chapecó a compreender a realidade a partir de uma perspectiva de classes sociais e levou-os a assumir, de forma bastante explícita, a opção preferencial pelos pobres e a perspectiva da sua libertação, como se pode ver pelo relato a seguir:

> *"E esta mulher contou as barbaridades que eles tavam passando nos porões da ditadura Argentina,né.E aquilo mexeu com D.José.Mexeu... porque aqui se se ouvia falar das torturas... se ouvia falar, mas era uma coisa... E ela contando da experiência dela, que tinha sido torturada, ela contando isso... A partir daí D. José começou a ver a coisa de uma outra forma. Porque até aquela altura tava muito assim, né... era o padre Ivo, era eu, o padre Jandir... Era mais um time de agentes de pastoral que estavam... E a partir desse momento,o D.José passou a ser o puxador disso, ele passou a fazer a frente do processo (...) Junto com esse negócio da Peste Suína Africana, o caso da mulher exilada, o que essa mulher falou pro D.José... isso mudou o rumo da caminhada, da compreensão do D. José do que estava ocorrendo. (...) Os próprios fatos, os acontecimentos, por exemplo, a peste suína africana era um negócio tão absurdo, tão assim, fora de qualquer lógica..."* (Agente de pastoral).

Vê-se, portanto, que foi no próprio desenrolar dos acontecimentos, nas avaliações de suas experiências que muitos agentes religiosos da diocese foram definindo e redefinindo a sua postura.

(2) Esta tese de HABERMAS foi sintetizada e utilizada por TARELHO (1988) em seu estudo sobre Os Sem Terra de Sumaré. Sua elaboração contribuiu muito para a presente elaboração.

(3) *"Racionalizar significa aqui o cancelamento das relações de coerção que, penetrando imperceptivelmente nas estruturas comunicativas, impedem (...) que os conflitos sejam afirmados conscientemente e regulamentados de modo consensual. Racionalizar significa a superação de tal comunicação sistematicamente distorcida..."* (HABERMAS, 1990,p.34).

(4) As idéias centrais dessa tese aqui expostas foram extraídas do estudo de TARELHO (1988) e da síntese produzida por FREITAG & ROUANET (1980).

(5) Grifos do autor.
(6) Grifos nossos.
(7) Grifos nossos.
(8) Grifos nossos.
(9) O seu sobrenome (Killian), inclusive, não é característico de famílias de origem cabocla, tendo o mesmo dúvida se seria de origem alemã ou russa. Sua aproximação com a origem cabocla advém do fato de sua mãe ser cabocla e sua tez (escura), seu modo de falar, torná-lo bastante semelhante a um caboclo. Em sua comunidade era conhecido como caboclo, o que lhe custou, segundo ele próprio, várias experiências de discriminação e preconceito, sobretudo nos momentos de assumir lideranças. Para esse fato, de ser tido como caboclo, talvez tenha contribuído, além da cor e da maneira de falar, o fato de não ter certeza da origem do seu sobrenome e não estar ligado diretamente aos costumes e às tradições de nenhuma das etnias "de origem" comuns na região, (italiana, alemã e polonesa), não dominando, por exemplo, nenhum dos três dialetos usados para a comunicação cotidiana de cada uma das etnias citadas. O domínio do dialeto era uma característica importante para a identificação étnica dos "de origem". Um fato interessante, nesse sentido, é que um outro líder entrevistado,

sendo filho de pai caboclo, tendo, portanto, sobrenome característico de famílias caboclas (Alves) por possuir os constumes e, principalmente a língua alemã, era tido como alemão e se considerava enquanto tal.

(10) O entrevistado fazia parte da Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

(11) A entrevistada refere-se ao impedimento que havia na época da mulher ser sindicalizada. Só podia sê-lo se fosse solteira e autônoma, uma situação bastante rara na região. Já se fosse casada, a mulher não tinha direito de ser sócia do sindicato e, portanto, não tinha voz ativa no sindicato. Essa foi uma das bandeiras principais da Oposição sindical e uma das primeiras questões a dar início à unificação das mulheres na luta.

(12) Refere-se a um conflito surgido entre índios e colonos devido à demarcação de uma área indígena, onde diversas famílias de colonos que estavam instaladas sobre a área da reserva tiveram de desocupá-la. O episódio gerou muita polêmica e muita tensão, com o envolvimento de várias forças políticas locais. Na época D. José foi inclusive ameaçado de morte por ter assumido a defesa da causa indígena.

(13)Sobre a Equipe de Base ver capítulo 1.

(14) Atualmente o mesmo é coordenador estadual da CUT de Santa Catarina.

(15)A esse respeito ver, por exemplo, a nota nº 1 deste capítulo. Para aprofundar estudo sobre esta questão, sugere-se autores como LOWY (1991), PAIVA (1985), BOFF & BOFF (1985) e GALILEA (1978), MARTINS(1994), entre outros.

(16) Refere-se a um curso ministrado por Frei Beto, sobre **Fé e Política**, seguido de assessoria sistemática à diocese de Chapecó, em seu esforço de renovação. Cit. p.337.

(17) A totalidade dos líderes entrevistados era ligada ao PT e se referia ao mesmo como sendo, de certa forma, a única alternativa admissível de partido político. Todos fizeram referência ao PT como sendo o único a dar apoio à luta do movimento, como se vê, por exemplo, no depoimento que segue:*"... em nível de partido, o partido que apoiô, que deu... que serviu de base de apoio, né, com dirigentes e tal, foi o PT. E nóis,assim, sempre tivemo relacionamento com o PT"*(Camponês, coordenador regional do MST e um de seus fundadores). Percebe-se, mesmo, entre os entrevistados, a existência de uma grande identificação com o PT. Entre os agentes religiosos, os que manifestaram, ou deixaram perceber sua opção partidária, todos também eram ligados ao PT, tendo, alguns, contribuído na organização do PT na região.

(18) Segundo LOWY(1991), a Teologia da Libertação é um movimento e uma doutrina. Um movimento porque é expressão/legitimação de um vasto movimento que surgiu na América Latina nos anos 60, através da mobilização de inúmeras entidades populares, setores da igreja, movimentos laicos e religiosos, intervenções pastorais de base popular e as comunidades eclesiais de base. Esse movimento, que ajuda a compreender muitos fenômenos histórico sociais do continente, serviu de base para a reflexão e produção de um conjunto de escritos que constituem a Teologia da Libertação,ao mesmo tempo que foi por eles legitimado e fortalecido. Uma doutrina porque, muito embora haja divergências significativas entre os diversos teólogos a ela ligados, há entre eles uma convergência sobre um conjunto de preceitos fundamentais que constituem a origem radical da doutrina tradicional, estabelecida, das igrejas católica e protestantes. LOWY(1991, p.27-8) destaca:

> *"1. Um implacável requisitório moral e socialcontra o capitalismo dependente, seja como sistema injusto, iníquo, seja como forma de pecado estrutural.*
> *2. A utilização do instrumental marxista para*

compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes.
3. Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com sua luta pela libertação.
4. O desenvolvimento de comunidades cristãs de entre os pobres, como uma nova forma da igreja e como uma alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.
5.Uma nova leitura da Bíblia, voltada principalmente para passagens como o Exodo - paradigma da luta de libertação de um povo escravisado.
6. A luta contra a idolatria (e não o ateísmo) como inimigo principal da religião(...)
7. A libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, como Reino de Deus.
8. Uma crítica da teologia dualista tradicional como produto da filosofia platônica grega e não da tradição bíblica - nas quais as histórias

A análise desses preceitos ajuda a comprender a lógica da atuação pastoral da diocese de Chapecó no período em que se está estudando.

(19) Com alguma freqüência, a homilia era enviada por escrito pelo bispo diocesano, para ser lida pelo ministro da eucaristia, durante a celebração do culto. Outras vezes a homilia era feita pelo próprio ministro, a partir dos elementos aprendidos nos cursos e encontros de formação a que era convidado a participar.

(20) O número de famílias era variável, mas, de acordo com os dados que se tem, era sempre superior a três. As informações reunidas dão conta de que o número mais freqüente era entre 4 e 8 famílias. Durante a pesquisa obteve-se também a informação de que em algumas comunidades (pelo que tudo indica as menores, com menor número de famílias associadas), houve experiências de grupos de reflexão que reuniam toda a comunidade num único grupo, cujos encontros eram realizados no espaço da comunidade (pavilhão de festas, escola ou igreja). Mas ao que parece foram casos excepcionais, ou pelo menos pouco freqüentes.

(21) A esse respeito pode-se ver também PAIVA(1985) e MARTINS(1994), entre outros.

(22) A data correta da vitória da primeira oposição sindical, no município de Caxambú do Sul, é 1980.

(23) Em seu relato o mesmo faz referência aos conflitos envolvendo índios e colonos em Sede Trentin, município de Chapecó(SC).

(25) A esse respeito pode ser consultado o livro "**Sem terra, com poesia**", de Roseli Caldart,(Ed Vozes) que analisa exatamente a presença dessa produção literária no processo de luta do MST.

(26) Nesse caso,a título de exemplo, pode-se citar a participação direta de um padre na audiência que uma comissão de sem terras acampados mantiveram com o governo do estado dias após a entrada nas diveras áreas. Vale ressaltar que essa comissão contou também com a participação de um líder sindical do STR de Chapecó (SC). Outro exemplo foi a particiapção direta de um agente de pastoral, ligado à CPT, na vistoria das áreas a serem ocupadas em 85.

(27) Ver nesse sentido, também, a discussão feita no 1º capítulo sobre a inexistência de uma relação de tutela do PT em relação a esses movimentos, como ocorreu em outros momentos da história política do campesinato brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da constatação, já indicada por outros estudos, de que os movimentos sociais surgidos no Oeste Catarinense no início dos anos 80, tinham sua origem ligada, tanto à desestruturação do sistema tradicional de produção agrícola vigente na região por algumas décadas, como a algumas práticas pastorais desencadeadas pela diocese de Chapecó, o desafio que se colocou para o presente estudo foi o de compreender as razões que viabilizaram e desencadearam esse processo. O problema desdobrou-se, portanto, entre duas indagações principais. A primeira, sobre as razões que levaram a igreja a tornar-se uma interlocutora privilegiada dessa população, gozando, no meio dela, de grande credibilidade. A segunda, sobre as razões porque as práticas pastorais desenvolvidas pela igreja conseguiram provocar mudanças significativas no modo de pensar e de proceder dos camponeses, levando-os a capacitar-se a organizar-se em movimentos sociais, capazes de superar os limites locais e intervir de forma autônoma e qualificada no jogo político da sociedade envolvente.

Partindo de um referencial teórico que apontava para a importância de se tomar em conta, além dos fatores ditos objetivos (histórico-materiais), também os fatores ditos subjetivos (ligados à vontade e à cultura) para a compreensão dos processos sociais, buscou-se averigüar a possível influência da cultura e do modo de vida da população, no processo de mobilização e organização.

Através do conceito de experiência humana, THOMPSON (1981), recoloca a possibilidade de homens e mulheres aparecerem

como sujeitos ativos nos processos sociais. Sem negar o papel determinante das condições histórico-materiais, indica a existência de outros fatores determinantes da vida social, para além do modo de produção. Ou seja, a forma das pessoas regirem a uma dada situação (experiência), depende do modo como elas interpretam e do significado que lhe atribuem. A forma de interpretá-la, por sua vez, está condicionada dentro de uma situação dada, pela sua cultura e pela consciência afetiva e moral, as quais são construídas e reconstruídas no curso das experiências passadas e presentes, ao longo de todo o processo histórico. As pessoas, portanto, como já se colocou ao longo do texto, experimentam as situações produtivas e as relações em que se encontram, com suas necessidades, interesses e também com seus antagonismos, elaborando a consciência de suas experiências nas coordenadas de sua cultura e condições histórico-sociais, pelas vias mais complexas, atuando sobre a sua própria situação.

Se a observação do fato de surgirem quatro movimentos sociais simultâneos, no mesmo espaço geográfico, tendo como base a mesma população, já era, por si só, um fato intrigante, a reflexão a partir desses fundamentos reforçou a necessidade de se conhecer os elementos essenciais da cultura e do modo de vida dessa população que se mobilizou, para que se pudesse compreender a gênese da sua mobilização e organização.

Assim, no capítulo 2, buscou-se apreender algumas especificidades dos camponeses "de origem" do Oeste Catarinense, a partir dos quais se formaram núcleos de mobilização que constituíram os movimentos, em relação aos outros grupos de camponeses do país. Constatou-se a existência de quatro eixos constitutivos da sua cultura:

- o modelo original camponês, herdado das comunidade camponesas tradicionais da Europa;
- o processo histórico de implantação dos núcleos camponeses no sul do Brasil;
- a tradição religiosa;
- a cultura e o *"habitus"* dos caboclos que habitavam a região no momento da chegada dos imigrantes.

A interação tensa e conflituosa desses quatro fatores,

produziu um patrimônio cultural, um modo de vida e um tipo de organização social que, ante os efeitos da crise da economia camponesa tradicional, favoreceu a construção de movimentos sociais organizados e capazes de superar os limites locais, porque favoreceu a construção de identidades coletivas e a articulação de grupos em torno de objetivos comuns. Dentre as suas características que parecem ter sido relevantes nesse sentido, pode-se destacar:

1. O estreito contato com a cidade, possibilitado pelo contato regular com o mercado que, ao que tudo indica, facilitou aos camponeses a compreensão da sociedade como uma totalidade em que convivem grupos e interesses distintos, em que o rural e o urbano agem em interação. Parece óbvio que essa compreensão não foi fruto de um processo espontâneo. Mas a eficácia dos processos elucidativo-pedagógicos, postos em prática pelas instituições e agentes presentes no seio dessa população, e a disposição dos camponeses em aderir às novas interpretações sobre sua realidade, veiculada por esses agentes, parece ter sido bastante favorecida pelo fato dos camponeses conhecerem a cidade e terem contato com ela e seus representantes, onde, frequentemente, experienciavam sua subordinação em relação a ela. Ter noção da produção e do comércio urbanos, das instituições e órgãos de administração e de poder, parece ter sido importante para a compreensão das relações e da estrutura social, bem como para a construção de uma identidade coletiva de camponês (agricultor ou trabalhador rural).

2. A estabilidade dos grupos, (a intensidade da vida social, ausência do nomadismo, etc.), favorecido tanto pela propriedade da terra, quanto pela existência de uma organização social que articulava os indivíduos em comunidades, as quais, por sua vez, centralizaram certas funções e serviços de interesse coletivo. O elevado valor atribuído à coletividade e à participação de cada um dos seus membros, que pressupunha a aceitação tácita de seus preceitos e códigos, pôs em evidência a existência do grupo e a existência de uma identidade que unificava seus membros. Além disso, as práticas de ajuda mútua, exercitadas no interior de grupos que se mantinham estáveis por longos períodos, parece ter fortalecido em muito os laços de solidarie-

dade entre os seus membros.

3. A identificação étnica e cultural dos membros do grupo, devido à origem comum e à existência de um patrimônio cultural que os identificava entre si e os diferenciava de outros grupos, parece ter sido outro fator favorecedor da construção da identidade coletiva e a criação de laços de solidariedade.

A religião, como já foi demonstrado, pelas características que assumiu no interior dessa população, foi um fator de agregação da sua identidade étnica e cultural. Isto se deu pelo fato de ter sido um dos fatores básicos de preservação e recostrução do modelo cultural dos "de origem", nas novas condições históricas, nos anos que se seguiram a sua chegada no Brasil. Também porque as instituições religiosas foram as principais responsáveis pela formação dos valores básicos da cultura camponesa. Além disso, os próprios agentes religiosos, por sua origem, identificavam-se étnica e culturalmente com esses camponeses, ou até, em muitos casos, eram originários de famílias camponesas do Oeste Catarinense.

Parece importante insistir-se aqui no fato de que não se ignora a presença de outras etnias no conjunto da população que se mobilizou, e mesmo representantes de modos de vida distintos ao descrito no interior dos capítulos dois e três. O que se constatou, no entanto, em primeiro lugar, é que havia, no conjunto da população que se mobilizou, um modo de vida, dos chamados camponeses "de origem", amplamente dominante em termos numéricos e, principalmente, em termos de liderança e coordenação do processo. Em segundo lugar, constatou-se que as condições históricas e culturais inerentes a esse modo de vida, favoreceram tanto o surgimento da mobilização em si, quanto a organização e estruturação dos movimentos sociais em questão. THOMPSON (1984), ao analisar o surgimento dos motins por alimentos na Inglaterra do século XVIII, constatou que, para o surgimento do processo de mobilização, normalmente, era fundamental a formação de um núcleo de mobilização em torno do qual a população se aglutinava. Na constituição desses núcleos de mobilização dos movimentos sociais que se está estudando, ao que tudo indica, o modo de vida dos camponeses "de origem" foi fundamental.

4. A tradição de organização comunitária (escola, igreja, esporte e lazer)centralizada em torno da capela, que possibilitou, desde cedo, o desenvolvimento do espírito associativo, o exercício de práticas de organização de grupos em torno de objetivos e interesses comuns(participação, discussões, divisão de tarefas, cooperação, eleições, representações, etc), bem como, o que parece fundamental, possibilitou o exercício de liderança. Essa noção de constituição e coordenação de coletivos, em torno de interesses comuns do grupo, parece ter sido fundamental na constituição de identidades e organização de coletivos ligados aos movimentos sociais. Esse aprendizado prévio da experiência do coletivo, significou um passo à frente, tanto para o surgimento quanto para a eficácia desses movimentos. Por outro lado, essa tradição organizativa aliada a um traço cultural importante - a religiosidade - colocou a igreja no centro da vida social dessa população, gozando de grande credibilidade e presente em todas as comunidades, às quais, praticamente todas as famílias, estavam ligadas. Esses fatores é que fizeram da igreja uma interlocutora privilegiada dessa população.

5. A intensidade da vida social das comunidades, que gozavam de um considerável grau de independência em relação às cidades e eram independentes da grande propriedade. Esse traço, também favoreceu a sociabilidade, a solidariedade e o comprometimento mútuo. Isto foi percebido de modo privilegiado no Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai, pela reação dos camponeses ante a ameaça de dispersão das comunidades e dos grupos de vizinhança. A resistência dos camponeses ante a possibilidade de perder o contato e o convívio com o grupo de vizinhos, através da destruição da vida social ali construída, dá uma noção da importância que essa vida social tinha para os camponeses da região. A intensidade da vida social nas comunidades e o desejo de preservá-la parece, então, também estar entre as motivações para a mobilização dos camponeses.

6. O apego à sua terra. Os camponeses dos quais se está falando atribuiam muito valor à condição de proprietário de sua parcela de terra. Ela se constituia numa condição importante, senão indispensável para a constituição de uma nova unidade

produtiva, onde a reprodução da família e da condição camponesa se viabilizava. Ser proprietário, segundo ZIMMERMAN (1989), era a condição básica para a concretização do sonho de "ser colono". Ou seja, era a condição que viabilizava o ideal de tornar-se um produtor autônomo, nos moldes do ideal prescrito em seu imaginário. Parece ser essa a razão para o fato dos camponeses empenharem grandes esforços para a sua aquisição.

Mesmo tendo seu passado profundamente marcado pela experiência da migração, os camponeses da região desenvolveram uma perspectiva de fixação a um local. Na verdade, cada migração de uma nova geração, parecia ser a busca de um local "definitivo" para aquela geração. Era a perspectiva de permanência na terra que dava sentido ao trabalho. Quando o camponês se confrontou com a necessidade de uma mudança iminente, desmotivou-se para qualquer cuidado ou investimento de trabalho na terra. Desse modo, a questão da terra revelou ser uma bandeira de grande poder de mobilização junto aos camponeses do Oeste Catarinense.

7. A solidez do grupo familiar. A sólida estruturação do grupo familiar, nas condições colocadas para o caso em estudo, parece ter consistido num fator favorecedor da mobilização e da organização dos Movimentos Sociais. Primeiro porque permitiu o desenvolvimento de um sólido conjunto de valores comuns, em que se destacava a valorização e o respeito à coletividade. Esse espaço valorativo comum parece ter sido fundamental para a unidade nas ações, facilitando a construção de consensos. Segundo, porque agindo na forma de um trabalhador coletivo, em muitos casos, facilitou a liberação de alguns dos seus membros para o engajamento nas atividades ligadas à organização dos movimentos, mediante sua dispensa do trabalho, apoio e infra-estrutura.

É necessário registrar que houve alguns casos em que o grupo familiar apresentou resistência ao engajamento dos seus membros nos movimentos, mas esses casos foram pouco freqüentes. Dentre todos os líderes entrevistados, apenas um deles experimentou a oposição da família quanto a sua participação e, mesmo assim, apenas no momento inicial do seu envolvimento. No mais das vezes, a família se constituiu num importante ponto de apoio à participação nos movimentos e ao engajamento das lideranças no

processo de mobilização e organização.

Por fim, a solidez das relações familiares favoreceu a existência de redes sociais o que facilitou a veiculação de informações, a interação e a formação de certos consensos.

É preciso registrar também que as experiências anteriores de liderança no grupo familiar parecem ter servido de estímulo ao engajamento dos líderes dos movimentos em tarefas de liderança, tanto nas comunidades, quanto, posteriormente, nos movimentos sociais.

8. A autonomia e a auto-suficiência camponesa. Como se observou ao longo do capítulo três, além da terra, (e às vezes mesmo não sendo proprietário da terra), os camponeses eram proprietários dos meios de produção. Antes do início do processo de modernização da agricultura, muitos desses meios de trabalho eram produzidos na própria unidade produtiva, uma vez que eram pouco mecanizadas e o uso de matérias-primas intermediárias de origem industrial era muito restrito. Além disso, os camponeses, mesmo quando não eram proprietários, detinham o controle do seu processo de trabalho.Isso resultava numa relativa autonomia em relação à sociedade mais ampla. Aliada a outros fatores, essa autonomia parece ter assumido um papel importante, uma vez que dificultou o exercício de pressões externas sobre a população mobilizada, muito comum em outras situações, quando a população vivencia a relação empregado/patrão.

9. As condições de vida. Parece ter ficado claro, ao longo da descrição feita nos capítulos 2 e 3, que os camponeses de que se está falando, mesmo que fossem pobres, não eram paupérrimos ou miseráveis. Isso parece importante, pelo fato de que a existência de algumas reservas (alimentos, dinheiro, bens, etc) contribuíram para a viabilização das primeiras ações dos movimentos. Por exemplo, facilitou a superação do tempo de espera nos acampamentos, onde a produção de subsistências era difícil ou até impossível.Também viabilizou a montagem da infra-estrutura mínima necessária ao processo de mobilização e organização, como os meios de comunicação, transporte, etc. Vários depoimentos dão conta de que muitos camponeses, nos primeiros momentos, custeavam suas próprias despesas relativas às atividades dos movimentos.

A importância da existência desses recursos anteriores (próprios ou dos pais), também foi percebida por ZIMMERMANN(1989) que, observando o comportamento das famílias de sem terras durante os acampamentos e, posteriormente, nos assentamentos concluiu que a disponibilidade para o engajamento nas mobilizações e para o exercício de liderança era em grande parte condicionada por esses fatores.

Essa, então, também parece ter sido uma condição favorável ao processo de mobilização e organização.

10. A infra-estrutura organizativa da igreja (da diocese de Chapecó), presente em todas as comunidades, também foi um fator favorecedor do processo de mobilização e organização. Em primeiro lugar por que, estando presente em todas as comunidades e contando com a adesão de praticamente todas as famílias, possibilitou a existência de um processo ágil de comunicação entre essa instituição e a população. Além disso, na mesma linha da questão da existência de recursos próprios, é preciso considerar a contribuição da estrutura organizativa da igreja. Enquanto os movimentos sociais não possuiam uma infra-estrutura própria para a organização (carro, telefone, recursos de comunicação, etc.) foi fundamental para a organização o concurso de recursos da igreja, colocados a serviço da mobilização e organização dos camponeses. Estratégias fundamentais para a organização como a formação de lideranças, os encontros de representantes de comunidades e/ou municípios etc, possivelmente não teriam sido viabilizados sem o concurso dessa estrutura, tanto de recursos materiais e financeiros, quanto de recursos humanos. A igreja, enquanto uma instituição solidamente estruturada, colocou a serviço da mobilização e organização dos camponeses, recursos não disponíveis em nenhuma outra organização de caráter popular, no início do processo de mobilização e organização. Ou seja, o fato de existir no meio desses camponeses, uma instituição com tal enraizamento e estrutura como a igreja, o que só foi possível devido às características sócio-culturais dessa população, também foi uma condição importante para o surgimento da mobilização e organização.

É fundamental reforçar, no entanto, que ao fazer re-

ferência "a igreja" não se está afirmando que o conjunto da igreja como um todo foi favorável a mobilização e organização dos camponeses e que tenha apoiado a construção dos movimentos. Faz-se referência apenas que, setores da igreja prestaram esse apoio e que muitos recursos (infra-estrutura utilizada a serviço dos movimentos), eram oriundos e/ou pertencentes à igreja. É preciso ter claro, no entanto, que foram setores da igreja (ligados à Teologia da Libertação) que participaram nessas ações. Na diocese de Chapecó essa perspectiva de trabalho contou com o apoio explícito da própria hierarquia da igreja local. Mas,mesmo assim, não se pode afirmar que a ação dos agentes tenha sido unânime nesse sentido. Havia resistência e/ou omissão por parte de diversos agentes.

ii- A ética do trabalho. O modo de vida dos camponeses "de origem" baseava-se na exaltação do trabalho, na poupança, na frugalidade do consumo, na preocupação com a constituição de reservas para o futuro, na honradez, etc. Desse modo, o progresso e a ascenção apareciam ligados à idéia de trabalho e de poupança, e a pobreza aparecida relacionada à idéia de indolência e de não aproveitamento correto do tempo,à ausência do espírito de poupança e de preocupação com o futuro. Esse estilo de vida, constitui-se mesmo, num dos pontos de afirmação desses camponeses em relação aos "outros", o seu oposto que, no contexto da ideologia do branqueamento, eram identificados com os outros grupos étnicos da região (caboclos, índios, etc.). As conseqüências desse traço cultural para o processo de mobilização foram de pelo menos duas ordens. Em primeiro lugar, ao deparar-se com a ameaça da impossibilidade de reproduzir-se enquanto camponês (de não conseguir garantir terra para os filhos ou até de perder sua terra, ou de ter que abandonar o campo) e com a ameaça da pobreza e da miséria, podia desencadear-se nele, o temor de se transformar no "outro", no caboclo que era desvalorizado e desprezado em suas representações. E esse temor podia despertar nele, a disposição de lutar, de todas as formas, para que isso não viesse a ocorrer. Por outro lado, ocorre que, ao afirmar-se pelo trabalho intenso, árduo e ininterrupto, defendendo-o como fonte privilegiada de progresso e de produção das condições de vida,

esses camponeses também desenvolveram uma expectativa de reciprocidade por parte da sociedade instituída, no sentido de que o indivíduo que trabalhasse desse modo deveria receber em troca o crescimento, ou pelo menos as condições necessárias para uma vida digna. A miséria podia ser admitida entre os caboclos e os índios, porque esses não trabalhavam ou trabalhavam aquém do necessário e de modo errado, além de levarem uma vida indolente e freqüentemente ligada aos vícios. Mas não podia ser admitida entre pessoas de bem, sérias, que trabalhavam de "sol a sol" e que viviam sobriamente. Logo, quando esses camponeses passaram a perceber que, não obstante sua extrema dedicação ao trabalho, não conseguiam mais reproduzir-se enquanto camponeses e estavam ameaçados de cair na miséria, passaram a demonstrar disposição de alinhar-se a interpretações mais críticas sobre a legitimidade da organização social vigente.

Essas características, pelo que se pode observar, deram a esses camponeses um poder de reação e organização, frente à crise que se desencadeou a partir de meados dos anos 70, que muitos outros grupos de camponeses parecem não ter tido. Por outro lado, parecem ter influenciado no nível de eficácia e na capacidade de organização dos movimentos sociais que surgiram então.

Parece ficar claro que a precariedade das condições de vida, a frágil coesão grupal, a pouca experiência de vida comunitária estruturada e a quase inexistência de reservas de recursos de muitas famílias de caboclos, impunha limites à sua participação e ao seu engajamento nas lutas dos movimentos. Não se está afirmando que tais limitações tenham sido absolutas ou intransponíveis. Apenas se quer chamar a atenção para o fato de que a população camponesa do Oeste Catarinense, do final dos anos 70, predominantemente "de origem", pelas suas condições históricas de vida e de trabalho, apresentava certas características que vieram a favorecer o processo de mobilização e organização. Parece oportuno observar aqui que, entre os líderes entrevistados (que iniciaram os movimentos sociais), o único de origem cabocla era proprietário de terra e era oriundo de uma família tradicionalmente proprietária, uma situação diferente, portanto, da grande maioria dos caboclos.

Por fim, parece oportuno chamar a atenção para uma outra observação feita por ZIMMERMANN(1989) em relação ao MST e que, pelas constatações da presente pesquisa, parece válida também para os outros movimentos sociais de que se está tratando. Ocorre que, sendo conduzidos predominantemente por camponeses "de origem", tomaram a cultura e os valores desses camponeses como padrão de referência. Nesse contexto, os caboclos tiveram dificuldades para afirmar seus valores e propostas vinculadas ao seu modo de vida especifico, o que parece ter aumentado ainda mais os limites à sua participação. Se, pela identidade criada na luta comum, essas diferenças tendiam a ficar ocultas nos acampamentos e outras ações reivindicatórias, voltaram a manifestar-se, de forma mais ou menos evidente nos assentamentos e outros espaços do cotidiano, onde a herança cultural influenciava, mais fortemente o modo de agir.

Deve-se, no entanto, destacar também que, parece inegável que os movimentos sociais em questão, forjaram o surgimento de uma nova forma de contato inter-étnico. As discussões travadas durante o processo de organização, o contato com interpretações críticas a respeito das causas da pobreza e da marginalização, bem como a própria possibilidade de convivência entre caboclos e "de origem" em situações marcadas por uma condição comum e articulados por uma identidade coletiva, permitiram aos dois grupos a relativização dos preconceitos mútuos. é visível nos depoimentos das lideranças, se não a superação plena dos preconceitos, pelo menos a sua atual capacidade de relativização dos mesmos e sua visão mais esclarecida a respeito dos determinantes das tensões registradas no relacionamento entre os dois grupos. Logo, mesmo que os movimentos não tenham eliminado as diferenças culturais, capacitam os seus membros a compreendê-las de uma forma mais abrangente e menos etnocêntrica.

Se, para a compreensão do surgimento dos movimentos sociais, a percepção, pelos camponeses, das novas condições históricas que desentruturaram as suas condições de trabalho de produção, provocando múltiplas carências, bem como, a consideração desses fatores subjetivos acima apontados, ligados à cultura e ao modo de vida é indispensável, a explicação para o seu surgi-

mento não poderia limitar-se a constatação desses elementos. A existência desses fatores favorecedores do processo de mobilização e organização, por si só não poderiam explicar o seu desencadeamento. Mesmo contando com algumas condições prévias favoráveis ao processo de mobilização, este não teria sido possível sem um avanço no entendimento e sem que ocorressem algumas mudanças nas estruturas normativas dessa população.

Essa afirmação pode ser fundamentada pelos elementos teóricos desenvolvidos no início do capítulo 4. Em primeiro lugar a tese habermasiana de que a evolução social não pode ser explicada com base apenas no desenvolvimento das forças produtivas, sem se considerar os processos de aprendizagem que ocorrem ao nível das estruturas normativas, as quais, ao apontarem novos parâmetros de soluções dos conflitos, tornam possíveis novas relações de produção. Criticando Marx, Habermas desenvolveu a idéia de que o processo de auto-constituição da espécie não depende apenas da categoria trabalho, mas também do processo interativo, voltado ao entendimento intersubjetivo e a ampliação da intersubjetividade comunicativa. Nesse sentido afirma que o desenvolvimento das estruturas normativas funciona como abridor de caminhos para a evolução social, já que novos princípios de organização social, significam novas formas de evolução social. Os problemas sistêmicos, manifestados como um dificuldade de auto-reprodução da sociedade num dado momento da história, não explicam a evolução em si. Apenas colocam à sociedade o desafio da evolução. Esta, no entanto, depende do acesso a novos níveis de aprendizagem. Ou seja, a possibilidade da produção de soluções novas e a emergência de novas formas de reagir frente aos desafios colocados pelas novas condições histórico-estruturais passa, necessariamente, pela existência de processos de aprendizagem ao nível do agir comunicativo voltado ao entendimento, do saber prático-moral e das estruturas normativas voltadas à regulamentação consensual dos conflitos.

Baseado nesses fundamentos pode-se afirmar que as novas condições histórico-materiais colocadas pela crise da economia camponesa tradicional, bem como as características levantadas nos capítulos 2 e 3, mesmo que amplamente favoráveis ao processo de

mobilização e organização, por si só, não o teriam desencadeado. Foi necessário a existência de um processo de aprendizagem, a nível do entendimento que permitiu a passagem a novos níveis de consciência.

Da mesma forma, coerente com a reflexão produzida a partir da abordagem thompsoniana, é preciso reconhecer que o patrimônio cultural da população em questão, funcionou apenas como tendência, como predisposição, podendo inclusive, por vezes, determinar decisões e ações no sentido contrário a mobilização e organização. Exemplo disso é que, em muitos casos, foi em nome da tradição religiosa, em que as rezas repetitivas e determinados gestos possuiam um certo poder mágico, que muitos camponeses reagiram às transformações propostas nesse campo e condenaram os agentes religiosos por estarem se envolvendo em assuntos que não diziam respeito a religião. Insistiam, assim, em nome da tradição, na separação absoluta entre a prática religiosa e o cotidiano. Por outro lado, sem a transformação de certos valores, ao nível das estruturas normativas, certas ações propostas pelos movimentos nunca poderiam ter sido desenvolvidas. é o caso, por exemplo, da compreensão a respeito ao direito de propriedade. Um valor aliás, de grande significado para a afirmação desses camponeses frente aos outros grupos no momento da colonização e que colidia frontalmente com a proposta de ocupação de terras. Ou então, as representações correntes no meio dessa população a respeito do lugar e do papel da mulher na sociedade, que se colocavam num sentido frontalmente contrário a determinadas propostas do Movimento de Mulheres Agricultoras. A exemplo destes, muitos outros poderiam ser citados. Ou seja, sem alguns avanços a nível do entendimento e sem que houvessem transformações a nível das estruturas normativas, a organização dos movimentos em questão, do modo como ocorreu, não teria sido possível.

A compreensão desse processo de transformação das estruturas normativas que, no contexto da cultura e do modo de vida dos camponeses, abriu caminho para o surgimento de propostas novas aos desafios colocados pelas condições histórico-materiais, foi embasada na abordagem feita por TARELHO (1988), a partir das

contribuições de Freud e Rouanet sobre a tese habermasiana a respeito do modo como se dá a falsificação da consciência e sua superação. Segundo essa tese, a falsa consciência é pruduzida pela deformação sistemática do processo comunicativo e pode ser superada pela retomada desse processo.

O que importa reter aqui é que, nessa perspectiva, a falsa consciência é entendida, não como uma incapacidade para ascender a uma verdade teórica, mas sim como uma desqualificação para a prática política. E que produzida *no* e *pelo* processo de comunicação, é no seu interior que pode ser superada, através de um processo pedagógico-elucidativo que recoloque as pessoas em contato com as interpretações lingüísticas banidas da comunicação pública e, através de um discurso crítico, possibilite novas interpretações, tanto sobre as condições histórico-sociais, quanto aos valores e a cultura.

A possibilidade do surgimento dos movimentos sociais entre os camponeses do Oeste Catarinense, enquanto respostas qualitativamente novas aos desafios impostos pelas novas condições geradas pela desestruturação do seu processo tradicional de produção, no contexto da sua cultura e do seu modo de vida, implicou, então, na existência de um processo elucidativo-pedagógico que, por sua vez, possibilitou a retomada do processo de comunicação, sem obstruções, na perspectiva da situação lingüística ideal e do modelo de comunicação pura, e de um processo de interação que estimulasse a retomada do exercício da palavra, a reflexão, a troca de opinião, etc.

Esse processo elucidativo-pedagógico e interativo, como foi descrito no capítulo 4, foi desencadeado na região, a partir do momento em que setores da igreja passaram a mudar sua perspectiva de ação, implementando algumas práticas pastorais que favoreceram a compreensão das condições histórico-materiais vividas e a tematização das relações cotidianas, modificando, tanto a forma de compreender a realidade, quanto o modo de compreender a relação entre a vivência religiosa e as práticas cotidianas.

A evangelização, a partir de então, assumiu a perspectiva de libertação, entendida como a superação de todas as formas de

opressão, relacionando-se, portanto, com os problemas da vida cotidiana. Ao invés de apenas esperar a salvação que viria após a morte, os cristão passaram então, a ser desafiados a construir o reino de Deus aqui na terra, o que, por sua vez, se confundia com a construção de um novo projeto de sociedade. A estratégia sugerida para tanto foi a organização e a luta numa perspectiva de classe.

O exercício da fé deixou de ser, então, um ato meramente abstrato, voltado apenas ao espírito ou ao imaterial e passou a ser uma atitude frente a vida concreta a aos problemas cotidianos. A vivência da fé passou a ser um espaço de tematização dos problemas ligados à vida cotidiana, através do estudo e da reflexão dos problemas sociais concretos e suas soluções. Um espaço de reflexão sobre os novos valores que deveriam nortear a vida e a organização social. Tais práticas pastorais caminharam, portanto, na perspectiva de constituição de sujeitos históricos capazes de assumir a condução do próprio destino.

As ações desencadeadas basearam-se na criação e/ou redimensionamento de espaços comunicativos/interativos, permeados por um discurso crítico, que possibilitaram aos camponeses o contato com novas interpretações a respeito das condições históricas e das relações cotidianas, bem como a retomada do exercício da palavra, das práticas do diálogo, da discussão, da emissão de opiniões, da argumentação, etc.

Um dos espaços comunicativos/interativos mais tradicionais (o encontro de orações aos domingos) em muitas comunidades foi transformado e passou a ganhar novos significados.As rezas repetitivas deram lugar (ou pelo menos abriram espaço) à orações e reflexões sobre temas articulados com as situações vividas por seus participantes. Sua importância parece residir, sobretudo, na sua abrangência (praticamente toda a comunidade o freqüentava) e na articulação que possibilitava entre reflexão e a idéia do sagrado. Embora as homílias mais politizadas não deixassem de provocar algumas reações, parecem ter sido um espaço importante de veiculação de novas interpretações sobre a realidade, sobre os valores norteadores da vida social e sobre as relações cotidianas. Seu redimencionamento, além disso, suscitou

a criação de um novo e importante espaço de comunicação e interação: os cursos de formação de ministros de eucaristia onde, muitos camponeses, representando as diversas comunidades, passaram a ter contato com novos conhecimentos, novas interpretações e novas experiências, além de, sobremaneira, exercitarem o uso da palavra no espaço público.

Além desses, diversos outros espaços comunicativos/interativos foram criados. Pela sua abrangência, pelas possibilidades de retomada do uso da palavra e pelo estímulo à argumentação, à discussão e à troca de opiniões, destacaram-se os grupos de reflexão. Foi sem dúvida, o espaço de maior abrangência em termos de participação ativa e direta dos camponeses em atividades de estudo, reflexão e discussão de temas. A eles, todos os líderes camponeses entrevistados fizeram referência e normalmente, identificando-os como o ponto de partida. Sua implantação também suscitou a criação de um outro espaço comunicativo/interativo: os encontro de preparação de coordenadores de grupo.

Dentre as diversas pastorais específicas, implantadas ou recriadas na diocese durante a década de 70, em relação a questão agrária, a CPT foi sem dúvida, a que causou maior impacto, sendo também a que desencadeou o mais amplo e sistemático trabalho de formação de lideranças, com temas voltados diretamente a questão agrária. Mesmo não tendo conseguido atingir a todos os municípios e nem mesmo a todas as comunidades dos municípios em que estava estruturada, foi uma das pastorais que mais organicamente se inseriu entre os camponeses e cujas ações tiveram maior repercussão na perspectiva dos movimentos sociais. Todos os estrevistados referiram-se a ela reiteradamente.

A existência desses espaços comunicativos foi um elemento central para o surgimento do processo de mobilização e a organização dos movimentos sociais aqui estudados. Sua importância está ligada, em primeiro lugar, a possibilidade de desobstrução e restabelecimento do processo de comunicação, o que possibilitou a veiculação de informações e elementos do processo de organização social e suas relações, até então inacessíveis aos camponeses. Também permitiu sua discussão e análise, mediante a veiculação de um discurso crítico, portador de novas

interpretações a respeito do processo social e suas relações, o que os transformou num processo elucidativo pedagógico sobre a realidade vivida pela população. Essa retomada do processo de comunicação e o estabelecimento de espaços de interação, de acordo com a abordagem teórica utilizada, foi fundamental para a superação da falsa consciência e para a requalificação dos camponeses para a prática política. É importante ter presente aqui, aquilo que é o elemento novo trazido pela abordagem habermasiana da falsa consciência e que, ao que tudo indica, se constitui numa das chaves para a compreensão do processo de mobilização e organização dos movimentos sociais que se está estudando. Segundo HABERMAS, o surgimento da falsa consciência e sua superação é um fenômeno que ocorre **no** e **pelo** processo de comunicação, mediatizado pela linguagem. Se é a obstrução do processo de comunicação que distorce a apreensão da realidade e impede sua problematização e racionalização, é pela retomada desse processo que se pode realizar uma preensão mais global da realidade e alcançar novos níveis de consciência.

O discurso crítico veiculado através dos diversos espaços comunicativos foi então, um instrumento de elucidação pedagógica que forneceu novos elementos, propôs novas interpretações sobre a realidade e levou muitos camponeses imersos na falsa consciência a reconhecer-se enquanto tal, através de processos autônomos de auto-reflexão. Isso foi fundamental para a superação de tal situação, porque possibilitou-lhes uma melhor compreensão da realidade vivida e a auto-compreensão de sua história.

Por outro lado, a compreensão do significado das diversas ações comunicativas voltadas ao entendimento (grupos de reflexão, pastorais, formação de lideranças, etc.) para o processo de mobilização e organização precisa levar em consideração a contribuição de HABERMAS (1990), que afirma que os processos de aprendizagem da sociedade só podem ocorrer após as capacidades de aprendizagem e as informações afins terem sido adquiridas no plano individual e estarem disponíveis, de modo latente, nas imagens do mundo. Ou seja, para que as novas respostas coletivas dos camponeses aos desafios colocados pelas condições histórico-

sociais pudessem se fetivar, foram necessários processos de aprendizagem e avanços no entendimento a nível individual, para o que contribuiram as ações comunicativas acima referidas. A formação de lideranças e os processos de elucidação pedagógica a que teve acesso a população em geral, foram o espaço necessário e indispensável para a ocorrência de processos de aprendizagem indispensáveis à produção de respostas qualitativamente novas a nível coletivo. Estas, por sua vez, também, por certo, interferiram nas primeiras, uma vez que, como coloca HABERMAS (1990), pelo fato de que o desenvolvimento cognocitivo dos indivíduos se explicitem em condições sociais de contorno, na verdade, entre os processos de aprendizagem individuais e sociais, existe um processo circular de mútua influência. Essas formulações podem ser exemplificadas através do seguinte fato: os processos de aprendizagem a nível individual, ocorridos nos cursos de formação de lideranças, grupos de reflexão e através das pastorais específicas influenciaram, ou mesmo, viabilizaram o surgimento dos movimentos sociais. Estes, por sua vez, através de suas ações e experiências, modificaram e interferiram nos processos de aprendizagem individual. A utilização desse exemplo, no entanto, não significa que se esteja afirmando que nos cursos de formação, grupos, pastorais e etc., não tenham havido processos de aprendizagem de caráter coletivo e nem que, os movimentos sociais não tenham sido *locus* de aprendizagens individuais.

Um outro aspecto a ser considerado é que o estímulo dado nesses espaços à participação ativa, ao uso da palavra, à emissão de opiniões próprias, à participação nas decisões a serem tomadas etc, foram o ambiente de liberdade, de estímulo à reflexão e à troca de opiniões necessário e importantíssimo para a retomada da participação desses camponeses no espaço público, para a busca de autonomia e da auto-representação na defesa dos seus interesses. Também foram a base para a construção de consensos verdadeiros e para a realização de ações comunicativas e estratégicas por parte dos diversos grupos, em vista da solução dos seus problemas específicos, no contexto da sociedade abrangente. Como foi visto, a superação de uma percepção deformada da realidade, originada pela contração do espaço público e pela obstrução

do processo de comunicação, se dá mediante a inserção dos sujeitos *"num espaço interativo, num contexto comunicativo, num debate político, onde eles possam encontrar não apenas interpretações que ajudem a reconstruir a realidade (...) mas também um clima de liberdade que estimule a troca de opiniões, a reflexão e a busca de autonomia"* (TARELHO, 1988,p.91-2).

Além disso, o contato com representantes de outros segmentos da sociedade (suas visões de mundo, suas interpretações sobre a realidade, suas estratégias de ação, seus interesses etc), oportunizado também por esses espaços comunicativos/interativos, ampliou para os camponeses as possibilidades do processo interativo, para além dos limites do seu próprio grupo, sendo também um importante elemento para a realização de processos de aprendizagem a nível do entendimento e das convicções prático-morais.

Do mesmo modo também podem ser vistos, por fim,as mobilizações diversas (ocupações, concentrações...), as reuniões, as assembléias, os cursos diversos e outras tantas possibilidades de encontros que passaram a existir através desses espaços comunicativos/interativos.

O avanço no nível do entendimento e as tansformações ocorridas nas estruturas normativas, relatadas no capítulo quatro, foram, então, elementos indispensáveis para abrir caminho a novas soluções e novas formas de reação e de relações sociais frente a crise enfrentada pelos camponeses da região, materializados na forma de movimentos sociais.

Com o tempo, os próprios movimentos sociais que começaram a surgir, desde as suas primeiras ações, passaram a ser também espaços comunicativos/interativos entre os camponeses. Desde a própria constatação das problemáticas específicas que os suscitaram, os levantamentos e estudos que se seguiram , relativos à cada questão, as mobilizações, os contatos com o estado e com representantes de outros segmentos da sociedade, até os enfrentamentos com a polícia e outros adversários, foram experiências que possibilitaram aos camponeses mobilizados, o contato com novas facetas da realidade e suscitaram novas interpretações. Essas experiências novas e sua elaboração a nível de consciência,

provocaram novos avanços a nível do entendimento e novas transformações a nível das estruturas normativas, que acabaram por redimensionar o próprio relacionamento dos camponeses com a igreja e outras instituições e modificar, em alguns casos, a própria forma pessoal de entender e de viver a religiosidade, base inicial para o engajamento.

É indispensável destacar que, a partir da segunda metade da década de 80, os movimentos sociais em questão, gradativamente, conseguiram construir sua autonomia em relação à igreja (e mesmo outras entidades ligadas ao seu surgimento), até chegar a tornar-se definitivamente autônomos, mesmo persistindo algumas formas de intercâmbio.

Contribuiu para essa autonomia a entrada em cena de outras instâncias e entidades, de caráter político-organizativo, que passaram a aglutinar a articulação dos movimentos em nível mais geral. é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para o caso dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e das coordenações estadual e nacional para o caso dos outros movimentos.

A construção dessa autonomia, no entanto, mesmo tendo sido colocada como meta desde o princípio, sobretudo pelos setores da igreja envolvidos, não foi, como se viu, um processo isento de tensões e de atritos, o que revela a existência de entendimentos diferentes e até contraditórios sobre a forma de concebê-la, entre os diferentes sujeitos envolvidos.

É preciso, porém, não perder de vista, no processo de interpretação das informações e de reelaboração da consciência das experiências vividas, a interação de fatores como as experiências anteriores, o patrimônio cultural e a consciência afetiva e moral, cujos pontos principais foram destacados acima, interpretados na perspectiva dos conceitos desenvolvidos por E.P. THOMPSON.

Observe-se, então, que o desencadeamento do processo pedagógico/elucidativo que possibilitou a retomada de um processo de comunicação mais próximo à situação lingüística ideal e provocou avanços no nível do entendimento, se deu a partir de algumas características do patrimônio cultural e do modo de vida

da população. Ou seja, valeu-se de alguns traços marcantes na cultura camponesa como a religiosidade e a existência, por essa mesma razão, de uma instituição (a igreja) organicamente inserida no interior da população e gozando de grande credibilidade. Foi a partir desse espaço que o processo foi desencadeado e se desenvolveu até atingir a dimensão explicitamente política.

Pode-se perceber, portanto, que a religiosidade intermediou o envolvimento nas lutas de caráter político. Todos os líderes entrevistados (escolhidos entre as lideranças de maior destaque no momentos iniciais dos movimentos), iniciaram sua participação nas ações que culminaram com a construção dos movimentos, através da participação em atividades pastorais. Em todos os casos, sem excessão, o início do envolvimento se deu pela intensificação da participação nessas atividades pastorais, passando, gradativamente,à ações de caráter mais explicitamente político, até chegar à construção dos movimentos que,aos poucos, tornaram-se autônomos, abandonando seu caráter pastoral.

Por outro lado, a base organizativa para todas as ações desencadeadas, tanto pastorais (nos primeiros momentos), quanto político-organizativas (a partir da construção dos movimentos), foram as comunidades organizadas em torno da capela. Estas, por sua vez, são um traço característico do modo de vida e da cultura desses camponeses, cuja construção está ligada à interação de fatores ligados, tanto ao processo histórico de desenvolvimento dessa população, quanto ao seu patrimônio cultural original (religiosidade, dificuldades iniciais - isolamento, ausência de equipes coletivas, etc - necessidade de lazer e espaços de sociabilidade, etc).

Ou seja, a viabilização da construção da maioria dos espaços comunicativos até aqui descritos devem-se a existência de um certo patrimônio cultural, construído ao longo de um processo histórico, que colocou a igreja no centro da vida social dessa população, dotada da credibilidade e da estrutura necessárias para a proposição e estruturação dos mesmos. Por outro lado, questões de ordem subjetiva ajudam a compreender a existência de interpretações diferentes para os mesmos fatos e fenômenos junto à mesma população, o que ajuda a explicar o engajamento de

alguns e a resistência de outros às ações propostas pelos movimentos.

É preciso observar que foi também a partir das características culturais da população que se desenvolveram algumas estratégias que ajudaram a "cimentar" o compromisso dos participantes com os movimentos e o envolvimento dos mesmos nas atividades propostas. Nesse sentido é preciso ter em mente que, muitos dos camponeses que foram para a luta, o fizeram em nome do compromisso cristão de construção do Reino de Deus. Vários depoimentos foram bastante explícitos nesse sentido. E foi a partir desse traço da religiosidade que se desenvolveu toda uma mística em torno dos movimentos em questão e que, sem dúvida, contribuiu para o envolvimento afetivo dos participantes com suas lutas.

A participação em tais espaços, por sua vez, mediante a desobstrução do processo de comunicação, possibilitou a interação desse patrimônio cultural com novos elementos, levando-o a transformar-se e a tranformar as estruturas normativas, sem o que não teria havido a mobilização.

Assim é que, a partir do início desse processo, a própria compreensão sobre a natureza e os objetivos das comunidades organizadas em torno da capela e sua dinâmica interna, por exemplo, foi sofrendo modificações entre os camponeses mobilizados. A comunidade passou a ser vista, não apenas como algo restrito aos limites do grupo que a ela pertencia, ou seja, como uma organização voltada às questões internas do grupo, mas como um coletivo organizado, cuja situação e interesses mantinham profundas relações com a sociedade envolvente. Entre esses camponeses a organização comunitária passou a ser entendida, sobretudo, como um ponto de partida para a defesa de interesses do grupo, no jogo político da sociedade envolvente.

Por outro lado, o grupo pertencente à comunidade, deixou de ser visto como um grupo indiferenciado de pequenos produtores rurais e passou a ser visto também em suas especificidades internas, as quais passaram a ser aglutinadas em torno de novas identidades (sem terras, mulheres agricultoras...). Ou seja, certas diferenças antes tidas como "naturais", passaram a ser tematizadas.

Da mesma forma que se modificou o conceito e a dinâmica das comunidades, outras transformações ocorreram no patrimônio cultural, a partir da ampliação dos espaços de interação. Nesse sentido, poder-se-ia citar desde a forma de compreender o papel do trabalho na dinâmica do progresso e da pobreza, à divisão sexual do trabalho no interior das unidades produtivas e, até mesmo, a forma de compreender e de viver a religiosidade (um traço tradicionalmente marcante na cultura desses camponeses) e a própria forma de compreender a idéia de Reino de Deus.

Na verdade, então, como já se fez referência na introdução, a compreensão sobre os fatores que possibilitaram o surgimento desses movimentos sociais se dá pelo encontro de duas grandes contribuições teóricas e empíricas. De um lado, a análise do processo histórico de inserção desses camponeses na sociedade brasileira e no Oeste Catarinense, no interior do qual foi sendo construida e reconstruida a sua cultura e a sua consciência afetiva e moral, com as quais interpretaram e reagiram aos novos desafios impostos pelas condições histórico-sociais do final da década de 70 e início dos anos 80. De outro lado, a análise das transformações provocadas no processo de comunicação em que esses camponeses se encontravam inseridos a partir do desencadeamento de algumas práticas pastorais e políticas que, construindo e/ou redimensionando diversos espaços comunicativos/interativos, possibilitaram a veiculação de um discurso crítico, portador de novas interpretações sobre a realidade histórico-material e com isso a tematização de problemas cotidianos, avanços a nível do entendimento e a passagem a novos níveis de consciência. Além disso, possibilitaram a retomada do exercício da palavra, da discussão, da argumentação em torno de idéias e interesses, o que foi fundamental para a requalificação e para a prática política. Ou seja, os fatores aqui considerados na compreensão do surgimento dos movimentos sociais são, então, tanto de natureza histórico-material (sociais, econômicos e políticos), quanto de natureza subjetiva (cultural e afetiva), bem como de natureza pedagógica.

Acredita-se assim, ter podido demonstrar que, na verdade, o surgimento dos quatro movimentos sociais aqui estudados, faz

parte de um processo e é fruto de um mesmo arranjo de fatores que se combinaram num dado momento da história. Sem retomar toda a argumentação, parece importante chamar a atenção para, pelo menos, algumas das inúmeras evidências deste fato.

Em primeiro lugar, todos eles surgem na mesma época, tendo a mesma população como base. Ou seja, os núcleos de mobilização em torno dos quais os movimentos se aglutinaram, partiram todos de camponeses com características muito semelhantes, tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto cultural. Os quatro movimentos surgiram no contexto da crise da economia camponesa tradicional, provocada pelo aprofundamento do processo de modernização da agricultura, que ocorreu na região sobretudo a partir da segunda metada da década de 70. O agravamento das condições de vida no campo e a percepção de que a política agrícola era favorecedora da grande propriedade em detrimento da pequena produção agrícola familiar, foram um pano de fundo, presente nos quatro movimentos, mesmo entre as mulheres e os atingidos por barragens, cujas problemáticas são mais específicas.

A absoluta maioria dos seus líderes (todos os entrevistados) iniciou o seu envolvimento a partir de uma intensificação da sua participação nas atividades pastorais desencadeadas por setores da igreja que passaram a atuar na perspectiva da Teologia da Libertação. Foi nesse campo (atividades pastorais) que todas as problemáticas específicas que deram origem aos movimentos vieram a tona e foram discutidas e tematizadas. O problema da atuação dos sindicatos passou a ser questionado nos encontros da CPT, nos grupos de reflexão, nos cursos de formação de ministros de eucarístia e nos encontros de grupos de jovens prinicipalmente. Da mesma forma o problema da distribuição da terra, a partir da ocupação da fazenda Burro Branco, passou a ser estudado e aprofundado nesses mesmos espaços, provocando, inclusive, um levantamento, pela diocese de Chapecó, da realidade da distribuição da terra na região. O problema das barragens foi questionado e tematizado, em primeiro lugar, dentro da Equipe de Base Regional, cujos participantes eram todos agentes de pastoral ou lideranças camponesas ligadas à

igreja, surgidas a partir dessas atividades pastorais. A partir daí foi sendo assumida por outras instâncias ligadas à própria igreja (CPT nacional, CIMI, etc.), que passaram a desencadear um processo mais amplo de discussão. Nesse caso, no entanto, é preciso registrar a participação de professores universitários e sindicalistas nas discussões desde os primeiros momentos. Mas foi no âmbito dessas atividades pastorais que a discussão atingiu setores mais amplos da população envolvida. O problema da situação da mulher agricultora também começou a ser levantado no âmbito do trabalho pastoral, inicialmente num sentido mais genérico, do reconhecimento de que a mulher, enquanto filha de Deus, deveria ter os mesmos direitos e oportunidades. No interior da Equipe de Base de Chapecó, o problema passou a ser tratado de forma mais concreta a partir do surgimento da oposição sindical, até que, após a vitória da oposição, a própria Equipe de Base passou a promover encontros específicos que desencadearam o movimento. Em todos os casos, as atividades pastorais aqui referidas faziam parte do mesmo processo de renovação da ação de determinados setores da igreja, na diocese de Chapecó, e os próprios agentes entrevistados atuaram nas várias frentes.

Os motivos que levaram a população a envolver-se em tal processo já foram discutidos ao longo de todo o texto. Porém, há que se registrar que, como se viu, foram os mesmos traços culturais que provocaram o envolvimento da população e o surgimento dos quatro movimentos. Há que se registrar também que a possibilidade do surgimento de um movimento de mulheres no contexto de uma cultura em que o machismo se fazia presente de forma acentuada e a ação da mulher ficava, em grande medida, restrita ao espaço doméstico, com pouca ou nenhuma possibilidade de exercício de liderança no espaço público, implicou numa radical revisão de certos valores. Isso só foi possível devido ao processo elucidativo/pedagógico já amplamente comentado, onde a questão da opressão da mulher foi explicitada e questionada enquanto uma das múltiplas opressões que deveriam ser superadas para que o processo de libertação se concretizasse. Essa discussão e relativização de alguns valores da cultura camponesa em questão, é que possibilitaram o salto qualitativo que o MMA representa. Mesmo assim, é

preciso não perder de vista que todos os movimentos em questão implicaram em revisão de determinados valores e transformação das estruturas normativas. Já o desenvolvimento e estruturação do movimento de mulheres, foi favorecido pelos mesmos fatores que os demais movimentos, já comentados ao longo do texto.

Por outro lado, ainda em termos de pontos comuns no processo de surgimento dos diversos movimentos, é preciso registrar que todos eles tiveram um período inicial de vinculação estreita às atividades pastorais acima referidas, especialmente a CPT, cuja participação foi fundamental no desencadeamento das primeiras ações, tanto no sentido de coordenação do processo (pessoas), quanto no sentido de infra-estrutura mínima necessária. Do mesmo modo, todos os quatro movimentos, aos poucos, foram construindo sua autonomia, até assumir a condução autônoma das suas lutas. A exemplo desses, outros pontos poderiam ser destacados, mas acredita-se ser desnecessário, uma vez que, ao longo do próprio texto essas relações podem ser percebidas.

Sobre a importância fundamental da participação de agentes externos no desencadeamento do processo de mobilização, demonstrada ao longo do texto, faz-se necessário tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, parece ter ficado evidente que, sem a participação dos agentes religiosos, na situação concreta analisada, os camponeses dificilmente teriam conseguido iniciar o processo de compreensão de questões como a estrutura fundiária brasileira e seus determinantes, ou a situação de outros atingidos por barragens, dentre outras. O fato dos camponeses admitirem que, inicialmente, sequer tinham noção das implicações e do alcance das estratégias propostas pela igreja, demonstra essa afirmação. Ou seja, sem a contribuição dos agentes religiosos e de toda a estrutura da igreja e seu saber acumulado, os camponeses dificilmente teriam conseguido iniciar o processo de elucidação pedagógica da sua realidade e não teriam avançado, do modo como o fizeram, o seu entendimento. Dados, porém, os primeiros passos, os camponeses readquiriram, em grande medida, a sua autonomia e passaram a condizir de forma mais autônoma os seus próprios passos e a realizar as suas próprias ações comunicativas.

A esse respeito, no entanto, concorda-se com TARELHO (1988), quando afirma que, não obstante a importância fundamental dos agentes externos no processo de elucidação pedagógica, não se pode inferir a partir disso que a superação da falsa consciência e a construção de sujeitos coletivos dependam, exclusivamente da ação pedagógica de vanguarda e que essa ação possa ocorrer a partir do exterior, ou seja, fora das experiências concretas de quem esteja envolvido. O que ocorre, ao que tudo indica, é que essa ação é importante, porém quando ocorre em contextos específicos, situados num tempo e espaços determinados, no interior de experiências concretas da população envolvida, sem o que essa transformação não pode ocorrer.

Nesse sentido é importante não perder de vista que, no momento em que setores da igreja passaram a desencadear um processo elucidativo pedagógico junto aos camponeses, muitos conflitos ligados à origem dos movimentos já existiam de modo latente e com possibilidade de eclodir a qualquer momento. Veja-se por exemplo o caso da ocupação da Fazenda Burro Branco, a qual ocorreu sem a participação de nenhum agente externo e pôs a nu a grave situação da distribuição da terra na região. O conflito portanto já existia e foi dentro da experiência concreta dos camponeses, que se deu a ação dos agentes religiosos e outros agentes externos. Do mesmo modo pode ser vista a questão das barragens, onde a iminência do deslocamento forçado já existia e muitos camponeses já começabam a demonstrar preocupação, independentemente da ação de qualquer agente. Assim também podem ser vistos todos os desdobramentos da crise da economia camponesa tradicional, no interior dos quais muitos camponeses já iniciavam um processo de questionamento da ordem instituída a partir da experiência de que seu trabalho árduo, e contínuo já não lhe proporcionava o retorno necessário a uma condição digna de vida e a possibilidade de reprodução enquanto produtor autônomo.

É preciso, por fim, fazer alguns comentários referentes a realização do trabalho em si, e de alguns aspectos a serem observados na presente dissertação.

A abordagem conjunta dos quatro movimentos sociais, em busca da compreensão dos fatores responsáveis pelo seu surgimen

to, era exatamente a proposta ou o desafio colocado para o presente estudo, uma vez que, a observação empírica dos fatos, permitia supor que esses movimentos representavam diferentes desdobramentos do mesmo processo e, por outro lado, os diversos estudos realizados até então, abordavam sempre um ou outro movimento específico, estudados, portanto, individualmente. Essa abordagem conjunta, demonstrando ser estes movimentos, o resultado de um mesmo arranjo de fatores que se combinaram num dado momento da história, é precisamente a contribuição que se pretendeu dar à compreensão do processo histórico de desenvolvimento social da região. Conclui-se, portanto, o presente estudo com a consiência do dever cumprido.

O que cabe observar, porém, é que a abrangência do objeto, decorrente da opção feita, colocou algumas dificuldades para a realização do estudo, sobretudo no sentido da compatibilização com os prazos para a conclusão do curso.

A relativa escassez de tempo para a apreensão de um objeto consideravelmente abrangente, forçou a realização de uma abordagem um tanto genérica, sem possibilidades de aprofundar muitos detalhes que, sem dúvida, trariam uma maior riqueza na análise efetuada, bem como, permitiriam uma apreensão mais fiel do complexo cruzamento de fatores que caracterizam os processos sociais. A aparente linearidade do processo que, num ou noutro momento, o texto pode ter deixado transparecer, certamente é fruto dessas dificuldades.

No mesmo sentido, precisa ser compreendida a falta de aprofundamento na abordagem de algumas questões, ou de determinados prismas de análise, como é o caso, por exemplo, das questões de gênero, que infelizmente não receberam a atenção necessária. Ou ainda, sobre a participação de agentes religiosos ligados a outras igrejas, especialmente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, ou então a participação de um número relativamente grande de entidades que apoiaram os movimentos em suas ações desde os primeiros momentos, além de outras questões. Em outras condições, a priorização da análise da participação de agentes ligados à igreja católica, não teria significado a quase total ausência de referência dos demais agentes.

Outro aspecto ausente, pelas mesmas razões, é uma referência mais explícita ao regime militar do período pós 64 que, de diversas formas, interferiu no processo de comunicação e nas possibilidades de organização dos camponeses durante as décadas de 60 e 70. Implicitamente a questão foi considerada, mas sem o aprofundamento que, talvez, merecesse.

A própria extensão do texto pode ser comentada nesse sentido. Em primeiro lugar, a opção teórica feita exigiu que se elaborassem dois capítulos descrevendo as especificidades dos camponeses do Oeste Catarinense e elementos da sua cultura e do seu modo de vida, ficando para o último capítulo a descrição e análise de todo o processo pedagógico/elucidativo, que desencadeou o processo de mobilização e organização. Isto significa que a extensão do texto foi algo, num certo sentido, inevitável dentro da opção teórico-metodológica feita. Há, no entanto, que se reconhecer que alguns pontos do texto poderiam ter sido "enxugados", caso houvesse tempo hábil para tanto. é o caso, por exemplo, do texto referente ao conceito de camponês. A exiguidade dos prazos, no entanto, impediu que se fizesse uma revisão de tal monta.

Acredita-se, no entanto que, apesar dos problemas e das lacunas acima referidas, o resultado que ora apresentamos representa um avanço na análise da questão e poderá estimular o surgimento de novos estudos que, partindo destas conclusões, possam suprir suas lacunas e aprofundar outros aspectos que aqui não foram abordados.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY,Ricardo. Acampar: uma nova forma de luta pela terra. In.: **ReformaAgrária.** Campinas, ABRA, 15 (2):55-60,maio/junho de 1985.

_____ **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas, Ed.da UNICAMP-AMPOCS,1992.

BASTIDE, Roger. Introduçãop a dois estudos sobre a técnica das histórias de Vida. In: PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo, CERU, 1983 (Coleção TEXTOS, nº 4)

BELANI, Eli. **Madeira Balsas e Balseiros no Rio Uruguai:**o processo efetivo de colonização no Velho Chapecó. Florianópolis,UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

BELATTO,Dinarte.**Os camponeses integrados.** Campinas, UNICAMP, 1985. Dissertação de Mestrado.

BERTAUX, Daniel.**Destinos pessoais e estrutura de classe:**para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____. L'approche biographique sa valité methodologique, ses potencialités. In.:**Cahiers Internationausx de Sociologie.** v. LXIX, Paris, 1980.

BOFF, Leonardo & BOFF Clodovis. **Da Libertação:**o teológico das libertações sócio-históricas. Petrópolis, Vozes, 1985.

BONI, Luiz A. De & Gomes, Nelci R.**Entre o passado e o desencanto.** Caxias do Sul, Ed. da Universidade de CAxias do Sul, 1983.

BONI, Luiz a De & COSTA, B.**Os italianos no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul, Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

BONIN,Anamaria Aimoré et alii.**Movimentos sociais no campo.** Curitiba, Ed.da Univers.Federal do Paraná e Edições Criar,1987.

BOSCHI, Renato Raul.**A arte da associação:**política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro, Vértice, 1987.

BRUMER,Anita et alii. A exploração familiar no Brasil. In.: LAMARCHE,Hughes(cord).**A agrucultura familiar:**comparação internacional. Campinas, Ed. da UNICAMP,1993.

CARDOSO,C.F.S.**Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis Vozes,1979.

CARVALHO,J.C.M.de. **Camponeses no Brasil**.Petrópolis, Vozes,1989.

CASAGRANDE,Jacir leonir. **Movimentos Sociais no Campo: mulheres agricultoras em S.C.**Florianópolis, UFSC,1991,dissertação de mestrado. mimeo.

CASTRO, Ana Célia et alii.**Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira:** síntese das transformações.Brasilia, BINAGRI, 1979.

CHAYANOV, Alexander.**La organizacion de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires, Nueva Vision, 1985.

COLARES,Marcos A.P.(cord.)**Sindicalismo e Assessoria Popular; uma análise documental.**Terezina.CEPAC/CPT p. 28, 1989.

DALACOSTA,Luiz Alencar.Lutas,Vitórias e Desafios:a resistência no Alto Uruguai.In.:**Travessia:revista do migrante**,anoII,n96 Janeiro-Abril/1990.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais.**2.ed. São Paulo, Atlas, 1989.

DE LA CRUZ, Rafael. Movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In.: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

DEMARTINI,Zeila de Brito Fabri.Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais.I.:Simson,Olga de Moraes Von (org). **Experimentos com histórias de vida.** São Paulo, Vértice, 1988.

_____. **Relatos orais:**novas leituras de velhas questões. XVIII Encontro Anual da AMPOCS, Caxambu(MG), 22 a 25 de outubro de 1993.Mimeo.

_____. Trabalhando com Relatos Orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In.: LANG, Alice Beatriz da S.G. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** TEXTOS CERU, Série 2, nº 3. 1992

DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX.** São Paulo, Brasiliense,1989.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Estabelecimentos rurais em América Latina.** Buenos Aires,Editorial Universitário de Buenos Aires, 1967.

DURHAM, Eunice.**A caminho da cidade.** São Paulo, perspectiva, 1984.

EVERS,Tilma.**A face oculta dos movimentos sociais.** Novos Estudos, CEBRAP nº 4, 1987.

FERRAROTI,Franco. **Storia e storie de vita.** Sagui ascabililar-terza, Roma, 1981.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra:**a economia política da frente pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FRANCO,Maria Silvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo, Kairós, 1974.

FRANCO, Mariana C. Pantoja.**XAGU:de sem terra a assentado.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1992. Dissertação de Mestrado.

FREITAG,Bárbara & ROUANET, Sérgio Paulo. **Habermas.**São Paulo, Atica, 1980.

FROM E & MACCOBY M.**O caráter social de uma aldeia.**Rio de Janeiro, Zahar,1972.

GAIGER, Luiz Inácio Germany.**Agentes religiosos e sem terras no sul do Brasil:**quadro de interpretação sociológica. Petrópolis, Vozes, 1987.

GALILEA, Segundo. **Teologia da Libertação:**ensaio de síntese. São Paulo, Ed. Paulinas, 1978.

GRAMSCI,Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura.**São Paulo, Círculo do Livro, 1981.

_____. **Concepção dialética da história.** e.ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, José.**O que é questão agrária.**São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____.**Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo, HUCITEC, 1981.

_____.**A modernização dolorosa:**estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____ & KAGEYAMA, Angela A. **Os resultados da modernização agricola nos anos 70.**São Paulo, 1983. Mimeo.

_____ & STOCKE (orgs). **A questão agraria.**São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRZYBOWSKI, Cândido.**Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.**Petrópolis, Vozes/FASE,1987.

HABERMAS, Jürgen.**Para a reconstrução do materialismo histórico.** 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Conhecimento e interesse.**Rio de Janeiro, Zahar,1982.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.**Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história.**3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

JEAN,Bruno.**La forme sociale de l'agriculture familiale contemporaine:**survivance ou création de l'économie moderne. Campinas, 1993. Mimeo.

KARNEN, Harmut.Movimentos sociais:revolucão no cotidiano.In.: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE,Paulo.**Uma revolução no cotidiano.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

KAUTSKY,Karl. **A questão agrária.**Rio de Janeiro, ed. La e Merti, 1968.

KRISCHKE,Paulo(org). **Crise política movimentos sociais e cidadania.**Florianópolis, Ed. da UFSC, 1989.

LAMARCHE,Hughes (Coord.)**Agricultura Familiar:** Comparação Internacional. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.

LANDIN,José Roberto Medina & MONTEIRO,Manuel Antônio de Almeida **O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista.**São Paulo Perspectiva nº 9/10,1986/87 p.37-49.

LANG, Alice Beatriz da S.G.(org)**Reflexões sobre apesquisa sociológica.**TEXTOS CERU,Série 2 nº 3,1992.

LEITE, Dante Moreira.**O Caráter Nacional Brasileiro:** história de uma ideologia. 2.ed. São Pulo, Pioneira,(s.d.).

LISBOA,Tereza Kleba. **A luta dos sem terra no Oeste Catarinense.** 1988.

LOWY. Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** S. Paulo, Ed. Cortez e Autores Associados,1991.

MARTINS,José de Suoza.**Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2ª ed.São Paulo,HUCITEC,1982.

_____**Não há terra para plantar neste verão:**o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo.Petrópolis,vozes,1986.

_____**Os camponeses e a política no Brasil.**Petrópolis,1981.

_____. No campo uma guerra de libertação. In.: **Rev. Sem Fronteiras.** Nº 142, Julho/agosto de 1986.

_____.**O poder do atraso:**ensaios de sociologia da história lenta.São Paulo, Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sevolo de. **História dos Moviementos sociais**

no campo. Rio de Janeiro, FASE,1979.

MEILASSAUX, Claude.Mulheres, Celiros & capitais.Porto. Ed. Afrontamento,1976.

MENDRAS,H.**Sociedades Camponesas.**Rio de Janeiro,Zahar,1978.

MOCHCOVITCH, Luna Galano.**Gramsci e a escola.**São Paulo, Atica, 1978.

MOORE JR, Barrington. **Injustiça:a base social da violência e da revolta.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

MUSUMECI,Leonarda. **O mito da terra liberta.**São Paulo, Vértice, AMPOCS, 1988.

MOURA, Margarida Maria.**Camponeses.** São Paulo,Atica,1986.

OBERACKER JR, Carlos H. Aa colonização baseada no regime de pequena propriedade. In.: HOLANDA,Sérgio Buarque.**História Geral da Civilização Brasileira.** 3.ed. São Pulo, DIFEL, 1976, Tomo II, CAp. III.

PAIVA, Vanilda(org). **A igreja e a questão agrária.**São Paulo, Loyola, 1985.

PEREIRA,Eloy Locona.**O Brasil do imigrante.**Caxias do Sul,Tip São Paulo,1974.

PEREIRA DE QUEIROZ. M.I.**O campesinato brasileiro.**Petrópolis, Vozes, 1976.

_____.Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In.: SIMSON, Olga Von(Org).**Experimentos com histórias de vida.** São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo, T.A.Queiroz, 1991.

_____.O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas: algumas reflexões. In.: LANG,Alice Beatriz (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** TEXTOS CERU. Série 2, nº 3)

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História:**operários, mulheres, prisioneiros.Rio de Janeiro, Paz e Terra,(s.d.)

POLI,Jaci. Caboclo:pioneirismo e marginalização. In.:**.Cadernos do CEOM.**,Chapecó(SC), FUNDESTE, 5(7):47-88, abril, 1991.

REIS, Elisa P. Brasil: cem anos de questão agrária.In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.**Rio de Janeiro,vol.32,nº 3, 1988, pp.281-301.

RENK, Arlene Anélia. As representações da colonização no Oeste Catarinense a partir de brasileiros. In.:**Cadernos do CEOM,** Chapecó(SC), FUNDESTE,5(7): 7-47,Agosto de 1991.

_____. **A luta da erva:**um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro,UFRJ, Dissertação de mestrado, 1990. Mimeo.

ROSSETTO, Santo. **Potencialidades sócio-econômicas do Oeste de Santa Catarina, justificando a criação da sua universidade.** Chapecó(SC), 1987, mimeo.

SADER, éder.**Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SANDOVAL, Salvador A.M.Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. In.:**Psicologia e Sociedade.**(5): 61-73, setembro de 1988.

SANTA CATARINA,Secretaria de Estado da Educação. **Atlas Geográfico de Santa Catarina.**1991.

SANTOS,José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Lutas agrárias e cidadania.In.: KRISCHKE, Paulo(org). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis UFSC, 1989.

_____. **Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processoso agrários.** Caxambú (MG), XVI Encontro Anual da ANPOCS,1990.

_____.Movimentos camponeses no sul:produto e terra(1978-1981) In.: **Reforma Agrária.** Campinas, vol.12, nº 3, Maio-junho, 1982, pp 30-54.

_____.(org) **REvoluções Camponesas na América Latina.** Campinas, Ed. da UNICAMP e Editora Icone, 1985.

SANTOS FILHO, José dos Reis dos. Notas sobre as lutas pela posse da terra. In.: **Reforma Agrária.** Campinas, vol.12, nº 3, Maio-Junho,1982. pp.55-66

SCHERER-WARREN, Ilse. As barragens do Uruguai:a dinâmica de um movimento social. In.: **Boletim de ciências sociais**,Florianópolis, UFSC, nº 41, abril-maio-junho, 1986.

_____**Redes de Movimentos Sociais.**São Paulo,Loyola,1993.

_____**Movimentos Sociais:**um ensaio de interpretação sociológica.Florianópolis,UFSC,1987.

SCHERER-WARREN,Ilse & REIS,Maria José.O Movimento do Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade.IN.:**Cadernos do CEAS.**Nº 120, março-abril, 1989.

_____.**Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica.3. ed. Florianópolis, Ed. da UFSC,1989.

_____. **Redes de movimentos sociais**.São Paulo, Loyola, 1993.

_____& KRISCHKE,Paulo.**Uma Revolução no Cotidiano:**os novos movimentos sociais na América Latina.São Paulo,Brasiliense, 1987.

_____& BROEMER,Neusa Maria.Alto Uruguai:migração forçada e reatualização da identidade camponesa.In.:**Travessia:revista do migrante**.Ano II,nº6,Janeiro-Abril,1990.

SCHWADE,Elisete. **A luta não faz parte da vida...é a vida:** o projeto politico-religioso de um assentamento no Oeste Catarinense. Florianópolis, UFSC, 1993. Dissertação de Mestrado.

SEYFERT,Giralda.**A Colonização Alemã no vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre, Movimento, 1974.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e.**Destino e trajetórias de camponeses migrantes**. 8º Encontro da ABEP,1992. Mimeo.

_____. **As andorinhas, nem cá nem lá.** Audio visual, Cedic UNESP, Araraquara, 1989.

SHANIN,Teodor.**La clase incómoda:**sociologia poilítica del campesinato en una sociedad em desarrollo. (s.d.), Alianza Editorial, 1983

_____. O conceito de camponês: conceituações e desconceituações. In.:**Estudos do CEBRAP.** Nº 26. Março de 1990.

SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriovaldo.(org)**Vida rural e mudança Social**.3.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro.**Rio de Janeiro, Graal, 1982.

TARELHO, Luioz Carlos.**Os Sem Terras de Sumaré:**da consciência dos direitos à identidade social. São Paulo,PUC, Dissertação de Mestrado, 1988. Mimeo.

TELES,Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In.: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano.**São Paulo, Brasiliense, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo, Polis, 1985.

THOMPSON, E.P. **Miséria de la teoría.**Barcelona,Editorial crítica 1981.

_____.**Tradicion, revuelta y consciência de clase:**estudo sobre la crisis de la sociedade preindustrial.Barcelona, Editorial crítica, 1984.

_____. **A formação da calse operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987. Vol I e II.

TRIGO, Maria Helena Bueno & BRIOSCHI,Lucila Reis.Interação e Comunicação no processo de pesquisa. In. LANG,1992, Op. cit.

UCZAI,Pedro.**Movimento dos Atingidos por Barragens:**o caso de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai(1979/1991).São Paulo PUC,Dissert.Mestrado,1992.Mimeo.

_____**Produção e Reprodução do Espaço:**a mobilidade social no município de Mondaí.1992.Mimeo.

WAGNER,Carlos.**A Chaga do Jão Sem Terra**2ª ed.Petrópolis,Vozes 1989.

WOLF,E.R.**Sociedades Camponesas**R.Janeiro,Zahar,1976

VELHO,O.G.**Capitalismo autoritário e campesinato**R.J.,Difel,1979.

VENDRAMINI, Célia Regina.**Ocupar, resistir e produzir:** MST - uma proposta pedagógica. São Carlos UFSCAR, 1992. Dissertação de Mestrado.

VERGOPOULOS,K.Capitalismo Disforme.In.:AMIN, S. & VERGOPOULOS,K **A Questão Agrária e o Capitalismo**.Rio de Janeiro,Paz e Terra, 1987,p.43-179

VIOLA,Eduardo & MAINWARING,Scott.Novos Movimentos Sociais:cultura,política e democracia:Brasil e Argentina.In.:SCHERER-WARREN,Ilse & kRISCHKE,Paulo.**Uma Revolução no çotidiano**,São Paulo,Brsiliense,1987.

ZIMMERMANN,Neusa de Castro.**Os desafios da organização interna de um assentamento rural**.Brasilia, (s.d.) Mimeo.

_____**Depois da Terra a Conquista da Cooperação:** um estudo do processo organizativo num assentamento de Reforma Agrária no RS.Brasilia,1989.Diss.Mestrado.Mimeo.